

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Karla Leandro Rascke

**Entre a caneta e o pandeiro: letras e enredos de agremiações afrodescendentes em
Florianópolis – SC (1920 a 1950)**

Doutorado em História

São Paulo
2018

Karla Leandro Rascke

**Entre a caneta e o pandeiro: letras e enredos de agremiações afrodescendentes em
Florianópolis – SC (1920 a 1950)**

Doutorado em História Social

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em História Social sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Antonieta Martines Antonacci.

SÃO PAULO

2018

Banca Examinadora

Agradeço à CAPES e ao CNPq (processo n. 140041/2015-0) pela concessão de bolsa de estudos, contribuindo para a elaboração desta tese.

AGRADECIMENTOS

Agradecer significa retribuir, manifestar gratidão. Trata-se de momento fundamental na elaboração de um trabalho acadêmico ou de qualquer atividade da vida em que se conta com a colaboração, o apoio e o companheirismo de pessoas queridas, às vezes próximas, às vezes distantes fisicamente, mas com as quais sempre mantemos contato.

Tendo isso em mente, abrindo o livro de Paulino de Jesus Francisco Cardoso, intitulado *A luta contra a apatia: estudo sobre a instituição do movimento negro antirracista na cidade de São Paulo (1915-1931)*, para releitura e reflexões a esta pesquisa, deparei-me com o autógrafo do autor a respeito de nossa “cumplicidade nascida do sofrimento e da alegria de ter vencido”. Rever essa mensagem desencadeou muitos pensamentos acerca das labutas ao longo desses anos de tese, mas não apenas, pois o caminho mais longo foi chegar ao doutorado, formação superior desconhecida por mim até a entrada na universidade em 2005.

Nesse sentido, narrar estes agradecimentos significa pensar em um sonho realizado, uma conquista alcançada, um “campeonato” vencido. Então, passemos aos diferentes atores que contribuíram imensamente no protagonismo dessa batalha. Meus primeiros exemplos, incentivadores, apoiadores, foram e ainda são meus pais: Albertino Rascke e Florentina Leandro Rascke. A eles agradeço do fundo de minha alma por toda dedicação, garra e coragem, palavras de conforto, esperança e sabedoria. Muito obrigada por tudo e pelo carinho nessa reta final passada aí em casa, naquela poltrona de livros. Amo demais vocês dois!

A grande família faz parte desta conquista e, não poderia deixar de agradecer aos meus irmãos Antonio Carlos Leandro Rascke e Kele Leandro Rascke; minhas cunhadas Lethycia Souza Kemper, Alba Falabretti, Eloisa Falabretti e Loraci Falabretti; meu cunhado Jackson Silva; meus sogros Neli Nunes Falabretti e Pedro Falabretti; e a lista vai longe, pois são muitos tios, primos, avós e tantos outros membros. Em especial, agradeço ao companheiro que comigo divide a experiência cotidiana do crescimento profissional e o amadurecimento de construir uma vida em conjunto, Maiko Ademir Nunes, sempre especial. Obrigada por nosso desenvolvimento, pela parceria “nosso marido”, “nosso goleiro”, no futebol; além de todos esses anos de paciência por conta de minhas inúmeras demandas acadêmicas. Sei que nem sempre é fácil tudo isso. Muito obrigada! Amo você!

Esses quatro anos foram longos e sem a presença e o apoio de amigos importantes não alcançaria essa conquista. No primeiro ano de disciplinas, nada disso seria possível também, sem o apoio de um incansável amigo que cedeu parte de suas horas de sono para me auxiliar nesses roteiros da vida acadêmica: Cláudio Macedo, muitíssimo obrigada! Você e Samara Lopes são duas pessoas incrivelmente parceiras e solidárias!

Helenice Dias e Heitor Loureiro também compuseram o rol de estrelas a brilhar em meu caminho, acolhendo-me receptivamente em sua residência para os estudos. Outras pessoas importantes foram Camila Evaristo e Cristiane Mare da Silva, com quem pude contar também em São Paulo durante a estadia para disciplinas do primeiro ano de estudos. Adriana Maria de Souza da Silva e Talita dos Santos Molina, amigas de longa data, também me acolheram em São Paulo nestes últimos anos, possibilitando aconchegos e solidariedade. Todas(os) contribuíram imensamente com este resultado e suas vitórias. Muito obrigada!

Não posso deixar de lado, nesse momento especial de agradecimento, meus alunos e também os professores da Escola de Educação Básica Municipal João Gonçalves Pinheiro, em Florianópolis. Além disso, agradeço a todas as meninas do futebol de segunda, quinta e sábado, pois permitiram relaxar e aproveitar momentos coletivos ante a solidão da escrita da tese. Valeu!!!! E me aguardem para muitos gols nos próximos jogos.

Agradeço aos colegas de doutorado, com os quais aprendi, dialoguei e troquei experiências de vida e de pesquisa, em especial, Talita dos Santos Molina, Danilo Luiz Marques, Egnaldo Rocha, Liliane Pereira Braga, Victor Martins e Paulo Cambraia. Saudade de vocês! Aos colegas da turma de 2014, meu muito obrigada!

Agradeço a todas as oportunidades, conhecimentos e crescimento possibilitado pela PUC-SP, pelas bolsas concedidas e que auxiliaram substancialmente a concretização deste trabalho de pesquisa. Ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História, por toda atenção e aprendizado! Agradeço, também, à universidade, pelas disciplinas e a todos os professores com os quais tive contato, em especial, minha orientadora, a Prof.^a Dr.^a Maria Antonieta Antonacci. Suas leituras sempre atentas, vivas e críticas permitiram ampliar olhares e horizontes. Orientou-me no mestrado e agora no doutorado, com muito carinho e encaminhamento. Sou imensamente grata!

Não poderia deixar de mencionar dois professores, também muito especiais, que contribuíram na qualificação desta obra: Prof. Dr. Amailton Magno Azevedo, da PUC-SP e o Prof. Dr. Paulino de Jesus Francisco Cardoso, da UDESC, com a qual tenho carinho especial e pude conviver enquanto aluna, orientanda e bolsista. Mais do que isso, agradeço

ao prof. Paulino pela parceria e por permitir conhecer o mundo acadêmico e acreditar que uma jovem pobre, da roça, empregada doméstica quando veio para a cidade, poderia tornar-se uma doutora. Muito obrigada infinitamente!

Agradeço também aos demais integrantes da banca: Prof^ª. Dr^ª. Josildeth Gomes Consorte, Prof. Dr. Ênio Brito, Prof.^a Dr.^a Nirlene (Bebel) Nepomuceno, Prof.^a Dr.^a Estefânia Knotz Canguçu Fraga e Prof. Dr. Wilson Roberto de Mattos.

Há também, aqueles e aquelas que nos acompanham durante as diferentes etapas de nossas vidas, às vezes longe, às vezes perto, presencialmente. Essas pessoas estão conosco e fazem parte de nós, em especial “as negas velhas” do NEAB-UDESC e muitas e muitos que por lá passaram, pessoas com as quais cultivo amizade, admiração e projetos de vida, sonhos: Graziela dos Santos Lima, Ticiane Caldas, Renata Schlickmann, Carol Carvalho, Priscila Freitas, Willian Lucindo, Júlio Cesar da Rosa, Mariana Schlickamnn, Ana Júlia Pacheco, Thaís Carvalho, Tamelusa Ceccato Amaral, Franciéle Garcês, Beatriz Delfino, Angelo Bilessimo, Maristela dos Santos Simão, Michele Maria S. Cechinel, Lisandra Pinheiro, Hilton Pinheiro, Eloisa Gonzaga, Fernanda Sousa, Amabile Costa, Carina Santiago, Daiana Breternitz, Natasha Bramorski, Mariah Amanda, Maria Eduarda Quirino, Moroni Fernandes, Fernanda Santiago, Francine Costa, João Doneda, Juliana Alves, Priscyla Silva, Thaís Lima, Flavio Facha Gaspar Abubacar, Lyara Moschen, Maira Pires Andrade, Mariana Probst, Mônica Nascimento, Nathally Custodio, Sandra Fontes, Jake Monteiro, Gabriela Rocha, Daniela Rieg, Maria Carolina Martini, Carol Cavalcanti, Emily Lenora, Nanci Velloso, Adriana May, Merylin Santos, Ana Marquevicz, Andreia Sousa da Silva e aos professores Paulino de Jesus Francisco Cardoso, Neli Góes Ribeiro, Vera Márcia Marques, Lia Vainer Schucman, Lourival José Martins Filho e Daniella Pizarro. Obrigada pela longa e prazerosa parceria! Grata também pelos aprendizados junto ao grupo de Estudos Críticos da Branquitude e grupo de Estudos do Observatório de políticas de Ações Afirmativas. Ainda, ao grupo do Ateliê do texto! Todos(as) foram importantes para construção coletiva de aprendizado.

Também agradeço ao grupo do Centro de Estudos Culturais Africanos e da Diáspora (CECAFRO) da PUC-SP, pelos momentos de aprendizado, parceria e conhecimento. São pessoas amigas e apoiadoras: Victor Martins, Ana Paula Silfer, Celia Regina dos Reis, Bruno Garcia, Beatriz Santana, Gabriela Montesilva, Guilherme Bertolino, Hanayrá Negreiros, Adriana Silva, Carol Carvalho, Cristiane Mare da Silva, Mariana Heck, Rafael Gonzaga, Danilo Luiz Marques, Heloá Bueno, Jefferson Mariano Santana, Juvenal de Carvalho,

Silvane Aparecida Norte, Aline Matheus Veloso, Joelma Salles, Mahfouz Ag Adnane, bebel Nepomuceno, Laudecir Silva, Marilu Cardoso, Maurício José de Freitas, Raphael Amaral e aos professores Maria Antonieta Antonacci, Amailton Magno Azevedo, Ênio José da Costa Brito e Josildete Consorte. Grata pela oportunidade de aprender com todo o grupo.

Finalizando, mas enfatizando grande importância, agradeço muito a cada local/centro de documentação e/ou pesquisa, pelo acolhimento e todo o auxílio proporcionado: a toda a equipe da Casa da Memória; Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), em especial Sabrina e Patrícia; Biblioteca Nacional, pelo seu acervo disponível on-line; Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-UDESC), todas as pessoas já nomeadas; Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, a toda a equipe; Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a toda a equipe; Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); a Carlos Eduardo Silveira, que disponibilizou uma rica documentação, sobre Ildefonso Juvenal, em formato digital, à mim e ao acervo do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB-UDESC); a Lisandra Pinheiro pela obra digitalizada Canções Carnavalescas (1930) de Trajano Margarida; Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina no acervo de Obras Raras, em especial Cristiano Alfredo Guiraldelli; a professora Maria das Graças Maria pela documentação gentilmente cedida, o Livro Atas da União Recreativa 25 de Dezembro; Cartório Iolé Farias de Florianópolis, 1º cartório de registro de pessoa jurídica da cidade, em especial a Elizete da Silva.

Um agradecimento caloroso pela possibilidade de conhecer novos caminhos trilhados por homens e mulheres dessa cidade. Meu afeto, carinho e imensa gratidão a todas e todos! Sem mais delongas, sintam-se abraçados(as) como forma de retribuição singela, pois cada um(a), a seu modo, contribuiu para a concretização desta obra. OBRIGADA!

RESUMO

A presente pesquisa propõe apreender sociabilidades e solidariedades em agremiações organizadas por afrodescendentes em Florianópolis/SC entre 1920 e 1950. Com base em fontes como jornais, fotografias, estatutos e documentos de associações formadas por afrodescendentes, percebemos uma reconfiguração política da cidade e novas formas de vivenciar o espaço público por parte das culturas de matriz africana. Diferentes associações (clubes recreativos; blocos, cordões, ranchos e escolas de samba; grupos de cacumbi; irmandades religiosas; clubes de futebol; comunidades negras) mobilizaram esforços para a alfabetização de seus membros ou de grupos populares empobrecidos, ressaltando que neste período emergiram, no espaço das instâncias políticas, muitos homens e mulheres de origem africana. Desse modo, buscamos entender como estas agremiações articularam solidariedades e sociabilidades das populações afrodescendentes em meio a nova conjuntura política e cultural de Florianópolis, pautada na reformulação das elites políticas e nas mudanças de configuração da República, em especial com o Estado Novo.

Palavras-chave: História. Diáspora. Agremiações. Florianópolis.

ABSTRACT

This research such proposes to apprehend sociabilities and solidarities in associations organized by afrodescendants in Florianópolis/SC between 1920 and 1950. Based on sources such as newspapers, photographs, statutes and documents of associations formed by afrodescendants, we perceive a political reconfiguration of the city and new ways of experiencing the public space by african cultures. Different associations (clubs, blocks, cords, ranches and samba schools, cacumbi groups, religious brotherhoods, soccer clubs, black communities) mobilized efforts for the literacy of their members or impoverished popular groups, noting that in this period, in the space of political instances, many men and women of african origin. In this way, we seek to understand how these associations articulated solidarities and sociabilities of afrodescendant populations in the midst of the new political and cultural conjuncture of Florianópolis, based on the reformulation of political elites and the changes in the configuration of the Republic, especially with the New State.

Keywords: History. Diaspora. Associations. Florianópolis.

LISTA DE ABREVIATURAS

ALESC – Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

BPSC – Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

CECAFRO – Centro de Estudos Culturais Africanos e da Diáspora

DCNERER - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais

FNB – Frente Negra Brasileira

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGSC – Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

NEAB-UDESC – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina

PLC – Partido Liberal Catarinense

PRC – Partido Republicano Catarinense

PSD - Partido Social Democrático

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SBACEM – Sociedade Brasileira de Autores, Compositores e Escritores de Música

TEM – Teatro Experimental do Negro

UBRO – União Beneficente Recreativa Operária

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UDN – União Democrática Nacional

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Beco do Sujo, Campo do Manejo (1920)	47
Figura 2 - Mapa central de Florianópolis, limites do bairro da Figueira.....	48
Figura 3 - Bonde – década de 1920	50
Figura 4 - Canalização do Rio da Bulha.....	51
Figura 5 - Imagem da parte externa da União Recreativa 25 de Dezembro.....	146
Figura 6 - Emblema da União Recreativa 25 de Dezembro – 1952	149
Figura 7 - Nota da U.R. 25 de Dezembro	155
Figura 8 - Ocupação dos sócios da U.R. 25 de Dezembro	162
Figura 9 - Notícia do Grêmio Recreativo e Carnavalesco Brinca quem Pode	166
Figura 10 - Possíveis locais de sede do Clube Recreativo e Carnavalesco Brinca Quem Pode – tracejado em realce preto, mapa atual (2017).....	169
Figura 11 - Florianópolis, ensaio de geografia urbana	170
Figura 12 - Hospital de Caridade, ao fundo o Morro do Mocotó (1920)	206
Figura 13 - Gentil do Orocongo	208
Figura 14 - Notícia sobre o bloco carnavalesco Chupa mas não engole	211
Figura 15 - Notícia sobre o Brinca Quem Pode no carnaval de 1935	215
Figura 16 - “Cacumbi”, hoje, na Praça XV de Novembro	222
Figura 17 - Parada militar, 1924.....	228
Figura 18 - Jazz-Band da Força Pública.....	229
Figura 19 - Seu Lídio – Embaixada Copa Lord.....	245

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Agremiações afrodescendentes em Florianópolis – primeira metade do século XX	58
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 CIDADE, REPÚBLICA, TENSÕES E REFORMAS URBANAS	39
1.1 A REPÚBLICA, AS ELITES E A RECONFIGURAÇÃO CIDADINA	39
1.2 A FUNDAÇÃO DE AGREMIÇÕES AFRODESCENDENTES	57
2 GRUPOS E ORGANIZAÇÕES LETRADAS: ASSOCIAÇÕES DE HOMENS DE COR	86
2.1 O PERFIL DAS ASSOCIAÇÃO DE HOMENS DE COR.....	86
2.1.1 O Centro Cívico e Recreativo José Boiteux	93
2.1.2 De Centro Cívico e Recreativo José Boiteux a Centro Cívico e Recreativo Cruz e Souza	111
2.1.3 O Centro Catarinense de Letras	113
2.1.4 Imprensa negra e raça em questão	119
2.2 AS ASSOCIAÇÕES DE HOMENS DE COR E A PREOCUPAÇÃO COM A EDUCAÇÃO	133
3 CLUBES RECREATIVOS: ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA E SOCIABILIDADE	144
3.1 A UNIÃO RECREATIVA 25 DE DEZEMBRO.....	144
3.2 A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE RECREATIVA E CARNAVALESCA BRINCA QUEM PODE.....	163
3.3 FESTIVIDADES: FORMAS DE VIVENCIAR OS CLUBES.....	172
3.4 CLUBES RECREATIVOS E LUTAS POLÍTICAS	184
4 RANCHOS, CORDÕES, BLOCOS CARNAVALESCOS, ESCOLAS DE SAMBA	198
4.1 DAS PROCISSÕES DE IRMANDADES RELIGIOSAS AOS DESFILES DAS ESCOLAS DE SAMBA: A RUA EM RITMOS AFRO-DIASPÓRICOS.....	198
4.1.1 Blocos, cordões e ranchos carnavalescos	200
4.1.2 “Vocês aqui não possuem escola de samba? – ‘Não senhor, nem Academia de Letras...”	237
CONSIDERAÇÕES FINAIS	252
FONTES	256
REFERÊNCIAS	258
ANEXOS	272

INTRODUÇÃO

A leitura de uma matéria do jornal *Notícias do Dia* (NDonline), publicada em 25 de dezembro de 2013, data de aniversário da União Recreativa 25 de Dezembro, chama atenção para alguns pontos que merecem nossa discussão neste trabalho, envolvendo relações raciais, cotidiano, lutas culturais e políticas, bem como o embate de memórias sobre a presença de grupos de populações de origem africana em Santa Catarina, em especial Florianópolis. A matéria, intitulada “Clube mais tradicional da Agrônômica, em Florianópolis, chega aos 80 anos cheio de dívidas” apresenta a luta de ex-sócios e apoiadores do Clube para que a antiga sede seja restaurada e possa novamente servir para atividades da comunidade onde se situa, entre o Morro do Chapecó e Nova Trento (região do Maciço do Morro da Cruz, Florianópolis/SC). Mas, o que chama atenção na publicação, para além dos desafios pelo reerguimento da Sociedade, remete a um excerto do conteúdo abordado a respeito do clube:

O prédio que também já foi improvisado como posto de saúde, igreja e sala de aula do extinto Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), durante quatro décadas foi símbolo da intolerância racial. Só negros entravam para dançar¹.

A partir destas breves linhas da notícia, inúmeros apontamentos podem ser discutidos, conforme enfocamos ao longo desta tese. Merece destaque que o jornal, nesta matéria de Edson Rosa², aponta o clube como espaço de intolerância racial contra brancos, dado o impedimento destes em dançarem na sede da União Recreativa 25 de Dezembro. Chama atenção ainda o fato de que a matéria, em momento algum, remete à intolerância racial e ao racismo sofrido diariamente por tantos homens e mulheres afros³, frequentadores ou não do clube, desde sua fundação em 1933.

Tal construção narrativa jornalística remonta a questões do passado, marcantes ainda no presente, em torno das relações raciais complexas no Brasil, termos de um colonialismo

¹ Jornal *Notícias do Dia*, 23 de dezembro de 2013 (Edição online). Disponível em: <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/clube-mais-tradicional-da-agronomica-em-florianopolis-chega-aos-80-anos-atolados-em-dividas>. Acesso em 15 de maio de 2014.

² Repórter e editor do jornal *Notícias do Dia*, periódico diário de Florianópolis, do grupo RIC Record Santa Catarina, surgido há 11 anos, na Grande Florianópolis.

³ Como temos apontado em trabalhos desenvolvidos ao longo desses últimos anos, utilizaremos a terminologia afros como significante mesmo de origem africana, afrodescendentes e populações afrodescendentes, visto que o radical “afr” remete à origem africana.

que se renova, reatualiza, “incapaz de proporcionar aos povos colonizados as condições materiais suscetíveis de fazê-los esquecer a sua preocupação com a dignidade”⁴. Esse mesmo colonialismo, ainda impregnado em relações sociais e raciais brasileiras, “se orienta do passado do oprimido e o distorce, desfigura, aniquila”⁵. O racismo, fruto desse sistema ocidental de dominação e exclusão, após a Abolição, assumiu outros contornos, procurando manter hierarquias e ordens escravistas, sem, contudo, manter o sistema escravidão, então abolido.

Assim sendo, discutir a organização de associações de origem africana em Santa Catarina pressupõe perceber relações raciais e experiências marcadas por vivências em décadas seguintes à Abolição, contextos que carecem de estudos no estado de Santa Catarina, mas que, esperamos tenha alguns subsídios para debates a partir deste trabalho. Procuramos, a partir de reflexões sobre “dinâmicas impressas no próprio corpo, com sons e incandescentes imagens em ruas e praças”, além de associações e outros espaços grupais de articulação, perceber “reivindicações por legitimidade de seus direitos civis, suas terras e suas crenças, como reconhecimento público internacional de suas memórias, lutas e histórias”⁶, enquanto grupos subalternizados em territórios coloniais.

Incorporando elementos em contatos com outros códigos culturais, povos em afro-diáspora refizeram e reatualizaram memórias por meio de religiosidades, ritmos, sons, danças e performances, reinventando identidades e reconstituindo humanidades desde ambientes de cativo a que foram submetidos. Na sociedade pós-abolição, novas reorganizações e relações de solidariedade articularam-se em demandas por território, moradia, educação; direitos almejados por libertos e não considerados por elites políticas e econômicas.

As associações organizadas por populações de origem africana no Brasil existem desde, pelo menos, o século XVII, alterando, ao longo do tempo, seus objetivos e integrantes constituídos em cada período histórico e com características próprias de cada uma dessas associações (irmandades religiosas, centros cívicos e literários, blocos carnavalescos, escolas de samba, cacumbis, sociedades recreativas, associações dos homens de cor, etc.) O que nos levou a elaborar esta pesquisa foi o desejo de compreender o impacto que as

⁴ FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005, p. 241.

⁵ FANON, 2005, p. 244.

⁶ ANTONACCI, Maria Antonieta. **Memórias ancoradas em corpos negros**. 2ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: EDUC, 2015.

mudanças sociais, econômicas e políticas ocorridas no país e na capital catarinense, entre 1920 e 1950, tiveram nas associações erigidas por mulheres e homens de origem africana em busca de cidadania, acesso educacional ou instrucional e manutenção de suas vivências e universos culturais.

Neste sentido, almejamos compreender a estrutura organizacional dessas diferentes associações, suas propostas sociais e quais os objetivos políticos implícitos nestes espaços de atuação, bem como a utilização destes mecanismos de ascensão para almejar espaços na sociedade da capital. Importa compreender o papel destas agremiações em momentos de reconfiguração da República e das elites políticas da cidade e do estado de Santa Catarina. Percebemos a necessidade de dialogar com uma produção historiográfica hegemônica sobre o período, a partir da qual propomos vislumbrar uma cidade que deixou para trás seus vínculos com as antigas elites portuguesas no século XIX⁷, ultrapassou a emergência das elites germânicas e, com o Estado Novo, procurou desvencilhar-se dos pesos desse histórico então associado ao não nacional: o imigrante alemão.

Intentando diferenciar abordagens e perspectivas registradas e arquivadas sob poder letra/caneta, de expressões vivenciadas e repertoriadas em rítmicas sob a batuta pandeiro/corpo, via “escritas performativas”⁸ em “atos vitais de transferência”⁹, segundo intelectuais atentos a expressões de rua, em ética/estética na contramão da modernidade ocidental, dinamizam essa pesquisa. Nossa dimensão explicativa preocupa-se também com o papel do intelectual negro letrado, mesmo quando em sintonizada mimetização com a civilização ocidental cristã, frente universo racista e opressor vivenciado na sociedade catarinense.

Situamos que as duas dimensões de luta antirracista, do âmbito letrado e do corpo performático, sintonizam expressões de combate à opressão e às desigualdades, sinalizando múltiplas formas de externalizar vozes e políticas em diáspora. O racismo e suas opressões operam em territórios do saber, tanto letrado quanto oral, de modos distintos, perceptíveis em formatos também variados, agindo como mecanismo de supressão, cerceamento, aniquilamento moral, ético e estético. “Tendo presente que oral e escrito constituem,

⁷ CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em Desterro**: as experiências das populações de Desterro na segunda metade do século XIX. Itajaí: Casa Aberta, 2008; DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação Escolar das Elites**: o Ginásio Catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

⁸ IROBI, IROBI, Esiaba. O que eles trouxeram consigo: carnaval e persistência da performance estética africana na diáspora. **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 44, p. 273-293, jun. 2012.

⁹ TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório**: performance e memória cultural nas Américas. Tradução de Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

historicamente, suas diferenças em termos de expressões narrativas, dispositivos discursivos, lógica de produção e transmissão”¹⁰, quanto aos mecanismos engendrados para combater o racismo, ambos constroem lógicas que articulam, dentro de suas “tramas de raciocínio e expressão”, ferramentas de enfrentamento.

Lidamos com a urgência de superar uma historiografia generalizante ao lidar com as experiências afrodescendentes, compreendendo-as enquanto lutas diárias de diferentes pessoas e agrupamentos organizados em busca por melhores condições de vida naquele momento em que a sociedade brasileira e, não menos, a sociedade florianopolitana, enxergava nestes populares a antiga condição cativa. Ansiamos indicar como essas populações do período ultrapassaram e/ou implodiram essa noção, enxergando-se a partir de seus próprios termos e perspectivas, mobilizando-se e reorganizando espaços próprios de atuação, sociabilidade e solidariedade.

Percebemos que o passado e o presente estão inter-relacionados no pós-abolição e as mobilizações em torno de educação, encontros relacionados ao samba, seus blocos e escolas de samba, além de movimentos e enlaces de clubes recreativos e literários, empreendem propostas culturais nas suas dinâmicas, sugerindo emblemas políticos em suas falas, versos, festas e ritmos. Neste sentido, em se tratando da República e, especialmente, do Governo Vargas e seus ideais de construção de uma identidade nacional, ritmos, músicas e encontros oriundos de matrizes culturais africanas ficaram comprometidos pela ideia de mestiçagem na então proposta de constituição da nacionalidade brasileira¹¹.

Kabengele Munanga, em *Mestiçagem como símbolo da identidade brasileira* (2010), associa a mestiçagem, formadora de uma “etnia brasileira”, a capacidade predatória de “anulação das identificações étnicas de índios, africanos e europeus”¹², impacto da colonização engendrada no Brasil imbricado ao sistema escravista. Em forte debate com as ideias de Darcy Ribeiro¹³ a respeito da formação do povo brasileiro, de “um povo novo, num novo modelo de estruturação societária”, surgido a partir do “caldeamento” das “três raças”, Munanga exprime que a ideia de uma nova “etnia nacional” revela uma unificação política forjada sob violento embate, por meio de apagamentos de identidades discrepantes,

¹⁰ ANTONACCI, 2015, p. 48.

¹¹ Estas ideias foram discutidas pela professora Dra. Martha Abreu na conferência “O legado das canções escravas: histórias musicais e conflitos raciais no pós-abolição”. In: **VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Florianópolis: UFSC, 15 a 18 de maio de 2013.

¹² MUNANGA, Kabengele. Mestiçagem como símbolo da identidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 445.

¹³ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

múltiplas, díspares, impossíveis de “encaixe”. Movimentos sociais confluíram em lutas políticas, culturais, simbólicas e estéticas, tentando “edificar uma sociedade mais aberta e solidária”, enfrentando, com diferentes projetos de cidadania, o racismo espoliante de um “passado histórico negado e falsificado”¹⁴.

Discursos de mestiçagem estipularam consolidar uma nacionalidade pautada no Brasil mestiço, com traços europeus, indígenas e africanos¹⁵. Um país com manifestações culturais de múltiplos tons, componentes de uma chamada cultura popular constituinte da almejada identidade nacional. O samba e as matrizes culturais africanas tornaram-se elemento aglutinador desta identidade, de um país pretendendo voltar às “suas raízes”, fazendo-se ouvir e valorizar “lições das canções populares”, como assim intentava a política cultural da Era Vargas¹⁶. Entretanto, esse projeto de nação, aniquilador de identidades múltiplas, plurais, “na cabeça da elite pensante e política, deveria obedecer a uma ideologia hegemônica baseada no ideal do branqueamento”¹⁷, “perseguido individualmente” por alguns afros¹⁸ no Brasil, como estratégia de escape aos efeitos do racismo.

Importa perceber em que medida estes discursos e propostas de intenções das elites dominantes, impactaram populações de origem africana na composição de seus espaços de sociabilidade, ora agregando possibilidades e aberturas do período, ora construindo arranjos de modo alheio às intenções governamentais e elites econômicas, negando a antiga condição de cativo e reivindicando direitos sociais, políticos e civis, por meio de constantes lutas socioculturais.

Diante da problemática da pesquisa, objetivamos compreender, por meio do estudo de agremiações organizadas por afrodescendentes em Florianópolis, nos anos de 1920 a 1950, quais mecanismos de atuação política, sociabilidades e solidariedades permearam as relações entre os membros destas agremiações e suas interfaces com as novas elites locais.

¹⁴ MUNANGA, 2010, p. 445.

¹⁵ TRAMONTE, Cristiana. **O samba conquista passagem**: as estratégias e a ação educativa nas escolas de samba. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001; ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna. Música Popular, Folclore e Nação no Brasil, 1890-1920. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **Nação e Cidadania no Império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 123-152.

¹⁶ ABREU; DANTAS, 2007, p.133.

¹⁷ MUNANGA, 2010, p. 446.

¹⁸ Evidenciamos, na literatura mais recente sobre a presença africana e de seus descendentes no Brasil, o uso do termo “afro” como significante de origem africana, dado seu radical “af”. Em minicurso realizado com a professora Íris Amâncio, em 2012, no evento *5º Seminário de Literatura Infantil e Juvenil: letramento literário e diversidade*, discutiu-se que o radical “af” indica algo ou alguém relativo a África e, nestes termos, seu sentido abarca a denominação de origem africana. O evento ocorreu na Universidade Federal de Santa Catarina entre os dias 11 e 13 de abril de 2012.

Para alcançar este propósito, diferentes fontes, bibliografias e materiais foram consultados, permitindo construir esta narrativa. Como apresentação inicial dos caminhos trilhados, convém destacar como chegamos a esta proposta de pesquisa e quais os encaminhamentos já realizados que possibilitaram nossas reflexões e trajetória acadêmica.

Em 2009 desenvolvi o trabalho de conclusão de curso “*Resolveo a Mesa que pelo menos houvesse huma missa resada*”: Festas, procissões e celebração da morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro/SC -1860 a 1890, pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), sob a orientação do prof. Dr. Paulino de Jesus Francisco Cardoso, trabalho publicado em 2010 em forma de livro pelo NEAB-UDESC¹⁹ e também agraciado, no mesmo ano, com o 1º lugar no Prêmio Silvio Coelho dos Santos, no concurso de monografias de mesmo nome, organizado pela Fundação Franklin Cascaes da Prefeitura de Florianópolis/SC; e recentemente, numa continuação dos estudos sobre práticas culturais africanas em Desterro/Florianópolis, defendi a dissertação de mestrado “*Divertem-se então à sua maneira*”: festas e morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Florianópolis (1888 a 1940), pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sob a orientação da profª. Drª. Maria Antonieta Antonacci, trabalho agraciado em 2014 com a 3ª menção honrosa do Prêmio Silvio Romero (Ministério da Cultura – Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular), e também publicado em 2016 em formato de livro, intitulado *Irmandades Negras: memórias da diáspora no sul do Brasil*, pela editora Appris.

Esta trajetória constitui uma vitória coletiva, de tantos homes e mulheres que em minha vida passaram, atuaram e comigo compartilharam sonhos e expectativas. Trazer histórias e memórias de pessoas “simples”, pobres, afros, mulheres e homens cujas vidas e anseios quase sempre foram deixados de lado pela historiografia, torna a vida da pesquisa mais empolgante, ao passo que demanda refletir constantemente sobre espaços de poder e também sobre o papel social do historiador. Ainda lembro, quando aos 17 anos saí de Grão-Pará para ser empregada doméstica em Florianópolis e tentar uma vaga em cursinho pré-

¹⁹ O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB-UDESC) lançou em 2008 uma coleção intitulada África-Brasil, que publicou até 2017 o total de 17 livros sobre a temática, em especial trabalhos de conclusão de curso (TCC), dissertações e teses de bolsistas, ex-bolsistas e parceiros(as) – pesquisadores(as) associados(as) - do laboratório. Um dos trabalhos publicados foi meu TCC, que na versão de livro intitula-se *Festas, procissões e celebração da morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro/SC (1860 a 1890)*, editado em 2010 pela Casa Aberta. Ainda, a partir de 2014 projetou novos trabalhos organizados na série Estudos Africanos e da Diáspora, com 4 produções.

vestibular gratuito da cidade. Após 13 anos, a doméstica torna-se doutora. A participação no NEAB-UDESC e a compreensão da dinâmica da branquitude²⁰ permitiram reconhecer que o papel de historiadora, mesmo quando oriunda das classes populares, necessita de atenções, questionamentos e colocações para além do que a historiografia, principalmente, eurocêntrica, vem trazendo e construindo por séculos.

Durante a elaboração de minha dissertação de mestrado, algumas questões emergiram das discussões levantadas em fontes e bibliografias, sem, no entanto, receber a devida atenção naquele momento, tendo em vista os objetivos daquele período e recorte de pesquisa. O aumento maciço de expulsões na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, a partir de disputas entre a Irmandade e as novas regras vigentes na Igreja Católica²¹, chamou atenção para o fato de que muitas mulheres e homens, antes associados ao Rosário, talvez tivessem migrado para outras formas de associação presentes na cidade de Florianópolis e cuja base organizacional estava centrada em populares de origem africana.

Em meio a esta diversidade de situações, percebemos que, com as influências do catolicismo romanizador, as cobranças da Igreja e a perda de autonomia da Irmandade, muitos e muitas não foram simplesmente expulsos, mas talvez, se “deixaram ser”, visto que a associação, naquele então novo modo de gestão - marcado pela República e Abolição -, nem sempre atingia anseios das pessoas, seus sonhos e expectativas. Evidentemente, este não foi o caso de todos(as), e nem teríamos elementos para indicar se de muitos, mas sabemos que, pela conjuntura daquele momento, alguns grupos migraram para outras associações, como centros cívicos e literários, uniões recreativas, blocos carnavalescos, ranchos, cordões, escolas de samba ou mesmo, outras associações religiosas.

Os clubes recreativos ou sociedades recreativas eram organizadas por “homens de cor”, uma “elite negra bem trajada”²² e com propostas de educação, moral e visibilidade das pessoas que delas participassem. Foram comuns em Florianópolis e em tantos outros

²⁰ Integro, desde 2015, o grupo de estudos críticos de branquitude, espaço de debate acadêmico e político sobre identidade racial branca, brancura, privilégio, racismo, relações de poder e de raça na sociedade brasileira, em especial. O grupo é coordenado pela profa. Dra. Lia Vainer Schucman, em parceria com o NEAB-UDESC, sendo seus integrantes: Prof. Dr. Paulino de Jesus Francisco Cardoso, Renata Schlikmann, Maíra Pires Andrade, Tamna Amandio, Moroni Fernandes, Mariana Probst, Lyara da Silva, Kerollainy Rosa Schütz, Mônica Nascimento, Maria Eduardo Quirino, Emily Lenora, Gisele Karine Santos de Souza, João Victor Jung Doneda, Priscyla Silva, Juliana Alves, Thaís Lima, Nathálly Custodio, Carol Cavalcanti e Mariana Vitória da Silva Penha.

²¹ BOSCHI, Caio César. **Os Leigos e o Poder**: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática. 1986.

²² O debate em torno da ideia de “elite negra”, discutida e incorporada por diferentes estudiosos do tema de clubes ou associações recreativas, consta no capítulo 3.

municípios catarinenses²³, com presença de agremiações afro-diaspóricas. Além destes espaços, havia a circulação de diferentes “homens de letras” de culturas de matrizes africanas, como Cruz e Sousa²⁴, Ildefonso Juvenal e Trajano Margarida, por exemplo, ou de mulheres que se consolidaram na carreira política e intelectual da época, como Antonieta de Barros.

Filho dos libertos Guilherme da Cruz, mestre pedreiro, e Carolina Eva da Conceição, João da Cruz e Souza, em 1881, dirigiu o jornal *Tribuna Popular* e, em 1883, foi recusado como promotor de Laguna por sua cor. Ildefonso Juvenal (1894-1965) era “oficial da Força Pública, farmacêutico, jornalista, teatrólogo, participando de entidades cívicas e literárias, sendo autor de dezesseis livros”²⁵. Trajano Margarida (1889- 1946), “amanuense da Secretaria do Interior do Estado de Santa Catarina, professor, jornalista, educador, autor de diversas obras literárias e membro fundador de entidades cívicas e literárias”²⁶. Antonieta de Barros²⁷ nasceu em Florianópolis em 17 de julho de 1901, exercendo papel parlamentar e intelectual importante na cidade e no estado, tendo sido a primeira mulher a participar da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

²³ Os chamados clubes negros formaram experiências comuns a diversas organizações associativas fundadas por populações de origem africana em diáspora, em especial após a Abolição, principalmente nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro, sendo vasta a produção bibliográfica a respeito dessas expressões afro-diaspóricas.

²⁴ Em 1885 lançou o primeiro livro, intitulado *Tropos e Fantasias*, em parceria com Virgílio Várzea. No ano de 1890 foi para o Rio de Janeiro, onde trabalhou como arquivista na Estrada de Ferro Central do Brasil, colaborando também com o jornal *Folha Popular*. Em fevereiro de 1893, publicou *Missal* (prosa) e em agosto *Broquéis* (poesia), dando início ao Simbolismo no Brasil. Em novembro, ainda naquele ano, casou-se com Gavita Gonçalves, com quem teve quatro filhos, todos mortos prematuramente por tuberculose, situação que conduziu a esposa do escritor à loucura. Diante das atrocidades que a vida reservou, perdeu cedo também a esposa e faleceu de tuberculose, aos 27 anos. Sobre a inserção de Cruz e Sousa no universo da escolarização, consultar: SEBRÃO, Graciane Daniela. **Presença/Ausência de africanos e afrodescendentes nos processos de escolarização em Desterro – Santa Catarina (1870-1888)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2010. A respeito da obra e da vida do poeta, consultar: FARIAS, Uelinton Alves. **Cruz e Souza: Dante negro do Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2009. Quanto ao fato envolvendo a recusa das elites em relação à Cruz e Souza, tramita desde 2016 projeto de Lei do Deputado Dirceu Dresch (Partido dos Trabalhadores) para o reconhecimento do poeta como Promotor Público, na tentativa de corrigir a injustiça cometida contra Cruz e Souza há 133 anos, tendo em vista sua cor e origem.

²⁵ GARCIA, Fábio. Intelectuais negros no pós-abolição: associativismo negro em Florianópolis (1915-1925). **Anais Eletrônicos da ANPUH**. Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. p. 01.

²⁶ GARCIA, 2011, p. 01.

²⁷ Foi deputada à Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 1ª legislatura (1935-1937), como suplente convocada. Era filiada ao Partido Liberal Catarinense (PLC), partido criado por um grupo das elites serranas catarinenses, da qual faziam parte Vidal Ramos e Nereu Ramos. Antonieta também atuou como deputada estadual na 1ª legislatura (1947-1951), como suplente convocada, afiliada ao Partido Social Democrático (PSD), partido nascido em 1945 com apoio de Getúlio Vargas.

Juvenal e Margarida, em 1915, organizaram mobilização e evento para compartilhar “seus sonhos e esperanças”, além de “vislumbrar o levantamento social, cultural, intelectual e moral dos homens negros”²⁸. Em comemoração à Abolição, atraíram um grupo de homens de cor e organizaram solenidade no Teatro Álvaro de Carvalho, “reunindo negros e brancos, homens e mulheres, autoridades públicas, representantes da imprensa e de outras associações da sociedade civil de Florianópolis”²⁹, homenageando Cruz e Souza e retomando sua memória como símbolo para perspectivas intelectuais de homens de cor.

Em importante estudo sobre relações raciais no Rio de Janeiro, Costa Pinto (1998[1953]) entrevistou em Fórum da Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura (UNESCO) de 1949, argumentando que o conceito de raça possuía “íntima relação com a dominação numa sociedade de classes e, em escala mundial, com o poder do imperialismo”³⁰. Convidado por Artur Ramos, então diretor do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO para atuar no projeto, o sociólogo elaborou, na contramão de pensamentos sobre relações raciais no Brasil, um relatório publicado em forma de livro em 1950.

Diferentemente de países como Estados Unidos, África do Sul, Índia e outras nações ou regiões onde predominaram “fronteiras raciais” regulamentadas em forma de leis, no Brasil, a ideia de mestiçagem remeteria à imagem de uma vivência racial “sadia”. Como pontua Munanga, em tom crítico à obra de Darcy Ribeiro, este acreditava que o racismo brasileiro era melhor, ou brando, “comparativamente aos sistemas odiosos praticados”³¹ nos países citados, pois não “teria criado uma linha de cor”.

O estudo desenvolvido por Costa Pinto, na então capital federal, apontou de forma enfática as tensões de relações raciais no Brasil, permitindo, ainda, conhecer formas, expressões e socializações de populações afros na primeira metade do século XX. Contemporâneo daquelas agremiações, o autor analisou-as enquanto expressão ampla e genérica de inúmeros agrupamentos organizados, por vezes bastante diversos em suas propostas, definições, composição e estratégias de luta cultural.

²⁸ DOMINGUES, Petrônio. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição. **Revista Topoi**, v. 12, n. 23, jul./dez. 2011, p. 118-139.

²⁹ DOMINGUES, 2011, p. 120.

³⁰ PINTO, Luís Aguiar Costa. **O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998 [1953], p. 30.

³¹ MUNANGA, 2010, p. 448.

Sinalizava que a análise sobre as associações de homens de cor pressupunha critério sociológico, “pois a maioria delas nem sequer logrou ter história, tão efêmeras que têm sido e tão pouco profundo o sulco que deixaram”³². Entretanto, temos ciência de que efemeridade não significa maior ou menor amplitude de importância política e social. O autor diagnosticou tendências e variações nessas formas associativas, percebendo expressões e representações por elas evidenciadas e/ou propostas. Percebemos, ao longo desta tese, que as associações de homens de cor, e as múltiplas formas por elas adquiridas, possuíam também interesses e formatos distintos, não conformando uma espécie de “unidade cultural”.

Nesse sentido, explica Costa Pinto, as associações são de dois planos: as tradicionais, direcionadas às atividades recreativas, religiosas, culturais, lúdicas, evidenciando estética, música, coreografia, arte africana; enquanto as de novo tipo conectavam-se mais ao tempo presente – a década de 1950 -, segundo o autor, pensando o lugar das lutas sociais e culturais, de problemas e enfrentamentos ao racismo, das formas de viver e se relacionar na sociedade brasileira³³. Em nosso entendimento, para análise sobre Florianópolis, ambas as formas de agremiações, com suas diferenciações, tornaram-se porta-vozes de angústias, aspirações, expectativas de populações afros do período, por vezes indicando alguma ascensão social em virtude do acesso às letras, por vezes reformulando atuações contra o racismo em enfrentamentos estéticos nas ruas, não necessariamente pelos jornais em circulação dos grupos letrados, mas pelos desfiles no carnaval, sonoridades argutas a rememorar e refazer tradições.

A obra de Costa Pinto, crítico da realidade social e racial do Rio de Janeiro, enfatizou o potencial de populações afros no Brasil a partir do racismo e seus enfrentamentos cotidianos, constituindo diferencial de pesquisa e resultados em relação a outros trabalhos realizados pela UNESCO naquele período, como a obra de Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni (1960)³⁴. Esta produção, em significativo diagnóstico da realidade racial de Florianópolis, apontou a manutenção das desigualdades sociais e raciais vigentes na sociedade desde os tempos da escravidão.

A proposta de trabalho da equipe presente em Florianópolis envolveu uma pesquisa com moradores negros e estudantes brancos da cidade, de modo a compreender dinâmicas

³² PINTO, 1998, p. 216.

³³ PINTO, 1998 [1953], p. 36.

³⁴ CARDOSO, Fernando Henrique & IANNI, Octávio. **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1960.

de trabalho e renda, de acesso à escolarização, além de dimensionar como a população branca via a população negra, em seus diferentes estereótipos. Pautou olhares em perspectiva de brancos sobre negros, associando o racismo às construções desses brancos sobre “os outros”, negativizados, inferiorizados e estigmatizados, relegando a segundo plano engenharias arquitetadas por agrupamentos afros em combate ao racismo vigente na capital catarinense.

Nossas escolhas para o recorte temporal da pesquisa envolvem dois pontos que merecem atenção e explicação: o período de articulação de surgimento de uma Associação de Homens de Cor – o Centro Cívico e Recreativo José Arthur Boiteux -, e dos Clubes Recreativos de origens africanas – a União Recreativa 25 de Dezembro e o Grêmio Recreativo e Carnavalesco Brinca Quem Pode -, e a proliferação de blocos, ranchos e cordões carnavalescos, bem como a fundação das Escolas de Samba Os Protegidos da Princesa e a Embaixada Copa Lord. Desde meados da década de 1910, mas principalmente na década de 1920, emergiram as primeiras agremiações mencionadas, indicando também um olhar atento para a educação e os processos de escolarização das populações afros.

A percepção de que a educação significava possibilidades de ascensão social e prestígio, compunham expectativas e investimentos de homens e mulheres afrodescendentes. Ao mesmo tempo, optar pelos anos 1950, marco da fundação das Escolas de Samba Protegidos da Princesa (1948) e Embaixada Copa Lord (1955), implica pensar vivências do samba, alquimia entre voz, gesto, som e letra, regimes de expressões em oralidades, intencionalidades educativas e também posições políticas destas populações em suas formas de vivenciar o lúdico, reatualizando universos culturais em afro-diáspora.

Assim, não apenas “homens brancos” teriam poder de registro escrito em atas e prestações de contas de irmandades, associações e clubes, mas homens e mulheres afrodescendentes, sujeitos atuantes quotidianamente na vida da cidade de Florianópolis, poderiam expressar pontos de vista e argumentações a partir da escrita, de uma linguagem formal. Uma linguagem combatente diante tensões e rearranjos republicanos, naquele período de reformas urbanas, cujos hábitos e marcas nos corpos permeados por códigos culturais africanos ainda expressavam um passado escravista não condizente com os objetivos da República.

Associações, clubes ou outros grupos afros possuíam interesses, expectativas e formas diversas de autodenominação, como de inserção de seus/suas filiados(as). Na fronteira entre mundo ocidental e saberes de matrizes africanas, suas atuações fogem a

interpretações monolíticas, escapam a entendimentos sobre um perfil considerado específico para esses agrupamentos associativos. “Na situação da diáspora, as identidades se tornam múltiplas”³⁵. Compreendendo ruas e clubes em “mapas” de “repetição-com-diferença” ou “reciprocidade-sem-começo”, Stuart Hall sinaliza a diáspora caribenha à Inglaterra (após Segunda Guerra Mundial) como culturas no plural, desprovidas de uma “origem verdadeira”. Contrariamente, derivam de reatualizações, incorporações, variantes de estilos e atitudes, “resultado de sua própria formação relativamente autônoma”³⁶, assentadas, em nossa pesquisa, em organizações territoriais e simbólicas, persistindo em “subversão aos modelos culturais tradicionais orientados para a nação”³⁷.

A Escola de Samba Protegidos da Princesa, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, a Escola de Samba Embaixada Copa Lord, o Clube “Brinca Quem Pode”, o Flor da Mocidade, o Mocotó vem Abaixo, a União Recreativa 25 de Dezembro, os Clubes de Futebol e outras tantas formações culturais de origens africanas constituíam territórios, cujos limites espaciais formaram, ao longo do tempo, meios de reconhecer a si próprios e aos outros grupos³⁸, efetivando domínios de cultivo físico e simbólico.

Territórios marcados por códigos culturais de suas matrizes e cujos traços envoltos no samba, na religiosidade e nas expectativas de vida possibilitaram a criação e a consolidação de espaços múltiplos de vivências, memórias e histórias, produzindo “dimensão territorial” na “lógica do lugar” da cultura. Junções cultura/território social circundam formas próprias de situar-se em movimentos cujo espaço não constitui um dado autônomo, mas “um vetor com efeitos próprios”³⁹, eixo de organização do mundo.

Diante tal compreensão, importa também rediscutir a historiografia catarinense produzida e consolidada em torno de memórias que excluem e invisibilizam a presença e a atuação de grupos socioculturais de origens africanas em Santa Catarina e em Florianópolis, apontando os equívocos de uma visão sobre a “cidade agrícola baseada em núcleos familiares de trabalhadores livres, inspiradora de uma repulsa ao cativo e de um movimento abolicionista vigoroso intenso”⁴⁰. Este espectro, perpetuado por muitos(as)

³⁵ HALL, Stuart. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende [et al.]. 2º ed. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2013, p. 29.

³⁶ HALL, 2013, p. 40.

³⁷ Idem.

³⁸ SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002, p. 15.

³⁹ SODRÉ, 2002, p. 16.

⁴⁰ CARDOSO, 2008, p. 86.

historiadores(as) que discutiram a escravidão e a emergência da chamada cultura açoriana em Florianópolis, consolidou uma memória unilateral da cidade e das múltiplas culturas existentes em sua constituição.

No entendimento de Cardoso (2008), a historiografia catarinense, ao tratar da escravidão africana, tendo por referência grandes áreas exportadoras do país, analisando números proporcionais de cativos em relação ao número total da população, concluiu existir uma “quantidade reduzida de escravos e, igualmente, pela insignificância da escravidão local”⁴¹, desconsiderando as especificidades da própria capital, invisibilizando experiências africanas a partir de uma suposta ausência, comprovadamente, em estudos das últimas duas décadas, consideradas interpretações equivocadas. Inegavelmente, esforçamo-nos, em conceber algumas narrativas dispostas a captar modos informais, às vezes efêmeros, mas não menos densos, de valores, crenças, comportamentos e atitudes.

Visamos uma análise crítica acerca das experiências das populações de origem africana em Florianópolis entre 1920 e 1950, conjecturando as associações organizadas por afrodescendentes enquanto espaços de atuação destas populações e de uma perspectiva que as coloque enquanto protagonistas históricos. Ressaltamos, entretanto, que este recorte funcionará como “tópico guia”, de modo que, às vezes, recuamos ou avançamos no tempo, de acordo com demandas e articulações históricas que se fizerem necessárias, para melhor compreensão de argumentos e construção da narrativa.

Assim, ao apresentar a cidade de Florianópolis, as agremiações fundadas por populares de matrizes africanas e suas estruturas de funcionamento, retornamos a legislações, fotografias, documentações, relatos, anotações pertinentes às questões discutidas, sendo que isso não significa, de forma alguma, uma fuga ao recorte temporal proposto, mas estratégia de apresentação de dados relevantes para a compreensão desse trabalho. Esse recuo a outras temporalidades possibilita reflexões acerca da conjuntura em que se inserem nossos sujeitos históricos, estabelecendo nexos e relações para debate, de acordo com o período selecionado.

Nossa principal justificativa para esta pesquisa envolve o momento político atual e um comparativo com as políticas públicas destes últimos 13 anos, quando estávamos sob os governos populares do Partido dos Trabalhadores (PT) de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). Inúmeras políticas sociais foram implantadas neste

⁴¹ CARDOSO, 2008, p. 50.

período, ampliando oportunidades para milhões de pessoas pobres deste país que tiveram acesso a escolarização de Ensino Médio e Ensino Superior, à pós-graduação, a espaços no mercado de trabalho, a bolsas e apoios em diferentes âmbitos e esferas da vida, permitindo formas de ascensão social de tantas famílias e o combate à pobreza extrema.

Tais políticas e formas de governabilidade em projeto de país que se pensava “para todos”, foram alvo de um maquiavélico Golpe de Estado ocorrido em 2016, derrubando a presidenta legitimamente eleita, Dilma Rousseff, e transformando a realidade brasileira, instaurando um caos político, também sentido em sua formatação econômica. As “reformas” que temos acompanhado desde então apontam para a miséria dos mais pobres e para cortes de sonhos, expectativas e possibilidades para milhões e milhões de brasileiros.

Parece-nos que a preocupação do(a) historiador(a) e seu papel político e social estão mais requisitados e importantes ainda nestes tempos sombrios de limitação de direitos. Neste sentido, esta tese constitui ainda um projeto de vida e coletivo de aspirações e anseios que sonhamos quando os ventos sopravam em prol das políticas de promoção da igualdade racial, de gênero e de classe. Assim, esta pesquisa constitui uma preocupação política e social, na medida em que atenta para a Lei Federal 10.639/03, que institui a obrigatoriedade do ensino de História da África e cultura afro-brasileira e africana nos currículos das redes oficiais de ensino, acompanhandoas *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* (DCNERER) de 2004, como o *Plano Nacional de Implementação das para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* (2013).

Alguns aportes permitem visualizar e compreender tais experiências. Trabalhamos com a noção de afrodescendentes ou populações de origem africana, não no sentido de raça, mas enquanto grupos populacionais com suas perspectivas de cultura e organização social, evitando possível homogeneidade e ideologia, dada a multiplicidade de associações e pessoas envolvidas nesta narrativa. Ao pensar em populações de origem africana, despertamos para possibilidades mais amplas, podendo inserir e tentar vislumbrar diferentes povos e experiências.

Segundo compreensão de Stuart Hall (2013), a categoria raça, sem ser científica, resulta de “uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o

racismo.”⁴² No entanto, há uma lógica própria que movimenta a raça e envolve práticas de racismos. Ainda, nas palavras do autor, “tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza”⁴³.

Abarcar dinâmicas de combate ao racismo significa estimar em que medida as ideias de raça, em suas concepções biológica e social, foram incorporadas nas primeiras décadas do século XX - após a Abolição e durante o Estado Novo -, período de intensas tensões raciais, mesmo em se tratando de um esforço institucional estatal brasileiro para consolidar a ideia de mestiçagem e de país da democracia racial, “apresentando” ao mundo sua suposta “harmonia entre as raças”.

Como destaca Antonio Sérgio Alfredo Guimarães⁴⁴, precisamos atentar para a noção de raça e sua vinculação à identidade, escondendo múltiplas estratégias e experiências de identificação. Percebendo noções de raça, cultura e identidade construídas em periódicos da imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, nas décadas de 1920 a 1950, o autor discute estratégias de mobilização variantes, de acordo com as socializações experimentadas por esses grupos na sociedade, quer mais próximas às classes médias e aos debates em torno da educação como caminho para a igualdade, ou em mecanismos cuja “cultura” constituiria caminho de “integração”. No texto, explora apenas a perspectiva de grupos “letrados”, utilizando expressões orais e escritas como traçados para suas estratégias de lutas sociais e culturais.

Guimarães pontua alguns cuidados necessários com o uso de termos recorrentes na linguagem contemporânea⁴⁵, mas que em décadas seguintes à Abolição, carregavam outros sentidos e conotações:

nos anos 1920 encontramos aqueles que são considerados pioneiros dos movimentos negros atuais referindo-se a si mesmos e construindo uma certa

⁴² HALL, 2013, p. 76.

⁴³ HALL, 2013, p. 77.

⁴⁴ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950. **Revista Afro-Ásia**. n. 29/30, 2003, p. 247-269, p. 247.

⁴⁵ “O Movimento Negro e alguns sociólogos, quando usam o termo *raça*, não o fazem alicerçados na idéia de raças superiores e inferiores, como originalmente era usada no século XIX. Pelo contrário, usam-no com uma nova interpretação, que se baseia na dimensão social e política do referido termo. E, ainda, usam-no porque a discriminação racial e o racismo existentes na sociedade brasileira se dão não apenas devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido à relação que se faz na nossa sociedade entre esses e os aspectos físicos observáveis na estética corporal dos pertencentes às mesmas.” (GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: MEC-SECADI. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 45).

identidade social a partir de vocábulos, conceitos e idéias legados do passado. Chamam a si mesmos de “homens de cor” e “homens pretos”, e chamam seu coletivo de “classe”. A princípio, as palavras “raça” e “negro” são usadas por eles de maneira bastante distinta da que hoje é usada pelos ativistas negros⁴⁶.

Tal interpretação do autor, a partir da documentação produzida e veiculada pela imprensa negra, permite perceber inúmeras expressões utilizadas por essas populações para se autointitular, autonomear, alcance antes de posse dos donos do poder, o “senhor”. Distanciando-se das amarras da escravidão e de suas memórias institucionais, essas populações procuraram implodir ferramentas que as vinculassem à antiga condição. A noção de raça não obedece qualquer realidade natural, denotando uma forma de classificação social, “baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado”⁴⁷. Nesse sentido, a raça é um construto social, mobilizado a partir da realidade de determinada sociedade e seus jogos de poder.

Sendo assim, diante desse debate e da documentação coletada para nossa pesquisa, ancorada em retóricas semelhantes de homens de cor, mas também pautadas em outras pluralidades além imprensa negra ou grupo de “letrados”, para evitarmos generalizações, incorreções e construções abstratas, ao lidar com as experiências dos sujeitos históricos de nossa análise, optamos por utilizar a categoria afrodescendente ou populações de origem africana, procurando “abarcá-las” melhor a infinidade de formações identitárias, múltiplos sujeitos e significados sociais incorporados por cada um.

Nesse sentido, também, a noção de “homens de cor” demanda análise, pois os próprios atores sociais analisados neste trabalho propuseram esta terminologia em prol de uma ressignificação do passado escravista, um mecanismo de construir positivamente seus lugares de ser e estar no mundo, dentro de novas configurações e embates da República. Ainda, algumas associações e intelectuais de origem africana, no sentido de valorizar sua humanidade e cidadania, mobilizaram esta nomenclatura, fazendo-se presente em muitos dos documentos analisados ao longo desta tese.

Conforme defrontamos ao longo do texto, por vezes a denominação “homens de cor” fica evidente, em outros momentos, o quesito cor vinculado ainda aos estereótipos da escravidão ou ao tom da pele vêm à tona, ao passo que a palavra “negro”, muitas vezes

⁴⁶ GUIMARÃES, 2003, p. 250.

⁴⁷ GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009, p. 11.

presente nos materiais encontrados remete a um sentido negativo e depreciativo destas populações. Assim, apesar das ressignificações deste termo e de seus usos políticos atuais, em especial a partir da década de 1960/1970, com as rearticulações do Movimento Negro Unificado, manteremos, para esta pesquisa, o termo mais amplo de afrodescendentes ou populações afro-diaspóricas, remetendo à ideia de populações cuja origem comum era o continente africano e suas matrizes culturais, mas cujas vivências e existências em diáspora devem ser pensadas em suas múltiplas reelaborações e rearranjos sociais, políticos, éticos, estéticos e culturais⁴⁸.

Compreender os desafios em torno da decolonialidade de corpos, saberes e seres demanda questionar postulados eurocêntricos tidos como verdades universais, indagar formas de construção do conhecimento e lançar conhecimentos na contramão de configurações hegemônicas e dominantes de produção cultural, social e científica tornam-se desafios a partir dos olhares oportunizados pelos debates postos à cena por Stuart Hall e o grupo fundador dos Estudos Culturais⁴⁹.

A cultura que envolve todas as esferas da vida dos sujeitos históricos e, nessa perspectiva, o ofício do historiador insere-se no trabalho com as experiências culturais, cujo papel enquanto intelectual é político e social. Conforme Walter Benjamin (1994)⁵⁰, precisamos perceber que as histórias dos vencedores, tão conhecidas, possuem saberes, formas de vida e bens culturais dos vencidos e, deste modo, as culturas sempre questionarão essas vitórias dos dominadores. Percebemos, assim, a necessidade de conhecer e compreender a história de outro modo, não apenas do ponto de vista dos vencedores, mas a história do ponto de vista de suas lutas e embates, e por isso, chamada a contrapelo.

No entendimento de Stuart Hall (2010), a cultura vive oscilações, perturbações, constituindo um modo de vida, imbricado em todas as práticas sociais, não condizente com um costume específico ou hábito diferenciado, mas constitutiva de todo o tecido social.

La “cultura” no es *una* práctica, ni es simplemente la suma descriptiva de los “hábitos y costumbres” de las sociedades, como tiende a volverse en ciertos tipos de antropología. Está imbricada con *todas* las prácticas sociales, y es la suma de sus inter-relaciones.⁵¹

⁴⁸ CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. Depoimento informal à autora em 15 de março de 2017.

⁴⁹ HALL, Stuart. **Sin Garantías**: trayectorias y problemáticas em estudios culturales. Popayán: Enviñón Editores, 2010.

⁵⁰ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 224.

⁵¹ HALL, 2010, p. 32.

Hall empenhou-se em desenvolver uma crítica social, de modo a compreender as relações entre os distintos elementos que compõem “toda uma forma de vida”, atentando para os limites do marxismo e destacando que a cultura não deve ser absorvida pelo econômico, tampouco constitui algo particular, mas uma conduta cotidiana. Segundo o autor, “a cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar”⁵². Introduzindo questões referentes a estudos da diáspora africana nas discussões elaboradas pelo grupo dos estudos culturais⁵³, percebe movimentos na contramão da modernidade ocidental marcada pelo capitalismo e seus ditames culturais.

A abordagem dos estudos culturais possibilita um debate acerca de mudanças sociais e culturais, a partir de rupturas com ideais tradicionais de cultura, em especial quanto ao que se compreendia por culturas de classe, excluídas das dimensões de gênero e raça, questões inclusas nos debates pelo grupo fundado na Inglaterra, o Centro de Estudos Culturais Contemporâneos.⁵⁴ Com base nessas aproximações, tecemos narrativas sobre homens e mulheres expropriados de seus territórios e que refizeram suas identidades e ressignificaram suas culturas em ambientes do “Novo Mundo”. A diáspora, em seu sentido mais potente, pressupõe perspectiva simbólica de renascimento das Áfricas.

Consideramos fundamental atentar para linguagens corporais em diáspora, compreendendo performances e “memórias ancoradas em corpos negros”. Neste sentido, Stuart Hall (2003, 2010), Muniz Sodré (1998, 2002, 2005[1983]), Esiaba Irobi (2012[2007]), Paul Connerton (1999), Diana Taylor (2013[2003]), Maria Antonieta Antonacci (2015) e outros estudiosos permitem ampliar olhares sobre performances e memórias culturais nas Américas, percebendo como o corpo constitui lugar de memória e suporte de manutenção e rememorações culturais. “Do corpo e de seus prolongamentos materiais e acústicos afloram índices de costumes africanos e perfis de seus documentos/monumento, desdobrando interrogações à história.”⁵⁵

A organização dos carnavais, permitindo lembrar ou manter laços culturais e identitários, como códigos culturais de matrizes africanas, envolvem preparativos e deslocamento de ações para sua concretização e, segundo Irobi (2012), “adentram ao reino das possibilidades imaginativas e empíricas que frequentemente são negadas no cotidiano

⁵² HALL, 2013, p. 49.

⁵³ Considera-se, atualmente, entre os fundadores dos Estudos Culturais, Raymond Williams, Hoggart, Eduard P. Thompson e Stuart Hall.

⁵⁴ HALL, 2010, p. 7-51.

⁵⁵ ANTONACCI, 2015, p. 18.

social, econômico, político e religioso”⁵⁶. Aprofundando-se em estudos preocupados com estéticas e manifestações culturais extraocidentais, o autor reatualiza a “estética do ritual” a partir da inteligência do corpo performático carnavalesco, encharcado em memórias e fenômenos afro-diaspóricos, transformações intelectuais de vivências incorporadas.

As perspectivas de corpo-memória conduzidas por Irobi, coadunam com sentidos de continuidade entrelaçados por Diana Taylor, em seu trabalho sobre performatividades nas Américas, em que procura entender e analisar *arquivos* e *repertórios* na conservação da memória em sociedades letradas, semiletradas e digitais. Concordamos com a autora quando diz que “nem todo mundo chega à ‘cultura’ ou à modernidade por meio da escrita”⁵⁷, necessitando evidenciar outras dimensões de conhecimento além universos letrados. Assim, saberes de matrizes orais, enraizados em políticas do corpo intervêm em performances enquanto “atos vitais de transferência”, transmitindo conhecimento, memórias capazes de articular e impulsionar identidades sociais.

Nossas fontes de pesquisa são: materiais do acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, em especial anuários, periódicos, relatórios de governadores e interventores do estado Santa Catarina e correspondências; documentação de constituições, documentos manuscritos e impressos sobre Florianópolis do acervo da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Centro de Memória); fotografias, documentos manuscritos e impressos dos intelectuais de origem africana Ildefonso Juvenal, Trajano Margarida e Antonieta de Barros, presentes no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC); obras literárias produzidas por Trajano Margarida disponíveis para consulta no Setor de Obras Raras da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)⁵⁸; obras literárias e documentos pessoais e públicos diversos produzidos por Ildefonso Juvenal e que constituem acervo de família, materiais gentilmente cedidos pelo historiador Carlos Eduardo Silveira, que disponibilizou esta documentação em formato digital à mim e ao acervo do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB-UDESC); jornais e periódicos contidos na Biblioteca Pública do Estado de Santa

⁵⁶ IROBI, Esiaba. O que eles trouxeram consigo: carnaval e persistência da performance estética africana na diáspora. **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 44, p. 173-193, jun. 2012, p. 279.

⁵⁷ TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório**: performance e memória cultural nas Américas. Tradução de Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: UFMG, 2013, p. 21.

⁵⁸ A produção *Canções Carnavalescas*, de autoria de Trajano Margarida, publicado na década de 1930, teve a digitalização cedida gentilmente pela pesquisadora Lisandra Barbosa Macedo Pinheiro, colega de trabalho e de projetos. Esse material já integrou o acervo da UFSC, mas não foi mais localizado naquela instituição.

Catarina no acervo de Obras Raras; Livro Atas da União Recreativa 25 de Dezembro⁵⁹; e, Estatutos de associações contidos no acervo do Cartório Iolé Farias de Florianópolis, 1º cartório de registro de pessoa jurídica da cidade.

Em se tratando da multiplicidade desse significativo *corpus* documental, dimensionar como diferentes agremiações organizaram estratégias de atuação requer perceber como esses grupos transmitiam e conservavam suas memórias. Amparados em suporte teórico de Paul Connerton (1999), conduzimos o trabalho com as fontes entendendo que “o conhecimento de todas as atividades humanas passadas só é possível através do conhecimento dos seus vestígios [...] – isto é, as marcas, perceptíveis pelos sentidos, deixadas por um fenômeno qualquer em si inacessível.”⁶⁰

Tais vestígios, marcas de presença e atuação humana, proporcionam alcançar elementos constituintes das organizações sociais humanas, viabilizando interpretações dessas sociedades sobre/de si mesmas e análises históricas relacionadas a suas perspectivas e modos de ser e estar no mundo. Para o autor, dentre as “mais poderosas destas auto-interpretações estão as imagens que as sociedades criam e preservam de si próprias como sendo continuamente existentes”⁶¹, em suas resistências, renovações culturais, reatualizações memoriais, registradas em diversos suportes, dentre os quais o papel – tingido pela caneta e o corpo – esculpido e lapidado por inscrições múltiplas. O corpo, nas mais diferentes sociedades ao longo do tempo, tem constituído “expectativas baseadas na recordação”⁶².

Analisar documentos sobre presença de matrizes de origens africanas em Florianópolis exige compreender registros confeccionados em diferentes suportes e, quando em baluartes ocidentais, lê-los na contramão da hegemonia que os produziu. Práticas e resistências dessas populações foram localizadas em documentação de imprensa, mais especificamente jornais e periódicos do período, requisitando abordagem enquanto documentos de uma época, com peculiaridades, linguagem constitutiva do social, de acordo com a historicidade na qual foram produzidos⁶³. Pautamo-nos em orientações de Peixoto e Cruz (2007), no que tange aos cuidados necessários na análise deste tipo de documentação,

⁵⁹ Documentação gentilmente cedida pela professora e pesquisadora Maria das Graças Maria, estudiosa do tema e parceira de trabalho e pesquisa.

⁶⁰ CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. 2ª ed. Oeiras/Portugal: Celta Editora, 1999, p. 15.

⁶¹ CONNERTON, 1999, p. 14.

⁶² CONNERTON, 1999, p. 7.

⁶³ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: Conversas Sobre História e Imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

visto ser produzida numa determinada conjuntura, com propósitos específicos, e permeada por seu espaço social.

Quando pensamos nos relatórios de governadores e interventores de Santa Catarina, também remetemos aos cuidados necessários com este tipo de documentação, visto ser uma produção do Estado, de cada governante e com objetivos explícitos de apresentar resultados alcançados em suas gestões. Tais registros, pronunciamentos de governantes, carregam marcas, códigos, posicionamentos, dados analisados em tom de evidenciar “avanços” atingidos durante a gestão de cada um. Tornam-se uma “via de acesso a esse passado”, demandando dimensionar seu caráter ideológico, quais “interesses sociais, econômicos, políticos e de classe”⁶⁴ atendiam.

Essa documentação não traz um passado em si mesmo, exprimindo intenções de quem o produziu, a partir de objetivos fins àquela produção. Oportunamente, o tom de sua abordagem conecta-se ao público destino, pois ouvintes e leitores desse tipo de documento compõem contextos de recepção⁶⁵, conformando interpretações diversas. Apesar das ressalvas, constituem documentação importante para conhecer articulações políticas da cidade de Florianópolis e do estado, além de percepções sobre as populações existentes em Santa Catarina e na capital, as “preocupações” em torno delas e suas demandas, em especial atentando para as reformas urbanizadoras e um ideal de cidade higienizada.

As obras literárias produzidas por intelectuais de origem africana neste período apontam indícios de distintas formas de vida na cidade republicana, dialogando com expectativas coletivas, sonhos e trajetórias de pessoas e grupos. Nosso foco principal não é a análise detalhada desta produção, mas compreender em que medida estas narrativas apontam para as experiências de homens e mulheres afrodescendentes em suas diferentes ações, labores e lazeres. Particularizada em relação a outras expressões escritas ou orais, a literatura, enquanto fonte histórica, merece atenção quanto aos modos de concepção, transmissão, leitura e compartilhamento entre os diferentes grupos sociais⁶⁶.

Outro material necessário e cuja labuta não foi menos difícil em localizar e ter acesso, diz respeito a estatutos das agremiações do período. Muitas destas associações formaram

⁶⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: LUCA, Tânia Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 223-250.

⁶⁵ ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 239.

⁶⁶ FERREIRA, Antonio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In: LUCA, Tânia Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 61-93.

estatutos e criaram seus espaços, sem, no entanto, registrar algum documento em cartório, o que também dificulta o acesso a determinadas fontes e informações. Mas, do que conseguimos, indicamos que a documentação cartorial constitui rico recurso para a presente pesquisa. Se antes as temáticas em torno das populações de origem africana, que se utilizavam de fontes cartoriais, pautaram a escravidão, registros de compra e venda⁶⁷ em especial, com a Abolição esta situação se transforma, e também o historiador voltado a formas de transgressões e expressões entre escravizados, lida com novas possibilidades de análise da documentação cartorial, pensando a organização de associações de caráter recreativo, lúdico, literário e cívico.

Também utilizamos diferentes fotografias, em especial do acervo da Casa da Memória de Florianópolis, espaço de memória contendo inúmeros registros audiovisuais da cidade e de práticas de seus moradores, documentos históricos que permitem construirmos olhares e narrativas a respeito de vivências em diáspora. Concordamos com Kossoy⁶⁸ quanto à análise necessária em relação a este tipo de documento/registro histórico, pois é preciso discutir, para além do que se quis representar, as intenções almejadas pelo fotógrafo ou pelo órgão contratante de tal profissional. Além disso, as fotografias consultadas e utilizadas para este trabalho, apontam diferentes configurações da cidade e formas diversas de ocupa-la.

Diferentes intelectuais, professores(as), profissionais de diversas áreas do conhecimento têm se debruçado sobre histórias e memórias das populações de origem africana em Santa Catarina⁶⁹, por mais que ainda embasados, muitas vezes, numa perspectiva da escravidão enquanto sistema único norteador da vida e das atribuições de sujeitos históricos múltiplos, os escravizados. No entanto, muitos estudos já apresentam novas abordagens, perspectivas e olhares sobre esta presença em Santa Catarina, discutindo a escravidão em suas múltiplas dimensões, e incluindo os escravizados enquanto atores neste processo, para além da noção de vítima⁷⁰, exclusivamente.

⁶⁷ A respeito de análises importantes envolvendo o tema, consultar em especial os três capítulos a seguir: FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida; GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciais; BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

⁶⁸ KOSSOY, Boris. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, Etienne. **O Fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 41-48.

⁶⁹ Consultar análise realizada por Biléssimo em sua dissertação de mestrado, em especial na introdução e capítulo 1: BILÉSSIMO, Ângelo Renato. **Grandes Fortunas em Santa Catarina entre os anos de 1850 e 1888**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Lisboa (UL). Lisboa, 2010.

⁷⁰ Sobre a importância de discutir a atuação de africanos(as) e seus descendentes enquanto pessoas escravizadas, em constante ação e reação aos mecanismos que envolviam o sistema escravista e suas relações com diferentes atores sociais, consultar: LUCINDO, Willian Robson Soares. A Escravidão em sala de aula: a

Em termos de estudos sobre experiências do pós-abolição em Santa Catarina, o *Grupo de Pesquisa Multiculturalismo: História, Educação e Populações de Origem Africana*, atualmente denominado *Grupo de Pesquisa Multiculturalismo: Estudos Africanos e da Diáspora*, coordenado pelo professor Dr. Paulino de Jesus Francisco Cardoso, tem construído abordagens e perspectivas de análise sobre este contexto de finais do século XIX e primeira metade do século XX, em especial.

Ao longo desta pesquisa adentramos em diálogo mais profundo com esta produção bibliográfica, de acordo com as demandas de cada capítulo e argumentação necessária. Em ritmo de introdução, cabe salientar que autores(as) como Michele Maria Stakonski (2008), Júlio Cesar da Rosa (2011), Paulino de Jesus Francisco Cardoso (2010, 2013), Andréa Aparecida Cândido de Carvalho (2008), Lisandra Barbosa Macedo (2011), Graciane Daniela Sebrão (2011), estão entre os mais recentes estudiosos do campo no estado de Santa Catarina, a partir de articulações pautadas no projeto de pesquisa *Experiências das populações de origem africana em Santa Catarina no pós-abolição: culturas políticas e sociabilidades*, desenvolvido a partir do grupo de pesquisa já mencionado, cujos desdobramentos envolveram a elaboração e a divulgação de TCCs, Dissertações e Teses na área, materiais importantes para o diálogo com nossas fontes de pesquisa nesta tese.

Nossa contribuição, nesta rede de construção de conhecimento - dividindo expectativas, lacunas, observações e análises neste contexto, em articulação com estes diferentes pesquisadores -, implica em pensar novas questões e apontamentos sobre as associações ou agremiações organizadas por populações de origem africana na capital catarinense na primeira metade do século XX. Procurando perceber os impactos das reformas urbanas e os desafios do universo pós-abolição, lidamos com expectativas e projetos coletivos envolvendo educação, trabalho, sociabilidade, lazer e cidadania. Neste sentido, cremos contribuir para a ampliação destes estudos em nosso estado e lançar novos desafios em termos de pesquisas que se fazem necessárias neste campo de conhecimento.

Intentamos, ao longo deste trabalho, mobilizar aspectos que permitam notar movimentos nestas diferentes associações, compreendendo-as enquanto espaços plurais e também com propostas distintas de atuação, em muitos momentos. Ao lidar com bibliografias sobre associativismo negro e imprensa negra, procuramos tecer críticas

desvilitização de cativos como humanização das populações de origem Africana. *Antíteses*, vol. 3, n. 6, jul.-dez. 2010b, p. 879-897.

necessárias a uma produção já existente, ao passo que novas questões e abordagens podem ser constituídas a partir destas experiências de pesquisas já realizadas.

Além disso, a análise sobre práticas de clubes ou associações recreativas, blocos, cordões, ranchos e escolas de samba, dimensiona aspectos de vivências comunitárias, alcançando formas de manutenção cultural em repertórios e enredos da vida quotidiana e dos festejos do carnaval, ápice de estéticas e éticas extraocidentais, extravasamento e transfiguração de lugares sociais preestabelecidos ao longo do ano.

Configuradas em corpo-território, em que cada ser percebe o mundo e suas coisas a partir de si mesmo, pois seu corpo é “lugar-zero do campo perceptivo”, associações de homens de cor movimentaram-se e construíram “pequenos espaços de organização social”. Na visão do autor, “os terreiros, a disseminação e a reelaboração de cultos em todo o território nacional, o espraiamento de organizações sociolúdicas, a música urbana, pequenas redes de socialização”⁷¹ resultam em desvios históricos expoentes da capacidade realizante desses grupos em diáspora.

Neste sentido, vislumbramos apresentar alguns caminhos percorridos por grupos afros em Florianópolis, tentando entender como articularam estas associações e os movimentos em torno delas, distinguindo propostas, intenções e formas de lidar com a escrita, a oralidade, o recreativo e o lúdico. Em nosso ponto de vista, estas são possibilidades interessantes para a apreensão dos significados destes termos e suas conotações no período abordado na pesquisa, sugerindo que o político e o artístico constituíam o mesmo corpo da diáspora, em múltiplas perspectivas e dimensões performáticas.

Diante do exposto, apresentamos a formação dos capítulos que compõem as tessituras moldadas nesta tese. O capítulo primeiro aborda aspectos políticos da cidade de Florianópolis e do estado de Santa Catarina, envolvendo questões como as reformas urbanas, os impactos no cotidiano da vida das pessoas, as transformações em torno da brasilidade e o Estado Novo, bem como as elites dirigentes em nosso estado e suas formas de governar, dimensionando articulações e redes mobilizadas por afros também junto a elas.

Já o capítulo segundo, adentra com maior ênfase no estudo das agremiações e permite transitarmos no universo das letras, as associações de homens de cor e suas preocupações com a educação, destacando também algumas trajetórias de intelectuais na história da cidade, que nem sempre foram conhecidos e devidamente referenciados.

⁷¹ SODRÉ, 2002, p. 118.

O capítulo terceiro enreda-se nas vivências dos clubes recreativos, organizações de origem africana fundadas como meios de afirmação social, momentos de lazer sociabilidades e discussões pautadas nas demandas de seus agremiados. Destacando o perfil de algumas associações e seus objetivos, por meio de atas de clube e notas de jornais do período, procuramos evidenciar elementos de uma proposta de visibilidade positiva para estas populações que, mesmo passadas décadas da Abolição, ainda sentiam os efeitos cotidianos do racismo aliado a heranças e marcas da escravidão.

Enquanto último capítulo, o quarto momento desta tese possibilita um olhar sobre formas públicas de expressão cultural e artística, por meio de blocos carnavalescos, cordões, ranchos, cacumbis e escolas de samba. Uma reatualização dos usos do espaço público e a construção de visibilidade positiva destas populações ressurgem naquele período. Durante o Estado Novo e nas décadas seguintes, homens e mulheres afros alcançaram meios e ferramentas políticas, sociais e artísticas para movimentar a cidade com ritmos, tons e performances de matrizes afros.

Assim, esperamos que a leitura deste trabalho permita conhecer uma “versão” de Florianópolis poucas vezes capa de revista ou manchete de jornal, mesmo em se tratando de uma cidade marcadamente turística. Boa leitura!

1 CIDADE, REPÚBLICA, TENSÕES E REFORMAS URBANAS

Este primeiro capítulo busca perceber articulações políticas, sociais e culturais tecidas por grupos de origem africana em Florianópolis, em especial de letrados, ante anseios e expectativas de cidadania e ascensão social no universo pós-abolição, na República. Enfatizamos as primeiras décadas do século XX como período de tensionamentos em torno da educação, ao passo que também algumas oportunidades foram criadas e conquistadas por grupos de letrados, visando alcançar a cidadania e os direitos sociais por meio da escolarização, do universo das letras. A partir de materiais de jornais, estatutos de associações, acervos pessoais e públicos de algumas lideranças e intelectuais afros em Santa Catarina, procuramos traçar os objetivos e o perfil de algumas associações, detalhando um quadro associativo em Florianópolis.

1.1 A REPÚBLICA, AS ELITES E A RECONFIGURAÇÃO CIDADINA

No contexto do século XIX, a fundação do IHGB possuía como um dos principais objetivos a publicação e o arquivamento de documentos relacionados à Geografia e História brasileira, e também, dos “grandes nomes” da política, das artes, das letras, da magistratura, do magistério e das atividades produtivas do país, conformando uma historiografia brasileira que, por muito tempo, contemplou os ditos “grandes heróis” brancos da História¹, pautados em olhar e perspectiva eurocêntrica, invisibilizando as populações de origem africana, bem como as populações indígenas. Esta abordagem permite compreender aspectos da cidade de Florianópolis e como era vivenciada pelos sujeitos históricos enfatizados nesta pesquisa, em suas múltiplas dimensões, conexões e anseios.

Articulados ao modelo nacional, os Institutos Históricos e Geográficos regionais ou estaduais também fundados seguiam os mesmos moldes narrativos. Tais enfoques em memórias e histórias dos “grandes feitos” e dos “grandes heróis” desconsideravam as experiências de origem africana, construindo uma historiografia pautada nas vivências das populações europeias, em especial a chegada dos imigrantes, ou então, a colonização portuguesa, pois a necessidade de consolidar uma história nacional passava pelas demandas

¹ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto histórico e geográfico brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.1, 1988, p. 5-27.

de mostrar um país eurocentrado, sendo a presença e a resistência de diferentes grupos sociais na escrita da história brasileira um motivo de desqualificação nacional².

Neste movimento, a historiografia brasileira negligenciou a representatividade da maioria da população, construindo uma narrativa distante das vivências de homens e mulheres comuns, pobres, afros e tantos outros que ficaram à margem dos ideais de nação. A história das culturas africanas e afro-brasileiras também ficou neste universo de invisibilidade do Instituto Histórico e Geográfico e seus projetos de Estado. Neste sentido, a produção historiográfica do Brasil não contemplava milhões de pessoas que compuseram cores, formas, ritmos, saberes e fazeres nestas terras, em diferentes dimensões. O Estado brasileiro possuía um projeto de nação em que as populações de origem africana foram excluídas, cerceadas de direitos. Não só ignoraram essas populações, como produziram concepções elitistas e conservadoras de História e de marcas ou lutas sociais.

Em relatório apresentado em 1917 por Felipe Schmidt, governador do estado de Santa Catarina, reforça-se que “do caldeamento de todas as raças é que sahem as nações novas e fortes para os paizes novos”³, situando o relator que a existência de povos e origens diferentes (exceto os de origem africana e indígenas, não mencionados na afirmação do presidente) não era possível, dado que todos se uniriam nos propósitos da nacionalidade brasileira. Na visão de Felipe Schmidt, “não temos que receiar um perigo para a nossa nacionalidade pela falta de homogeneidade ethnica”⁴. Em nosso entendimento, dada a origem germânica do político, suas “explicações” indicam que as diferentes origens não se faziam ruins para o projeto de nação.

Tal projeto envolvia um cuidado com a escolarização e o ensino de língua nacional, além do ensino cívico, que, na visão dos governantes, desenvolveria o sentimento de pertencimento e nacionalidade, “incut[indo] no espirito das creanças o sentimento da nacionalidade, o amor na Patria, da sua historia e das suas tradições”⁵. A urgência em criar e ampliar os grupos escolares já existentes, tanto na capital quanto nas cidades do interior demonstra a demanda por aprender as letras e também pelo ensino em português, dado que em muitas regiões a multiplicidade de línguas, em especial europeias eram predominantes

² GUIMARÃES, 1988.

³ RELATÓRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, pelo sr. dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catarina, 14 de agosto de 1917, p. 7.

⁴ RELATÓRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 1917, p. 7.

⁵ RELATÓRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 1917, p. 32.

– além de línguas africanas e indígenas, não contabilizadas pelos órgãos governamentais -, que não o português reivindicado como sinônimo de nacional, de brasilidade.

Como destacou Felipe Schmidt em relatório de 1916, o “problema do ensino da língua nacional nos núcleos de população estrangeira, ou de origem estrangeira, é de capital importância”, pois durante muito tempo a escolarização ficou a cargo dos próprios imigrantes, deixando “cada um desses nucleo entregues a si mesmo, de modo que o colono, não tendo escolas nacionais, educava o filho no conhecimento exclusivo da própria língua”⁶. No relatório de 1918, a preocupação com o ensino tornou-se tema ainda mais relevante, dada a declaração de “estado de guerra com a Alemanha determinou o governo federal, por intermédio do Ministério do interior, que fossem mandadas fechar todas as escolas particulares em que não se ensinasse a língua portuguesa”, ação que ocasionou o fechamento de 200 escolares particulares no estado, movidas e geridas por imigrantes europeus, em especial alemães⁷.

Por diferentes motivos, o Estado não mediu esforços em organizar um caminho escolar para estas populações. Ao mesmo tempo, populações indígenas e de origem africana não receberam a mesma atenção quanto à escolarização. Enquanto as primeiras foram dizimadas pelo próprio Estado, em ataques contratados pelo governo, as segundas ainda não alcançaram a cidadania que a Abolição poderia proporcionar⁸. O panorama educacional do estado de Santa Catarina enfatizou a preocupação com a língua nacional - o português -, e o cuidado e incentivo na criação de escolas voltadas a este intento, além das funções básicas matemáticas, educação cívica e moral e higiene, dentro dos moldes da civilização desejada ao longo das primeiras décadas do século XX⁹.

⁶ RELATÓRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, pelo sr. dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catarina, 24 de novembro de 1916, p. 20-21.

⁷ RELATÓRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, pelo sr. dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catarina, 8 de setembro de 1918, p. 40.

⁸ A respeito dos ataques realizados pelo Estado às populações indígenas em Santa Catarina, consultar: WITTMANN, Luisa Tombini. **O vapor e o botoque**: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007. Em relação às dificuldades enfrentadas por populações de origem africana quanto à cidadania, verificar: DOMINGUES, 2011, p. 118-139; CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis**: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1960.

⁹ Sobre as experiências de escolarização das populações de origem africana no Brasil, consultar: LUCINDO, Willian Robson Soares. **Educação no pós-abolição**: um estudo sobre as propostas educacionais de afrodescendentes (São Paulo/1918-1931). Itajaí: Casa Aberta, 2010a. Quanto a estudos sobre projetos de escolarização oriundos das reformas republicanas, bem como suas adaptações em torno da nacionalidade almejada pelo regime varguista, consultar: DÁVILA, Jerry. **Diploma de Brancura**: política social e racial no Brasil – 1917-1945. Tradução: Claudia Sant’Ana Martins. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

As cidades tornaram-se espaços centrais de reorganização no pós-abolição, dado também o impacto das migrações de áreas rurais após o término do regime escravista. Em Florianópolis, distintos agrupamentos de origens africanas enredaram suas histórias numa capital que, ao mesmo tempo em que recebia uma forte migração de áreas rurais e grande fluxo de migrantes de diferentes origens do mundo todo¹⁰, também se urbanizava, se remodelava e devia atender às demandas médico-higienistas e sanitaristas em vigência na virada do século e, marcadamente presente na primeira metade do século XX, desde o cuidado com a higiene corporal até o consumo de leite¹¹ adequado, bem como estéticas cidadinas de ruas¹² e casas que começaram a ser exigidas em legislações.

Nas duas primeiras décadas do século XX fez-se vigente um contexto político na capital e no próprio estado de Santa Catarina, em que praticamente os governistas eram do Partido Republicano Catarinense (PRC)¹³, órgão criado em 1887, articulado às campanhas abolicionistas e composto por personagens das novas elites catarinenses, em especial, de origem germânica, como os Müller e os Schmidt, além dos Ramos¹⁴; e também do Partido Liberal Catarinense (PLC)¹⁵, fundado em 1927 por Nereu Ramos, das elites de Lages (planalto serrano), dissidente do PRC.

¹⁰ SCOMAZZON, Marli Cristina; FRANCO, Jeff. **A caminho do ouro**: norte-americanos na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2015. Nessa obra, os autores apontam o grande fluxo de norte-americanos, em especial, na capital do estado de Santa Catarina. Área portuária de abastecimento, desde seu surgimento, desde sua formação enquanto vila, a região recebia imenso e constante fluxo migratório de diferentes homens e mulheres das mais diversas origens.

¹¹ Passou a vigorar, a partir de 1938, o Serviço de Fiscalização de Leite, sendo destacado no jornal *A Gazeta*, deste mesmo ano, o “conhecimento da população desta Capital, que este serviço, está sendo feito diariamente e com observância rigorosa do Regulamento deste Departamento [...]. Os vasilhames contendo leite, terão desta data em diante ROTULOS DIARIOS em que serão mencionados a DENSIDADE do leite, data e o visto do chefe ou do encarregado da Fiscalização”. (Jornal *A Gazeta*, Florianópolis, 18 de agosto de 1938, número 1226).

¹² Ao passo em que as ruas tinham olhares expressos dos poderes públicos, estas também eram espaço de sonhos da vivência republicana. Conforme salienta Cardoso, durante o regime escravista, “a rua se transformou no primeiro território negro conquistado, um espaço ilimitado de possibilidades, viável a partir de uma sociedade escravocrata” (2012, p. 37). O mesmo autor chama atenção que, a “nova rua que era de todos passou a ostentar um pomposo nome, símbolo dos grupos dirigentes republicanos e de suas formas de ocupação da cidade” (2012, p. 41). Assim sendo, a cidade republicana era repleta de “novas” ruas, transformadas, renomeadas e estranhas às vivências afros.

¹³ Para maiores informações sobre o surgimento do partido e suas propostas, consultar: PIAZZA, Walter: **Dicionário Político Catarinense**. Edição ALESC, 1985; CORRÊA, Carlos Humberto P. **História da cultura catarinense**. Florianópolis: Ed. da UFSC: Diário Catarinense, 1997.

¹⁴ Consultar: GRISARD, Iza Vieira da Rosa. *Carta Genealógica de Famílias Tradicionais de Santa Catarina (1419-1986)*. Florianópolis: FCC, 1988.

¹⁵ Idem.

Nacionalmente, o Partido Republicano, nos idos de 1919, lançava a candidatura de Epitácio Pessoa¹⁶ para a Presidência da República, “o candidato que recommendamos ao voto dos catarinenses, tem feito jús, pelo seu talento, pelo seu preparo, pelos grandes serviços prestados ao paiz”, informavam os membros do PRC, recomendando ao eleitorado do partido em Santa Catarina¹⁷, que apoiassem o candidato, votando nele.

Em entrevista ao jornalista Paulo Barreto (João do Rio), o candidato, então já presidente eleito, destacou elementos de seu programa de governo: a importância das exportações, o escoamento da produção por vias férreas, mas também estradas de rodagem, bem como destaca a preocupação com o ensino profissional (mão de obra para lidar com as máquinas que começam a chegar), a imigração e o ensino da língua nacional e o saneamento das áreas interioranas, pois as capitais já estavam em processo de “melhoramento” e “embelezamento”.

Nas palavras de Epitácio Pessoa, faz-se necessário “movimentos co-relatos para a vida do brasileiro no interior: o saneamento, o ensino, a imigração. [...] Mais do que nunca é preciso facilitar, auxiliar a entrada no Brasil das raças que nos formaram e tantos serviços têm prestado á nacionalidade: - os portugueses, os italianos”¹⁸. Merece destaque o fato de o presidente eleito focar a necessidade de imigração de italianos e portugueses, não mencionando os alemães, vindos em grande número para o Brasil, mas que, dadas as

¹⁶ “Deputado á Constituinte Federal, professor da Faculdade de Direito do Recife, Ministro da Justiça no Governo Campos Salles, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Senador da Republica e actualmente Chefe da representação brasileira no Congresso do Paiz. [...] Florianopolis, 19 de Março de 1919 - *Hercilio Pedro da Luz, Vidal Ramos, Pereira e Oliveira, Carlos Wendhausen, João da Silva Ramos, Fulvio Aducci, Ferreira Lima*”. (Jornal *A Republica*, Florianópolis, 23 de março de 1919, número 144). Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina (BPSC), setor de obras raras.

¹⁷ “Em oposição, tinha o Partido Republicano Catarinense composto por Adolfo Konder e Victor Konder [da aristocracia da região do Vale de Itajaí], Fúlvio Aducci, Othon Gama D’Éça, que apoiavam a candidatura de Júlio Prestes. O Partido Liberal Catarinense (PLC) foi uma organização política que sucedeu a Aliança Liberal em Santa Catarina, após a vitória da revolução de 1930. A Aliança Liberal foi um movimento liderado pelo Rio Grande do Sul e Minas Gerais, com o propósito de apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa na sucessão à presidência da República, de Washington Luiz. Em Santa Catarina, a Aliança Liberal, fundada nos fins de 1929, objetivava a direção da campanha eleitoral no Estado e a organização de uma comissão de propaganda municipal para derrotar o forte Partido Republicano Catarinense. A convenção de criação do partido ocorreu em Fevereiro de 1931, organizada entre outros por Vidal Ramos, Henrique Rupp Júnior, Dorval Melquíades de Sousa e Nereu Ramos. Em 1934 o Partido elegeu nova Diretoria, sendo eleito Nereu Ramos para a presidência, enquanto que Pompílio Bento foi Vice. O partido neste ano conseguiu eleger quatro deputados federais e para a Constituinte Estadual os Liberais elegeram dezesseis Deputados, mais tarde entraram mais dois, sendo um deles Antonieta de Barros. Em maio de 1935, os quatorze deputados Liberais e mais os deputados da oposição deveriam escolher o governador do Estado, vencendo o candidato Nereu Ramos, nomeado interventor. O partido foi extinto em 1937, com o golpe do Estado Novo.” Consultar: FONTÃO, Luciene. **Nos passos de Antonieta**: escrever uma vida. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2010, p. 342.

¹⁸ *Jornal A Republica*, Florianópolis, 6 de junho de 1919, número 201. Acervo da BPSC, Setor de Obras Raras.

condições de Guerra declarada, esta imigração estava por ora suspensa e não mais bem-vista.

Os governistas eleitos para o estado de Santa Catarina no período foram Lauro Severiano Müller e Hercílio Pedro da Luz (para o quadriênio de 28 de setembro de 1918 a 28 de setembro de 1922)¹⁹. Por conta da I Guerra Mundial, a imigração alemã preocupava as autoridades, que tentavam, a todo custo, produzir um discurso de incorporação da população imigrada, já existente no Brasil, ao ideal de nacionalidade: “não foi fácil combater essa mesquinha campanha de difamação, que, em última análise, com o descrédito da administração do Estado, dos seus homens, do seu patriotismo, creava, em torno do nome catarinense, uma situação moral insustentável”²⁰.

A preocupação com a nacionalidade já era presente em Lei Nacional (n. 1.187, de 1917) que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de português, história e geografia do Brasil em todas as escolas. No caso de Santa Catarina, o relatório de governo de Hercílio Pedro da Luz indicava “o animador progresso”²¹ em relação ao cumprimento de tal legislação. Por outro turno, em relação às populações de origem africana, muitas delas libertas ou filhas e netas de libertos, a situação não aparece nos documentos ditos oficiais do estado. Dados sobre a escolarização destes brasileiros não são documentados, tampouco a existência de uma política de ensino que possibilitasse a estas camadas populares o acesso às letras por meio de sistema escolar público.

Educação formal compôs foco de atuação em tempos de República, atrelada a ideal de modernidade. Neste sentido, além de reformar ruas e calçadas, para construir uma cidade mais digna de uma capital, constituía tarefa importante educar não apenas os filhos das elites, mas os das classes trabalhadoras também. Neste sentido, de acordo com Dallabrida (2003), os grupos escolares São José e Padre Anchieta²², localizados em regiões periféricas,

¹⁹ RELATÓRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, pelo sr. dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catarina, 8 de setembro de 1918, p. 9.

²⁰ RELATÓRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, pelo sr. dr. Hercílio Pedro da Luz, 22 de julho de 1919, p. 11-12.

²¹ RELATÓRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Hercílio Pedro da Luz, 22 de julho de 1920, p. 23-25.

²² Em 13 de junho de 1915, foi inaugurada, na cidade de Florianópolis (SC), a Escola São José, concebida e dirigida pelo padre jesuíta Luiz Schüller, abrindo-se ao público com 300 matrículas, em sua grande maioria ocupadas por crianças pobres, objetivando proporcionar ensino primários aos menos favorecidos economicamente. O prédio escolar foi construído pela Mitra Diocesana, com apoio de benfeitores e subvenção do governo estadual. A Escola Diocesana São José consistiu em fusão de duas unidades escolares existentes em Florianópolis: a escola paroquial da Igreja São Francisco, mantida pelos padres franciscanos e pela Ordem Terceira de São Francisco, e uma escola que funcionava na União Beneficente dos Trabalhadores – associação

tornaram-se fundamentais para educar filhos de operários, artesãos, domésticas, estivadores e tantos outros trabalhadores e trabalhadoras.

Situados no bairro Figueira e Agrônômica, respectivamente, estes dois espaços formais de educação indicam uma preocupação com a formação dos mais pobres, apontando que, enquanto as elites estudavam no Ginásio Catarinense e no Colégio Coração de Jesus, os mais pobres tinham seus espaços em regiões consideradas periferia, voltadas à escolarização das camadas populares²³.

Aliado a políticas educacionais, o projeto de uma nação brasileira possuía outras frentes a compor o ideal modernizador e civilizatório em projeção. As cidades, sobretudo as capitais, “precisavam” de atenção e cuidados em termos estéticos, higiênicos e urbanos. O esquadramento de Florianópolis, em especial o perímetro urbano, pode ser vislumbrado na imagem, identificando um traçado projetado e reformulado pela República, por intenções embasadas controle sobre espaços e condutas.

Bairros como a Figueira, a Pedreira, a Tronqueira, o Campo do Manejo e o Cidade Nova possuíam, como uma de suas marcas, a concentração de populações de origem africana, resquícios da escravidão urbana, dos trabalhos desenvolvidos por estas populações e por seus aluguéis nesta área mais central da cidade²⁴. Tais regiões, salienta Santos (2009), passaram por transformações e reformulações, processo que expulsou, de diferentes formas, os populares de origem africana destas áreas.

Os comerciantes passaram a comprar as casas dos pobres nas ruas do centro. À medida que eram expulsos dos cortiços demolidos, das casas de aluguel vendidas ao comércio, ou fugindo das posturas que condenavam suas casas ou das leis que impediam seu modo de vida, os pobres migraram para os bairros mais afastados em torno da área comercial²⁵.

trabalhista de estivadores, marítimos, empregados em depósitos e trapiches, segundo Dallabrida, “dirigida pelos padres jesuítas”. Na década de 1920 foi expandida e desmembrada em duas escolas filiais, a Escola Santa Catarina e a Escola Padre Anchieta da Pedra Grande, próxima à Rua Padre Schrader, onde fica a sede da União Recreativa 25 de Dezembro. Em 1927, o grupo escolar ficou conhecido como Grupo Escolar Arquidiocesano São José, contendo, no final da década de trinta, quase mil estudantes, tornando-se o maior grupo escolar de Santa Catarina. A respeito dos processos de escolarização das camadas populares na cidade de Florianópolis, consultar: DALLABRIDA, Norberto. O Grupo Escolar Arquidiocesano São José e a (re)produção das classes populares em Florianópolis. **Anais do XXII Simpósio Nacional de História**, João Pessoa, 2003. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.543.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2017.

²³ DALLABRIDA, 2003.

²⁴ CARDOSO, 2008.

²⁵ SANTOS, André Luiz. **Do Mar ao Morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2009, p. 342.

No entendimento do autor, em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, a cidade de Florianópolis, principalmente a região central, passou por um processo de “afastamento” de populações de origem africana das áreas centrais, migrando para os contornos do centro comercial, alterando a paisagem urbana e iniciando-se a formação de novas ruas e a instalação de residências nos morros da capital. A perspectiva moderna de cidade, alinhada ao projeto republicano, arquitetava matematicamente os traçados da urbanidade, seu esquadramento, delineando o que era considerado espaço do progresso.

Nesse sentido, não havia espaço para os corpos vivos dos grupos sociais, em subjetividades relacionadas aos usos do próprio espaço, visto as pretensões das elites a um traçado ocidental projetado, “celebração da racionalidade instrumental moderna, ao culto à nova razão”²⁶. O traçado espacial das cidades reformava-se a partir de interesses das classes dominantes e das novas classes em ascensão, rigorosas em suas “arquiteturas coloniais”, símbolo de sua considerada modernidade.

Certos poderes coloniais ganharam foros de modernidade, em projetos de arquitetura e urbanismo, fabricando “as aparências da modernidade e universaliza[ndo] toda uma economia da construção”²⁷. A cidade moderna projetava-se como espaço da “grandiosidade” das classes abastadas e suas novas figurações de poder, processo excludente relegando ao povo os “entornos”, às margens dessa cidade asséptica. Nessas franjas cidadinas surgiram diferentes reconfigurações territoriais expressas em movimentos associativos, impactados por obras de ruas, casas, jardins, praças, estações de luz e esgotos, canalizações, mas principalmente, por anseios frente uma sociedade marcada por “regras de segregação territorial”²⁸.

Enfatizamos áreas sob a mira dos olhares higienistas, em especial, regiões mais empobrecidas, consideradas um atraso à modernidade e ao embelezamento da capital, tão aos moldes e pretensões republicanas. Na sequência, uma fotografia das casas da região do Campo do Manejo, de 1920, área de residência de inúmeros sujeitos históricos integrantes das agremiações estudadas ou por estas populações frequentadas.

²⁶ SODRÉ, 2002, p. 31.

²⁷ SODRÉ, 2002, p. 32.

²⁸ SODRÉ, 2002, p. 39.

Figura 1 - Beco do Sujo, Campo do Manejo (1920)



Fonte: Acervo da Casa da Memória.

Interessante ressaltar a fotografia enquanto documento histórico e a crítica necessária a este suporte de memória. A “fotografia é uma representação elaborada cultural/estética/tecnicamente”²⁹, cujo processo de registro envolve construção de representação, compreendendo que o fotógrafo, ou quem o contratou para o trabalho, possui intenções, objetivos e subjetividades na produção daquele momento capturado pela câmera. Assim, as fotografias utilizadas para esta tese pautam a cidade em suas múltiplas perspectivas, desde vivências rotineiras a projetos “modernizadores” e higienistas, transformadores do espaço urbano.

Para André Luiz Santos (2009), em termos de configurações territoriais citadinas após a Abolição da Escravatura (1888), a população liberta concentrava-se na Figueira, na Toca;

próximo a Pedreira e na mesclada Tronqueira, onde os mais pobres viviam no trecho próximo à Fonte Grande e os mais abastados nas chácaras ao longo do caminho em direção ao Morro do Antão. Não encontramos nenhum anúncio do comércio de escravos com endereço na Toca, e na Figueira apenas um, na Rua das Flores (atual Bento Gonçalves) na Figueira. Esses locais não concentravam o comércio e eram locais de marinheiros e pescadores³⁰.

²⁹ KOSSOY, Boris. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, Etienne. **O Fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 41-48, p. 43.

³⁰ SANTOS, 2009, p. 197.

O território da Figueira, um território negro³¹, sentiu os impactos da cidade em transformação, uma capital que deveria seguir os rumos do progresso, segundo aspirações das elites políticas dirigentes. A região central passara a ser espaço da administração pública, dos comércios estabelecidos, da prestação de serviços³². Em algumas décadas, às classes populares determinou-se estabelecer suas vidas nas regiões periféricas da cidade, nos contornos dos morros ou em áreas mais afastadas do perímetro central e suas bordas.

Figura 2 - Mapa central de Florianópolis, limites do bairro da Figueira



Fonte: Adaptado de Santos (2009, p. 517).

Em se tratando de uma região localizada nas proximidades do porto, o bairro da Figueira concentrava uma grande quantidade de trabalhadores do mar que compunham a paisagem daquela área, além de inúmeros homens e mulheres em diferentes afazeres

³¹ CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; RASCKE, Karla Leandro. Figueirense: o bairro da Figueira e o surgimento de um clube. In: VAZ, Alexandre Fernandez; DALLABRIDA, Norberto (Orgs.). **O futebol em Santa Catarina: histórias de clubes (1910-2014)**. Florianópolis: Insular, 2014, p. 17-46.

³² CARDOSO; RASCKE, 2014.

necessários ao cotidiano cidadão. Aquela pequena região, com centenas de marinheiros, praças da Marinha de Guerra, estivadores e tantos outros populares, sugeria um cenário espantoso para as elites do período, visto agrupar muitos populares de origem africana³³.

“Soldados, marinheiros, estivadores, criados, policiais, calafates, carpinteiros, vadios de todas as ordens pareciam adorar aquele bairro à beira-mar, que segundo Virgílio Várzea, cheirava a alcatrão”³⁴. Tais personagens constituíam, nos dizeres de Cardoso, grupos sem vínculo com as elites locais, sendo que “soldados de diferentes corpos militares, imperiais marinheiros, homens do mar de todo o tipo, estivadores e outros trabalhadores urbanos viviam a protagonizar inúmeras rusgas nas áreas centrais da cidade”³⁵.

Além de problemas de infraestrutura dentro da cidade, a capital contava com restrições de acesso a seu território, visto a não existência de uma ponte até 1926, quando foi inaugurada a Hercílio Luz. Via-se, frequentemente, os atravessadores realizando os serviços de deslocamento dos interessados em adentrar na ilha. “Acresce que até a década de 1920, quando foi ligada ao continente por uma ponte, [Florianópolis] sofria ainda tôdas as desvantagens econômicas de seu isolamento, por ser uma cidade localizada numa ilha”³⁶.

Segundo relatório apresentado por Felipe Schmidt em 1916, o desenvolvimento de Florianópolis estaria completamente atrelado à “sua ligação ao continente por uma ponte através do Estreito, da viação ferroviária da cidade para as sédes dos districtos mais distantes com pequenas linhas para S. José, Palhoça, Biguassú [...]”³⁷, proposta parcialmente concluída, visto que apenas a ponte teve sua concretização edificada.

Uma determinada paisagem urbana manteve-se até a primeiras décadas do século XX, quando as remodelações começam sua atuação de “embelezamento” da cidade. Nesse período, a canalização de rios, a demolição de casebres das populações empobrecidas nas rotas das novas ruas e avenidas, o calçamento das ruas e a ampliação das linhas de bonde convergiam para a transformação do espaço urbano. Na sequência, evidenciamos um registro fotográfico sobre a cidade e os trilhos do bonde, ainda que, na época, puxado por tração animal, impasse entre a sonhada civilização, o progresso e a realidade possível, alcançada até então.

³³ CARDOSO, 2008.

³⁴ CARDOSO, 2008, p. 101.

³⁵ CARDOSO, 2008, p. 202.

³⁶ CARDOSO; IANNI, 1960, p. 98.

³⁷ RELATÓRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, pelo sr. dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catarina, 24 de novembro de 1916, p. 37.

Figura 3 - Bonde – década de 1920



Fonte: Acervo da Casa da Memória.

Além da ponte de ligação da ilha e dos poucos meios de transporte, outras questões ainda preocupavam as autoridades naquele período, visto os ideais de modernização em pauta: “A cidade, porém, ressentia-se ainda da falta de aformoseamento em diversos trechos, onde a mão do homem deverá ir ao encontro das bellezas naturaes que possuímos”. Também destaca o papel do estado na consolidação de muitos serviços que não eram feitos pela prefeitura, mas ficavam a cargo da administração estadual. Em Florianópolis, couberam ao Estado os serviços de abastecimento de água, luz e esgotos³⁸. Oportunamente, constituíram ações financiadas e executadas por esta administração, a

canalização systematica de todos os rios e regatos, que em diversos pontos cortam a cidade; drenagem de seu solo; abertura de avenidas e largas ruas; demolição de casebres julgados anti-hygienicos e perigosos; nova captação de agua para aumentar o abastecimento da cidade, installações sanitárias em todas as casas e ampliação da rêde de exgottos³⁹.

³⁸ Idem.

³⁹ Empreendimentos orientados pela Comissão Rockfeller. RELATÓRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Governador Hercílio Pedro da Luz, 22 de julho de 1920, p. 17-18

Os serviços de esgoto, a iluminação pública, as redes de canalização, os serviços de água e instalações elétricas particulares recebiam apoio e financiamento do Estado para sua manutenção e disponibilidade, via empresas contratadas para estas finalidades. Compunham também preocupações das elites governantes e faziam parte de comissões de melhoramentos articuladas para a constituição destas obras, como a “canalização da Fonte da Bulha, deliberando que o Estado auxilie o Município na continuação dessas obras a partir da ponte do José Jacques. [...] É mais um grande auxílio que o Estado presta ao município”⁴⁰.

Estavam em pauta, na visão das autoridades competentes, não só a questão “esthetica como também quanto á salubridade, e que também visavam preparar a Capital do estado para, com mostras de progresso, commemorar o centenário da independência nacional [1922]”⁴¹, período em que foram concluídas as obras de canalização do Rio da Bulha, ao longo da Avenida Hercílio Luz, antes “batizada” de Avenida do Saneamento, dado seus objetivos de criação, assear a cidade. Ao mesmo tempo, a “picareta modernizadora” empurrou populares de origem africana, pobres e desvalidos para as periferias da cidade, “especialmente com a abertura da Avenida Hercílio Luz, que delimitou a segregação espacial e provocou o início da ocupação dos morros adjacentes ao centro urbano”⁴².

Figura 4 - Canalização do Rio da Bulha



Fonte: Acervo da Casa da Memória.

⁴⁰ Jornal *A Republica*, Florianópolis, 8 de junho de 1919, número 203.

⁴¹ RELATÓRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Hercílio Pedro da Luz, 22 de julho de 1923, p. 40-41.

⁴² DALLABRIDA, 2001, p. 61.

As ruas compunham cenário de trabalho, atuação e expressões afros, mesmo com ressalvas e rigidez da República em relação a determinadas práticas. No entanto, em termos de transformação física da cidade, as mãos contratadas para as reformas eram afros, muitas vezes. Pedreiros, serventes, transportadores, carregadores e tantos outros compunham as profissões de trabalhadores empregados nas modificações e “embelezamentos” da cidade, por mais que, grande parte deles, não fosse beneficiado com esse novo modelo de cidade. Além disso, quanto a afazeres do mundo do trabalho, tratava-se de cena muito comum ver as fontes d’água e os caminhos percorridos até elas, córregos, diversas ruas e suas esquinas marcadas por mulheres e homens marinheiros, quitandeiras, pombeiros, lavadeiras, carroceiros, aguadeiros, carregadores, parecendo “tornar escura a face pública da capital catarinense. Estas ruas, mais do que qualquer outro lugar, deveriam configurar um grande território africano”⁴³.

Segundo Santos (2009), em 1919 o governo municipal publicava leis que demandavam ajustamentos estéticos (embelezamento) às construções. Na visão do autor, estas exigências dificultavam a permanência dos mais pobres na cidade, visto não terem recursos suficientes para atender a tantas demandas envolvendo suas casas e arredores. Cimento, areia, ferros, telhas, materiais diversos para construção compunham o rol de produtos necessários aos novos padrões higienizados e civilizados, à europeia.

No entanto, muitos destes produtos e materiais custavam valores inacessíveis a uma grande parcela da população. Para o autor, além de alguns destes materiais serem importados (cerâmicas, telhas e cimentos), as novas requisições arquitetônicas implicavam técnicas e mão de obra especializada, com um novo jeito de edificar e moldar a cidade. “O conhecimento para construir, acumulado da cultura portuguesa na cidade, e difundido entre a população por dois séculos, passava a ser menos presente e até impossibilitado”⁴⁴.

Os anos de 1920 pautaram alterações também nas elites políticas dirigentes no estado de Santa Catarina e, conseqüentemente, afetaram sobremaneira as vivências cidadinas da capital Florianópolis. Reconfigurou-se um novo cenário permeado de confrontos entre estilos de vida ou visões de mundo, pois ruiu um antigo modo de pensar a cidade, baseado nos ideais lusos, das elites portuguesas⁴⁵. As novas elites, germânicas, procuravam distanciar-se das antigas elites imperiais (lusas) e das classes populares, em especial por

⁴³ CARDOSO, 2008, p. 124-125.

⁴⁴ SANTOS, 2009, p. 432.

⁴⁵ CARDOSO, 2008, p. 33.

meio de mecanismos estéticos, sociais e econômicos. Elegância e refinamento, normas de conduta e práticas culturais destas camadas abastadas foram importadas, embasadas em modelo europeu, excludente e imperialista⁴⁶. Ao mesmo tempo, procuramos compreender em que medida o discurso destas novas elites editou alianças com as camadas populares, em especial com grupos de letrados de origem africana da cidade.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, quem quisesse e pudesse arcar com os custos destas mudanças e embelezamentos seria gratificado com descontos nos impostos prediais, ao passo que aqueles e aquelas desafortunados acumulavam dívidas com impostos que não conseguiam pagar, dado os poucos recursos de que dispunham. A Abolição e a República não os incluíam na condição de cidadãos plenos e a cidade não os situava enquanto pertencentes àquele território de civilidade almejada.

Os ideais de urbanização à europeia - civilização, assepsia, modernidade -, pretendidos pelas elites dirigentes (não mais portuguesas, e sim as oriundas dos processos imigratórios incentivados pelo Governo Provincial e depois Republicano) necessitaram das mãos trabalhadoras das classes populares para sua concretização. Assim, pedreiros e calafates que trabalharam nas ruas de Florianópolis, em busca de melhores condições de vida, tornaram-se incômodos, sinônimo de atraso e incivilidade, inconvenientes para esta sociedade, sendo seus corpos e modos de vida, empurrados para as periferias de cidades republicanas⁴⁷. Corpos e modos de vida alheios ao projeto de nação, amparados na República e na lógica de higiene e trabalho, constituíam empecilhos à modernidade, vide a criação, neste mesmo período, de “novas” formas de controle do corpo, dado que a escravidão não mais existia: asilos de mendicidade, orfanatos, presídios, hospícios, etc.⁴⁸

⁴⁶ DALLABRIDA, 2001, p. 61; ARAÚJO, Hermetes Reis. **A invenção do litoral**: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 1989; NECKEL, Roselane. **Tensões e imagens do viver urbano em Florianópolis**: 1910/1930. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 1993; PEDRO, Joana Maria. **Mulheres Honestas e Mulheres Faladas**: uma questão de classe. Papéis sociais femininos na sociedade de Desterro/Florianópolis (1880-1920). Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1992.

⁴⁷ RASCKE, Karla Leandro. **Irmandades negras**: memórias da diáspora no sul do Brasil. Curitiba: Appris, 2016, p. 47-93.

⁴⁸ SARDÁ, Juliana. **Na contra-mão da lei**: a repressão policial e os desviantes da ordem em Florianópolis nas primeiras décadas do século XX. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2005. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102558/213670.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Acesso em: 18 dez. 2017; POYER, Viviani. **Penitenciária Estadual da Pedra Grande**: um estudo sobre a política de combate a criminalidade em Florianópolis entre 1935-1945. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/78950>. Acesso em: 16 dez. 2017; REBELO, Fernanda; CAPONI, Sandra. A medicalização do crime: a Penitenciária de Florianópolis como espaço de saber e poder (1933-1945).

Na década de 1930, um novo ator político surgiu do planalto serrano catarinense, apoiado por Getúlio Vargas, o grupo dos Ramos, que acabou alterando algumas formas de lidar com as práticas populares de origem africana e, cujas políticas, “permitiram” a ascensão de figuras políticas afrodescendentes, como Antonieta de Barros, apoiada por políticos aliados ao Governo de Vargas. A alternância destes grupos políticos no poder, e “certas aberturas” à participação afro em espaços de comando político, no entanto, não implicaram significativas mudanças na vida de homens e mulheres comuns, que em seu dia a dia demandavam condições melhores de moradia, trabalho e cidadania. Ao que parece, a República construiu um discurso, e também práticas e posturas, que deixaram muitas populações “à porta”, quando muito, tolerando algumas “espiadas”, contradições da modernidade pretendida pelas elites governantes.

O período de Vargas no poder implicou mais ênfase no nacionalismo, sendo que a figura política representante em Santa Catarina foi o interventor Nereu Ramos. Mais escolas públicas foram criadas em diferentes áreas do estado, ao passo que outras, particulares, foram fechadas, “todas por não satisfazerem as exigências dos decretos federal e estadual que tratam da nacionalização do ensino”⁴⁹. Santa Catarina, de fato, “foi o primeiro Estado a dar o exemplo de uma ação enérgica contra os focos de enfraquecimento dos sentimentos brasileiros, como diz o sr. Nereu Ramos, a quem se deve a ação mais pronta nessa campanha nacionalizadora encetada pela energia do Novo Regimen”⁵⁰, em função da forte presença alemã.

As décadas de 1930 e 1940 envolveram nova configuração política no estado de Santa Catarina e na cidade de Florianópolis. Período de atuação do governador Nereu Ramos, filho de Vidal Ramos, também político. Com a ascensão de Vargas no cenário nacional (o Estado Novo), em Santa Catarina a população foi pressionada à “entrada na

Interface – comunicação, saúde, educação, v. 11, n. 22, 2007, p. 193-206. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/1801/180115441002/>. Acesso em: 15 dez. 2017.

A respeito desse projeto, presente também em outras capitais, consultar: KARVAT, Erivan Cassiano. **Discursos e práticas de controle**: falas e olhares sobre a mendicância e a vadiagem (Curitiba: 1890-1933). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, 1996, p. 7. Disponível em:

<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24656/D%20-%20KARVAT;jsessionid=70BC5CA385B8B7A77FE7282393FF49A4?sequence=1>. Acesso em: 10 dez. 2017.

⁴⁹ Jornal *A Gazeta*, Florianópolis, 7 de setembro de 1938, número 1242.

⁵⁰ De “O Imparcial”, do Rio. Publicado no Jornal *A Gazeta*, Florianópolis, terça-feira, 29 de novembro de 1938, número 1306.

brasilidade”. Assim, a Campanha de Nacionalização⁵¹, por meio do ensino escolarizado, foi uma das medidas governamentais, obrigando o português como língua única, em detrimento das demais faladas, em especial por populações alemãs, indígenas, afros e imigrantes europeus. A corrente adotada por Nereu Ramos neste momento, seguia interesses das elites latifundiárias serranas.

Com o projeto de Vargas vieram reformulações políticas e sociais no país. Foi durante seu governo que o país adentrou na II Guerra Mundial, criou leis trabalhistas e também medidas que poderíamos chamar de homogeneização com fins à construção da nacionalidade brasileira. Neste sentido, a entrada de Nereu Ramos no poder em Santa Catarina também pretendia desarticular as antigas elites organizadas por imigrantes europeus e seus descendentes, além de formar campo de atuação junto à Campanha de Nacionalização, estratégia utilizada para inculcar a ideia de uma nação brasileira.

A situação dos morros da capital catarinense suscitava críticas aos governos vigentes e ao modelo ocidental de cidade excludente. Ildefonso Juvenal, em publicação de 1945, discutia a situação de pobreza nas regiões periféricas, onde a população era desassistida de serviços básicos. “Nestes dias de estiagem, o pobre que reside no alto do morro da Cruz, e faz a ascensão ao rigor da canícula, precisa de ser abanado pela família inteira, ao chegar à casa, tal o grão de sufocação a que se expõe, pois, queima nessa ascensão todo o combustível de que dispõe”⁵².

O autor ainda destaca as dificuldades impostas pelo “arruamento longitudinal da parte habitada de nossos morros”, apontando a necessidade de evitar ampliação dessas ruas já inclinadas. Uma alternativa seria expandir ruas e construções em sentido latitudinal, possibilitando maior circulação, fluxo e menos cansaço. Além de apontar os problemas encontrados por qualquer cidadão residente naquela região, onde nem ônibus trafegava, tece críticas a respeito do processo de expulsão de moradores de antigas casas de aluguel na cidade, mas que foram desapropriados, “e os seus velhos inquilinos não tem outro remédio

⁵¹ A respeito das repressões às línguas europeias, em especial, existentes em Santa Catarina na primeira metade do século XX, principalmente por conta de alianças e dos impactos da II Guerra Mundial, consultar: FAVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra**: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/82826>. Acesso em: 09 dez. 2017.

⁵² JUVENAL, Ildefonso. O problema da habitação do pobre. *Jornal A Gazeta*, 4 de março de 1945. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

senão encarapitem-se na montanha de ‘Pau da Bandeira’ ou se entocarem em qualquer furna sistema ‘mocambo’”⁵³.

Até meados do século XX, a maioria das reformas remodeladoras, higiênico-sanitaristas, estavam concretizadas. Homens e mulheres pobres, afros em sua maioria, sem seus casebres ou cortiços - transformados em “belos” sobrados em que pessoas “civilizadas” e homens de negócio teriam morada –, foram arremessados às periferias, contornos da região considerada então perímetro central. Serviços vistos como desqualificados, de baixa remuneração, mas imprescindíveis aos projetos políticos de modernização, constavam entre as inúmeras atividades, ações e experiências diárias destes sujeitos populares de origem africana⁵⁴.

A relação estabelecida entre estes territórios formados na cidade e nosso objeto de pesquisa refere-se ao fato de que muitos destes “migrantes” advindos das reformas urbanas compuseram as redes de sociabilidade e solidariedade em torno de clubes recreativos, blocos e escolas de samba, cacumbis e grupos voltados para a educação e escolarização dos afrodescendentes. Estes territórios formados por populações de origem africana vindas de diferentes municípios da Grande Florianópolis e daqueles(as) que saíram das regiões centrais da cidade, compreendem, nos dizeres de Cardoso e Mortari, “territórios negros”⁵⁵.

As reformas urbanas impactaram de diferentes formas as populações afros do período, pois, além de expulsá-las de seus territórios centrais, demandaram reorganizações e a constituição de novos espaços de lazer e sociabilidades. Estes “territórios negros” podem ser pensados enquanto espaços físicos ou simbólicos, onde as vivências culturais afro-diaspóricas se reatualizam e reelaboram. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos constituía, e ainda hoje constitui, um território negro na cidade, situada, inclusive, na mesma região central onde fora fundada no século XVIII.

No entanto, outros territórios negros se refizeram ou fundaram em diferentes locais, como é o caso de clubes recreativos, blocos e cordões carnavalescos, cacumbis, clubes de futebol e escolas de samba, não mais aqueles territórios do perímetro urbano central, visto

⁵³ Idem. Mocambo aqui referenciado por Ildefonso Juvenal remete ao formato agrupado das casas nas regiões dos morros. Na visão dele, constituíam construções de populações empobrecidas, que construíam “um ranchinho”, diverso do “ponto de vista da higiene pública, e da estética” e “modernidade” proporcionadas a outros grupos pelos governos republicanos.

⁵⁴ CARDOSO, 2008; RASCKE, 2016.

⁵⁵ MORTARI, Cláudia; CARDOSO, Paulino de Jesus. Territórios negros em Florianópolis no século XX. In: BRANCHER, Ana (Org.). **História de Santa Catarina**: estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p. 83-101.

que a urbanização os expulsara, impedira de viver em áreas ditas então modernizadas, europeizadas e esboçadas geometricamente de acordo com os “requintes” higienizadores das “picaretas”.

Estes diferentes sujeitos históricos e seus territórios culturais, espaços e memórias em disputa na cidade, implicavam olhares, preocupações e a necessidade de intervenção dos poderes públicos, em diferentes âmbitos. Sendo assim, muitas práticas ocorridas em outras capitais e cidades brasileiras também se fizeram presentes nos “gostos políticos” de Florianópolis.

As políticas de saneamento, de modernização e industrialização em vigor nas primeiras décadas do século XX, não se restringiram apenas às grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Em Florianópolis, as propostas políticas e reformas sanitárias revitalizaram as áreas centrais. As transformações nessas cidades também propiciaram a delimitação dos espaços, segregando grupos sociais e suas práticas culturais, através da demarcação de áreas habitacionais de elites, restando à população mais pobre as áreas periféricas.

Na década de 1930, mais precisamente a partir da instituição do Estado Novo de Getúlio Vargas, em 1937, as políticas de saneamento e modernização geográfica cederam o lugar de prioridade, para a construção de um ideal de nação, tendo como discurso principal a formação de um país com características próprias, de cultura singular e população trabalhadora e hospitaleira. A defesa de um ideal nacionalista difunde-se, tornando-se constante em diversos setores sociais. A educação, a saúde, a segurança e os meios de comunicação foram reestruturados para manter e fundamentar a ideologia de Vargas, mas foi nas produções culturais de massa que o governo estadonovista montou estratégias de propagação dos conceitos nacionalistas.

1.2 A FUNDAÇÃO DE AGREMIÇÕES AFRODESCENDENTES

Associações organizadas por populações africanas e seus descendentes no Brasil existem, segundo registros de viajantes e autoridades eclesiásticas, desde o século XVII⁵⁶, alterando, ao longo do tempo, objetivos e integrantes constituídos em cada período histórico

⁵⁶ NEPOMUCENO, Nirlene. **Celebrações negras do ciclo natalino**. Teias da diáspora em áreas culturais do Brasil e Caribe. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2011.

e com características próprias de cada uma dessas associações (irmandades⁵⁷, blocos carnavalescos, escolas de samba, cacumbis/quicumbis, sociedades e uniões recreativas, clubes de futebol, associações dos homens de cor, etc.). A partir destas experiências coletivas de organização, procuramos perceber trajetórias de vida, expectativas e construções narrativas e simbólicas em busca da cidadania, pautadas em demandas de ex-escravizados e descendentes de africanos(as) no período republicano, quando do fim do regime escravista e proposta de uma “nova” sociedade, pautada nos ideais de progresso e civilização.

Em Florianópolis, por meio de diversificada documentação utilizada para a presente pesquisa, localizamos inúmeras associações organizadas e participadas por afrodescendentes na primeira metade do século XX. No intento de apresentar brevemente estas organizações, esboçamos um quadro informativo constando apontamentos básicos localizados a respeito destes territórios negros na cidade.

Quadro 1 - Agremiações afrodescendentes em Florianópolis – primeira metade do século XX⁵⁸

Agremiação	Ano de Fundação	Objetivo/Finalidade
Irmandade Beneficente de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito	1750 ⁵⁹	Congregar irmãs e irmãos associados com a finalidade de culto à Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, atendimento na hora da morte e assistência em caso de enfermidades.
União Beneficente dos Trabalhadores*	1910	Associação de classe dos marítimos, estivadores, empregados em depósitos, trapiches e ocupados com descarga de carvão mineral.
Centro Literário e Recreativo Castro Alves	1914	Centro Literário de cunho educacional e cultural, fundado por João Melchíades, Trajano Margarida e Nicolau Nagib Nahas. Editaram o jornal <i>O Literário</i> (1914).
Centro Cívico das Normalistas	1920	Associação sob a presidência de Antonieta de Barros e alunas da Escola Normal, dedicado à alfabetização de adultos.

⁵⁷ No entendimento de Paulino de Jesus Francisco Cardoso, as “irmandades negras instituídas a partir das tradições portuguesas, transformaram-se em instrumentos de fortalecimento de laços de solidariedade, bem como de revivência e reelaboração de tradições culturais de origem africana” (CARDOSO, 2012, p. 39).

⁵⁸ Nos anexos desta tese encontra-se um mapa destacando lugares aproximados de fundação dessas agremiações.

⁵⁹ A Irmandade foi fundada em 1750, de acordo com o Estatuto deste mesmo ano. Inserimos aqui neste quadro por se tratar de uma associação existente e atuante no período de recorte da tese, bem como um espaço em funcionamento nos dias atuais na cidade de Florianópolis. Para maiores informações sobre esta agremiação, consultar: RASCKE, 2016.

Centro Cívico e Recreativo José Boiteux	1920	Associação de Homens de Cor organizada para atender demandas de alfabetização e leitura, além de possuir espaço para reuniões dançantes.
Cacumbi	1923*	Agrupamento religioso devoto de Nossa Senhora do Rosário e também “bloco carnavalesco”.
Figueirense <i>Foot-Ball Club</i>	1921	Clube de futebol gestado no bairro da Figueira, com objetivo de praticar o esporte e reunir interessados em futebol.
União Beneficente e Recreativa Operária ⁶⁰	1922	Associação de cunho representativo das classes operárias.
Centro Cívico e Recreativo Cruz e Souza	1923	Associação dos Homens de Cor, antes denominado Centro Cívico e Recreativo Jose Boiteux. Sofreu alteração no nome após desentendimentos internos e com o político José Boiteux, antigo “padrinho”.
Flor da Mocidade	1923*	Bloco carnavalesco.
Centro Catarinense de Letras ⁶¹	1925	Associação literária, fundada em “oposição” à Academia Catarinense de Letras, de modo a integrar homens e mulheres afrodescendentes em seus quadros.
Tira a Mão	1930*	Bloco carnavalesco da Força Pública, onde atuava Ildefonso Juvenal.
Sindicato dos Estivadores*	1930	Associação de classe dos estivadores, desmembrada da União Beneficente dos Trabalhadores.
União Recreativa 25 de Dezembro	1933	Clube fundado na antiga Rua Chapecó com a finalidade de organizar festividades, atividades sociais e eventos de afrodescendentes associados.
Grêmio Flor de Maio	1934	Grêmio Feminino formado pelas associadas à União Recreativa 25 de Dezembro.
Mocotó vem Abaixo	1935*	Bloco carnavalesco.
Grêmio Recreativo e Carnavalesco Brinca Quem Pode	1935*	Clube recreativo e também bloco carnavalesco.

⁶⁰ A União Beneficente e Recreativa Operária não era uma associação de “homens de cor”, no entanto, articulava diferentes homens e mulheres, afros e brancos, quanto às questões do mundo do trabalho operário.

⁶¹ O Centro Catarinense de Letras não era uma associação exclusiva organizada por afrodescendentes, mas, articulava diferentes intelectuais, homens e mulheres, afros e brancos, no sentido de construir caminhos alternativos às regras então impostas pelos chamados “beletristas” da época e suas produções.

Os Bororós	1939	Bloco carnavalesco conhecido pelos trajes de “tribo”.
Escola de Samba Narciso e Dião	1947	Escola de Samba.
Esporte Clube Treze de Maio	1947	Associação desportiva da Vila Operária no bairro Saco dos Limões.
Os Protegidos da Princesa	1948	Escola de Samba.
Associação Desportiva/Escola de Samba Alvim Barbosa	1948	Escola de Samba.
Embaixada Copa Lord	1955	Escola de Samba, mas em algumas notícias de jornais apareceu como rancho carnavalesco.

* As datas de fundação destas associações não conseguiram ser devidamente identificadas. Dado que nem todas possuíam um estatuto registrado, atas de reuniões guardadas e preservadas, bem como informações em jornais que pudessem pautar suas fundações de modo mais fidedigno, esforçamo-nos em, por meio de registros de jornais, de atas de clubes e também de estatutos, localizar e situar algumas agremiações, realizando aproximações de datas possíveis de fundação.

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa a partir das fontes listadas ao final desta tese (Atas, Estatutos, Jornais e Documentos diversos).

Algumas agremiações apresentadas nesse quadro não foram formadas com o objetivo fim de congregar e articular apenas grupos afrodescendentes, mas, dado que em seus grupos e atividades faziam-se presentes diferentes intelectuais, professores, artistas, operários, empregadas domésticas, músicos e outros tantos interessados, optamos por mencioná-las aqui, visto sua importância nas vivências cidadinas. Tendo em vista o recorte desta tese, trabalhamos nos capítulos que seguem, apenas com um grupo de associações. Tratar-se-ia de suprema relevância que outros trabalhos se seguissem a este para melhor explorar acervos e vestígios deste período e vivências de agremiações na cidade.

O quadro sistematiza, de algum modo, as agremiações que conseguimos localizar nos diferentes documentos consultados na presente pesquisa de doutorado. Para fins deste trabalho, procuramos dividir as análises, de forma a melhor encaminhar assuntos e abordagens. Neste sentido, associações como o Centro Cívico e Recreativo José Boiteux e o Centro Catarinense de Letras compõem narrativa do próximo capítulo, articulando saberes

e práticas de grupos letrados em busca de reconhecimento e cidadania. Os clubes recreativos, como a União Recreativa 25 de Dezembro e o Grêmio Recreativo e Carnavalesco Brinca Quem Pode, constituem análise do terceiro capítulo, enveredando para olhares sobre práticas festivas e também articulações políticas dessas sociedades.

Por fim, os tons e as cores de blocos e escolas de samba como Tira a Mão, Mocotó vem Abaixo, Brinca Quem Pode, Unidos do Tico-Tico, Embaixada Copa Lord, Alvim Barbosa, Os Protegidos da Princesa, Cacumbi, Flor da Mocidade, Aí vem a Marinha e Narciso e Dião, expõem a organização de blocos, ranchos, cordões e a fundação das escolas de samba, vislumbrando o Cacumbi também como uma forma estética e poética de compreender o mundo. Realizamos esta seleção, pois algumas associações mencionadas no quadro já possuem estudos marcantes, como é o caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos⁶² e da União Beneficente e Recreativa Operária⁶³.

Estas associações, suas formas de organização e propostas indicavam uma cidade em tensão racial constante, ao passo que também constituem indicativo de populações ansiosas por direitos e cidadania. Nos dizeres de Cardoso (2012), ao discorrer sobre associações negras em São Paulo, observando no tempo estas diferentes organizações, é possível apreender “movimentos da comunidade de letrados negros que implicaram na formulação de uma nova estratégia de intervenção centrada na defesa da cidadania, na ação coletiva, na ocupação do espaço público [...]”⁶⁴.

Ao mesmo tempo, quando lidamos com análises destas agremiações em Florianópolis, para além do que chamaríamos campo político de grupos de letrados, necessitamos trazer à tona associações cujas experiências fugiam a este “modelo”, ou a ele se articulavam de distintos modos, indicando universos outros de vivências e experiências, espaços constituídos por homens e mulheres embebidos em tradições orais, cujas letras eram vividas de forma não impressa, não codificada no papel, nas fontes de jornais. Trata-se de perceber ocupações urbanas desde universos culturais no intercruzamento de sons, imagens,

⁶² RASCHE, 2016; STAKONSKI, 2008; SIMÃO, Maristela dos Santos. **Lá vem o dia a dia, lá vem a Virge Maria. Agora e na Hora de Nossa Morte** – A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, em Desterro (1860-1880). Itajaí: Casa Aberta, 2008.

⁶³ COLLAÇO, Vera Regina Martins. **O Teatro da União Operária**: um palco em sintonia com a modernização brasileira. Florianópolis: UDESC, 2010.

⁶⁴ CARDOSO, 2012, p. 125.

danças, performances, enredos rituais e dramáticas, que configuram expressões afro-diaspóricas na capital catarinense daquele período.

Adentramos no “mundo” dos letrados, buscando visualizar seus projetos e articulações políticas, como uma das formas utilizadas para ascensão social e combate ao racismo. No entanto, para além deste reduzido número de homens e mulheres e campo de atuação por meio da imprensa e da escola, situamos ações comunitárias e ocupação de espaços e universos culturais que transcendem a luta política por meio da palavra impressa. Cacumbis, blocos, ranchos e cordões carnavalescos, clubes de futebol, sociedades recreativas e escolas de samba constituem territórios cujas marcas das lutas por dignidade e cidadania pautavam-se em outros signos, que não os do universo letrado branco.

Em importante trabalho sobre as relações raciais no Rio de Janeiro em meados do século XX, intitulado *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*, Luís Aguiar da Costa Pinto⁶⁵ apresenta a vida associativa do negro, destacando associações que considerou *tradicionais* e *de novo tipo*. As primeiras seriam irmandades religiosas, grupos recreativos como as congadas, os reisados, os ranchos, as escolas de samba e a capoeira, além dos espaços de religiosidades de matriz africana, como a “macumba”. Já as denominadas *de novo tipo* seriam

[...] as genuínas associações do *negro brasileiro*, ou, como fosse melhor dizer, do *brasileiro negro*, pois nelas, na sua estrutura, função e ideologia, o que se exprime não é a saga do africano na terra estranha que para ele, era a nossa terra – mas a história viva e contemporânea das aspirações, das lutas, dos problemas, do sentir, do pensar e do agir de brasileiros, social, cultural e nacionalmente brasileiros, etnicamente negros⁶⁶.

O autor delinea como populações afros foram as primeiras, ou quase, a sentirem-se “nacionalmente brasileiros, etnicamente negros”. Classifica as associações por elas formadas, apontando que as *de novo tipo* eram novas no sentido cronológico, em comparação às ditas *tradicionais*, além de serem sociologicamente novas, a partir de demandas de um “novo negro *não-escravo*, um negro *não-africano*, um negro *não-servil*, um negro *não-trabalhador rural*, um negro *não-ignorante*; [...] inconformado com as pechas e os clichês

⁶⁵ O livro de Costa Pinto, lançado em 1953, em sua primeira edição, contribui com reflexões sobre relações raciais no Rio de Janeiro, permitindo conhecer narrativas do autor acerca de associações negras daquele período. Seu trabalho difere de outros “promovidos” também pela UNESCO, como Ianni e Cardoso (1960) em Florianópolis. Costa Pinto evidencia mais fortemente a presença dos grupos recreativos *tradicionais* e das novas formas de agremiação, de *novo tipo*, articuladas a novas demandas do universo pós-abolição, em especial conectadas aos grupos de letrados.

⁶⁶ PINTO, 1998, p. 231.

que sobre ele existem [...]”⁶⁷ Costa Pinto desafiou a premissa de que no Brasil não havia racismo e incorporou ao trabalho publicado, formas encontradas por associações afros para superar ou driblar esse racismo.

Em nosso entendimento, esta divisão e compreensão do autor para com as diferentes associações requer cuidados e análises, além de necessitarmos apontar especificidades quanto ao estudo destas agremiações no contexto de Florianópolis, em período muito similar ao pesquisado por Costa Pinto. No Rio de Janeiro, as escolas de samba foram fundadas nas primeiras décadas do século XX, diferencial em relação a outros estados, onde esta prática se difunde em especial a partir da década de 1940. Assim sendo, as associações percebidas como *tradicionais*, pelo autor, “retornam” após as ditas *de novo tipo*, no caso da capital catarinense.

Percebemos distinção entre as *tradicionais* e as *de novo tipo* ligadas a gerações que não traziam mais demandas do tempo da escravidão, mas questões de brasileiros afros, “nacionalmente brasileiros, etnicamente negros”. Essas associações evidenciaram a emergência de novas subjetividades em afro-diáspora, que também não eram homogêneas. Como apontamos na sequência desta tese, as diferentes associações coexistiam, cada qual com suas propostas, organização e funcionalidade, atuando, muitas vezes, concomitantemente.

Retomando trecho importante destacado por Costa Pinto, consideramos enfatizar um quesito das associações *de novo tipo*, o fato de apontar como premissa a cidadania e o distanciamento da antiga condição de escravizado. O autor menciona a postura das associações *de novo tipo* frente conflitos raciais constantes na realidade brasileira, destaque não apresentado quanto às associações ditas *tradicionais*. Talvez, por este viés, construa sua narrativa, visto que a proposta do livro implica discutir as relações de raças no Rio de Janeiro, ainda capital do país.

Consideramos, no entanto, importante ponderar que as associações *tradicionais* também construíram, a seu modo, formas de combate ao racismo e, principalmente, de manutenções culturais, dado sempre existirem e persistirem frente avanços modernizantes e/ou genocídios éticos, estéticos e físicos. Por mais diferentes que tenham sido, estas agremiações permitiram manter laços em afro-diáspora, apesar de um “ser negro *não-escravo*” e “*não-africano*”, tratavam-se de homens e mulheres embebidos em práticas e

⁶⁷ PINTO, 1998, p. 232.

códigos culturais que a Abolição não apagara, nem tampouco as curtas décadas de uma sociedade republicana.

O melhor exemplo de sociedades *de novo tipo*, apresentado por Costa Pinto, é o Teatro Experimental do Negro (TEN), associação de envergadura e expressão:

De fato, nascendo como uma trupe de artistas de cor, que se reuniram numa atitude de protesto contra a linha de cor que lhes dificultava a ascensão, foram levados, pela dinâmica da tensão racial, a assumirem a envergadura de um movimento, mais do que isso: de um *grupo de pressão*, havendo fracassado mais tarde pela má sorte que teve *como tal e não como grupo de teatro*, pois nesse caráter, enquanto funcionou, teve relativo sucesso⁶⁸. (Grifos do autor)

Na visão do autor, o grupo, “uma trupe de artistas de cor”, possuía dimensão política das tensões raciais e criava estratégias para diminuí-la ou eliminá-la, por meio da arte. Surgido como protesto contra ausência de negros nos palcos brasileiros, o grupo dirigido por Abdias Nascimento, desenvolveu técnicas, cursos de letras e teatro para que seus componentes pudessem organizar suas peças. Tratava-se de um movimento ainda pequeno, “expressão ideológica da pequena burguesia intelectualizada e pigmentada no Rio de Janeiro”, diria Costa Pinto, mas sem dúvida, uma associação capaz de traduzir o racismo e as práticas culturais de matriz africana por meio de estéticas teatrais próprias, muito além de saberes europeizantes e ditos civilizados de outras companhias ou produtoras.

Para Costa Pinto, esta organização de associações *de novo tipo* teriam surgido em áreas urbanas, como reconfiguração de novos territórios, em especial quando começou a formação de um operariado negro⁶⁹. Neste sentido, compreende que estas agremiações são associações de uma “elite negra”, “numericamente, uma fração ainda insignificante embora crescente do grupo a que pertence”⁷⁰.

O autor destaca que esta “elite negra” tinha como característica uma condição financeira um pouco melhor que a maioria da população afrodescendente do período, além

⁶⁸ PINTO, 1998, p. 246.

⁶⁹ Há inúmeros estudos dedicados ao tema do operariado negro, dentre os quais sugerimos: CASTELLUCCI, Aldrin A. S. Associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador (1832-1930). In: MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Cláudio H. M. **Organizar e proteger**: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas, São Paulo: Ed. da Unicamp, 2014; ROSA, André Luiz da. **Operários da Bola**: um estudo sobre a relação dos trabalhadores com o futebol na cidade de Itajaí (SC) entre as décadas de 1920 a 1950. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95438/289910.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 nov. 2017.

⁷⁰ PINTO, 1998, p. 235.

de contar com o acesso às letras como ferramenta de ascensão social. No entanto, salienta que uma “nova elite negra” surgia com as associações *de novo tipo*, formada por pessoas que se declaravam e assumiam negras, de formas orgulhosa, embasadas nos ideais de negritude⁷¹.

As associações tradicionais, como blocos e ranchos carnavalescos, cacumbis, irmandades religiosas e escolas de samba constituem foco de análise da segunda parte desta tese, capítulos três e quatro em especial, apresentando mecanismos engendrados em expressões da diáspora na cultura brasileira. Percebemos que diferentes agremiações foram se espalhando, ramificando, ampliando e construindo significados para o ser negro em diáspora. Muitas destas associações constituíam núcleos de expressão audiovisual, ao passo que outras organizavam suas pautas e estratégias de manutenção em termos de estéticas letradas, condizentes também com suas proposições e lutas contra o racismo.

Importa, neste sentido, perceber que estes diferentes territórios negros, espaços conformados em associações de caráter diverso, sinalizam formas comunitárias, não constituindo recreação isolada, mas apresentando universos culturais de povos de matriz africana, por meio de múltiplas associações, sejam elas *de novo tipo* ou *tradicionais*. O que percebemos, é que a “toada” da modernização e da urbanização, bem como os impactos da República e seus “intentos” de cidadania⁷², implicou reformulações e adaptações em associações religiosas, cívicas, lúdicas, recreativas e ditas “das letras”. Estas associações mobilizaram diferentes instrumentos – a caneta, o papel, o tambor, a dança, o ritmo – para reconfigurar seus territórios e pertencimentos.

Adentremos, pois, em alguns aspectos necessários à compreensão da dinamicidade de associações existentes, pautando, neste momento, as que seriam denominadas *tradicionais*. Por antiguidade, retomamos elementos constitutivos das irmandades de origem africana, em especial as do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia. Tais associações, de cunho religioso, transcendiam este caráter e convergiam para a forma de associação possível

⁷¹ Em relação ao conceito de negritude, seu surgimento nos EUA, nas Antilhas, ressingificações, usos no Brasil e no continente africano, bem como articulações em torno do tema e do movimento do pan-africanismo, consultar: DOMINGUES, Petrônio. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 10, n.1, p. 25-40, jan.-jun. 2005. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/2137>. Acesso em: 15 mar. 2017.

⁷² Após a Abolição, segundo Costa Pinto, “[...] surgiram as premissas de um novo ciclo na história das relações de raças neste País: o negro passou a ter capacidade jurídica de cidadão, passou a ter igualdade teórica em relação ao branco e isto apesar de, por muito tempo, se conservar como uma igualdade puramente jurídica e uma capacidade puramente teórica de desfrutá-la, foi um acontecimento de importância decisiva no condicionamento das etapas posteriores pelas quais a situação deveria passar”. (PINTO, 1998, p. 274).

dentro do regime escravista vigente até o século XIX. Espaço de organização própria, possibilidades de encontro e sociabilidades, fuga das mazelas do cativo, lugar de ressignificação e manutenções culturais em afro-diáspora, estas associações comunitárias reestabeleciam vínculos com as Áfricas.

Cordões, blocos e ranchos carnavalescos constituem formas organizativas do final do século XIX, permeados por foliões e uma corte real (no caso de cordões). Os cordões possuíam um estandarte, característica também das irmandades, maracatus, moçambiques de origens africanas, além de uma corte real composta por rei, rainha, príncipe, etc.,⁷³ remontando novamente a práticas culturais festivas já vivenciadas pelas irmandades. Elementos destas experiências associativas anteriores foram sendo reformulados, reeditados, reatualizados, atendendo expectativas e anseios dos grupos culturais. Também constituem elementos de conexão cultural entre irmandades e cordões, blocos e ranchos, o uso de diferentes instrumentos musicais, como o tambor, o cavaquinho, instrumentos de corda e sopro.

Conforme apontamos no trabalho *Irmandades negras: memórias da diáspora no sul do Brasil*⁷⁴, as festas de africanos e afrodescendentes no Brasil compõem-se de ritmos, sonoridades e contornos que fogem a entendimentos e visões ocidentais. Os “cargos” ou funções como de príncipe, princesa, músicos, uma figura a conduzir o estandarte e o povo a prestigiar acontecimentos solenes em praça pública, aos olhos de todos, formaram cortejos desde o período colonial brasileiro, trazendo à tona viveres e saberes africanos pautados em formas próprias de compreender o mundo.

Elementos constituintes de práticas culturais destes diferentes grupos de africanos em diáspora foram se reelaborando e, após a Abolição, assumiram também outros contornos, consolidando novas formas associativas e de manifestações e reatualizações culturais. Podemos perceber estas transformações numa prática também comum desde o século XVIII no Brasil, depois ressignificada nos séculos XIX e XX, que são os cacumbis⁷⁵, conforme

⁷³ MESTRINEL, Francisco de Assis Santana. O samba e o carnaval paulistano. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, nº 40, fev. 2010, p. 1-10. Disponível em: www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao40/materia06/texto06.pdf. Acesso em: 25 abr. 2017.

⁷⁴ RASCHE, 2016,

⁷⁵ Cacumbis, ticumbis, cucumbis, quicumbis, e outros termos semelhantes constituem grafias utilizadas para denominar uma prática de origem africana muito frequente no Brasil, em especial em estados como Espírito Santo, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul.

ressalta Nirlene Nepomuceno, ao estudar esta prática festiva do ciclo natalino (termo que remete ao período das festas do Natal ao Dia de Reis).

Nessas cerimônias, o casal real, depois de eleito, era conduzido pelos súditos – escravos e negros e pardos livres e libertos – em procissão pelas ruas até uma igreja, em meio a cantos, danças e simulação de duelos com espadas. A *performance* tinha por fecho um farto banquete e baile⁷⁶.

A autora remonta a experiências e vivências do cacumbi, em especial, no Espírito Santo, onde ainda atualmente esta celebração é comemorada em ritual festivo. Esta manifestação cultural de origem africana reatualizada em diáspora foi muito comum no Brasil e em Santa Catarina também constitui prática do passado e, em Tijucas, por exemplo, mantém-se atual este festejo.

Parte de um catolicismo popular, leigo e imbricado em expressões culturais de origem africana, o cacumbi compunha-se de uma devoção a Nossa Senhora do Rosário, semelhante ao que acontecia nas irmandades afros, destacando um cortejo celebrativo e religioso, formado por capitão e marujos que “disputavam a fé” em encenação dramática. Em Florianópolis esta prática remonta a populações de áreas rurais de municípios das redondezas que, no pós-abolição, migraram em direção à capital em busca de oportunidades de trabalho e condições de vida.

Muito sintomático perceber como diferentes aspectos de culturas de matrizes africana se vinculam a práticas de catolicismo dito popular, dado seu caráter leigo⁷⁷, gerenciado e vivenciado pelos devotos, cujo poder de articulação e decisão em vida associativa são marcantes e possibilitados pela Igreja. Esta situação sofre alterações quando a Igreja Católica, por medida de Roma, no que se chamou catolicismo romanizador ou ultramontano⁷⁸, passa a atuar fortemente contra práticas antes realizadas pelas irmandades e outras associações religiosas de caráter leigo.

Neste sentido, cacumbis, irmandades negras, congadas e folias de reis tornaram-se alvo de políticas da Igreja, no sentido de modelar e uniformizar o catolicismo, configurando-o menos popular, mais centralizado e controlador de práticas devocionais. Vivenciou-se, de

⁷⁶ NEPOMUCENO, Bebel. Cucumbi/Ticumbi: performances e memórias de uma África bantu. In: RASCHE, Karla Leandro; PINHEIRO, Lisandra Barbosa Macedo (Orgs.). **Festas da diáspora negra no Brasil**: memória, história e cultura. Porto Alegre: Pacartes, 2016, p. 199-225, p. 203.

⁷⁷ BOSCHI, 1986.

⁷⁸ STAKONSKI, 2008; DALLABRIDA, Norberto. **A sombra do campanário**: o catolicismo romanizado na área de colonização italiana do Médio Vale do Itajaí Açu - 1892-1918. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 1993.

forma muito marcante em diferentes regiões do país uma intensificação de posturas reguladoras da Igreja Católica, tentando controlar musicalidades, instrumentos, sonoridades, ritmos, cantorias, procissões e tantos outros elementos constitutivos da vivência religiosa de homens e mulheres leigas⁷⁹.

Compete destacar que alegorias, desfiles de rua, procissões e romarias em espaço público expressavam vivências africanas em diáspora, em forma de coreografias e alas em performances festivas. Como bem destacou José Ramos Tinhorão (2012), ao abordar a temática das romarias pagãs em Portugal, o catolicismo experimentado e praticado por grupos populares consistia em modo diverso de compreender a Bíblia e suas pregações, adaptando lendas cristãs para a forma de autos, em formatos de procissão e cortejo, dividido em

blocos ou espaços abertos à apresentação dos diferentes ofícios. Uma solução de ordem prática que vinha antecipar por sinal, em quase seis séculos, a criação, nas escolas de samba brasileiras, das chamadas alas, destinadas exatamente a abrigar, durante as procissões carnavalescas, os vários blocos de foliões encarregados de ilustrar o enredo ou tema geral do desfile⁸⁰.

No entendimento do autor, a procissão festiva conformava o que hoje nomeamos, em termos de alas e organização, de cortejo carnavalesco. Demonstrações públicas de fé e de devoção constituíam momentos de rememoração e reestabelecimento de laços culturais, sociais, éticos e estéticos. Esta organização em forma de comitiva, mantida ao longo de séculos pelas irmandades leigas, por exemplo, com símbolos como bandeiras e porta-estandarte/porta-bandeira, mestre-sala, formação em alas, vestimentas apropriadas à função ou participação na celebração, readequou-se a novas maneiras de vivenciar o espaço público por meio de escolas de samba, espaços comunitários de coesão grupal, de reconstrução de mundo e projeto de vida.

Antigos autos e cortejos,

formas dramáticas negras que sintetizam dança, música percussiva e polirítmica, cordas, sopro etc. Cânticos poéticos de conteúdos históricos relacionados a homenagem aos ancestrais africanos e brasileiros, vestuário, bandeiras, emblemas etc. se combinam num espaço lúdico e sagrado.⁸¹

⁷⁹ Consultar: RASCHE, 2016; STAKONSKI, 2008; QUINTÃO, 2002b.

⁸⁰ TINHORÃO, José Ramos. **Festa de Negro em Devoção de Branco**: do carnaval na procissão ao teatro no cívrio. São Paulo: Ed. Unesp, 2012, p. 17.

⁸¹ LUZ, Marco Aurélio de Oliveira. **Agadá**: dinâmica da civilização africano-brasileira. 3ª ed. Salvador: EDUFBA, 2013 [1995], p. 301.

Estas manifestações culturais constituem, nos dizeres de Luz (2013), uma “continuidade transatlântica da tradição africana”⁸², permitindo a homens e mulheres a manutenção de suas práticas. Escolas de samba adaptaram-se das “antigas” formações de ranchos e blocos, expressões culturais que, por sua vez, trouxeram à cena inspirações de congadas, procissões, cortejos e cacumbis. Sintomático perceber que antigos reis e rainhas, príncipes e outros figurantes dos festejos de diferentes tradições culturais de matrizes africanas foram readaptados para versões carnavalescas sob os títulos de mestre-sala, porta-bandeira, rainha de carnaval, rainha de bateria.

As procissões das irmandades saíam às ruas também organizadas em alas, dispostas dentro de uma forma organizada, que poderia variar de acordo com cada associação, mas compondo um meio de estabelecer atribuições a cada membro e também às alas onde figurava cada um(a), atentando para uma composição que, no seu todo, apresentava um cortejo, encenava com movimentos, cantorias e instrumentos, a “peça” almejada.

O irmão procurador, além de outras funções, era responsável pela organicidade dessas alas, fazendo o préstito seguir pelas ruas estipuladas, possibilitando que cada “ator” desenvolva sua atuação de acordo com a performance grupal proporcionada no âmbito do coletivo, criando coreografias festivas articuladas. Os blocos de carnaval também compunham um agrupamento, não religioso, mas comemorativo, articulando saberes e fazeres em procissão pelas ruas, celebrando o carnaval. Práticas afro-nativas reatualizadas em contextos de diáspora remontam a tradições transmitidas de geração a geração, por meio de “música, dança, linguagem de percussão, arquitetura, canções, espetáculos, configurações espaciais, coreografias e máscaras”, configurando “inteligência do corpo”⁸³.

Outras formas de agremiação, comuns especialmente a partir dos primeiros anos após a Abolição, foram os clubes sociais negros, sociedades ou uniões recreativas. Neste trabalho enfatizamos as experiências de duas destas associações, a Sociedade Recreativa e Carnavalesca Brinca Quem Pode e a União Recreativa 25 de Dezembro, fundadas na década de 1930 na capital catarinense. Os clubes recreativos ou sociedades recreativas eram associações organizadas por homens e mulheres de origem africana, constituindo espaço próprio de sociabilidades, por vezes com propostas de educação, moral e visibilidade das

⁸² LUZ, 2013, p. 264.

⁸³ IROBI, 2012, p. 275.

pessoas que delas participassem. Tornaram-se comuns em Florianópolis e em tantos outros municípios catarinenses com presença de origem africana.

Para Júlio Cesar da Rosa (2011), inúmeras análises foram construídas a partir da ideia de que os jornais, as associações e as irmandades foram os embriões do Movimento Negro consolidado na década de 1970. Mais do que isso, constituíram espaço de gestão autônoma dos afrodescendentes, onde buscaram construir laços de solidariedade e mecanismos de ascensão social⁸⁴. Enquanto as irmandades religiosas foram fortes expressões desde o período colonial, na República as sociedades beneficentes surgiram com força em quase todo território brasileiro, a maioria delas ficou conhecida como sociedades recreativas por conta do destaque relativo às atividades lúdicas e/ou dançantes.

Os clubes afros eram espaços visados e, por vezes, visitados – conforme capítulo 3 -, pelas elites políticas e econômicas de então, constituindo seus territórios lugares de tensões, resistências, lutas e mobilizações, visto serem locais de arranjos e laços de solidariedade e construção e uma visibilidade positivada de populações de origem africana, lidavam com os embates hegemônicos de alguns códigos e posturas da sociedade abrangente, ocidentalizada e higienizada.

Diferentes estudos em Santa Catarina pautaram a organização dos clubes negros como tema de pesquisa e análise, de modo que conseguimos traçar alguns apontamentos em termos de revisão bibliográfica sobre o assunto. Em comum à nossa pesquisa, Júlio Cesar da Rosa (2011) analisou a fundação das sociedades recreativas Cruz e Sousa e União Operária, construídas por afrodescendentes em Laguna, Santa Catarina, entre os anos de 1903 a 1950. O autor apreendeu aspectos das experiências de afrodescendentes, em especial, os espaços de sociabilidade, na região sul de Santa Catarina. Para ele, tem se tornado evidente a importância desses lugares estratégicos a seus associados e associadas, consistindo em “projetos coletivos e individuais, suas aspirações e expectativas quanto à ascensão social e visibilidade e respeitabilidade na luta pela cidadania e dignidade”⁸⁵.

Maria das Graças Maria (1997), analisando a experiência dos clubes sociais em Florianópolis enquanto territórios negros, contribui de forma ainda inédita quanto aos estudos sobre a presença africana na capital catarinense no pós-abolição. O estudo

⁸⁴ ROSA, Júlio César da Rosa. **Sociabilidades e territorialidade**: a construção de sociedades de afrodescendentes no sul de Santa Catarina (1903/1950). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2011, p. 25. Disponível em: http://www.tede.udesc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2497. Acesso em: 10 jan. 2017.

⁸⁵ ROSA, 2011, p. 7.

historiográfico sobre os afro-brasileiros em Florianópolis, no período de 1930 a 1940, constituiu tema de pesquisa da autora, em forma de dissertação de mestrado. Com ênfase na discussão das experiências cotidianas e na constituição dos territórios negros, Maria discute a cidade normatizada pelos poderes públicos, os projetos modernizadores, os ideais de civilização e progresso, que constroem uma imagem de Florianópolis excluindo grande parcela de sua população deste ideal de cidade higienizada e branca⁸⁶.

Inúmeras agremiações existentes em Florianópolis, na primeira metade do século XX, constituíam territórios negros na cidade, áreas e formações reorganizadas nas reformas urbanas e ressignificadas por seus pertencentes. Algumas figuras ativas em Florianópolis marcaram também a construção de uma visibilidade positiva almejada por muitos homens e mulheres agremiadas, como Antonieta de Barros e Leonor de Barros, Trajano Margarida, Ildefonso Juvenal da Silva e Demerval Cordeiro; atuaram política e educacionalmente para criar possibilidades de ascensão social de afrodescendentes nas primeiras décadas da República.

Em uma obra de época, publicada em 1957, denominada *História da Literatura Catarinense*, Arnaldo S. Thiago descreve que Trajano Margarida (1889-1946), nascido em 16 de janeiro de 1889 em Florianópolis,

[...] é uma das mais eloquentes expressões da nossa literatura regional. Adotando vários pseudônimos que despistam, para nosso mal – os que procuramos estudar os homens de cultura – Trajano Margarida, se assim procedeu nas lides da imprensa, dá-se, entretanto, a conhecer pelas suas obras de vulto, como: “A Pátria e o sorteado”, “Acuso-te”, “No meu tempo de rapaz”, “Flôres Mortais”, “Reminiscências” e tantas outras, umas de labor poético, outras em prosa. Chamam-no no Estado de “o poeta do povo”⁸⁷.

O autor, escritor da época, vivenciou as primeiras décadas do século XX e conheceu a poesia e a prosa do intelectual. Figura atuante e reconhecida na capital, Margarida escrevia textos e versos para jornais, semanários e revistas, destacando suas percepções políticas, sociais, estéticas e econômicas da cidade nas primeiras décadas do século XX. A história de vida de Trajano Margarida consistiu em muitas batalhas, desde o nascimento em família pobre “de côr”. “Vive, porém, no meio da multidão, sofre com ela, sorri, desdenha e glorifica junto com ela”⁸⁸. Apresentava-se “de casebre em casebre”, oferecendo seus “versos

⁸⁶ MARIA, 1997, p. 9.

⁸⁷ THIAGO, Arnaldo. *História da Literatura Catarinense*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1957, p. 391.

⁸⁸ CALLADO, Petrarcha. Poeta do Povo. *A Gazeta*, Florianópolis, 16 de janeiro de 1945.

modestos ao som dos violões”, “cantando nos picadeiros”⁸⁹, arrancando seu sustento e levando sua poesia e sua música aos lares de seus companheiros de vida, de destino, de racismos também.

O exímio orador foi vendedor de amendoim torrado quando era criança, também palhaço de circo e tipógrafo, profissão que aprendeu com Martinho Callado⁹⁰, sentiu as dores da perda prematura do filho e as injustiças “da história da côr”, ao mesmo tempo em que participou de diferentes eventos sociais e teve seus poemas declamados e cantos entoados por “grupos de gentis senhoritas” em *soirées* dançantes e encontros literários.

Em 20 de dezembro de 1921, o Grêmio Recreativo Literário Catarinense realizou uma “elegante *soirée* dançante” em comemoração ao Natal. O evento contou com música, dança e “saudações ao Natal”, versos de Trajano Margarida, como noticiou o Jornal *A Verdade*, uma semana depois:

[...] Ao som de uma bem afinada orquestra, foi a *Soirée* prolongada até alta madrugada.

A meia noite, foi por um grupo de gentis senhoritas, cantada algumas saudações ao Natal, letra do nosso conterrâneo sr. Trajano Margarida.

Felicitemos a diretoria do Grêmio, pela festinha de 24, e agradecemos as gentilezas que foram dispensadas ao nosso representante⁹¹.

Trajano Margarida, “poeta, seresteiro, escreveu livretos que podem ser tomados como expressão do cordel local, compôs sambas que foram cantados nos carnavais da cidade, criou hinos para celebrar a construção da Ponte Hercílio Luz e fundação⁹² do

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ A família Callado era envolvida com o jornal *A Gazeta*: Jairo Callado era fundador e editor-chefe, Petrarcha Callado escrevia também para o periódico e Martinho Callado consta nos registros. Consultar: *A Gazeta*, Florianópolis, 16 de janeiro de 1945. Segundo Matos, “Martinho José Callado (1841-1914), em profissão que foi legada a seus filhos, foi tipógrafo e redator do *Jornal do Comércio*, mantido em sociedade com o próspero comerciante Eduardo Horn.” Ver: MATOS, Felipe. **Armazém da Província**: vida literária e sociabilidades intelectuais em Florianópolis na Primeira República. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2014, p. 134. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/128691/328158.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 dez. 2017.

⁹¹ Jornal *A Verdade*, Florianópolis, 27 de dezembro de 1921, ano I, número 74. Segundo o próprio editorial do jornal, tratava-se de um órgão independente, “um impávido, seguro e arrojado jornal de combate”. Não sabemos a quem pertencia, tampouco quem eram seus editores. Recebeu - a partir de análise sobre os poucos exemplares que existem disponíveis no Acervo da BPSC, setor de obras raras -, uma considerável quantidade de anúncios para publicação em suas páginas, mas não alcançou vida efêmera.

⁹² “Figueirense Foot-Ball Club: Recebemos comunicação de haver sido fundada essa sociedade desportiva, nesta capital, tendo a sua diretoria constituída da seguinte forma: Presidente – João Xavier, Vice-Presidente – Heleodoro Ventura, 1º Secretário – Trajano Margarida, 2º Secretário – Balbino Silva, 1º Tesoureiro – Jorge A. Ramos, 2º Tesoureiro – Bruno Ventura, Procuradores – Carlito Honório e Agenor Dutra. Gratos pela comunicação” (Jornal *A República*, 10 de julho de 1921, Arquivo do Figueirense Futebol Clube). Em trabalho de Fábio Felipe sobre o Clube, o entrevistado Maury Dal Grande Borges, jornalista, ressaltou que o

Figueirense Futebol Clube”⁹³. Este, fundado em 1921, no antigo bairro da Figueira e, aquela, a obra símbolo do progresso e da modernidade, a ponte, em 1926. Trabalhamos neste texto com alguns hinos produzidos por este poeta.

Homem de origem africana, revelou olhares sobre uma urbe pautada em personagens pobres, benzedeiros, prostitutas, órfãos, mendigos... as marcas de uma modernização e Abolição não tão bem encaminhadas, “gente que revela a cidade desajustada, incômoda e inconveniente diante dos anseios e projetos pensados pelas elites”⁹⁴. Após a fundação do clube, uma das demandas em torno do reconhecimento do time e de sua torcida foi a elaboração de uma canção que pudesse estreitar estes laços e demonstrar o apreço pela agremiação. Trajano Margarida, secretário da associação esportiva, ofereceu ao Figueirense a letra da canção que seria então marca do clube e consolidaria sua identificação com a torcida⁹⁵.

CANÇÃO DO “FIGUEIRENSE”

Escreta e oferecida
por Trajano Margarida*

Nos campos do Sport
Nosso nome é querido
Entre todos é chamado, o forte,
Que a lutar nunca se viu vencido

Não temo, valente,
Com poder na luta vence.
Aos seus pés a glória sente,
O tão glorioso “Figueirense”

Estribilho
Com fortes “times”, já luctamos,
E sentimos por isso o ideal praser.
Durante a luta só pensamos
Em folgar, folgar, vencer.

Figueirense foi “fundado por estivadores, barbeiros, alfaiates, carpinteiros, o pessoal que trabalhava no Mercado Público, realmente foram os elementos da classe popular na sua maioria os primeiros diretores e fundadores”. Entrevista com Maury Dal Grande Borges em 19/03/2001 apud: FELIPPE, Fábio. “**No coração da torcida**”: a fundação do Figueirense Foot-Ball Club na década de 1920. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2001, p. 26.

⁹³ PEREIRA, Lucésia. **Florianópolis, década de trinta**: ruas, rimas e desencantos na poesia de Trajano Margarida. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2001, p. 6. A autora não faz uma abordagem em perspectiva racial sobre Trajano Margarida, o que em nosso entendimento, limita a compreensão sobre o poeta, pois sua vida e conflitos passavam pela experiência da cor, de uma sociedade racista que, após a Abolição, criou outros mecanismos e discursos de exclusão e racialidade.

⁹⁴ PEREIRA, 2001, p. 14.

⁹⁵ CARDOSO; RASCHE, 2016, p. 111.

Não há, não há, tão glorioso,
 Que se iguale em valor, ao “Figueirense”.
 Ninguém como ele é poderoso,
 Que a lutar, suplanta, vence.

Nos campos, luctamos.
 Com denodo e valor,
 Rivaes fortes, sempre encontramos
 Os quaes não, nos causam terror.

Aos ve-los, sentimos,
 Em nossa alma o praser,
 Da victoria a vós ouvimos,
 Nos dizer, lutar, vencer.
 (volta ao estribilho).⁹⁶

A produção desta canção, realizada por Trajano Margarida, evidencia a letra escrita, dimensão que deve ser considerada, visto não termos conhecimento da forma como esta era cantada, em sua dimensão expressa em ritmo e voz. Compete destacar que, além de seus labores cotidianos, as populações de origem africana passaram a ver no clube de futebol nascido no bairro da Figueira, uma opção positiva sobre uma região tão malvista⁹⁷ pelas elites dirigentes.

Alinhava-se uma identificação com um time que surgira naquela área e fora organizado por homens das fainas do mar, dos trabalhos nas ruas, nas barbearias, dos sonhos em comum. Segundo Cardoso e Ianni⁹⁸, em importante pesquisa sobre cor e mobilidade social em Florianópolis na década de 1950, o esporte, em especial o futebol, possibilitava galgar novas posições na sociedade; diferentemente dos clubes de remo, que eram vistos como clubes de elite, de brancos.

Narrador dos sentimentos humanos, das tristezas e agruras da pobreza, das alegrias e vivências da religiosidade, do samba e do carnaval, Trajano Margarida envolveu-se com a cidade, suas pessoas e expectativas. Diante de suas possibilidades, ocupou espaços, organizou redes de sociabilidades e solidariedades naquelas décadas iniciais do século XX,

⁹⁶ Jornal *A República*, Florianópolis, 24 de dezembro de 1921, número 947. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

⁹⁷ Inúmeras matérias de jornal registraram a Figueira como região perigosa, de “desordens”, “vagabundos”, área de meretrício e “escândalos”. Alguns periódicos consultados que dispõem de matérias dessa natureza: *A Verdade*, Florianópolis, 15 de setembro de 1921, número 30; *A Verdade*, Florianópolis, 24 de novembro de 1921, número 59; *A Gazeta*, Florianópolis, 15 de janeiro de 1941; *A Gazeta*, Florianópolis, 28 de janeiro de 1941; e tantos outros.

⁹⁸ CARDOSO; IANNI, 1960, p. 218.

ainda fortemente marcados por heranças escravistas e desigualdade racial e econômica ou de classe.

Dois outros integrantes intelectuais locais também se faziam ouvir e participavam de diferentes associações, como era o caso de Antonieta de Barros e Ildefonso Juvenal. A professora normalista Antonieta de Barros foi proprietária de uma escola primária e, mais tarde, em 1935⁹⁹, tornou-se a primeira mulher deputada estadual em Santa Catarina. Depois atuou como diretora do Instituto de Educação Dias Velho e novamente ocupou o cargo de deputada em 1948. Esteve ligada ao Centro Catarinense de Letras (1925), ao Centro Cívico das Normalistas onde era presidenta e dedicada à alfabetização de adultos¹⁰⁰ e, também participou da Liga do Magistério Catarinense¹⁰¹, instituição composta somente de mulheres, coligando-se ao Centro e “trazendo para seu seio outras estudiosas e literatas como a presidente Beatriz Brito e a oradora e poetisa Maura de Senna Pereira. Antonieta de Barros era primeira secretária da Liga”¹⁰².

Vislumbramos que estes intelectuais construíram trajetórias distintas de tantos homens e mulheres de origem africana na cidade, pois seus deslocamentos e ascensões remetem a significados e *locus* diversos, visto uma maioria afro ter sido expulsa das áreas centrais, enquanto Antonieta de Barros, por exemplo, consolidou movimento inverso, passando a residir no centro, onde atuou durante décadas como professora.

A literatura produzida por Antonieta proporciona textos com “características temáticas calcadas na crítica social, tendendo ao proselitismo provinciano de caráter urbano e marcado por uma linguagem com forte apelo didático e religioso”¹⁰³. Antonieta era uma artista de destaque pela sua produção, além de considerar que sua obra pautava a elaboração

⁹⁹ Foi eleita em 1934 pelo Partido Liberal Catarinense, assumindo em 1935 e permanecendo até 1937. Com o fim do Estado Novo, candidatou-se pelo Partido Social Democrático, sendo eleita novamente em 1947, como suplente.

¹⁰⁰ MATOS, 2014, p. 89.

¹⁰¹ “[...] como uma das fundadoras da Liga do Magistério, organização de classe que atuou intensivamente na luta pelo reconhecimento do voto feminino e pela luta de valorização da mulher; além de ter acompanhado as discussões sobre o movimento para o Progresso Feminino. Como primeira secretária da Liga recebeu as correspondências vindas da capital nacional, aquelas relacionados aos movimentos sufragistas femininos, bem como a correspondência de outras entidades de classe de outros estados. Como intelectual atenta aos movimentos sociais e membro da Liga do Magistério Catharinense participou dos movimentos culturais democráticos que instituíram o Centro Catharinense de Letras [...]. Os espaços ocupados por estas entidades eram os mesmos e muito próximos à efervescência política e decisões tomadas pelos dirigentes políticos, visto que se situavam nos fundos do Palácio do governo e dentro das dependências da Escola Normal. Então, pode-se concluir que desde os anos vinte já se tinha aí uma personalidade política influente que provinha do meio popular e que atuava em prol da sociedade da época, tendo como discurso o engajamento por uma educação de qualidade e como direito de todos.” (FONTÃO, 2010, p. 337-338).

¹⁰² CORRÊA, 1997, p. 171.

¹⁰³ FONTÃO, 2010, p. 91.

de crônicas, ao passo que grande parte dos artistas e intelectuais conhecidos e circulantes na capital, naquele período, produziam poemas. Ildefonso Juvenal também compunha este perfil cronista, ambos com produções em jornais, em especial a partir de meados da década de 1910.

Antonieta apropriou-se das ferramentas que o mundo ofertou, aproveitou as oportunidades dadas e fez delas sua arma contra a “maldade da humanidade”, refugiando-se em seu “silêncio” e em sua “alameda interior”. Mas, não deixando de expressar ao mundo, por meio de seus “Farrapos”, a grandeza de seus sentimentos e virtudes. Ela faz isso, utilizando-se de uma linguagem apurada, bem estruturada, no uso de figuras de linguagem, de metáforas e alegorias, citações e excertos de autores reconhecidamente valorizados, o que enriquece o texto e transforma a crônica em diálogo com o leitor de seu tempo e com os leitores de todos os tempos.¹⁰⁴

Interessante perceber que, o mundo letrado, apropriado por estes intelectuais afrodescendentes, para além do uso das letras, demanda refletir acerca de ferramentas e mobilizações de universos culturais brancos letrados frente outros recursos criados por afros. A partir de excerto de Fontão, depreendemos que as produções de Antonieta de Barros indicam expressividades em fundamentos letrados com figurações próprias de bases orais. Suas tradições ancestrais permanecem e reinventam no uso da letra, produzindo uma intertextualidade. Vivências de matrizes culturais orais se internalizavam ou externalizavam de diferentes modos, dentre eles, a própria produção textual, que continha formas e encaminhamentos outros, distintos de formatações do universo branco letrado e/ou de “beletristas”.

A figura de Antonieta de Barros é enigmática em muitos pontos, ao mesmo tempo em que se constitui símbolo da luta feminina pelo voto e por educação. Nascida na capital em 1901, foi batizada e teve como um dos padrinhos o Padre Francisco Topp¹⁰⁵, emblemático articulador das reformas do catolicismo ultramontano no estado de Santa Catarina. Além disso, a intelectual contou com ascensão social oriunda dos estudos (da escolarização), tendo

¹⁰⁴ FONTÃO, 2010, p. 136.

¹⁰⁵ Este padre, alemão, chegou a Florianópolis em 1894, passou a tomar as medidas consideradas necessárias pela Igreja para reformar o catolicismo praticado nestas terras. O culto leigo e, em especial, as práticas das irmandades, todas conduzidas por leigos, foram sobremaneira alvo das atuações do reverendo. Sua participação nos Sínodos de 1910 e 1919; nas reuniões da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, impedindo atitudes consideradas profanas ou descabidas ao novo formato da Igreja, articulando a expulsão de irmãos e irmãs em atraso com anuais, bem como aqueles que tivessem alguma ligação com “seitas” consideradas “demoníacas” ou “pecaminosas”, interferências no modo de organizar e encaminhar as procissões e também os instrumentos musicais usados para as festividades; enfim, sua forte atuação impactou as vivências de diferentes agremiações religiosas da capital e do estado, em especial a Irmandade, conforme estudos realizados por Rascke (2016) e Stakonski (2008).

se tornado normalista e professora, carreira que exerceu por toda a sua breve vida. Na luta pelo magistério, adentrou como deputada¹⁰⁶ em 1935, propondo questões e pautas em torno da educação.

Ildefonso Juvenal, nascido em 1894, também em Florianópolis, foi aprendiz de tipógrafo na Marinha, na Escola de Aprendizes de Marinheiros, sendo que com 20 anos de idade escrevia poemas já elogiados pelo público leitor e intelectuais da época, muitos ingressantes da Força Pública. Em 1918, já estava na Força Pública e era alfabetizador de praças. Participou de várias associações, fundou jornais e revistas, escreveu em inúmeros periódicos, publicou livros e foi farmacêutico da Força Pública, visto que em 1921 tinha iniciado o curso de Farmácia no antigo Instituto Politécnico¹⁰⁷, além de fundador e atuante no bloco carnavalesco Tira a Mão – vinculado à Força Pública. Participou ativamente da vida pública da cidade, dialogou com inúmeros políticos, em especial, demonstrava afeto, respeito e possuía relações com Hercílio Luz. Importante mencionar também sua atuação nas Academias de Letras de outros estados¹⁰⁸, no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, bem como na Comissão de Folclore do estado.¹⁰⁹

Articulados em jornais, espaços políticos, constituindo escolas e ministrando curso primário, propunham a educação como forma de ascensão social e melhores condições de

¹⁰⁶ “A partir de 1936, Antonieta de Barros passa a dividir seu tempo entre o Curso Primário, a função de Deputada Constituinte e a trabalhar como substituta na Cadeira de Língua Portuguesa e Psicologia da Educação no Curso Normal do Colégio Coração de Jesus, onde fica até o ano de 1945. Em 1939, recebe o convite para ser Patronesse da turma [...]. Em 1945, novamente é agraciada com o convite de Paraninfa, cuja solenidade ocorreu no Teatro Álvaro de Carvalho em 26 de novembro de 1945. Para a ocasião, a nobre professora proferiu uma Oração às Magistrandas, sob o título “Falando às Mestras”, texto publicado na página 224 a 229 do livro *Farrapos de Idéias*. Antonieta trabalhou, portanto na Escola Normal Catarinense, no Colégio Coração de Jesus e no Instituto Dias Velho. Em 1944 foi elevada a lente e convidada pelo Interventor Nereu Ramos para dirigir o Instituto de Educação Dias Velho, onde permaneceu até a sua aposentadoria em 10 de janeiro de 1951.” (FONTÃO, 2010, p. 306)

¹⁰⁷ “Primeira instituição de ensino superior do Estado de Santa Catarina, o Instituto Politécnico foi criado no ano de 1917. Em 14 de fevereiro daquele ano, os jornais O Estado e A Época, de Florianópolis, noticiaram a respeito de sua fundação que se efetivou com uma reunião de cirurgiões-dentistas, farmacêuticos e médicos, além de engenheiros, bacharéis em direito, um oficial da Marinha e um guarda-livros, que decidiram pela formação de comissões para elaboração dos planos de cursos que integrariam a instituição - odontologia, farmácia, comércio, agrimensura e pilotagem.” INSTITUTO POLITÉCNICO DE FLORIANÓPOLIS. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/pdf/instpolytflo.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2017. Atualmente, a sede do antigo Instituto divide-se entre o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e a Academia Catarinense de Letras.

¹⁰⁸ Em 1945, por exemplo, era sócio correspondente da Academia Sul-Rio Grandense de Letras. “Em ofício dirigido ao nosso colaborador sr. Tem. Farm. Ildefonso Juvenal, comunicando-lhe aquela acertada resolução dos intelectuais gaúchos e lhe confirmando como um dos embaixadores das letras sul-riograndenses em nosso Estado [...]. *A Gazeta*, Florianópolis, 3 de fevereiro de 1945.

¹⁰⁹ Para maiores informações sobre a vida e obra de Ildefonso Juvenal, consultar: SILVEIRA, Carlos Eduardo. **“Orgulho-me de ser homem de cor”**: Ildefonso Juvenal da Silva e a luta pelo reconhecimento (início do século XX). Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2015; GARCIA, 2007.

vida. Oportunamente, cabe mencionar que estes personagens, diante dos empecilhos impostos pela Academia Catarinense de Letras à participação de mulheres e de descendentes de africanos, fundaram sua própria associação, o Centro Catarinense de Letras em 1925. Articulando saberes letrados e vivências embebidas em memórias africanas, trata-se de homens e mulheres imersos em lutas que consideravam importantes e necessárias no período.

As décadas de 1920 a 1930 marcaram o surgimento do Centro Cívico e Recreativo “José Boiteux”, depois Centro Cívico e Recreativo Cruz e Souza (a partir de 1923), do Centro Catarinense de Letras e dos Clubes Recreativos de origem africana, sugerindo atenção para os cuidados com a escolarização, a educação formal e espaços de lazer e sociabilidade afrodescendente. A percepção de que a educação significava possibilidades de ascensão social e maior prestígio compunham expectativas e investimentos destes homens e mulheres. Este período também marca a presença de outras formas de organização existentes na cidade, como a Irmandade Beneficente Nossa Senhora do Rosário e a Irmandade de Nossa Senhora do Parto. A década seguinte constitui novo marco de atuação destes agrupamentos associativos a partir da organização de blocos carnavalescos, como os Bororós, o Tira a Mão, o Mocotó vem Abaixo, e da fundação de escolas de samba - Os Protegidos da Princesa (1948) e Embaixada Copa Lord (1955) -, implicando pensar vivências do samba, intenções educativas em dimensões letradas e orais, e também as posições políticas destas populações em suas composições.

Florianópolis era capital administrativa do estado de Santa Catarina, desde os tempos coloniais, possuindo uma população que, segundo o recenseamento realizado em 1920, era de 41.338 mil habitantes, sendo a parte central habitada por aproximadamente 19.574 mil habitantes¹¹⁰. Nas décadas seguintes, os quantitativos apresentados por Cardoso e Ianni¹¹¹, indicam 67.630 como o número de habitantes em Florianópolis em 1950.

Em inícios do século XX os recenseamentos não destacavam cor/raça em suas pesquisas, mas a pensar pela quantidade de africanos(as) e seus descendentes no século XIX, estas primeiras décadas do século XX não indicavam uma condição muito diferente, apesar das muitas expulsões para as regiões mais periféricas, por conta de obras higienizadoras e

¹¹⁰ FELIPPE, 2001, p. 12.

¹¹¹ CARDOSO; IANNI, 1960, p. 112.

modernizadoras. No século XIX, em dados enfatizados por Fernando Henrique Cardoso¹¹², os quantitativos observados permitem considerar que a população afrodescendente, em 1866 e 1872, chegava, respectivamente, a 32,64% e 35,27%¹¹³.

Dados relativos a 1890, apontados por Cardoso e Ianni¹¹⁴ enunciam a presença de 8.153 brancos, 928 pretos, 1.957 mestiços e 53 caboclos para o que seria o perímetro central da cidade. Já em 1950, identificava-se, segundo registros censitários, a presença de 61.221 brancos, 5.027 pretos, 1.249 pardos, 03 amarelos e 130 sem declaração.

Conforme dados disponíveis no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 1900, Florianópolis possuía 32.229 pessoas, em 1920 este número subiu para 41.338, enquanto em 1940 o total da população conformava 46.771 “almas”¹¹⁵. Este período é bastante complicado quanto à situação do quesito raça/cor nos Censos realizados, tendo em vista o final do regime escravista e o processo de embranquecimento da população via imigração europeia. Os dados censitários de 1900 e 1920 não apresentam, em seus questionários, informações sobre a composição racial do Brasil. Apenas dados de sexo, idade e nacionalidade, fato que se altera em 1940, quando a composição racial (ou dados de cor) voltam a aparecer nas estatísticas; além de informações sobre agricultura e indústria.

Conforme destaca Hebe Maria Mattos (2013), em *Das Cores do Silêncio*, o

sumiço da cor consiste num dos processos mais intrigantes e irritantes ocorridos no século XIX, do ponto de vista do pesquisador. Todos que tentaram trabalhar com a história do negro, após o fim do cativo, já se decepcionaram com a quase impossibilidade de alcançá-los, seja trabalhando com processos crimes e até mesmo com registros civis¹¹⁶.

¹¹² A obra de Fernando Henrique Cardoso, intitulada *Negros em Florianópolis*, embora importante no rompimento com uma historiografia catarinense que incluía abordagens sobre as populações de origem africana apenas em perspectiva economicista e, mesmo assim, com participação irrelevante, o trabalho do autor merece nota. Os dados e as bibliografias utilizadas são extremamente importantes e permitiram novos estudos e discussões sobre relações raciais e história de africanos(as) e seus descendentes em Florianópolis, em especial. No entanto, a análise de Fernando Henrique Cardoso não apontou táticas, estratégias e visões de mundo destas populações nos documentos e informações verificadas. Sua visão prendeu-se aos limites da discussão sobre relações raciais, sem, no entanto, aprofundar como “os oprimidos”, neste processo, atuaram, lutaram e tentaram se impor enquanto sujeitos históricos. Consultar: CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas**. Florianópolis: Insular, 2000.

¹¹³ CARDOSO, 2000, p. 136.

¹¹⁴ CARDOSO; IANNI, 1960, p. 93.

¹¹⁵ Informação disponíveis na página eletrônica do IBGE:

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>. Acesso em 24 de dezembro de 2016.

¹¹⁶ MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)**. 3ª ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 105.

Em nosso entendimento, a ausência desta nomeação, desde os momentos finais da escravidão, pode estar associada ao fato de que uma maioria da população recenseada em censos demográficos anteriores compunha-se de homens e mulheres cuja origem era africana, logo, indicava que a população residente no Brasil não era branca, mas escura, de todos os matizes possíveis. Ao longo das décadas finais do regime escravista e nas primeiras décadas do século XX, a cor fez-se ausente em muitas documentações, restringindo possibilidades de pesquisa e mapeamento destas populações por pesquisadores no tempo presente. No entanto, muitas vivências e experiências podem ser situadas em termos de documentos fugidios, memórias, narrativas, de documentos anotados em atas, bilhetes e anotações diversas destes diferentes grupos, em busca de cidadania e manutenções culturais no pós-abolição.

Se a Abolição trouxe à tona a questão da cidadania, esta ainda enfrentava desafios quanto a convivências e tensões raciais do período, posto que inúmeros fatores, inclusive a ausência de uma discussão sobre os problemas raciais no país (dado o racismo existente), atuavam no sentido de invisibilizar os conflitos e hierarquias raciais vigentes em torno da ideia de raça superior e inferior, dos discursos médicos do século XIX. Neste sentido, os mecanismos de ascensão social construídos por homens e mulheres de origem africana indicavam reações a conflitos quotidianos.

O rigor da etiqueta dessas sociedades [como o 25 de Dezembro], que nos foi descrito por um velho do grupo negro, indica que houve esforços no sentido de reagir às avaliações desfavoráveis do branco. Simbolicamente, a casaca de baile e o “mestre de salão” deveriam assumir, aos olhos do grupo negro, um significado bem mais profundo do que à primeira vista pode parecer. Era a tentativa e mostrar à “sociedade dos brancos” que o refinamento nas maneiras, a vida *de família* e a *distinção social* não eram apanágio de um grupo racial; e também que os negros já não eram mais escravos, podendo comportar-se como quaisquer outros cidadãos, como *iguais*...¹¹⁷

Percebemos, a partir destes apontamentos, que as populações de origem africana se organizaram, construíram e recriaram mecanismos próprios de “sociabilidade, política, cultura e lazer, a partir de distintas racionalidades, lógicas e possibilidades. Criativos e versáteis, apropriaram-se seletivamente da retórica da cidadania”¹¹⁸ e consolidaram redes de solidariedade.

¹¹⁷ CARDOSO; IANNI, 1960, p. 139.

¹¹⁸ DOMINGUES, 2011, p. 131.

Como diria Petrônio Domingues, em “*Um desejo infinito de vencer*”, faz-se “mister reconhecer que os afro-catarinenses, malgrado viverem em condições sociais subalternas, foram capazes de influenciar a ‘roda da fortuna’, criar (e recriar) um mundo para si”¹¹⁹. Nisso, podemos incluir as lutas diárias por dignidade e uma vida melhor, além da constituição de espaços organizativos capazes de atender a demandas desta população que nem sempre foi autorizada a participar de espaços ditos “para todos”, visto que impediam a entrada daqueles e daquelas que lembravam a escravidão, pois carregavam em seu corpo, sua pele, as marcas do passado escravista.

Condições subalternas configuram distintas lógicas, racionalidades e possibilidades, construindo, criando e recriando “um mundo para si”, muito além das imposições e cobranças éticas e estéticas trazidas com a República. Cidadania e solidariedade são termos importantes e parecem ter permitido, a partir de expectativas dos diferentes grupos, construir lugares de estar no mundo. As associações, espaços comunitários, constituíram formas de lidar com os racismos daquela sociedade, ao passo que consolidaram redes de trabalho, lazer, cuidados e religiosidades.

Todas as muitas reformas, obras, modernizações, alterações de moradia e organização física da cidade não implicaram, no entanto, em melhoria da qualidade de vida de milhares de famílias de origem africana que viviam na capital de Santa Catarina. População que continuava a ocupar “posição sensivelmente análoga à que desfrutava no passado. Dessa forma, ainda é, como no passado, o principal agente dos serviços braçais e domésticos [...], permanecendo o trabalhador negro nos setores mal remunerados e de baixo prestígio social”¹²⁰.

No entanto, para além dos lugares sociais ainda demarcados e destinados aos diferentes grupos sociais e raciais, os afros tentaram construir a sua própria cidade, um lugar que pudessem contemplar expectativas de vida nova, distantes da escravidão. Ruas abertas, casas construídas, águas encanadas, pastos roçados, cercados e espaços aparados, este tornou-se o dia a dia de muitas pessoas que chegaram à Florianópolis à procura de emprego na cidade e de um novo projeto de vida. Eram homens e mulheres de origens rurais, vindos de Biguaçu, Antônio Carlos, São Pedro de Alcântara e Tijucas¹²¹, além daquelas e daqueles

¹¹⁹ DOMINGUES, 2011, p. 132.

¹²⁰ CARDOSO; IANNI, 1960, p. 112.

¹²¹ MARIA, 1997.

que a República expulsou das áreas centrais, antigos territórios de africanos e afrodescendentes escravizados.

As regiões de morros passaram a sentir, cotidianamente, esta chegada e as alterações que se fizeram perceber na paisagem. Para além de pensarmos no que muitos geógrafos poderiam considerar um “crescimento desordenado”, aquelas regiões recém ocupadas tinham um projeto e uma organização. Eram gestadas e produzidas por milhares de famílias de origem africana da própria cidade (do centro), de municípios vizinhos que antes eram rurais e possuíam números consideráveis de africanos(as) e afrodescendentes escravizados, trabalhadores nas mais diferentes tarefas – produção de água ardente, trabalhos da roça, produção em olarias, etc. – e por pessoas que vinham de outros locais em busca de novos anseios para si e seus familiares.

Estes diferentes sujeitos históricos, desterrenses, continentais imigrados e tantos outros, ante um regime que se transformou e uma República que ainda carecia de compreender vivências outras que não as devidamente higienizadas por seus padrões médico-sanitaristas, preocuparam-se em construir suas relações e manutenções culturais, bem como sobrevivências cidadinas em torno de agremiações, ou, o que muitos autores denominam de associativismo negro.

Roger Bastide, em *Branços e Negros em São Paulo*, discute como a cor desempenha um papel e implica um símbolo, bastante visível, do indivíduo na escala social. Para ele, algumas exceções são presentes numa certa “elite”, formada por “médicos, advogados, professores, e uma classe média, composta de pequenos funcionários, de proprietários de casas ou terrenos, puritana, respeitável, ciosa de bem criar os filhos”¹²². Segundo argumentação do autor, esta elite de homens de cor era composta por “mulatos” sobretudo, que, diante das tensões das relações raciais e do tom de pele mais claro¹²³, organizavam espaços associativos para si, mas nem sempre dialogavam e dividiam estes espaços com aqueles que consideravam de “baixa classe de cor”, os “pretos”.

Este livro e tantos outros produzidos pela linha da Escola de Sociologia de São Paulo, apesar dos grandes avanços e destaques para as desigualdades raciais na sociedade brasileira

¹²² BASTIDE, Roger. Manifestações do Preconceito de Cor. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e Negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo: Global, 2008, 4ª ed. rev., p. 166.

¹²³ Para as interpretações da época, Bastide apontava: “A cor age, pois, de duas maneiras, seja como estigma racial, seja como símbolo de um status social inferior. Se assim é, quanto mais o negro se aproximar do branco, pela tez, pelos traços do rosto, nariz afilado, cabelos lisos, lábios finos, maiores as suas probabilidades de ser aceito” (BASTIDE, 2008, p. 171).

de meados do século XX, em especial, merece uma crítica, pois as abordagens produzidas sobre as associações antirracistas são, em sua maioria, vistas a partir da ótica da integração às normas e condutas pensadas pelas elites econômicas para aquela sociedade. Nos dizeres de Paulino de Jesus Francisco Cardoso (2012), muitos estudiosos de organizações negras, pautados e

informados pela abordagem produzida pela Escola de São Paulo, leram as organizações antirracistas, jornais e sociedades recreativas tão somente como processo de integração à ordem vigente, e não como uma tensão entre o adaptar-se, resistindo e criando modos próprios de identificação e reconhecimento¹²⁴.

Importante, para nosso estudo, pois bem além de “desejos” de integração à ordem vigente, estas populações expressaram seus universos culturais, seus modos de comunicarem, de viver e ocupar espaços nesses viveres urbanos. Procuramos, nesta tese, configurar passagens pela cidade como expressões de práticas culturais que começam a assumir formas, enredos, modos de ser e viver desses afrodescendentes. Ao não terem mais seus corpos escravizados, começaram a delinear autonomia/protagonismos de diferentes modos, não mais pautados, em grande medida, por seus “senhores”¹²⁵.

Bastide, no mesmo trabalho sobre relações raciais em São Paulo, mas em capítulo seguinte¹²⁶, aponta que estas populações se organizavam em forma de associações, cujos objetivos “não se limitam a uma função educativa. São instrumentos de defesa de um grupo e de sua tomada de consciência.”¹²⁷ Neste sentido, além da educação - uma importante forma de ascensão social e combate ao preconceito racial -, outros instrumentos precisavam ser postos em prática para a efetivação de uma sociedade capaz de, mais que superar o racismo e as hierarquias nele pautadas, conter seus modos culturais. Isso implicava em ações diversas dessas associações para alcançar combater o racismo, mas também marcar traços culturais, modos de ser e hoje mostram como a sociedade brasileira comporta suas credenciais.

Compreender as artimanhas de diferentes afrodescendentes na cidade de Florianópolis constitui o objetivo central desta tese, procurando articular relações, redes de solidariedade e sociabilidades, arranjos políticos e marcar suas estratégias de manutenção cultural em tempos de República, além marcas de senhores, com seus ideais civilizatórios

¹²⁴ CARDOSO, 2012, p. 23.

¹²⁵ Aprofundamentos desta abordagem são articulados nos capítulos 2, 3 e 4 desta tese.

¹²⁶ BASTIDE, Roger. Efeitos do Preconceito de Cor. In: BASTIDE; FERNANDES, 2008, p. 207.

¹²⁷ Idem.

higienizados e de construção da brasilidade, onde imprimiram suas marcas, distintas do mundo eurocêntrico que colonizou e carregou suas formas de expansão desde lógica e raciocínios escritos e contabilizados. Neste sentido, discutimos alguns aspectos da formação destas associações, seus objetivos e sentidos políticos, bem como apontamos um quadro geral destas mobilizações e ocupações de espaços urbanos na capital catarinense na primeira metade do século XX.

Destaque importante feito por Petrônio Domingues (2010), estudioso de associações negras no pós-abolição, permite percebermos que os movimentos associativos de homens de cor demandam atentar para suas “formas de organização e articulação político-culturais”¹²⁸. Examinando práticas do movimento associativo em Rio Claro (São Paulo) na década de 1930, em especial das representações da Frente Negra, o autor destaca uma rede específica de lazer, cultura e política engendrada por estes grupos afro-paulistas, possibilitando a comunicação e a “circulação de ideias, narrativas, símbolos e tendências estéticas – por meio da troca de panfletos, boletins, jornais, *slogans*, escritos literários, produções dramatúrgicas, registros sonoros e estilos de dança, moda e comportamento”¹²⁹.

Na visão do autor, diferentes pontos envolviam a necessidade de união dos homens de cor, visando combater preconceitos e estabelecer uma solidariedade racial entre estes grupos agremiados. Domingues indica vários quesitos depreciativos voltados à caracterização de homens e mulheres de origem africana, incidindo sobre eles estereótipos racistas que os impediam de participar do *footing* na praça e de outros eventos e/ou atividades sociais. “Conquanto elas tivessem sua própria irmandade, sua exclusão dos clubes e associações de ajuda mútua dos brancos teve o efeito de bloquear-lhes o acesso às principais vias de mobilidade social.”¹³⁰

Segundo Fabrício Romani Gomes (2013), com quem concordamos em nossa pesquisa publica em 2016, a experiência de organização em irmandades negras durante o regime escravista influenciou no associativismo negro do pós-abolição¹³¹. Finda a escravidão, uma nova fase organizativa dos afrodescendentes passou a vigorar. “Surgiram dezenas, centenas de grêmios ou associações negras em diversos Estados, de cunho mais

¹²⁸ DOMINGUES, Petrônio. Esses intemoratos homens de cor: o associativismo negro em Rio Claro (SP) no pós-abolição. *História Social*, n. 19, vol.2, 2010, p. 110-134, p. 111.

¹²⁹ DOMINGUES, 2010, p. 119.

¹³⁰ DOMINGUES, 2010, p. 113.

¹³¹ GOMES, Fabrício Romani. *Sob a Proteção da Princesa e de São Benedito*: identidade étnica e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1934-1988). Jundiaí: Paco Editorial, 2013, p. 74.

assistencial, recreativo e/ou cultural, tendo como principal atividade social a realização de bailes”¹³². Compreendemos que estas associações, para além dos bailes citados por Petrônio Domingues (2004), realizavam diferentes ações, dentre elas a organização de jornais, revistas, encontros literários, produção de práticas de leitura, organização de espaços de letramento, chás, piqueniques, etc¹³³.

Diante da perspectiva de compreender melhor o papel desempenhado por estas associações, adentramos, na sequência, no capítulo 2 deste trabalho. Num primeiro momento, sentimos que os sinais da República impactaram, de diferentes modos, as populações existentes no estado de Santa Catarina, principalmente os sujeitos históricos residentes na capital, ou para ela migrados.

Indígenas foram postos como entraves à colonização, imigrantes europeus como ameaças à língua nacional e uma Abolição que não incluiu milhões de descendentes de africanos aos direitos fornecidos pelo Estado, além de conflitos postos em pauta por insurreições contra as normas vigentes – acusados de fanáticos religiosos¹³⁴ –, fazem-nos pensar que a brasilidade, a construção da nação brasileira foi, a duras penas, para homens e mulheres comuns, expressão de lutas, a contrapelo, de genocídio físico e psíquico. As elites governantes pensaram e ordenaram um projeto para o “povo”, sendo que a este cabia “apenas” o “direito” de se encaixar neste projeto nacional, à época entendido como civilizado, higiênico e superior.

Neste sentido, pensar as diferentes formas associativas implica conhecer como estes grupos de afrodescendentes lidaram com ideários da República, seus impactos e projetos, compreendendo estes homens e mulheres enquanto atuantes neste processo histórico, em termos políticos, éticos, estéticos e simbólicos. Seguimos ao segundo capítulo adentrando mais a fundo nas formas organizativas propostas neste trabalho, em especial percebendo as agremiações gestadas por grupos de letrados na cidade de Florianópolis.

¹³² DOMIGUES, Petrônio. “Paladinos da Liberdade”: a experiência do Clube Negro de Cultura Social em São Paulo (1932-1938). *Revista de História* (USP), n. 150, vol. 1, 2004, p. 57-79, p. 60.

¹³³ DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada*: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Ed. Senac, 2004.

¹³⁴ A pensar na Guerra de Canudos e do Contestado, movimentos ocorridos na Primeira República e tachados pejorativamente desta forma, como movimentos messiânicos, de fanáticos.

2 GRUPOS E ORGANIZAÇÕES LETRADAS: ASSOCIAÇÕES DE HOMENS DE COR

Este capítulo procura evidenciar experiências organizacionais de afrodescendentes em Florianópolis, nas primeiras décadas do século XX, momento marcado por reformas urbanas e transformações políticas, conforme exploramos no primeiro capítulo. Nosso foco de análise volta-se ao estudo da Associação de Homens de Cor - Centro Cívico e Recreativo José Boiteux - depois renomeado como Centro Cívico e Recreativo Cruz e Souza -, e o Centro Catarinense de Letras que, mesmo não sendo exclusivamente de homens e mulheres de cor, constituía espaço de ampla participação e atuação destas pessoas.

Vislumbrando conhecer estas associações e suas práticas, pautamos nossa narrativa em diferentes documentos produzidos por intelectuais afros em associações, jornais e obras literárias, expressando resistências culturais e formas de combate ao racismo: textos manuscritos e impressos sobre e por Idelfonso Juvenal, Trajano Margarida e Antonieta de Barros, do acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) e da Biblioteca da UFSC¹; jornais e periódicos contidos na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina no acervo de Obras Raras; obras literárias produzidas por Trajano Margarida disponíveis para consulta no Setor de Obras Raras da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina; obras e matérias produzidas por Antonieta de Barros e publicadas na imprensa; Estatutos de associações constantes do acervo do Cartório Iole Farias; Documentação pessoal de Ildefonso Juvenal.

2.1 O PERFIL DAS ASSOCIAÇÃO DE HOMENS DE COR

Parece que a data de comemoração da Abolição constituía evento importante na vida de Florianópolis, nas primeiras décadas do século XX. Apesar da escravidão ter sido extinta antes da promulgação da conhecida Lei Áurea, dado que na capital, meses antes já pairava a informação de que não havia mais cativos, chama atenção que homens de cor estivessem a frente de uma solenidade comemorativa à data. Ao que tudo indica, fazia-se recorrente esse tipo de solenidade pautando o 13 de maio como data a ser festejada.

Em 1914, o periódico *O Clarão*, assim noticiava em suas páginas:

¹ Além disso, conforme enfatizado na introdução, há documentos sobre Trajano Margarida e Ildefonso Juvenal gentilmente cedidos por Carlos Eduardo Silveira e Lisandra Barbosa Macedo Pinheiro.

13 DE MAIO

Não passou despercebido entre nós esta data gloriosa, pois os homens de côr reunidos fizeram uma festa litteraria no theatro “Alvaro de Carvalho”, achando-se o mesmo theatro repleto de convidados e de inumeras famílias.

Presidio a Assembléa, o venerando Coronel Sr. Germano Wendausen, como um dos veteranos da campanha abolicionista, o qual explicando o motivo d’aquella festa, deu a palavra ao orador official o Sr. Guedes que leo o seu discurso recebendo ao terminar muitas palmas.

Fizeram-se ouvir outros oradores que, como o primeiro foram muito applaudidos. Parabens aos organizadores de tão bella festa.²

O periódico em questão, como mesmo enfatizava em sua nomeação, dizia-se combatente. Ligado à maçonaria, discutia fortemente aspectos do catolicismo e práticas realizadas por padres e outras lideranças religiosas de origem alemã em terras catarinenses³. Muitos de seus artigos, notícias e informações não continham assinatura, ou, então, possuíam um pseudônimo, não identificando diretamente seus autores. *O Clarão* começou a ser publicado em 1911 e teve duração até 1918, tendo apresentado aos leitores um total de 280 números⁴, constituídos de 4 páginas cada.

A matéria posta em circulação pelo periódico foi posterior ao evento realizado, interessando que as informações destacadas mencionam homens de cor organizando o encontro literário alusivo à Abolição. Não há menção ou detalhamento sobre quem seriam estes membros, a qual associação ou organização estariam vinculados, tampouco detalhes sobre a programação do evento, os participantes e a repercussão deste encontro festivo na cidade.

Depreendemos que a festa literária ocorreu no Teatro Álvaro de Carvalho, importante teatro da cidade, localizado na região central da capital. De algum modo, os homens de cor se articularam e mobilizaram contatos para alcançar esse espaço bastante grandioso e utilizado pelas elites dirigentes em seus eventos e comemorações. Como teriam construído estas alianças e mobilizado autoridades e inúmeras famílias para este evento literário? Por que o periódico, de cunho maçônico, teria publicado a notícia? São muitas as indagações e interrogações sobre os arranjos políticos e intenções imbricadas naquela comemoração.

² Jornal *O Clarão* – Órgão de Combate legalmente constituído e de maior aceitação no Estado, Florianópolis, 16 de maio de 1914, Ano III, número 139. Disponível on-line na Hemeroteca Digital da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

(<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/oclarao/OCLA1914139.pdf>). Acesso em: 28 fev. 2017.

³ A respeito dos padres alemães no estado de Santa Catarina e suas atuações enquanto agentes do catolicismo romanizado, consultar: BOSCHI, 1986; STAKONSKI, 2008; RASCKE, 2016.

⁴ Praticamente todos os exemplares estão disponíveis on-line no site da BPSC. Consultar: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/Listas/letraC.html>. Acesso em: 20 dez. 2015.

Importante destacar também que outro veículo de informação abordava a mesma solenidade. O jornal *O Dia*, órgão impresso vinculado ao Partido Republicano, publicava em 15 de maio, na terceira página da folha informativa, uma matéria considerável sobre a comemoração então realizada no Teatro Álvaro de Carvalho:

13 DE MAIO

Conforme noticiamos realizou-se antehontem no Theatro Alvaro de Carvalho, a grande sessão cívica-litteraria promovida por uma commissão de homens de cor, para comemorar a gloriosa data da Libertação dos escravos.

O Theatro achava-se bellamente ornamentado; tendo flores e luz em profusão. No palco, que foi transformado em sala nobre, estavam os representantes das associações, imprensa, autoridades civis, militares e eclesiásticas, corpo consular, etc. Ao centro uma grande meza onde se via sentados á sua cabeceira, o illustre sr. Coronel Germano Wendhausen, presidente de honra, tendo a sua direita o illustre sr. Dr. Lebon Regis, Secretario Geral, representando o exmo. sr. Governador do Estado, e a esquerda o sr. Ildefonso Juvenal, presidente da commissão, em seu redor via-se os membros da mesma.

Ao fundo da sala foi armado um docél onde se ostentava ao lado o retrato do exmo sr. coronel Governador do Estado e ao centro o de José do Patrocínio, ladeado pelos do sr. coronel Germano Wendhausen e Manoel Bittencourt, e abaixo destes, os de outros abolicionistas cujo nome nos escaparam.

Ás 19 e 15 minutos, aberta a sessão pelo sr. coronel Germano Wendhausen, e depois de ouvido o Hymno Nacional por todos de pé, foi dada a palavra ao nosso amigo sr. João Guedes da Fonseca, orador official, que discorreu brilhantemente sobre a data, sendo ao terminar vivamente aclamado.

Usaram da palavra em seguida, os srs. Ildefonso Juvenal, Trajano Margarida, Aguiné Conceição, Astrogildo Campos, Nuno Gama, Estanislau Siqueira e Amphiloquio Gonçalves, este ultimo pela Sociedade Musical Commercial, sendo todos applaudidos.

Nos intervallos a apreciada banda “Commercial” executou diversos trechos musicaes.

Sendo encerrada a sessão pelo digno presidente, foi ouvido mais vez por todos de pé, o Hymno Nacional.

A concurrencia de convidados e exmas. famílias foi extraordinária, estando os camarotes e a platéa literalmente cheios.

N’essa digna e patriótica comemoração o Superior Tribunal de Justiça se fez representar pelo sr. dr. Thiago da Fonseca, Procurador Geral do Estado e o clero da diocese, pelo revm. Monsenhor Francisco Topp, Governador do Bispado.⁵

A extensa matéria apresenta detalhes mais específicos do acontecimento envolvendo diferentes autoridades e distintas esferas da vida pública e política da cidade. Muitas autoridades aproveitaram para serem vistas e lembradas, bem mais que abolicionistas e abolidos. Note-se a presença de governantes, militares e eclesiásticos, representantes de

⁵ Jornal *O Dia* – Órgão do Partido Republicano Catarinense, Florianópolis, 15 de maio de 1914, ano XIV, número 7.515. Disponível no acervo Digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=217549&PagFis=14308&Pesq=>. Acesso em: 27 fev. 2017.

associações e a imprensa. Além disso, a própria disposição do retrato do governador do estado, ao lado de José do Patrocínio, cuja representação estava ao centro, chama atenção.

Diferentes autoridades e também intelectuais, ressaltando Trajano Margarida e Ildefonso Juvenal, proferiram discursos embasados na data e seus sentidos. Amphilóquio Gonçalves era poeta, também escrevia textos para jornais, além de representar na ocasião a Sociedade Musical Comercial. Foi um grande parceiro de trabalhos com Juvenal e Margarida, assim como Astrogildo de Campos, Estanislau Siqueira⁶ e Nuno Gama.

Provavelmente, o tema da situação dos homens de cor também compusera o teor de alguns discursos, se tomarmos por base as afirmações e considerações destes intelectuais nos diversos impressos em que escreviam, conforme vemos na sequência. Mas aquela atividade não foi um evento isolado e único.

Tratava-se do ano de 1915, passados 27 anos da referida Lei. A notícia publicada no primeiro número do jornal *O Estado* evidencia o evento e ainda detalha a sua programação, de modo que leitores pudessem atentar para o acontecimento que ocorreria naquela data.

Assim comunicou a redação do jornal:

A data de hoje

Realisa-se hoje ás 19 horas, no Theatro Alvaro de Carvalho, a sessão cívica-literaria, com que os homens de côrsolemnizarão a passagem da jubilosa data da abolição do captiveiro no nosso paiz.

A commissão organizadora da festa foi incansável em seus trabalhos para que a mesma seja coroada de grande êxito. Fazem parte da commissão os srs. Trajano Margarida, Ildefonso Juvenal e Astrogildo Campos.

O programma caprichosamente organizado obedecerá a seguinte ordem:

PROGRAMMA

1º - Abertura da sessão – pelo Presidente de Honra, Sr. Coronel Germano Wendhausen.

2º Hynno Nacional –pela Banda Musical.

3º - Discurso official – pelo Sr. Trajano Margarida.

4º - Meu dever – (recitativo) pela menina Francisca Cardozo.

5º - Discurso – pelo Sr. Ildefonso Juvenal.

6º - Liberdade – (recitativo) pela menina Francisca Cardozo.

7º - Discurso – pelo Sr. Amphilóquio Carvalho.

8º - Os amores de mamãe – (recitativo) pela menina Jacyra Cardozo.

9º - Vozes d'África – (recitativo) pela menina Francisca Cardozo.

10º - Discurso – pelo Sr. Aguinê Conceição.

11º - As campinas – (dialogo) – pelas meninas Jacyra e Eulalia Cardozo⁷.

12º - Discurso – pelo Sr. Astrogildo Campos.

⁶ Estaneslau Dias de Siqueira aparece nos registros da Irmandade Beneficente de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, como irmão filiado entre 1913 e 1920, quando foi excluído por achar-se inclusivo no artigo 34, segundo registro na ata n. 45 de 1920. Este artigo tratava do pagamento dos anuais dos irmãos e quem ficasse em débito com a associação, segundo cobranças oriundas das reformas do catolicismo, seria desligado da Irmandade. Consultar: RASCHE, 2016, em especial o capítulo 1.

⁷ Ao que tudo indica, as meninas, todas Cardozo, eram parentes, mas não conseguimos localizar a procedência tampouco maiores informações sobre suas atuações em agremiações afros.

13º - Estudante Alsaciano – (recitativo) pelo Sr. Trajano Margarida.

14º - Liberdade – canto por meninas, Musica do Maestro Ponedo e letra do Sr. Trajano Margarida, que tem a honra de dedicar ao Exmo. Coronel Felipe Schmidt. D [ilegível] D. Governador do Estado.

15º Aphoteose final – Hynno Nacional – canto por meninas.⁸

Muitos interesses manifestaram-se aproveitando a data onde o “Império” marcou presença, num evento “jubiloso” para as disputas de interesses políticos, não para os abolidos. Enquanto as populações afros eram pensadas como o avesso da cidadania e da civilidade, o oportunismo anunciava-se nas páginas de jornais e nas figuras que “abrilhantavam” eventos desta natureza. As intenções e as lutas em torno da memória de Cruz e Souza e tantos abolicionistas são dignas de nota e compunham, talvez, a dignidade de reconhecer pessoas que em vida não foram devidamente reconhecidas, dadas as marcas da cor. No entanto, muitas das participações e aparições políticas, das elites locais, assumiam caráter de interesses outros, quais sejam, manter seus *status* e prestígio, muito além de preocupações com as exclusões pós-abolição.

O periódico, fundado então naquela data de 13 de maio de 1915, com tramitação até 1948, funcionava à Rua Jerônimo Coelho, n. 8, no Centro da cidade de Florianópolis. Nos primeiros anos de existência contava com 4 páginas de informações, notícias, opiniões e anúncios. A partir de 1920, algumas vezes contava com 6 páginas e outras com 8. A maior parte dos números de *O Estado*, dali em diante, contariam com 8 páginas, separadas em notícias do Brasil, notícias locais, informes, opiniões e anúncios. Todos os 10.256 números encontram-se digitalizados e disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina ([www.http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br](http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br)).

A notícia veiculada pelo jornal destacava a movimentação de dois intelectuais “homens de cor” e outros parceiros engajados numa solenidade comemorativa à Abolição da Escravatura no Brasil. Não à toa, antes desta notícia, o periódico fez uma matéria sobre o 13 de maio no país e a importância deste para o fim da escravidão. Ildefonso Juvenal, então com 21 anos, e Trajano Margarida, com 26, eram os idealizadores, aliados a Astrogildo Campos. Segundo Petrônio Domingues, em importante balanço sobre as produções catarinenses relacionadas ao pós-abolição, em 1915,

sentiram a necessidade não só de compartilhar seus sonhos e esperanças, como também de vislumbrar o levantamento social, cultural, intelectual e moral dos homens negros. Decidiram comemorar a data da abolição da escravatura, de forma

⁸ Jornal *O Estado*, 13 de maio de 1915, número 1. Disponível no acervo da BPSC, setor de obras raras.

civilizada e cidadã. Para tanto, fundaram, a Associação dos Homens de Cor e organizaram um grande evento no Teatro Álvaro de Carvalho, reunindo negros e brancos, homens e mulheres, autoridades públicas, representantes da imprensa e de outras associações da sociedade civil de Florianópolis⁹.

Compete destacar que Domingues se embasa em estudos já publicados em Santa Catarina e analisa esta historiografia pensando a construção e as análises do campo dos estudos pós-abolição. Sua afirmação pauta-se na obra de Fábio Garcia (2007), estudioso do tema de intelectuais negros em Florianópolis e Tijucas¹⁰. Garcia indica e Domingues concorda que, em 1915, teria sido fundada uma Associação de Homens de Cor, a partir da organização do evento literário e cívico no Teatro Álvaro de Carvalho.

Infelizmente, a partir dos informes e dados coletados em jornais, bem como de busca detalhada em cartório, não localizamos informações suficientes para afirmar que a Associação tenha sido fundada naquele ano. O que percebemos, a partir das fontes acessadas, é que houve uma organização em movimento destes homens de cor, sendo que estas pessoas, em coletivo, estavam propondo e realizando atividades, ações, encontros literários e cívicos, além de atividades lúdicas e dançantes.

O encontro cívico em homenagem ao 13 de maio aconteceu em 1914, primeiro registro que localizamos, e depois, em 1915, sua divulgação em jornal já contou com detalhamento e informações sobre quem seriam estes homens de cor, idealizadores do momento festivo. Os dois literatos, mencionados pelo jornal, apesar de jovens, parece que possuíam boas articulações políticas na capital catarinense, tendo realizado o evento em anos consecutivos, contando com familiares, visitantes e autoridades políticas da época.

Importa retomar da notícia: “A comissão organizadora da festa foi incansável em seus trabalhos para que a mesma seja coroada de grande êxito. Fazem parte da comissão os srs. Trajano Margarida, Ildefonso Juvenal e Astrogildo Campos”. O movimento associativo dos idealizadores do evento, já em segundo ano de realização, evidenciou a tentativa de criação de uma associação ou algo similar, de modo a atender as demandas de homens e mulheres de cor na capital catarinense.

O evento de 1915 contou com discursos dos organizadores, momentos de declamações e hinos, além de discursos e homenagens de autoridades e para autoridades, na comemoração. Quais esforços e estratégias teriam utilizado para mobilizar o público a

⁹ DOMINGUES, 2011, p. 119.

¹⁰ GARCIA, Fábio. **Negras pretensões**: a presença de intelectuais, músicos e poetas negros nos jornais de Florianópolis e Tijucas no início do século XX. Florianópolis: Umbutu, 2007.

comparecer ao evento? Por que o homenageado principal teria sido o Coronel Wendhausen, para além do fato de ser um abolicionista conhecido? Além disso, este era o segundo ano em que o referido nome aparecia entre as autoridades homenageadas.

Outro periódico da época a destacar o evento cívico-literário ocorrido no centro da cidade era o *Oriente*, também órgão da imprensa maçônica.

13 DE MAIO

A sessão cívico-literaria, realizada no dia 13 do corrente mez, no theatro Alvaro de Carvalho, esteve bastante concorrida por exmas. famílias e distintos cavalheiros.

Compareceram os representantes do exmo. Governador do Estado, altas autoridades, funcionarios públicos e a imprensa.

Sentimos não dispor o nosso jornal de espaço para dizermos o que foi essa sessão, homenageando a data, que representa o alto grão de nossa cultura.

Em todo o caso queira, a patriótico commissão promotora dessa homenagem, receber os nossos mais effusivos cumpri[men]tos.¹¹

Pela matéria, nenhum elemento constitutivo da narrativa permite vislumbrar que o evento realizado tinha como organização os homens de cor. Além dessa omissão, também os nomes dos idealizadores daquela solenidade não foram registrados, tampouco os possíveis apoiadores. A única menção indica a presença do governador do estado de Santa Catarina, à época Felipe Schmidt, entre os representantes convidados para a atividade cultural. Por que motivo teria o jornal omitido informações sobre os realizadores do evento? Omissão sintomática no sentido de serem outros os que brilharam. Ademais, a data de publicação daquele número consta como 22 de maio de 1915, vários dias após acontecido o encontro, fato que faz pensar que passados quase 10 dias do evento, houve meios de alcançar as informações e nomear os organizadores. O mundo social e político das elites sempre usufruiu destas comemorações.

Estes dois eventos, em anos consecutivos, celebrando a passagem da data da Abolição, merecem nossa atenção para a provável agremiação em andamento sob organização de homens de cor. Isso porque, passados seis anos do primeiro evento realizado, em junho de 1920, registrava-se no cartório Iole Faria, no centro da capital, o Estatuto do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux, uma associação de homens de cor.

¹¹ Jornal *Oriente - Orgam Maçonico*, Florianópolis, 22 de maio de 1915, ano I, número 31, 2ª fase.

2.1.1 O Centro Cívico e Recreativo José Boiteux

Alguns anos se passaram entre a organização de eventos comemorativos da Abolição e a fundação de uma associação exclusivamente de “homens de cor”. Uma das mobilizações pautadas por estes homens incluía uma digna homenagem à memória de Cruz e Souza, poeta simbolista desterrense¹². O grupo de intelectuais de cor movimentava a cidade em torno de uma herma que pretenderam erguer em memória a Cruz e Souza.

O 13 de maio despertava, em muitos locais do Brasil, movimentos em homenagem a abolicionistas e/ou símbolos afro-diaspóricos. Em São Paulo, por exemplo, em 1928, o Centro Cívico Palmares e os integrantes do jornal *O Clarim d’Alvorada* (periódico da imprensa negra paulista) organizaram uma romaria aos túmulos de Antonio Bento e Luiz Gama, “onde foram pronunciados diversos oradores; e, por fim, sessão cívica à noite”¹³. A atividade foi acompanhada por outras associações de natureza diversa, como irmandades, cordões, clubes e grêmios. Importa, neste sentido, perceber que tais comemorações traziam à público expressões de agremiações e festejos em perfil cultural de afrodescendentes.

Em terras catarinenses, o 13 de maio também era momento de comemoração e homenagens aos abolicionistas e renomados homens e mulheres de origem africana nascidos na capital catarinense, envolvidos com as lutas diárias contra as marcas e os estigmas da escravidão. Assim, naquele 13 de maio de 1920, o Centro Cívico e Recreativo José Boiteux realizou uma solenidade, “inaugurando em seu salão o retrato do insigne e saudoso poeta Cruz e Souza e distribuição de diplomas aos seus associados [...] no espaçoso palacete da Praça 17 de novembro”¹⁴.

O evento teve início às 19 horas e contou com autoridades, dentre elas o Governador do Estado de Santa Catarina, Coronel Raulino Horn¹⁵ e José Boiteux, Secretário do Interior e Justiça e interino da Fazenda. A música ficou a cargo da banda da Força Pública. Na

¹² Esta denominação remete ao antigo nome da capital, Desterro, nomeada Florianópolis apenas em 1894.

¹³ CARDOSO, 2012, p. 157.

¹⁴ Jornal *A Republica*, Florianópolis, 15 de maio de 1920, ano XV, número 479. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=711497x&PagFis=15124&Pesq=>. Acesso em 15 de novembro de 2016. A referida Praça 17 de novembro situa-se na região central de Florianópolis, área que no começo do século XX denominava-se bairro Mato Grosso. Hoje esta praça é conhecida popularmente como “Praça dos Bombeiros”, mas sua nomenclatura registrada é Praça Getúlio Vargas.

¹⁵ O Governador do estado entre 1918 e 1922 era Hercílio Luz, mas o coronel Raulino Horn, enquanto presidente da Assembleia Legislativa, assumiu várias vezes a função de governador em exercício, durante viagens e outras demandas do governador Hercílio Luz.

ocasião, André José Pinheiro era o Presidente do Centro, também associado à Irmandade Beneficente de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, onde seu primeiro registro data de 1885, ainda em tempos de escravidão vigente, mas aparece identificado como livre¹⁶. João Ubaldo Falcão, então 1º secretário do Centro Cívico, “fez a leitura da acta da sessão anterior, terminada a qual começou a fazer a chamada dos associados para recepção dos diplomas que por um requinte de gentileza eram entregues pelo exmo. coronel Governador e recebidos com imensa satisfação”¹⁷. A “gentileza”, provavelmente, continha afirmação e expunha seu poder.

Finda a distribuição dos diplomas aos associados, Falcão passou a palavra a Ildefonso Juvenal, orador da associação. O discurso, infelizmente, não fez menção expressa ao retrato de Cruz e Souza e a importância daquela solenidade em homenagem ao poeta, há menos de três décadas falecido vítima de tuberculose e do descaso da sociedade racista de então. Naquela ocasião, pautou bem mais o apoio político a Hercílio Luz: “Sêde benvindo aquelle que na grande lucta em pról do alevantamento moral e material de sua terra, foi e será sempre um triumphador e um heróe”¹⁸.

Antes do discurso de Ildefonso Juvenal, a solenidade contou com a inauguração do retrato do poeta Cruz e Souza, “cujo riquíssimo quadro foi descerrado por uma gentil menina. Ao apparecer a imagem do grande poeta, a assistência levantou-se saudando com uma prolongada salva de palmas”¹⁹. Ainda, na sequência daquele ato, se pronunciaram: Bittencourt Machado, Trajano Margarida (Vice-Presidente do Centro), a menina Maria

¹⁶ Outras duas matrículas também foram registradas em seu nome, uma ainda em 1885, com duração até 1915 e outra de 1917 a 1925. Depreendemos que este homem ficou por quase 40 anos vinculado à Irmandade, como irmão. Nos registros de atas localizados para o período de sua permanência na associação religiosa, percebemos que sua assinatura constava de próprio punho, indicando ter domínio das letras. Além disso, assinou por outros irmãos que não tinham conhecimento da escrita. Para o ano de 1897, assumiu com secretário, função importante de registro das atas da Irmandade e em 1900 foi eleito para juiz de São Benedito, um dos cargos mais importantes na associação; ainda em 1905 era consultor. Consultar: Livro Ata 3 (1875-1905) – Transcrição realizada pela professora Ma. Michelle Maria Stakonski Cechinel. Acervo da Irmandade Beneficente de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

¹⁷ Jornal *A Republica*, Florianópolis, 15 de maio de 1920, ano XV, número 479. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=711497x&PagFis=15124&Pesq=>. Acesso em: 15 nov. 2016.

¹⁸ Jornal *A Republica*, Florianópolis, 16 de maio de 1920, ano XV, número 480. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=711497x&PagFis=15124&Pesq=>. Acesso em: 15 nov. 2016.

¹⁹ Jornal *A Republica*, Florianópolis, 15 de maio de 1920, ano XV, número 479. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=711497x&PagFis=15124&Pesq=>. Acesso em: 15 nov. 2016.

Izabel Falcão²⁰, aluna do Colégio Coração de Jesus, que recitou uma poesia, e, finalizando, o poeta Araujo Figueiredo recitou uma poesia sua inédita, dedicada a Cruz e Souza²¹. Figueiredo era contemporâneo de Cruz e Souza e amicíssimo do poeta falecido.

O poema produzido e recitado pelo intelectual foi localizado, na íntegra, na folha especial produzida por Ildefonso Juvenal para arrecadação de fundos para a Escola Cruz e Souza.

Na batalha da vida (Para a alma de Cruz e Souza)²²

Diante do teu retrato, eu me ponho a scismar
Na luz meiga que tinha o teu piedoso olhar.

E que olhar, o teu! Era um clarão divino
Para encher de contraste o teu próprio destino.

E que destino, o teu! Nascestes na pobreza
E ainda mais pobre déste o corpo á natureza...

[...] E tu foste guerreado, ó meu saudoso amigo!
E eu sei, porque vivi, n'essa guerra, contigo.

[...] És feito prisioneiro; e então prendem-te os pulsos,
Que de tanto soffrer são dois rimes convulsos...

Preso, dão-te, no mundo, uma triste masmorra...
E querem que tu'alma, ahí, de tédio morra...

Dão-te apenas um pão minguado, e apenas agua;
E não se lembram que tu'alma soffre magua.

Dão-te um pão para que aos poucos enfraqueça
O teu peito tão moço, e a tua ideal cabeça.

[...] Não devias, por firme, amar, fosse a quem fosse,
Tu, meu saudoso amigo, ò alma meiga e doce!

Prisioneiro o teu corpo; entretanto tu'alma
Era livre e lembrava a águia que o vôo espalma

Déssa triste prisão, que era a côr do teu peito,
Voavas; e por isso, o eterno preconceito,

Que nessa guerra atrás amarrara-te os pulsos,
Hoje, é um condemnado, e rasteja debruços.

E como davas tu, a todos os captivos,

²⁰ Pelo sobrenome, provavelmente, a menina Maria Izabel era parente do sócio fundador e membro da diretoria do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux.

²¹ Idem.

²² "Recitada pelo autor na festa cívica de 13 de Maio, diante o retrato do saudoso poeta Cruz e Souza." *Jornal XXIX de Maio*, Florianópolis, 29 de maio de 1920, número único. Em benefício da escola noturna Cruz e Souza, organizada por Ildefonso Juvenal. A versão completa do poema compõe anexo da tese.

Desse teu coração os dotes emotivos,
 Na tua grande fé, na tua abnegação,
 Nos primeiros clarões da excelsa Abolição.

É que te vinha á mente o teu querido pae
 Para o qual não havia uma lagrima, um ai!

P'ra elle, esse velhinho, humilde octogenário,
 Que era, como José, um simples operário.

E te vinha ainda á mente a tua mãe querida,
 Aquella que te déra a rubra flor da vida,

Porque, quando ajoelhada, ás pedras de uma fonte,
 Ella estava a lavar, n'essas aguas do monte...

Na branca limpidez dessas múrmuras aguas,
 Tu lavavas também, mas lavavas as maguas...

Tua palavra escripta era a força na lucta;
 E a palavra falada, o amor d'alma impoluta.

Nunca ninguém amou esta terra com tanto
 Illuminado amor, nem lhe deu todo o encanto

D'uma alma que era sol e ao mesmo tempo luar...
 - Um o teu coração; outro o teu lindo olhar!

Aquí me tens, o teu companheiro na guerra,
 Que contigo luctou, de braços estendidos.
 Amigo, òra a Jesus, por esta linda terra,
 Na duradoura paz dos altos céos floridos!

ARAUJO FIGUEIREDO
 Florianópolis, 13-5-1920²³.

O poema de Araujo Figueiredo fora muito aplaudido. O tom da obra era de lamento, visto a perda tão precoce do jovem poeta, vitimado pelo preconceito racial em vida e pelo descaso social que lhe causara a morte. A vida de Cruz e Souza, intensa obra, ao mesmo tempo palco de sofrimento e racismo, estava ali exposta naqueles versos do amigo Figueiredo. A trajetória dos pais, ex-escravizados, um operário pedreiro e uma lavadeira que envidaram esforços em alfabetizar os filhos e inseri-los na escola, também compôs letra nestas estrofes da luta de Cruz e Souza.

Não à-toa, a memória ainda recente na cidade e nos espaços, da vida e obra de Cruz e Souza, faziam vivas as necessidades de lembrá-lo em eventos, solenidades, retratos,

²³ Jornal *XXIX de Maio*, Florianópolis, 29 de maio de 1920, número único. Em benefício da escola noturna Cruz e Souza. Organizada por ILDEFONSO JUVENAL (originais em maiúscula).

versos e prosas diversas. Os versos trazem à tona a “prisão” vivenciada pelo poeta, da qual nunca se libertaria, afinal a cor era marca que sempre carregaria. No entendimento do poeta amigo de Cruz e Souza, o preconceito o levava à “masmorra”. A homenagem, bastante carregada de adjetivos fortes para expressar uma vida triste, pouco enfatizam a vibrante obra do autor para além dos “sofrimentos da raça”.

No entendimento de Uelinton Farias Alves (2013), a experiência de Cruz e Souza no Rio de Janeiro, capital da República, foi custosa para a manutenção básica da vida, o que o levava a um pessimismo intenso, em certa medida desiludido, sem emprego e com muitas dificuldades financeiras²⁴. Entretanto, esta fase de sua vida e obra não são representativos de seu todo, apesar de grande ênfase em muitos estudos, e mesmo reforço, em alguns casos, como o que evidenciara em forma de poema Araujo Figueiredo.

Em matéria de 17 de junho de 1920, tem-se notícia de que o Centro Cívico e Recreativo José Boiteux conseguira arrecadar fundos para o intento almejado, ou seja, construir a herma em homenagem a Cruz e Souza, naquele ato agradecendo aos benfeitores, não sem interesses, que ajudaram a associação na empreitada:

**Centro Civico e R. “José Boiteux”
MONUMENTO A CRUZ E SOUZA**

O sr. Thesoureiro desta útil associação recebeu a Lista n. 47, a cargo do sr. Dr. Juiz de Direito de Lages, na importancia de 74\$000 subscripta pelas seguintes pessoas:

Mileto Tavares da C. Barreto, 5\$000; Manoel Thiago de Castro, 5\$000; Salvio de Sá Gonzaga, 5\$000; Zulmiro Soncini, 5\$000; Bibiano Lima, 5\$000; Fernando Athayde, 2\$000; Ernesto Neves, 2\$000; Eugenio Neves, 1\$000; Juvenal Godinho, 2\$000; Heitor Athayde, 2\$000; Fileto Borges, 2\$000; João Q. da Costa, 2\$000; Martinho Nerbas, 5\$000; Abilio Carvalho, 2\$000; Manoel D. Baptista, 2\$000; João B. da Silva, 2\$000; Candido Borges, 2\$000; José P. Gomes, 1\$000; Vidal Siqueira, 5\$000; Leoncio Farindo, \$500; Juventino Goudinho, \$500; Jocabo Valter, 1\$000; Belisario Ramos, 5\$000; diversas assignaturas, 5\$000.

Quantia publicada 1338.

Lista n. 47 74\$000.²⁵

Na cidade de Lages havia, desde 1918, o Centro Cívico Cruz e Souza, uma agremiação afrodescendente, formada por pedreiros, garis, carpinteiros, empregadas domésticas, mecânicos que, “com muito esforço após o labor exaustivo, encontravam-se duas a três vezes durante a semana no Cruz e Souza para ensaiarem dramas e comédias,

²⁴ ALVES, 2013, p. 20.

²⁵ Jornal *O Estado*, Florianópolis, 17 de junho de 1920, ANNO VI, Número 1527.

levando ao palco do Cruz a arte, a cultura de um modo improvisado, criativo e educativo.”²⁶ Segundo Carvalho (2008), essa organização, com finalidade social, artística e cultural, expressava, “de modo improvisado”, seus repertórios culturais de matrizes africanas.

A família Ataíde era integrante do Centro Cívico, sendo o sr. Sebastião Ataíde um de seus depoentes para a elaboração do trabalho. Ataíde (ou Athayde, em escrita mais antiga) também era o sobrenome de alguns doadores de recursos para a herma de Cruz e Souza na capital. Provavelmente, o Centro de Lages havia mobilizado e organizado um grupo de associados e apoiadores, de modo a contribuir com a feitura da herma, visto sua importância em memória de Cruz e Souza e sua representação para a “gente de cor” catarinense. Este acontecimento sugere articulações entre diferentes associações afros em Santa Catarina, conectadas por interesses comuns, mesmo quando suas formações compunham objetivos distintos.

Os esforços para este projeto coletivo dos homens de cor em memória a Cruz e Souza não findaram na arrecadação de civis e mobilizações em eventos. De acordo com *A Semana*, em agosto de 1920, havia sido apresentado um projeto ao Congresso do Estado de Santa Catarina, “auctorizando o Poder Executivo a contribuir com 5.000\$ para a erecção da herma, em bronze, do immortal Cruz e Souza”²⁷.

Ao que tudo indica, fazia-se muito importante para este agrupamento de homens de cor a consolidação do projeto da herma, posto em evidência no estatuto do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux, elaborado em janeiro e registrado em 14 de julho de 1920. No período em que toda esta movimentação em prol da herma em memória à Cruz e Souza estava em pauta, o Estatuto destacava tratar-se de “uma associação esclarecidamente de homens de côr”, criada com o intuito de “levantar em uma das praças publicas de Florianopolis, a herma do saudoso e imortal poeta Cruz e Souza”, além de “proporcionar aos seus associados a instrução cívica e litteraria e recreiar os mesmos e suas respectivas famílias”²⁸.

Conforme depreendemos do objetivo principal desta associação, a homenagem ao poeta Cruz e Souza constituía tarefa importante e, conseqüentemente, o grupo não envidou

²⁶ CARVALHO, Andréa Cândido de Moraes de. **Negros em Lages**: memória e experiência de afrodescendentes no planalto catarinense. Itajaí: Casa Aberta, 2008, p. 81.

²⁷ Jornal *A Semana*, Florianópolis, 12 de agosto de 1920, ANNO 1, Número 10.

²⁸ *Estatuto do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux*, Florianópolis, 14 de julho de 1920. Acervo do Cartório Iole Faria, atualmente denominado Cartório Florianópolis, folhas 20-22; Jornal *República*. Florianópolis, 03 mar. 1921, n. 717, p. 03. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

esforços para alcançar esta meta, efetivada em 07 de abril de 1923²⁹. Quando da inauguração, a herma para Cruz e Souza estava na Praça Benjamin Constant, achando-se atualmente alocada na Praça XV de Novembro, no centro histórico de Florianópolis.

A inauguração da herma, como noticiou *O Estado*, aconteceu num sábado à tarde, com diferentes autoridades, intelectuais e público em geral. A matéria faz um histórico da vida de Cruz e Souza³⁰, sobressaindo seus sofrimentos com o racismo, a doença da esposa e a perda dos filhos pequenos, além de destacar sua tuberculose e tentativa de cura. Compete perceber como as diferentes personagens da vida política e da imprensa usufruíam das desgraças resultantes de seus descasos, redundando em possibilidades de se auto-homenagearem.

Em seguida, o jornal apresenta a programação desenvolvida naquela ocasião.

A herma inaugurada no sabbado na praça Benjamin Constant não é só a prova da admiração dos seus conterraneos, mas a confissão tacita de que, si os coevos do poeta não souberam amá-lo em vida, aos menos depois da morte d'elle se penitenciam – glorificando-o.

Por qualquer aspecto que encaremos essa obra magnifica, ella se nos depara como a comunhão solenne de duas gerações da mesma ideia: o culto à memoria de um poeta que teve na morte a sagração do seu talento. Santa Catharina resgatou uma injustiça do passado. Por isso, a tarde de sabbado ficou sendo uma tarde historica. [...] Para isso convidou o sr. coronel Pereira e Oliveira a desatar a fita auri-verde que cingia a bandeira nacional laçada em véo sobre o busto do poeta. Isso feito e ritirada a bandeira pelos srs. drs. Joe Collaço e Victor Konder, desnudou-se completamente o artístico trabalho de Antonino de Matos.

A multidão, que era grande, rompeu em palmas, enquanto tres bandas de musica, postadas no local, soltavam aos ares festivas marchas.

Em seguida, o sr. dr. José Boiteux presidente de honra da comissão promotora do monumento, deu a palavra ao sr. Ildefonso Juvenal, presidente da referida comissão, o qual leu um longo discurso que foi muito applaudido.³¹

José Boiteux era presidente de honra da solenidade, ainda sendo homenageado com o próprio nome do Centro Cívico, foi o presidente de honra da comissão de construção e disposição do busto em memória do poeta. Além de atuações e articulações políticas, foi contemporâneo de Cruz e Souza. Inclusive, teria sido o responsável por levar a Minas Gerais os recursos arrecadados em Florianópolis para o tratamento de Cruz e Souza, o que tardiamente, não implicou em resultados que pudessem manter o poeta vivo.

²⁹ Consultar a matéria completa transcrita e disponibilizada nos anexos desta tese.

³⁰ Sobre a vida e a obra de Cruz e Souza sugerimos a seguinte leitura: FARIAS, Uelinton Alves. **Cruz e Souza: Dante negro do Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

³¹ Jornal *O Estado*, Florianópolis, 9 de abril de 1923, ano VIII, número 2637.

Na sequência da matéria, o destaque foi para o discurso de Altino Flores, na posição de secretário da Sociedade Catarinense de Letras que, em 1924, tornou-se Academia Catarinense de Letras, questão retomada adiante. Chama atenção que antes de Flores, Ildefonso Juvenal havia discursado, sem, no entanto, ter sequer um trecho de sua fala exposto nas linhas do periódico. A ausência de menção a este discurso do presidente da comissão responsável por projeto, execução e inauguração da herma, evidencia facetas do racismo pós-abolição. As falas de abolidos e de seus descendentes, suprimidas de registros de ações protagonizadas sinalizam um racismo que invisibiliza e retira o papel central ocupado por populações de origem africana.

Os homenageados e os “donos” da festa foram os “senhores” do poder, que não atribuíram atenções aos ex-escravizados. Se assim o fosse, os rumos do pós-abolição seriam outros, não as encostas sem ruas dos morros, tampouco as expulsões e exclusões de espaços e recintos urbanos. Ao que tudo indica, era belo e generoso homenagear os mortos, ao passo que conviver com os vivos e a eles oportunizar vida digna, implicava reconhecer privilégios e desigualdades.

Provavelmente, as alianças entre Flores e o jornal permitiram que seu discurso fosse transcrito e publicado na íntegra. Logo, no ano seguinte, seria redator, diretor e proprietário de *O Estado*³², mesmo periódico que publicara seu discurso integralmente.

O homem, que teve a desgraça dupla de haver nascido negro e poeta, recebe, hoje, a consagração dos seus conterrâneos.

Tendo vivido uma época em que o preconceito racial cavava fôssos intransponíveis entre as diferenças do pigmento, a sua alma delicada e sensível dilacerou-se na agonia profunda de se ver rebaixada e desprezada. Entretanto, era-lhe a alma da mesma essência luminosa e celeste, de que são feitas as almas dos santos e dos cleitos – porque era poeta.

Uma coisa poderia redimir a outra. O poeta poderia ter reabilitado o negro, si a sociedade em que o destino o collocára fôsse diversa quer dizer: si os seus coevos soubessem calcular o valor do homem, não pela situação social, mas, sim, conforme a tábua dos valores morais e intelectuais³³.

³² “Por sua iniciativa criou-se a Associação Catarinense de Imprensa, da qual foi o primeiro presidente; também figura como um dos fundadores da Academia Catarinense de Letras; foi um destacado sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e correspondente do Instituto Histórico de Minas Gerais”. Consultar: REIBNITZ, Cecília de Sousa. Altino Flores e a construção da memória da literatura catarinense. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**, 27 a 31 de julho, Florianópolis, UFSC, 2015, p. 2. Disponível em: www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434394968_ARQUIVO_AltinoFloreseaconstrucaodamemoriadaliteraturacatarinense-CeciliaReibnitz.pdf. Acesso em: 15 jan. 2017.

³³ Apesar de sua postura de preconceito racial em torno da temática, este excerto da narrativa de Altino Flores remete a uma abordagem presente nos discursos de Martin Luther King, por exemplo, sugerindo uma perspectiva em questão na sociedade brasileira e norte-americana ao longo das décadas seguintes, fruto, provavelmente, dos debates de grupos como a Frente Negra Brasileira e de militantes contra o regime do Apartheid nos Estados Unidos. O célebre discurso “I have a dream”, de Martin Luther King, em 28 de agosto de 1968, apontava a importância de que a sociedade tratasse a todos e todas pelo que o eram, não pela sua cor

[...] A inauguração deste singelo monumento vem demonstrar o que assevero. Por isso, a Sociedade Catharinense de Letras se sente feliz em vir, também, por nosso intermedio, cultivar a effigie do amargurado poeta.

Ao pedestal do seu monumento depositamos estas flores, que ele tanto amou, como uma fragil mas sincera prova da nossa admiração.³⁴

Os excertos do discurso proferido por Altino Flores, apontam para os problemas e enfrentamentos raciais, utilizando expressões fortes. Altino Flores depositou flores ao poeta negro que morreu junto aos familiares, cuja família toda minguiu pela omissão e pelo racismo. O que significaria “a dupla desgraça de nascer negro e poeta”, ou, ainda, “o poeta poderia ter reabilitado o negro”? Trata-se de indicações do violento preconceito e discriminação racial que se acirrava pelo fato de Cruz e Souza ter sido poeta. Como nasceu negro, o mais alto que alcançaria era ser poeta, de acordo com suas ancestrais vivências orais africanas.

Apenas o discurso do secretário da Sociedade Catarinense de Letras ficou registrado naquele periódico impresso, enquanto o idealizador daquela solenidade não desfrutou do mesmo espaço e mesmo tipo de registro. Ildefonso Juvenal apenas teve uma pequena menção, indicativo de quais vozes poderiam ser ouvidas e eram legitimadas para tudo. Mesmo acessando um universo de letrados e galgando espaços na vida da imprensa “oficial” da cidade, esse intelectual afro continuava a ser indigno de expressão e de exposição. As próprias omissões e ausências, em muitos momentos, indicam embates e discriminações vivenciadas naquele período. As palavras marcadas, ouvidas e perpetuadas pelo registro impresso – hoje em arquivo – eram as dos “donos do poder”.

Mas, voltando ao Estatuto do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux, precisamos compreender como funcionava esta agremiação e suas propostas. O artigo primeiro tratava da fundação do Centro e de seus membros fundadores: “aos 20 dias do mez de Janeiro de 1920, pelos membros Trajano Margarida, André Pinheiro, Agricola Guimarães, Manoel Corrêa, José Gregório da Rosa, João Ubaldo Falcão e Ildefonso Juvenal, sob a presidência

de pele. Esta constituía, para muitos militantes, uma pauta importante: a dignidade e o tratamento enquanto pessoa, não o julgamento pela cor. Evidentemente, a matéria de Flores não possui essa mesma conotação, mas ressalta alguns termos popularizados naquele período e décadas posteriores em termos de discursos contra o racismo.

³⁴ Jornal *O Estado*, Florianópolis, 9 de abril de 1923, ano VIII, número 2637.

do sr. Trajano Margarida”³⁵. Depreendemos, do próprio estatuto, que a associação era composta por diretoria masculina³⁶, todos homens de cor.

Interessante perceber, a respeito desses homens, suas conexões com outras agremiações. João Gregório da Rosa, quase uma década depois de sua atuação na diretoria do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux, em 1932, com 52 anos, associou-se à Irmandade Beneficente de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, tendo sido suspenso, provisoriamente, no mesmo ano, por motivo que desconhecemos. Chama atenção seu registro na associação, e ter escolhido adentrar naquela agremiação já em idade avançada. Teria interesse em garantir algum conforto na hora da morte? Havia intenções quanto a algum “benefício” que a Irmandade poderia oferecer naquela altura da vida? Por que motivo teria sido suspenso provisoriamente? Sabemos que, conforme registro de irmãos, seu nome não voltou a integrar o quadro da associação.³⁷

Também Manoel Corrêa, integrante da diretoria do Centro Cívico, compôs o quadro de irmãos da Irmandade do Rosário desde 1900, tendo seu nome constado em atas das primeiras décadas do século XX, em contrato de trabalho para reforma do adro da capela³⁸. André Pinheiro, já mencionado, também articulava suas expectativas em duas agremiações, uma de caráter literário, social e político, outra de cunho mais religioso, apesar de impregnada de debates sociais e políticos desde sua fundação, mais de 150 anos antes de suas filiações.

Ainda mais, Ildefonso Juvenal, componente do mesmo Centro Cívico, adentrou na Irmandade em 1921, tendo saído no mesmo ano, expulso por não pagar os anuais. Chama atenção que Juvenal entrou nesta associação religiosa no ano seguinte à fundação do Centro. Teria vislumbrando a Irmandade como espaço de atuação e possibilidade de contatos para o Centro? Por que entrou e não pagou os anuais? Em se tratando dos dilemas em torno das reformulações na Igreja e pressões sobre as práticas populares de irmandades, talvez aquela agremiação não compusesse espaço associativo antes vislumbrado por Juvenal. Dada sua

³⁵ *Estatuto do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux*, Florianópolis, 1920, folhas 20-22. Cartório Iole Farias, atual Cartório Florianópolis; *Jornal República*. Florianópolis, 03 mar. 1921, n. 717, p. 03. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

³⁶ Chamou nossa atenção este fato, pois desde as irmandades religiosas, associações leigas criadas por africanos e afrodescendentes no Brasil desde o século XVII, as diretorias eram, na maioria das vezes, masculinas, quase sempre ocupadas por africanos, em especial no caso da Irmandades do Rosário dos Homens Pretos.

³⁷ Consultar: Livro de Registro de Irmãos (1866-1934) – Transcrição realizada pelas professoras Ma. Maristela dos Santos Simão e Ma. Michelle Maria Stakonski Cechinel. Acervo da Irmandade Beneficente de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

³⁸ Livro Ata 4 (1905-1914). Acervo da Irmandade Beneficente de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

ligação e publicação em diferentes periódicos da cidade de Florianópolis, muitos deles vinculados a maçons, provavelmente a Irmandade e seu catolicismo romanizado não constituíssem lugar isento a estas escolhas.

Compete destacar que, praticamente, toda a diretoria fundadora do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux, em algum momento de suas vidas participou da Irmandade do Rosário, de maneira mais ou menos intensa e menos duradoura, mas participou. Isso indica a vinculação desses diferentes atores históricos a diversas associações, fossem elas religiosas, cívicas, literárias, dançantes, etc., permitindo perceber redes amplas de sociabilidades e personagens cujas tramas envolviam múltiplos interesses, confluindo para conexões a distintas agremiações, mesmo que, em grande maioria, fossem de agrupamentos afros.

Retomando os interesses do Centro Cívico, estava entre os auspícios daquela agremiação, cumprir as seguintes finalidades: “a) reuniões cívicas para comemorar as datas nacionais; b) ensino primário aos associados e filhos destes, e a todos aqueles que de tal necessitarem, sem exceção de côr, etc, c) leitura de bons livros, jornaes e revistas, representações theatraes; e) reuniões dançantes”³⁹.

Assim, percebemos que o ensino primário aos associados e filhos destes, ou seja, a educação escolarizada, o acesso às letras, constituía uma das preocupações deste Centro. Remontamos à organização das irmandades⁴⁰ de origem africana no Brasil, que, pelo menos desde o começo do século XIX, também tiveram entre seus objetivos oportunizar a educação aos Irmãos e filhos destes⁴¹. Assim, a educação compunha um campo importante percebido dentro do aspecto da luta política e da ascensão social destas populações. Alcançar o letramento era forma de “erguimento moral”, já que pensado como estado natural dos brancos, detentores do poder.

³⁹ *Estatuto do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux*, 1920, folhas 20-22.

⁴⁰ As irmandades são associações religiosas fundadas por leigos. Surgiram na Europa, por volta do século XII. Expandiram-se e no Brasil chegaram com a colonização portuguesa. No caso das Irmandades do Rosário, tem-se o primeiro registo no século XVII, em Recife. Estas agremiações, fundadas por africanos e seus descendentes em terras brasileiras, tinham como objetivos o cuidado com os mortos, o culto a um santo padroeiro, amparo aos irmãos enfermos e empobrecidos, bem como tentavam organizar caixa para libertar algum irmão ou irmã do cativo. Sobre estas agremiações religiosas, consultar algumas bibliografias: SIMÃO, Maristela dos Santos. **As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os Africanos no Brasil do século XVIII**. Lisboa: UL. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Lisboa (UL). Lisboa, 2010; SALLES, Fritz Teixeira de. **Associações Religiosas no Ciclo do Ouro**: introdução ao estudo do comportamento social das irmandades em Minas no século XVIII. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007; REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas**: Irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista. São Paulo: Alameda, 2011; QUINTÃO, 2002b.

⁴¹ RASCHE, 2016, em especial o capítulo 1.

Dentre outros aspectos apresentados pelo documento estatutário, depreendemos que a joia de entrada para compor a associação era no valor de 5\$000 e a mensalidade de 2\$000, com número ilimitado de sócios. Apesar de ilimitado em termos numéricos, os requisitos para adentrar nesta agremiação eram rígidos: ser maior de 18 anos e ter exemplar comportamento, item não muito detalhado no estatuto.

A primeira Diretoria⁴², de membros fundadores, ficou assim composta: Trajano Margarida – Presidente, André Pinheiro – Vice-Presidente, Agrícola Guimarães - 1º Secretario, João Ubaldo Falcão - 2º Secretario, Ildefonso Juvenal – Orador, Manoel Correia – 1º Tesoureiro, José Gregorio da Rosa – 2º Tesoureiro, Lauro Costa - 1º Procurador e José Luiz Pereira – 2º Procurador. Os associados seriam propostos à agremiação, tendo ou não sua aprovação referendada pelo Centro, com admissão feita por escrito, assinada pelos proponentes e dirigida ao Presidente, “que enviará a Comissão de Sindicância para dar o devido parecer, voltando depois a Presidência para despacho definitivo”⁴³.

Dentre os motivos para exclusão de algum associado, o estatuto registra: o sócio que por três meses consecutivos deixar de pagar a sua mensalidade, salvo motivo justificado; o sócio que por mau comportamento lesar o Centro ou prejudica-lo, sob pena de eliminação; o sócio que por sentença do foro civil, for condenado por motivos que afetem a sua honra. Além disso, associados em atraso de dois meses não poderiam votar em Assembleia, conforme previsto no artigo 11 do mesmo regulamento.

Também essa agremiação tinha rigidez com a ideia de reputação e moral, assim como outros clubes e uniões do mesmo período, indicando sempre a “boa conduta” como uma forma de distanciamento da “má fama” e das implicações marcadas pela cor, os estigmas da herança escravista. “Nas festas intimas do Centro não poderão comparecer pessoas de duvidosa reputação moral. Art 14. Para as grandes reuniões a Directoria fará expedir convites impressos notificando quando preciso, o traje official, o qual deverá ser fielmente observado”⁴⁴.

O Centro Cívico e Recreativo José Boiteux propunha, além de suas atividades de cunho educacional, atividades lúdicas e divertimentos dançantes. Segundo o artigo 25 do

⁴² A Diretoria, assim como tantas outras agremiações do período, compunha-se de: Presidente e Vice-Presidente, 1º e 2º Secretário, 1º e 2º Tesoureiro, Orador, 1º e 2º Procurador e uma Comissão de Sindicância composta por 5 membros, para fins de demandas e resoluções de problemas internos à associação. A função específica de cada componente pode ser consultada, na íntegra, nos anexos. *Estatuto do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux*, 1920, folhas 20-22.

⁴³ *Estatuto do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux*, 1920, folhas 20-22.

⁴⁴ Idem.

Estatuto do Centro, “para as festas e actos solenes terá o Centro um Estandarte de setim ou seda das mesmas côres da bandeira e com franjas douradas ou prateadas”. Duas datas seriam de comemoração fixa da agremiação: a data de seu aniversário de fundação e a noite de 31 de dezembro.

Assim como as irmandades religiosas e outras associações, o Centro possuía emblema, bandeira e estandarte. “Art. 24. O emblema do Centro será uma bandeira listada de branco e encarnado, com um quadrilátero azul e uma grande estrella branca ao centro”. Este artefato constitui a marca do Centro, sendo uma forma de distingui-lo e valorizá-lo em eventos sociais, atividades diversas, procissões e mesmo em momentos de rituais funerários, por exemplo.

Clubes de futebol, blocos de carnaval, escolas de samba, sociedades recreativas e centros cívicos confeccionavam suas bandeiras, constituindo distintivo da associação; uma forma de distingui-la das demais, como meio de situá-la e diferenciá-la entre as outras. Não ao acaso os clubes de futebol desenvolveram estandartes e os inseriram nas camisas de jogadores e torcedores, como as escolas de samba, por meio da porta-bandeira, também conduzem a flâmula, símbolo da comunidade do samba a qual pertencem.

Em termos do Centro, reforça o artigo 16, que aos “domingos os salões do Centro estarão a disposição dos associados que quizerem organizar danças ou outros divertimentos”⁴⁵. No ano seguinte à sua fundação, a notícia veiculada pelo jornal *A Verdade* indica que as atividades daquela agremiação caminharam com bastante entusiasmo. “Centro reinicia sábado, 3 do mez vindouro as suas reuniões familiares, havendo para este fim a maior animação por parte dos associados e exma. famílias”⁴⁶.

Compete destacar o reforço do termo família e sua participação nos eventos da agremiação. Ter família, aos moldes coloniais, constituía esforço e prática dos brancos, principalmente de elites. Então, há pelo menos duas questões que merecem discussão: por um lado, a importância de enfatizar que as populações afros possuíam famílias, o que a escravidão havia roubado, ou tentado impedir; de outro, os perigos da ideia de família alimentada pelas elites.

O debate em torno da temática da família merece alguns apontamentos, dado que a historiografia sobre escravidão e pós-emancipação apresenta ainda poucas pesquisas

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Jornal *A Verdade*, Florianópolis, 23 de agosto de 1921, Ano I, número 21.

relativas a este tema em suas abordagens. Nesse sentido, a obra de Robert Slenes, *Na Senzala, uma Flor*, constitui um marco reflexivo acerca de experiências e laços familiares em tempos de cativo, salientando sua importância enquanto mecanismo de sobrevivência física e cultural de africanos(as) e seus descendentes em diáspora⁴⁷.

Tal perspectiva permite dimensionar que as formas de constituição familiar eram múltiplas, muito além posturas e códigos das elites coloniais, imperiais e depois republicanas. Como bem acentua Slenes (2011), relatos de viajantes e códigos culturais das elites letradas taxaram formas de constituição familiar distintas às suas como “desregradas”, “deformadas”, “sem regras” e, logo, desprovidas de quaisquer qualificações adequadas às próprias formas de compreensão e dinamicidade familiar afro.

Tornaram-se recorrentes preocupações em enfatizar a família como corpo constituinte dos clubes gestados e organizados por “homens de cor”, denotando o reforço desse comportamento e símbolo social reatualizado na República, em especial, abrangendo códigos de civilidade ocidentais. Em que medida as famílias afros procuraram organizar suas famílias nos moldes europeizantes ditados na época? Efetivamente, o uso do termo família indicaria que a constituição desse agrupamento social ocorria em modelos ocidentais, brancos e cristãos, contendo as figuras de pai, mãe e filhos, como padrão familiar a ser seguido? Ou, então, seria a ideia de família uma forma de “aceitação”, “legitimação” da associação diante da sociedade republicana? Os registros disponíveis em relação a centros cívicos, clubes sociais e recreativos, blocos e escolas de samba, não possibilitam responder a tais questões, apenas sondar encaminhamentos.

Em setembro de 1921 outra notícia dimensiona aspectos da organização das atividades lúdicas realizadas pelo Centro Cívico e Recreativo José Boiteux:

Caixa d' A VERDADE

I. Juvenal – Capital – Recebemos o seu cartão. Tanto você como o Centro Civico, que o tem como presidente, nunca nos importunaram. Recebendo a noticia sobre o “pic-nic” e “mantiné” realizados por essa sociedade tinhamos que dizer alguma coisa. Dahi chamarmos a sua atenção para o que já haviamos declarado. Por isso não precisa ficar zangado. [...] ⁴⁸

A matéria de *A Verdade* indica que, naquele ano, o Presidente da agremiação era Ildefonso Juvenal, assim nomeado pelo jornal na matéria. O periódico tem um tom de

⁴⁷ SLENES, Robert Wayne. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. 2ª ed. corrigida. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

⁴⁸ Jornal *A Verdade*, Florianópolis, 22 de setembro de 1921, Ano I, número 33.

deboche ou sarcasmo ao explicitar a notícia sobre o pic-nic e a matinê realizadas pelo Centro. Com tom irônico e zombeteiro, constante à tônica do racismo, o jornal traz, desta forma, o registro de atividades promovidas por aquela associação, em desprezo a atividades relacionadas a seus universos culturais, que na época assemelhavam-se a caminhos de atividades propostas por grupos anarquistas, com outras concepções de letramento.

Segundo estudo realizado por Paulino de Jesus Francisco Cardoso (2012), a respeito de sociedades recreativas e imprensa negra em São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, uma das características destas diferentes associações foram “esforços na promoção de eventos lúdicos, como quermesses, ensaios e saraus dançantes”⁴⁹. Seu estudo, dissertação de mestrado produzida na década de 1990, trouxe à tona lutas e embates da imprensa negra de São Paulo nas décadas de 1915 a 1930, apontando para possibilidades que outros grupos, de “não-letrados”, produziam em termos de estéticas e visões de mundo, dimensão que o autor indicava necessária a novos estudos, dados os limites e a proposta daquele texto.

Fabrizio Romani Gomes (2013), em análise sobre associativismo negro no Rio Grande do Sul, considerando um clube recreativo que possuía também uma escola de samba, percebe que a finalidade destes espaços consistia em congregar associados e familiares, proporcionando-lhes atividades lícitas, culturais, recreativas, lúdicas, culturais, tradicionais e beneficentes⁵⁰. Sua análise voltada à constituição de um clube a partir da “proteção de São Benedito”, santo padroeiro muito presente nas devoções de africanos e afrodescendentes de catolicismo popular, além destacar a princesa Isabel como homenageada no nome da Escola de Samba que o Clube funda - Os Protegidos da Princesa -, retomada no capítulo 4 de nossa tese, em abordagem mais específica sobre as escolas de samba, sendo que em Florianópolis também foi fundada uma escola de samba com tal designação, remontando à proteção da Princesa Isabel.

No primeiro domingo de outubro de 1921, uma *soirée* dançante foi oferecida por um grupo de senhorinhas aos associados do Centro Cívico e Literário José Boiteux. “Antes de começar as dansas o Presidente Ildefonso Juvenal fez uma saudação ao elemento feminino do Centro, enaltecendo as qualidades do mesmo”⁵¹, destacando o desempenho da jovem Maria José da Rosa - provavelmente parente do membro diretor José Gregorio da

⁴⁹ CARDOSO, 2012, p. 59.

⁵⁰ GOMES, 2013, p. 111.

⁵¹ Jornal *A Verdade*, Florianópolis, 06 de outubro de 1921, Ano I, número 39.

Rosa -, bastante atuante nas atividades e organizações envolvendo o Centro. Homenageou-a com um botão de rosa e aos presentes foi servida uma mesa de doces e bebidas.

A diretoria do Centro fazia reuniões periódicas convocadas pelo presidente, duas vezes por mês. No caso das Assembleias Gerais, envolvendo todos os associados, eram convocadas anualmente para eleição e posse da nova diretoria, em datas de 24 de janeiro e 24 de fevereiro para cada etapa. A eleição ocorria por meio de voto secreto e aclamação do presidente, chamando atenção todas as sessões para Assembleias Extraordinárias em convocação divulgada pela imprensa⁵².

Seriam todos os associados leitores de jornais? Ou pretendia-se que fossem? Quais motivos teriam levado a agremiação a registrar isso no estatuto? Seria uma estratégia de mobilizar mais homens e mulheres de cor a manterem-se “atualizados” por meio de veículo impresso? Ou então um meio de estimular periódicos de imprensa negra em Florianópolis? São questões em aberto.

Também merece destaque a sede social daquela agremiação. Alugada, com móveis e demais objetos, enquanto não fosse possível adquirir estes bens materiais e patrimoniais por meio de compra. O espaço para recepção e atendimento aos associados ficaria disponível conforme artigo 23: “O edifício do Centro estará aberto durante a tarde e até as 10 horas da noite dos dias comuns e durante todo o dia e até as mesmas horas, nos domingos, dias feriados e santificados”⁵³. Nos dias de divertimentos, danças e demais atividades, o edifício deveria manter-se aberto até a meia-noite.

Em caso de dissolução do Centro, os mobiliários e todos os pertences da sede deveriam ser postos a leilão, sendo o recurso arrecadado doado a uma instituição de caridade, exceto os “retratos dos homens illustres que formam a galeria do Centro, que serão entregues ao Instituto Histórico e Geographico de Santa Catharina”⁵⁴. Esta anotação no estatuto, relacionava-se a que José Artur Boiteux foi o fundador daquela instituição. Sintomático para pensar alianças ou redes políticas que dominavam viveres e modos de ser desses intelectuais afrodescendentes do período.

O Centro ainda desenvolvia atividades e ações em parceria com outras associações, ou proporcionando apoio a suas atuações. “Em sessão de Assembléa Geral realizada na

⁵² “Art 20. Toda convocação para as sessões, quer ordinárias, quer extraordinárias, deverá ser feita pela imprensa, com antecedência de seis ou mais dias”. *Estatuto do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux*, 1920, folhas 20-22.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Idem.

penúltima semana, ficou deliberado por unanimidade de votos o Centro desobrigar-se da solidariedade manifestada ao Club de Regatas ‘Cruz e Souza’ de Itajahy”⁵⁵. Provavelmente, não alcançou cumprir algum compromisso.

Outras questões e práticas envolviam o Centro, como prestar homenagens a falecidos associados e familiares, como em 18 de agosto de 1921, com programação de missa em “intenção às almas dos sócios João Ubaldo Falcão, 1º tenente dr. Roberto Nogueira, Romualdo Farias⁵⁶ e Epiphanio Leocadio da Conceição, dnas. Izolina Falcão, Cecilia Oliveira e Senhorinha Maria de Jesus Falcão”⁵⁷. O jornal *A Verdade*, em matéria do dia 20 de agosto, proporcionou mais informações sobre essa celebração.

Entre as pessoas presentes notamos: Tte. Cantidio Regis, representando o Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado; dr. José Arthur Boiteux, Secretario do Interior e Justiça; Cel. Hyppolito Boiteux, deputado estadual; dr. Donatto Mello, diretor de Hygiene Publica; Tte. Rizoletto de Azevedo; representantes do Centro Cívico “José Boiteux” Lupercio Lopes, José Tolentino de Souza, Antenor Cidade, Officiaes inferiores e praças do 14 batalhão de Caçadores; officiaes inferiores da Força Publica; Antonio de Souza Cunha, pela “A Verdade” e muitos outros. Foi celebrante o monsenhor Francisco Topp.

Durante esse acto as bandas da Força Publica e 14 Batalhão de Caçadores, executaram sentidas marchas fúnebres.⁵⁸

Contando com reconhecidas autoridades políticas, civis e militares, missa celebrada pelo Padre Francisco Topp, um “velho” conhecido de irmandades leigas e renomado incentivador do catolicismo romanizado⁵⁹. O Centro mobilizou inúmeras pessoas, famílias, projetos e expectativas. “Gente que, entre os sabores e dissabores da vida, revelava sua grandeza humana. Gente que desafiava, com a altivez do espírito associativista e o alentado do sonho da igualdade, as mil agruras de uma faina trepidante”⁶⁰.

⁵⁵ Jornal *A Verdade*, Florianópolis, 15 de outubro de 1921, Ano I, número 43.

⁵⁶ A família Farias foi, na década seguinte, fundadora da União Recreativa 25 de Dezembro, clube agremiativo de origem africana bastante atuante durante décadas. Provavelmente, Romualdo Farias, antigo sócio do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux, era parente dos membros fundadores da União, suscitando entendermos que inúmeros foram os casos de experiência associativa na cidade, indicando tratar-se de prática comum e bastante difundida, pautando interesses de diferentes pessoas em torno de algum objetivo comum.

⁵⁷ Jornal *A Verdade*, Florianópolis, 18 de agosto de 1921, ano I, número 18.

⁵⁸ Jornal *A Verdade*, Florianópolis, 20 de agosto de 1921, ano I, número 19.

⁵⁹ A respeito dos impactos do catolicismo romanizado sobre costumes e práticas leigas das irmandades religiosas, consultar: SERPA, Élio C. **Igreja e Poder em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997; TAVARES, Mauro Dillman. **Irmandades Religiosas, Devoção e Ultramontanismo em Porto Alegre no Bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeira (1861-1888)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, 2007; RASCKE, 2016; STAKONSKI, 2008; QUINTÃO, 2002b.

⁶⁰ GOMES, 2013, p. 22.

Para além daquela sociedade pós-abolição, fazia parte das preocupações da agremiação a questão da educação. Neste sentido, além de escola para sócios e seus filhos, a diretoria pretendia criar aula noturna e biblioteca. Possivelmente, a aula noturna serviria para trabalhadores e trabalhadoras que durante o dia não teriam acesso aos bancos escolares, visto estarem trabalhando. Seria uma forma de jovens e adultos terem acesso às letras.

Ainda sobre o Centro e sua atuação, questões ficam sem resposta: quais motivos teriam dificultado sua continuidade? Além de alianças políticas que podem ter se desfeito e/ou se alterado, acreditamos num distanciamento dessa associação das práticas e preocupações vivenciadas pelas camadas populares, dado seu caráter letrado e sua postura mais normativa, preocupada com condutas, normas e padrões, que provavelmente não condizia com expectativas de grupos agremiados em outros espaços de solidariedade, não necessariamente pautados no letramento como sinônimo de alcance de dignidade e cidadania.

Assim como percebemos as expulsões na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito⁶¹, talvez grupos populares de origens africanas foram migrando para outras associações, ou (re)criando espaços que melhor pudessem atender suas expectativas e formas de vida. Neste sentido, agremiações como a Irmandade e o Centro Cívico passaram também por este processo, de reformulação, de expulsão, seja pelo padre ou pelas letras, indicando que os diferentes grupos afros da cidade também constituíam diferentes interesses e perspectivas.

Sintomático que nas décadas seguintes um forte e grande movimento tomou as ruas, por meio de cacumbis, blocos, cordões, ranchos e escolas de samba, num rompante de cores, sons e ritmos em principais lugares públicos da cidade, como arredores da Praça XV, nem sempre “aberta” aos passeios de populares afros. Outras agremiações, para além universo das letras escritas, organizaram-se em torno de letramentos orais, embasados em memórias performáticas de suas matrizes culturais, expressando nos espaços públicos muitos de seus viveres em espaços comunitários.

⁶¹ RASCHE, 2016.

2.1.2 De Centro Cívico e Recreativo José Boiteux a Centro Cívico e Recreativo Cruz e Souza

Em 1923, dois anos após sua fundação, o Centro Cívico e Recreativo José Boiteux tornou-se Centro Cívico e Recreativo Cruz e Souza. Notícias veiculadas por *A República*, em janeiro daquele ano, sugerem atrito nesta associação de homens de cor, provocando transformações na composição de sua diretoria e na alteração do nome, remetendo homenagem ao poeta Cruz e Souza, não mais vinculada ao patrono José Boiteux⁶².

Em notícia anterior ao dia 24 de janeiro, o periódico apresentou mensagem do patrono e sua “despedida”, evidenciando a chamada para a assembleia que ocorreu naquele mesmo dia. José Boiteux parecia zangado com os rumos da agremiação e com a nova diretoria que se formava. Veio ao jornal criticar a postura do que chamou “juiz leigo” e de “membros de uma diretoria que não posso reconhecer”⁶³. Ainda, em tom de ameaça, “si, na anunciada assembléa geral, os seus promotores não mudarem a denominação actual, verme-hei obrigado a vir a publico dizer porque officiei”⁶⁴.

A tensão fazia-se presente na matéria, sugerindo desentendimento entre membros daquela agremiação, que não integravam o grupo fundador, mas tinham vínculos com a associação, e algum motivo de discórdia com o patrono do Centro. Assim, depreendemos que ocorreu um movimento interno para troca de diretoria e, provavelmente, dos rumos daquela entidade, como articulação para alteração do nome do centro, retirando de cena José Boiteux.

Ao que tudo indica, um grupo de agremiados mobilizou diferentes membros para criação de uma chapa para a diretoria e solidificação de apoios, seguindo com confiança para uma assembleia geral em que, muito possivelmente, tinham maioria dos votos, visto terem sido eleitos para assumir as funções relativas ao ano de 1923. Em foco oposto, “a deliberação era que me mantenho de retirar o assentimento que somente a pessoas que muito prezo e não mais fazem parte desse illicito agrupamento”⁶⁵. De acordo com o antigo patrono, seu vínculo

⁶² Chama atenção que na assembleia geral de 24 de janeiro de 1923, “foi retirado o nome do sr. Dr. José Boiteux de patrono daquele Centro e substituído pelo de Cruz e Souza”, além de constar a eleição de uma nova diretoria “para gerir os destinos daquelle centro no ano social de 1923”. Assinava o ofício endereçado ao jornal o secretário José Alves Ferreira, que não compunha a diretoria fundante da agremiação quando ainda possuía o título do patrono que a apadrinhara. *Jornal A República*, 27 de janeiro de 1923. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

⁶³ *Jornal A República*, 24 de janeiro de 1923. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

⁶⁴ *Idem*.

⁶⁵ *Idem*.

era com a diretoria fundadora daquele centro, em 1921, não com o que considerava um agrupamento ilícito, talvez preocupado com outras questões e encaminhamentos sobre si mesmos, suas famílias e articulados.

Quais os motivos para tal desentendimento dentro daquela agremiação? Em que medida o apoio de José Boiteux representava vínculos com elites locais que, talvez, nem todos os agremiados concordassem e por isso as transformações pautadas e implementadas naquele ano de 1923? Assinou em 23 de janeiro, como 1º secretário, Eduardo Farias. A seu respeito e de José Alves Ferreira, não dispomos de informações, apenas suposições. Por que articularam uma espécie de “golpe” naquela diretoria e no patrono? Quais estratégias utilizaram para mobilizar os demais associados a seu favor?

Em se tratando de Farias, sobrenome marcante em inúmeras famílias que migraram de municípios vizinhos (ainda rurais) para Florianópolis⁶⁶, seria Eduardo integrante dessa corrente migratória pós-abolição e não conectada a interesses mais “antigos” de grupos afros com elites locais? Como teriam então arquitetado essa transformação “radical”? E mais, por que não vimos matérias ou notas na imprensa sobre quem era o novo presidente, ou, nos dizeres de José Boiteux, “juiz”, remetendo, inclusive, a antigos cargos de prestígio em irmandades afros.

Merece nota que as famílias Ferreira e Farias forma articuladoras de outras agremiações, como a União Recreativa 25 de Dezembro e a escola de samba Os Protegidos da Princesa. Ambas tinham caráter lúdico, recreativo e vinculado a performances alheias ao universo letrado proposto pelo Centro Cívico. Teriam esses “sintomas” alguma conexão com os novos moldes pretendidos pela diretoria eleita?

Por que Ildefonso Juvenal e Trajano Margarida, assíduos em alguns jornais da capital, não publicaram nada a respeito desse desentendimento? Mesmo não concordando com a nova diretoria, talvez tivessem interesse em manter a importância de uma associação de homens de cor na cidade e não se manifestaram? Teriam concordado com as alterações ocorridas naquela agremiação? Teria essa “desilusão” contribuído para que, dois anos mais tarde, arregimentassem número considerável de “homens e mulheres de letras” para uma nova agremiação?

Muitas questões sem resposta, permitindo pensar impasses, estratégias distintas e formas de compreender a vida associativa de modos díspares, sintoma de populações de

⁶⁶ MARIA, 1997.

origens africanas nada homogêneas ou instigadas aos mesmos propósitos e formas de atuação.

2.1.3 O Centro Catarinense de Letras

O Centro Catarinense de Letras constitui um espaço associativo cultural e literário pouco estudado em nossa historiografia catarinense. As fontes sobre este ambiente de letras são poucas e nem sempre acessíveis. Conseguimos localizar pequenos excertos em jornais, material que nos permite, junto a uma bibliografia também escassa sobre o tema, construir algumas possibilidades narrativas.

Carlos Humberto Corrêa, em seu trabalho *História da Cultura Catarinense* (1997), apresentou aspectos gerais da formação do Centro e seus amparos políticos. O surgimento da associação, em período posterior à formação da Academia Catarinense de Letras, para Corrêa, pode evidenciar “seu caráter cultural, logo em janeiro daquele ano o Centro fez publicar aviso a seus membros que a partir do mês seguinte todos deveriam apresentar trabalho literário para serem considerados membros efetivos”⁶⁷.

Segundo notícia veiculada no jornal *O Estado*⁶⁸, logo no início de janeiro de 1925, no dia 04, encontravam-se na sede da União Operária⁶⁹, “diversos cultores da arte literária para a fundação de uma associação de estímulo e divulgação cultural, que tomou o nome de Centro Catharinense de Letras”⁷⁰. A sessão de fundação contou com a presidência de José Lupercio Lopes, secretaria de Amphilóquio de Carvalho, sendo relator Ildefonso Juvenal.

⁶⁷ CORRÊA, 1997, p. 171.

⁶⁸ O Jornal *O Estado*, até então divulgador oficial do hercicismo, durante a gestão de Antonio Pereira e Oliveira como governador do estado de Santa Catarina, perdeu a posição para *O Tempo*, que passou a ser porta-voz do governo. “Oscar Ramos, membro do Centro Catharinense de Letras, foi seu redator chefe. Em consequência, o jornal passou também a ser o principal divulgador da nova instituição”. Consultar: CORRÊA, 1997. Em 1925, foi comprado pelo então político Victor Konder, Ministro da Aviação e Obras Públicas do Governo Federal, quando então chamou Altino Flores para ser o redator chefe daquele periódico. Ainda, sobre as articulações políticas, objetivos e alianças desta folha, consultar: MATA, Maria Margarete Sell da. **Jornal O Estado: uma história em construção (1915-1931)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 1996. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/112208/104990.pdf?sequence=1>. Acesso em: 04 mar. 2017.

⁶⁹ A União Operária, denominada Sociedade “União Beneficente Operária”, segundo seu Estatuto, tinha por finalidade: “§ 1º Beneficiar os seus associados sem distinção de classe operaria, sexo, nacionalidade ou religião. § 2º Pugnar pelo engrandecimento da classe proletária, em qualquer questão jurídica ou social”. *Estatuto da Sociedade União Beneficente Operaria*, Florianópolis, 1922, fls 36-48. Cartório Iole Farias, atual Cartório Florianópolis.

⁷⁰ Jornal *O Estado*, 6 de janeiro de 1925, ano X, número 3166.

Assim noticiou *O Elegante*, em matéria de 18 de janeiro:

Centro Catharinense e Letras

Com a denominação acima foi fundado há dias, em nossa capital, uma agremiação com o fim de impulsionar em nosso meio a cultura intellectual despojando-a das teias de aranha que a cercam há já bastante tempo.

Á frente desse grupo acham-se esforçados cultores das bellas letras o que faz prever a realização completa do seu empreendimento.

“O Elegante”, jornal que se bate pela mesma causa, não pode deixar de applaudir essa idéa, desejando, ao mesmo tempo, que ella tenha tão boa realização como o foi a sua concepção⁷¹.

A notícia, trazida a público, quase 15 dias após a reunião de fundação da associação, detalha o apoio do jornal ao propósito daquela entidade, criticando firmemente a existência de “uma teia de aranha” que circundava a produção intelectual de Florianópolis, restringindo a poucos o processo de difusão e reconhecimento destas obras literárias então existentes. Oportunamente, o periódico parabeniza a ação deste grupo de intelectuais, “esforçados cultores das bellas letras”.

Diferentes intelectuais foram propostos e aceitos como sócios, sendo 30 associados já naquele primeiro momento. Acrescenta, *O Elegante*, que foram “fundadores os srs. Ildefonso Juvenal, Herminio Milis, Lupercio Lopes, Trajano Margarida, Waldemar Luz, Porfírio Gonçalves, Rodolpho Bosco e Nelson de Almeida Coelho”⁷². A equipe fundadora era composta por homens, traço ainda bastante comum nas associações, desde fundações religiosas a entidades de classe, com algumas exceções de agremiações ditas femininas, como era o caso da Irmandade da Boa Morte da Bahia surgida em 1820, do Grupo de Bolão Violeta de Arco-Íris, fundado pela Sociedade Leopoldina de Porto Alegre, em 1918, da Associação das Empregadas Domésticas, fundada em Santos em 1936, etc.

O Centro Catarinense de Letras constituiu espaço para muitos homens e mulheres, permitindo participação de “todos aquelles que se dedicarem ao cultivo das letras e cuja vocação se haja comprovado por publicações feitas através de jornais, revistas etc., sem exclusividade de côr, sexo ou categoria social”⁷³. Interessante o destaque feito pelo Centro e ressaltado na matéria de jornal, enfatizando raça, gênero e classe como mecanismos que em nada deveriam impedir ou restringir alguém de compor aquela agremiação, desde que fossem exímios no uso das letras.

⁷¹ Jornal *O Elegante* – Semanário noticioso, crítico e mundano, 18 de janeiro de 1925, ano II, N. 1.

⁷² Jornal *O Estado*, 6 de janeiro de 1925, ano X, número 3166.

⁷³ Idem.

Importante observar que esta agremiação não constituía espaço específico organizativo “dos homens de cor”, como visualizamos com o Centro Cívico e Recreativo José Boiteux, mas, dadas as proporções e o envolvimento de intelectuais de cor do período, em sua organização, gestão e divulgação, consideramos pertinente atentar para a trajetória desta associação pouco estudada e valorizada na história de Florianópolis e Santa Catarina, talvez mesmo por se tratar de espaço onde homens e mulheres de origem africana teriam voz, vez e sentiam-se respeitados.

No entendimento de Corrêa (1997), composto por intelectuais negros e por mulheres, dentre elas, uma mulher negra, indicava um diferencial daquele Centro, muito distante do universo vivenciado pela Academia Catarinense de Letras, espaço literário das elites dirigentes, brancas e masculinas⁷⁴. O Centro congregava diferentes intelectuais de origem africana, homens e mulheres, constituindo espaço articulador e difusor de “trabalhos de valor literário suficiente para fazer crescerem nomes”, como Maura de Senna Pereira e Antonieta de Barros, “que inclusive ingressou na política pelas mãos de Vidal e Nereu Ramos e foi deputada estadual, com todas as forças contra si, por ser negra e mulher”⁷⁵. Apenas Maura de Sena Pereira, que também era do Centro Catarinense de Letras, teve espaço para adentrar na Academia, a única mulher, tornando-se a primeira ingressar numa Academia de Letras no Brasil, aos 23 anos.

Havia uma acirrada disputa entre diferentes intelectuais, com diversos comportamentos e usos das letras, questão presente nas associações a que se filiavam e defendiam ideais. A Academia e o Centro possuíam divergências, sendo a primeira apoiada politicamente por Hercílio Luz e o segundo, por Pereira e Oliveira⁷⁶. Conforme Pedro Bertolino (1993), Altino Flores e Othon D’Eça (primeiro e segundo secretários da Sociedade Catarinense de Letras, posteriormente, Academia) “pretendiam e tentavam restringir o acesso apenas aos que julgavam ‘maiores’, excluindo os ‘ditos menores’ e os negros com seus defensores”⁷⁷. No entanto, estes “ditos menores” sempre criaram estratégias e alianças

⁷⁴ CORRÊA, 1997, p. 172.

⁷⁵ CORRÊA, 1997, p. 177.

⁷⁶ “Era, definitivamente, o fim do longo período hercilista, que começara em 1892, e com ele também o apoio dado às instituições culturais, principalmente à recém-criada Academia Catharinense de Letras. Este término implicava até certo ponto na vitória do grupo que contra ele se insurgiu em 1920, liderado por Vidal Ramos, que arrastava consigo lideranças como Lauro Müller, Felipe Schmidt e, surgindo, seu filho Nereu Ramos” (CORRÊA, 1997, p. 169).

⁷⁷ BERTOLINO, Pedro. **Viagens com Maura**: ensaio de esboço biográfico em Maura de Senna Pereira. Florianópolis: Ed. ACL, 1993, p. 61.

capazes de driblar estas barreiras, inclusive “valendo-se de Cruz e Souza como escudo”⁷⁸, como vimos em associações, eventos e atividades organizadas anteriormente à fundação do Centro.

De acordo com Corrêa, a agremiação literária estabeleceu aliança com o governo estadual de Antônio Pereira e Oliveira, tendo sua fotografia publicada na primeira página daquela produção do Centro. “Em retribuição ao título recebido, foi cedida uma sala totalmente montada nas dependências da Escola Normal, nos fundos do Palácio do Governo, para servir de sede ao órgão”⁷⁹.

O Centro permaneceu ativo nas páginas de *O Elegante*, ainda mais após a entrada de dois membros redatores daquele periódico na agremiação. Ildefonso Juvenal, em matéria escrita para o jornal em abril de 1920, não poupou elogios àquela folha. Nas palavras de Juvenal, adentraram ao universo daquela agremiação, dois dignos “redactores: - Irenio Barbosa e Laelio Malheiros, pois, ainda estamos sob a grata impressão de um notável acontecimento que jamais poderá ser olvidado: a recepção desses dois talentosos moços no Centro Catharinense de Letras”⁸⁰.

A sequência do texto de Ildefonso Juvenal foi bastante elucidativa dos embates existentes e, Florianópolis em relação ao mundo das letras, principalmente, àqueles que poderiam ser considerados ou não “intelectuais beletristas”. Ambos os redatores acessaram o Centro Catarinense de Letras,

o ilustre e acreditado cenáculo, do qual não se participa por empenho de canetões de ponta dourada, e onde se não procura saber si o individuo é pobre ou rico; alto funcionário ou simples artista; preto ou branco, si pertence ao sexo masculino ou feminino, - desde que elle seja digno pelo seu proceder e tenha talento⁸¹.

O desabafo do intelectual de origem africana expunha as rugas e o racismo vivenciado naquela sociedade, destacando os “canetões de ponta dourada” que tinham controle e poder quanto aos rumos da produção literária catarinense e que não abriam espaços, brechas ou, muitas vezes, sequer algum diálogo com os julgados “poetas menores”. E as lutas não paravam por ali.

Ainda em 1925, o Centro promoveu um *Festival lítero-musical*, sediado no teatro Álvaro de Carvalho, com a presença do então governador Pereira Oliveira. O Festival contou

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ CORRÊA, 1997, p. 172.

⁸⁰ Jornal *O Elegante* – Semanário noticioso, crítico e mundano, 26 de abril de 1925, Ano II, número 6.

⁸¹ Idem.

com discurso de Amphilóquio Gonçalves, peças cantadas por Lallete Campos, monólogo pronunciado por Odilon Fernandes, canto entoado por Trajano Margarida e Isaura Barreiros Cabral, poema de Barreiros Filho recitado por Zélia Moelmann, peças de piano executadas por Olga Silva e outro monólogo, de Nicolau Nahas⁸².

A solenidade visava festejar mais uma passagem do 13 de maio, para a qual foram convidadas diferentes autoridades políticas, associados, familiares e interessados. “Ao ser desvellado o retrato que se achava envolto pelo pavilhão nacional, uma farta salva de palmas partiu da assistência, falando em nome do ‘Centro de Letras’ o Dr. Oscar de Oliveira Ramos, que pronunciou um bello e applaudido discurso”⁸³. Além deste, também compuseram alocações os senhores Amphilóquio Gonçalves, presidente do Centro, e Ildefonso Juvenal e Irenio Ramos Barbosa, diretor.

Oportunamente, como veículo de informação sobre a associação e dispositivo para publicação de suas obras, produções literárias, textos e tantos outros informes e demandas originárias da organização da agremiação, foram postas a público por meio de um “órgão de publicidade uma revista mensal ou bi-mensal, para inserção das produções dos seus membros.”⁸⁴ Em maio de 1925, foi lançado o primeiro número daquela folha, “uma bela revista, com bom papel e profundamente ilustrada, impressa às custas do governo estadual”, proeza que a “Academia de Letras, com cinco anos de existência, ainda não tinha conseguido publicar, mesmo sob a proteção da administração de Hercílio Luz”⁸⁵.

Em sua primeira edição, a Revista, com capa em homenagem ao Coronel Pereira Oliveira, então Governador do Estado, recebeu a seguinte chamada: “Governador da Liberdade em Santa Catarina e Presidente de Honra do Centro Catarinense de Letras”. O número 2, publicado em agosto de 1925⁸⁶, também trouxe referência a Pereira Oliveira: “Nós não constituímos nunca, nem constituiremos jamais, em arraial político o Centro Catharinense de Letras. [...] Contudo, não é possível fecharmos o coração às simpatias que

⁸² Jornal *O Tempo*, Florianópolis, 04 de maio de 1925, ano I.

⁸³ Jornal *O Elegante* – Semanário noticioso, crítico e mundano, 17 de maio de 1925, ano II, número 9.

⁸⁴ Jornal *O Estado*, 6 de janeiro de 1925, ano X, número 3166.

⁸⁵ CORRÊA, 1997, p. 172.

⁸⁶ O acesso aos exemplares da Revista do Centro Catarinense de Letras não foi concretizado. Os acervos da cidade de Florianópolis, consultados e listados ao final desta tese, não possuem números deste material entre suas coleções. Procurando meios alternativos, tentamos contato com leilões para negociação, dado que este material raríssimo, está sob posse de leiloeiros de colecionismos, mas os esforços envidados não alcançaram o êxodo esperado. Mesmo após diferentes contatos, não conseguimos localizar sob posse de qual leiloeiro encontra-se esse material raro.

inspira uma venerável figura de homem probo, pacífico e bondoso [...]”⁸⁷, incentivador do Centro, o Governador Pereira Oliveira.

A Revista, conforme noticiou *O Elegante*, foi lançada em maio de 1925. “Trazendo uma vasta colaboração em prosa e em verso, de alguns de seus membros, a revista veio preencher uma grande lacuna que se fazia notar em nosso meio.” Aquela agremiação de letras, como a própria folha nomeava, “vae brilhantemente proseguindo na rota que traçou, alevantando o amor pela língua pátria”⁸⁸.

Apesar das comemorações, ações e visibilidades proporcionadas pelo Centro Catarinense de Letras, no entendimento de Corrêa (1997), “pequenas desavenças internas começaram a surgir, fazendo com que os dois principais apoios da Instituição, Ildefonso Juvenal e Lupércio Lopes, renunciassem aos cargos de primeiro secretário e vice-presidente, respectivamente”⁸⁹. Segundo o autor, a partir de julho de 1925 estas funções passaram a ser desempenhadas por Hermínio Millis e Barreiros Filho, em suporte ao presidente Amphilóquio Gonçalves. Em dezembro daquele ano, nova eleição foi realizada⁹⁰, última diretoria conhecida do Centro Catarinense de Letras.

O periódico *O Tempo*, então propagador das notícias vinculadas politicamente ao partido Republicano, do governo no estado, não mais publicava matérias informativas sobre atividades daquela agremiação. Ao que tudo indica, em 1926 o Centro fora desfeito. As relações complexas e, podemos imaginar, complicadas, entre os associados podem ter constituído fator de desarticulação. Além disso, algumas figuras como Barreiros Filho, Ivo d’Aquino e Amphilóquio de Carvalho Gonçalves, por exemplo, atuavam tanto na Academia Catarinense de Letras quanto no Centro Catarinense de Letras. Dado o antagonismo das propostas de ambas as instituições, supomos que os interesses de determinados associados e lideranças podem ter conflitado. A Academia, política e financeiramente mais encorpada do que o Centro, levou vantagem e conseguiu manter seus ideais, propostas e funcionamento.

Mas, nem tudo são lamentos ou desesperanças. Com Corrêa (1997), concordamos que a fundação daquele Centro e a articulação de diferentes homens e mulheres de distintas origens e vivências constituiu uma experiência única na história literária catarinense. Em

⁸⁷ *Revista do Centro Catharinense de Letras*, Florianópolis, 1925, número 2. Apud: BERTOLINO, 1993, p. 61.

⁸⁸ *Jornal O Elegante* – Semanário noticioso, crítico e mundano, 7 de junho de 1925, ano II, número 12.

⁸⁹ CORRÊA, 1997, p. 174-176.

⁹⁰ Foram eleitos: Barreiros Filho para a presidência e Odilon Fernandes como vice-presidente; Arnaldo Gomes Jardim, primeiro secretário; Porfírio Gonçalves, segundo secretário e Nicolau Nahas, tesoureiro. Amphilóquio Gonçalves, Maura de Senna Pereira e Herminio Millis encarregaram-se da *Revista*.

meio a um fervilhar de preconceito racial, limitações da ascensão para mulheres e aos embates de classe, organizar um Centro e torna-lo atuante, mesmo que por tempo tão efêmero, indica um grande esforço e interesse de sua diretoria e associados. Havia, neste espaço, um projeto de cidadania, mesmo que com as ressalvas e os problemas de sua época.

2.1.4 Imprensa negra e raça em questão

Pensar a imprensa negra significa discutir as implicações e os objetivos destes materiais para uma época de profundas transformações, a partir de nosso olhar para estes documentos enquanto fontes históricas. A imprensa, de um modo geral, requer ponderarmos que os discursos por ela veiculados não são neutros, tampouco isentos, além do fato de que para circulação de novos números, cada exemplar vendido significava recursos para manutenção da equipe redatora e dos custos que isso implica.

Em estudo sobre a imprensa negra em São Paulo, Flávio Gomes (2005) destaca que estes periódicos eram instrumentos de comunicação, com “inúmeros intelectuais, grupos, associações e entidades negras” procurando estimular, através de editoriais e de determinados artigos, “temas que abordassem a autovalorização da população negra, sua visão de mundo e suas formas políticas, culturais e religiosas de organização e participação.”⁹¹ Segundo o autor, essas folhas, produzidas em grande parte com apoio de clubes literários, cívicos e recreativos, tinham financiamento próprio, contando inclusive com campanhas para suas manutenções. Muitos tinham como preocupação denunciar situações de racismo, segregação, pobreza, falta de oportunidades, ausência de políticas para as populações recém-saídas da escravidão.

Compreendemos, pelas fontes escassas existentes do que se chamaria imprensa negra em Florianópolis, que a concepção entendida por esta expressão e conceito talvez seja diferenciada para os periódicos produzidos na capital catarinense, por dois motivos: nem sempre os folhetins falam a um público negro, e também, nem sempre as expressões usadas pelos veículos impressos dimensionam essa politização esperada para homens e mulheres de cor. Há momentos em que isso fica subjetivo, não explícito e evidente, o que difere bastante de realidades como São Paulo e Rio Grande do Sul, por exemplo, onde as sociedades

⁹¹ GOMES, Flávio. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 31.

recreativas organizaram periódicos significativamente direcionados, com caráter educativo, aos associados.

Como temos percebido ao longo desta pesquisa, alguns jornais e revistas foram publicados especificamente por “redatores de cor”, sendo por estes chefiados. A *Folha Rosea*, lançada em 1915, e o *XXIX de Maio*, com número único em 1920, constituem foco de nossas abordagens, visando conhecer como, por meio destes veículos impressos, estes homens de cor expunham visões de mundo e concepções de sociedade. Nos dizeres de Francisco (2016), ao refletir sobre a construção de um “novo negro na diáspora”, o periódico produzido pela imprensa negra com propósito de dialogar com este público e “formá-lo”, principalmente em “termos políticos”, é um “instrumento de interesse e intervenção na vida social”⁹².

Para o autor, em estudo sobre o periódico *Chicago Defender* (1916-1940) nos Estados Unidos, a posição política normalmente explicitada nesse periódico da imprensa negra era em favor do Partido Republicano, “nunca esquecendo o papel deste na abolição da escravidão, reforçando sua aura associada ao presidente Abraham Lincoln”⁹³. No caso brasileiro, evidencia-se que a menção aos abolicionistas, muitos deles vinculados ao Partido Republicano, também se fez notar de forma bastante enfática.

A *Folha Rosea*, lançada no dia do aniversário da Proclamação da República no Brasil, data dos poderes dominantes em tempos de República, dirigida pelo intelectual Ildefonso Juvenal, assim se apresentou ao seu público leitor no primeiro número:

A NOSSA MIRA

Surge hoje entre risos e festas, a modesta revista “Folha Rosea”.

- O que pretendemos fazer? Perguntarão todos, cheios de curiosidade.

- O que pretendemos fazer, respondemos pressurosos: é unicamente pugnar pelos interesses dos “Novos”; facilitando-lhes meios de desenvolver as suas idéas.

Sim, porque até então, elles teem sido uns martyres.

Ora o grupo dos “beletristas” a tirar-lhes o mérito; ora parte da Imprensa a redicularisar as suas producções.

Enquanto a mocidade paranaense associa-se, para unidos desenvolverem a litteratura no seu Estado, a nossa mocidade, desunida, uma parte deixa-se ficar immovel, outra: vive quer nos cafés, quer no jardim, nos bondes, a redicularisar as producções litterarias dos principiantes.

O saber, é privilegio de meia dúzia de rapazes, que, nasceram sábios, tornaram-se immortaes, e hão de voar amanhã em aeroplanos ás regiões Parnasianas...

Mas os “Novos” erguem-se hoje, e a “Folha Rosea”, há de demonstrar que os pequenos podem ainda ser grandes.

⁹² FRANCISCO, Flavio Thales Ribeiro. **O novo negro na diáspora: modernidade afro-americana e as representações sobre o Brasil e a França no jornal Chicago Defender (1916-1940)**. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2016, p. 65.

⁹³ FRANCISCO, 2016, p. 43.

Por motivos imperiosos, suspendeu a publicação do intemerato jornal “A Urucubaca”⁹⁴.

Travando um pequeno diálogo, bastante criativo, com o leitor, a revista diz ter surgido entre “risos e festas”, consagrando ser intenção daquele folhetim, pugnar pelo interesse dos “Novos”, que o redator usa entre aspas, por ironia, criticando de forma indireta a Sociedade Catarinense de Letras (depois Academia Catarinense de Letras), visto as batalhas em torno do poderio cultural e intelectual que se propunha verdadeiro, civilizado e esteticamente adequado.

Ildefonso Juvenal enfoca que os chamados “Novos” eram mártires, tamanho o sofrimento e as críticas oriundas de todas as partes, ora dos “beletristas”, ora da imprensa, que também por estes, em grande parte, era formada. Ao utilizar a expressão de que a imprensa ridicularizava estas produções tem-se dimensão de embates e dissabores corriqueiros naquela sociedade de letras, mas, principalmente, porque o domínio das letras deveria ser apenas para alguns.

O redator reforça, em sua crítica aos “beletristas”, o “privilegio de meia dúzia de rapazes, que, nasceram sábios, tornaram-se immortaes, e hão de voar amanhã em aeroplanos ás regiões Parnasianas...”⁹⁵. Interessante notar o tom nevrálgico com relação ao saber. Na visão de muitos “eruditos” da época, nem todos alcançariam o requinte das “belas letras”, do formato perfeito das poesias cultas, parnasianas. Por isso a tônica de Ildefonso Juvenal sobre os intitulados “beletristas”, donos das boas letras e formas perfeitas, dignas da língua culta, em contraposição, pensavam eles, aos ditos “poetas menores”, cujas formas poéticas e estéticas de crônicas tinham cadências e construções narrativas próprias.

Abaixo da matéria sobre a chegada do folhetim ao público, o redator insere uma nota explicando que, por motivos “imperiosos”, não explicados, o jornal *A Urucubaca* deixava de ser produzido. Caracteriza-o como “intemerato”, um periódico que se propunha ser íntegro, sem máculas, incorrupto. Seria ele próprio o redator daquele órgão? Por que motivos deixava aquele projeto de lado? Quais eram as prioridades no momento para que chegasse ao ponto de optar por um periódico e desvencilhar-se de outro? Questões sem respostas, mas

⁹⁴ Revista *Folha Rosea*, Florianópolis, 15 de novembro de 1915, ano I, número 1. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/Folha%20Rosea/FOL1951001.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.

⁹⁵ Idem.

podemos pensar que, tratando-se de publicações de uma imprensa efêmera, nem sempre com muitos recursos para financiamento, talvez procurasse concentrar suas ações, ideias e produções em um periódico específico, mais apropriado aos objetivos daquele intelectual naquela ocasião.

Ainda na mesma edição de lançamento da *Folha Rosea*, Ildefonso tece uma narrativa sobre a importância do livro, cujas “páginas é onde o jovem esperançoso busca o seu enobrecimento”, instrumento que tornaria os jovens “dotados de uma inteligência cultivada, capaz de dirigirem-se a si mesmos, desenvolvendo sua actividade e sua arte, nunca chegando ao desgosto que hoje os mortifica”⁹⁶. O intento do intelectual era despertar nos jovens o interesse pela leitura, ao passo que esta também seria uma possibilidade de progresso, logo, de algum tipo de ascensão social. Meios de usar as mesmas ferramentas dos brancos letrados.

Oportunamente, Juvenal dialoga com os operários, “honestos e bondosos” que, apesar de cansados pelo “labor diurno, e, que seguiam o mesmo caminho, já vão à noite ao Lyceu, mesmo ao rigor do tempo, esperançosos de pelas tuas páginas irem instruindo-se, porque a instrução é uma das cousas mais uteis ao homem”⁹⁷. Tratava-se de um estímulo aos operários, que labutavam em suas lides diárias em trabalhos árduos, mas procuravam estudos como forma de alcançar novos argumentos e, talvez, possibilidades e visibilidades trazidas por estes códigos de comunicação, linguagem e poder.

A *Folha Rosea* também era espaço de divulgação de ações, publicações e obras de intelectuais de origem africana na cidade. Neste sentido, uma matéria publicada no dia do Natal de 1915, sobre o livreto de Trajano Margarida, lançado um ano antes, intitulado *Natal do Orphãosinho*, visava elogiar os esforços de Margarida naquela produção e também seu ímpeto na realização de outra publicação em fase de preparação, comentando, ao público leitor, que “não faltaram espíritos maléficos, que pretendessem desprestigal-o”⁹⁸. Ironizava que estes “beletristas e críticos” precisavam de “chineladas”, visto não as terem recebido durante a formação na infância. Finaliza a narrativa apoiando “Trajano que foi também como nós um martyr dos ‘sabichões’ insensatos”⁹⁹.

O periódico era uma publicação quinzenal chefiada por Ildefonso Juvenal, compondo seu grupo editorial os seguintes nomes: Diretor – Ildefonso Juvenal; Secretário – João

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Revista *Folha Rosea*, Florianópolis, 25 de dezembro de 1915, ano I, número 3.

⁹⁹ Idem.

Melchiades; Colaboradores: Amphilóquio Pires, Trajano Margarida, Almeida Coelho, Nicolau Naib Nahas, Crispim de Freitas Junior, Nelson Gama, Celso Coelho, João Paiva, Agrícola Guimarães, Geraldino Azevedo e Antonio Peixoto. Estes homens, muitos deles identificados com a noção de homens de cor e participantes do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux, também colaboraram em outras propostas coletivas, pautando a educação, a escolarização e a importância das letras como mecanismo de transformação e ascensão social.

Neste sentido, foram homens de letras participantes de associações, centros literários, cursos de alfabetização de crianças e também adultos, agremiações esportivas, recreativas e lúdicas, que também deixaram em impresso, registrado nos veículos da imprensa, seus pensamentos e propostas para a capital, no estado de Santa Catarina e o futuro do país, a partir de seus universos culturais e posicionamentos políticos.

Outro material que analisamos nestas páginas constitui situação também “curiosa”, pois o próprio folhetim afirmava ser número único, produzido em benefício da Escola Noturna Cruz e Souza. Com o nome *XXIX de Maio*, lançado em 29 de maio de 1920, data de aniversário do então governador Hercílio Luz, o jornal era uma homenagem do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux ao governador, ressaltado pela folha como “eminente chefe de nossa democracia, ao grande dirigente de nossos destinos, toda a admiração e respeito e o felicitamos affectuosamente por mais esse marco plantado na estrada utilíssima de sua preciosa existência”¹⁰⁰.

Em sua quase totalidade, o número discute a personagem política de Hercílio Luz, além de reservar espaço também para o patrono do Centro, José Arthur Boiteux, naquele ano Secretário do Interior e Justiça. A este último, Ildefonso faz uma nota com palavras dedicadas de gratidão. Quanto à Hercílio Luz, o redator daquela folha constrói uma narrativa extensa, enfatizando ser hercilista e explicando os motivos de sua opção política.

Começa o texto informando que, em sua concepção, a infância ainda não constitui período da vida capaz de situar-nos politicamente, mas ressalta que aquele “tempo feliz em que a nossa ingenuidade não nos deixa sequer uma vaga compreensão sobre o artificioso engenho que é a Política, já eu tinha pelo grande estadista que é Hercilio Luz uma grande afeição”¹⁰¹. Sua argumentação ressalta qualidades do estadista, “a admirar com a luz clara

¹⁰⁰ Jornal *XXIX de Maio*, Florianópolis, 29 de maio de 1920, número único. Em benefício da escola noturna Cruz e Souza. Organizada por ILDEFONSO JUVENAL (caixa alta no original).

¹⁰¹ Idem.

da razão, o seu caracter impolluto, a nobreza de seus sentimentos christãos, o seu espirito clarividente”. A sequência esboçada por Ildefonso aponta para as dificuldades de sua vida e sua entrada na Força Pública, tarefa não menos complexa e difícil.

E não foi de balde que eu senti essa grata sensação de alegria. Na minha terra eu tinha sido, até então, um mendigo, um infeliz abandonado. Acoitado pela necessidade, eu, reconhecendo embora que a farda do soldado não é deshonra, mas que não nasci para ser um soldado profissional, e unicamente para envergal-a na hora precisa, em que a Patria apelle para o meu civismo de brasileiro, fui obrigado a fazer da farda de soldado de policia uma profissão, para poder manter a minha família! Nunca ninguém me deu a mão. Todo mundo sabe que eu não sou um analfabeto; que leio já sem soletrar a Cartilha Analytica e sei rabiscar o meu nome, entretanto a todos os governos eu esmolei e nenhum d’elles quiz admitir-me em uma repartição, nem sequer como simples auxiliar de escripta!

Era que ainda não tinha subido á curul governamental um homem que soubesse pôr de lado todas essas cousinhas pequeninas e supérfluas, como o é o exclusivismo de côr, e julgar o individuo pelas suas qualidades Moraes e intellectuaes, como compete ao homem criterioso e honesto.

Hercilio luz foi o primeiro que deu aos seus conterrâneos esse exemplo salutar. Foi ele que reconhecendo o meu modesto e embora insignificante préstimo para cousas mais elevadas, tirou-me das mãos o espadagão policial e deu-me uma pena, que é o symbolo da Intelligencia, como um mudo estímulo ao Estudo para a Perfeição.

É por isso que eu sou Hercilista, e sel-o-ei até á Morte porque a Gratidão m’o ordena¹⁰².

O trecho traz detalhes da vida de lutas do intelectual afrodescendente por um espaço onde pudesse exercer um trabalho adequado aos seus conhecimentos e ideário, o que, segundo ele, em governos anteriores não era visto, pois estes governantes e suas políticas não percebiam as demandas de uma camada considerável da população catarinense, ávida por vivenciar o que a cidadania, após a Abolição, poderia significar e proporcionar. Frustrado com as negativas que sempre recebia, Ildefonso foi “obrigado a fazer da farda de soldado de policia uma profissão, para poder manter a minha família! Nunca ninguém me deu a mão”¹⁰³.

A labuta para sobreviver e tentar tornar a vida dos seus mais acessível e menos difícil, financeiramente, o fez entrar na polícia, área e recurso utilizado por muitos homens afrodescendentes naquele período. Tratava-se da possibilidade de conseguir um emprego fixo e remunerado com regularidade. No entanto, este não era o sonho de Ildefonso Juvenal, tampouco considerava estar apto a apenas aquilo. Pretendia mais, almejava mais, “entretanto a todos os governos eu esmolei e nenhum d’elles quiz admitir-me em uma repartição, nem sequer como simples auxiliar de escripta!”.

¹⁰² Idem.

¹⁰³ Idem.

Diferentemente, durante a gestão de Hercílio Luz, na visão de Ildefonso Juvenal, a situação havia se transformado, pelo menos no entendimento de alguns homens de letras. Como o redator salienta, Hercílio não julgava pela cor, mas pelas capacidades morais e intelectuais dos seus contratados e apoiados, permitindo a estes homens, em especial, uma oportunidade, uma possibilidade de galgar espaços e expressar em diferentes meios, inclusive e, principalmente, na imprensa, os seus pontos de vista e suas percepções poéticas, éticas e estéticas daquela capital catarinense.

Em nossa compreensão, o único número publicado pelo intelectual Ildefonso Juvenal articulou, de modo estratégico, uma homenagem a Hercílio Luz – o que deve ter rendido bons recursos na venda daquele jornal -, ao mesmo tempo em que expressou de modo sintomático a preocupação com a alfabetização de crianças e adultos, numa sociedade excludente e pouco preocupada com a situação de ex-escravizados, então livres, mas traídos por um sistema que os invisibilizava e impedia de ascenderem socialmente.

Ildefonso Juvenal, ainda nas páginas dos periódicos em que publicava, travou, desde registros localizados de 1915, um debate em torno de raça, pois fora atacado de forma arrogante e desnecessária por um dos “beletristas”, em uma matéria publicada pelo jornal *O Albor*, do município de Laguna. Respondendo ao correspondente daquele periódico, Juvenal afirmou:

Não, meu caro, os tempos da Escravidão já se foram.
É preciso que o sr. saiba que depois que rasgou-se esse nefando veu dos horisontes de nossa Patria, todos são iguaes perante as Leis; por isso devemos respeitar essas sublimes palavras: Liberdade, Igualdade e Fraternidade, ideal do Povo culto; do Povo Nobre.
Admirou-se talvez de ter este seu criado feito uso da palavra?!¹⁰⁴

Em crítica a palavras e postura de Altino Flores, Ildefonso lembrou que os tempos da escravidão tinham findado e que o lema da República era “Igualdade, Fraternidade e Liberdade”. Evidente que as tensões raciais continuaram presentes, ou mesmo se acirraram, afinal não havia mais a estrutura de uma sociedade baseada na condição jurídica de livre, liberto ou escravo. Merece atenção a pergunta, em tom de ironia, de Juvenal ao questionar Altino, se este ficara incomodado pelo fato de o “criado” ter feito uso da palavra. Em outros termos, reforçava que a escravidão findara e que, diante da vigência da liberdade e da

¹⁰⁴ Revista *Folha Rosea*, Florianópolis, 5 de dezembro de 1915, ano I, número 2.

possibilidade da cidadania, aquele intelectual já reconhecido por muitos outros companheiros e por políticos, não ficaria na condição de criado por causa de sua cor.

Ainda, o debate se alongou durante o mês de dezembro, visto que a *Folha Rosea* era quinzenal e, no Natal, outra nota foi transmitida por Ildfonso Juvenal, inclusive destacando o apoio de outros parceiros de luta. A matéria, intitulada “Questão da cor”¹⁰⁵, escrita por Juvenal e veiculada no periódico que ele mesmo idealizara, com contribuição de Trajano Margarida, passava alguns dias da agressão sentida pelo texto de Altino Flores, correspondente de *O Albor*, de Laguna. Nela, Ildfonso identificava o apoio do redator Amphiloquio Gonçalves, do jornal *O Imparcial*, a quem especificou como “amigo dos homens de côr”, pela parceria em trabalhos conjuntos, principalmente em periódicos e associações.

Também ressaltou a contribuição de Gonçalves, durante as atividades ocorridas naquele 13 de maio, quando o discurso e a postura desse homem de letras sensibilizaram a todos, fato aprofundado por Juvenal ao mencionar a emoção do senhor Eduardo Falcão, um dos “martyres da nefanda escravidão”¹⁰⁶. Provavelmente, parente de João Ubaldo Falcão, em 1920, membro da diretoria do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux.

Além disso, o senhor Eduardo Falcão, um ex-escravizado, integrou o quadro de associados da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, onde ocupou cargo de juiz por devoção de São Benedito, eleito para ocupar o cargo em 1898 e também 1899. O antigo cativo transtornou-se com as lembranças da escravidão naquela solenidade. Já com idade avançada, possivelmente passou muitos anos sob o jugo do cativo. Talvez, seus anseios de cidadania afloraram lembrando seus familiares e companheiros de luta.

A *Folha Rósea* teve vida efêmera, assim como outros tantos jornais na imprensa florianopolitana. O que o diferenciou dos demais foi ter sido feito a partir de um olhar e um lugar: a experiência e a palavra dos homens de cor que nele escreviam e que o produziam. Assim, os três exemplares de que dispomos na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina para consulta, e que também constam na Hemeroteca Digital (on-line), constituem fonte para algumas ponderações críticas e apontamentos.

Contando com espaço para notícias gerais, opiniões, poemas, informações e críticas, não sabemos os motivos que tornaram a vida desta intitulada revista, tão curta. Tratar-se-ia

¹⁰⁵ Revista *Folha Rosea*, Florianópolis, 25 de dezembro de 1915, ano I, Número 3.

¹⁰⁶ Idem.

de falta de apoio financeiro? Em que medida as articulações de Ildefonso Juvenal seriam insuficientes para alcançar apoio político para financiamento daquela folha? O fato é que nestas três edições, algumas questões sobressaem, dentre elas o embate envolvendo a cor, ou seja, a indignação provocada pelo adjetivo que Altino Flores utilizara em matéria de *O Albor*, contra a figura pública e conhecida de Ildefonso Juvenal.

O Imparcial trouxe extensa nota sobre o ocorrido, movimentando também o debate na cidade. Intitulando-se um órgão independente, o redator chefe desta folha era Amphilóquio Gonçalves. O alvoroço em torno do tema das relações raciais e dos sentidos e usos de determinados termos partira de uma frase escrita por Flores sobre Juvenal, como se depreende a seguir: “Da sacada da Pensão Familiar falou o preto Ildefonso Juvenal”.

A presente frase desencadeou diferentes manifestações de apoio a Juvenal, pois o modo como tinha sido identificado “o preto Ildefonso Juvenal” não mais condizia com o tipo de tratamento esperado no pós-abolição, pelo menos naquele período e para a sociedade catarinense. Altino Flores, um homem branco, professor reconhecido na cidade, “intelectual beletrista” da Sociedade Catarinense de Letras, depois Academia Catarinense de Letras, havia provocado desequilíbrios. E não seria a única vez.

Amphilóquio destacou: “O incorrecto modo de proceder do alludido correspondente, procurando deprimir a gente de côr, causou, como era de esperar, péssima impressão e geraes censuras”¹⁰⁷. Na visão do crítico, a atitude de Flores menosprezava brasileiros a partir da cor, em “obra impatriótica”. Ressaltou que muitos homens importantes na história do Brasil, e que lutaram na construção da nação, eram “negros”, como José do Patrocínio, Henrique Dias, Marcílio Dias¹⁰⁸ e “Luiz Gama, o abnegado defensor da gente de sua raça, e, finalmente, para não ir mais longe, o catharinense illustre que se chamou João da Cruz e Souza, gloria de nossa terra e da poesia nacional”¹⁰⁹. O jornal, bem como sua equipe,

¹⁰⁷ Jornal *O Imparcial* - Órgão Independente – Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 19 de dezembro de 1915, ano I, número 2, publicação quinzenal.

¹⁰⁸ Esse debate retornou às páginas dos jornais várias vezes e, numa delas, Ildefonso Juvenal expôs os perigos da crença na ideia de raça e superioridade, dada a situação da Alemanha nazista, em 1945. O debate em torno da raça, da cor, da mestiçagem, era constante nos jornais e, provavelmente, entre as pessoas também, pois, mesmo quando não pronunciado ou evidenciado, o racismo e as tensões raciais, eram marcantes e conflitantes, características de uma Abolição realizada sem políticas públicas para abolidos e tampouco, sem debate em torno da efetiva cidadania, para além racismos das classes dominantes e de imigrantes europeus chegados aos milhões no Brasil, via política de imigração. Consultar: *A Gazeta*, Florianópolis, 10 de janeiro de 1945.

¹⁰⁹ Jornal *O Imparcial* - Órgão Independente – Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 19 de dezembro de 1915, ano I, número 2, publicação quinzenal.

“sempre ao lado do direito, hypotheca[va] ao Sr. Ildefonso Juvenal sua solidariedade no protesto contra a intolerância do correspondente d’O Albor”¹¹⁰.

As considerações sobre esse contencioso episódio não pararam por aí e importam para sentirmos as conotações associadas a cada expressão. Texto assinado por S., abreviatura de autor que não se identificou, expôs de forma contundente sua crítica a Flores. “Admirou-se provavelmente de ver um homem de cor preta falar em publico!! O correspondente ignora que o nosso querido Brazil possui muitas capacidades d’essa raça [...]” Seguiu ainda afirmando: “Orgulhe-se, sr. Ildefonso Juvenal, ser da raça preta, mas que é brasileiro e sabe dar lições de civilidade aos que julgam a cor, como um grande merecimento, não tendo porem o menor valor em suas sabias *opiniões*”¹¹¹.

As palavras de S. apoiaram Juvenal e positivaram sua identificação com cor/raça. Oportunamente, o escritor não identificado ainda trouxe à tona que, se voltassem os tempos da escravidão, aquele correspondente de *O Albor* ficaria satisfeito, mas, os tempos mudaram, “presentemente nossa Patria abraça o sagrado lema: ‘Liberdade, Igualdade e Fraternidade’”. As felicitações e o encorajamento vinham de um anônimo, assinado como brasileiro.

A partir destes escritos impressos temos possibilidades no sentido de destrinchar o significado dos termos e analisar e em que medida a Abolição implicava outros desdobramentos e atitudes. O tempo do cativo já não mais existia, mesmo que alguns ainda pensassem a partir da sua lógica. Como chamou atenção Cardoso (2012), “preto, negro e homem de cor não são termos isentos”. No imaginário das elites brancas (e acredito que não apenas naquele período), “implicavam em certas expectativas de comportamento da população negra”¹¹².

Trabalhando com jornais da imprensa negra, em especial os produzidos por sociedades recreativas, Cardoso percebeu como aqueles termos eram utilizados nas primeiras décadas do século XX, diferentemente dos sentidos que possuíam ainda quando da vigência do regime escravista. Se antes preto significava um africano escravizado, no pós-abolição era uma forma de indicar alguém grato ou passivo àqueles que foram seus algozes.

Em nosso entendimento, este termo, aqui utilizado e discutido nos jornais, remetia à condição da escravidão, por isso visceral dos debates. Altino Flores trouxe à tona questão e

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Idem.

¹¹² CARDOSO, 2012, p. 67.

condição recente na memória de pessoas, envolvendo dores e angústias causadas pela escravidão. Para além de remeter a cor da pele, usou a expressão direcionada a resolver traumas da escravidão, perpetrando lembrar marcas, insígnias ainda latentes no corpo, feridas impossíveis de serem cicatrizadas. Já o termo negro, normalmente atrelado à ideia de raça - a raça negra -, principalmente, na boca de brancos, como em matérias de jornais, relembra origens do escravismo, usado, concordando com Cardoso (2012), como termo pejorativo, negativo, ofensivo, presente em publicações enquanto adjetivos de “negros dias”, “negro pão”.

Como também ressaltou Cardoso, a noção homens de cor possuía um sentido humanizador, retratando “sentimento de uma afirmação positiva de si mesmos. Como se quisessem afirmar o seu novo estatuto: ser homens, cuja especificidade era possuir a cor negra.”¹¹³ Em nosso entendimento, esta ideia dimensiona lutas de homens de letras em fazerem-se visíveis em sociedade racista e excludente. Esta forma de situar-se no mundo era comumente utilizada por homens redatores, organizadores de eventos, participantes e diretores de agremiações diversas. Sua dignidade estava em jogo, e colocar-se na condição de homem negro, não mais como escravizado, constituía, talvez, fundamento de luta de vidas inteiras nas sociedades pós-escravistas.

Retornando aos embates nos periódicos, para Corrêa (1997), a discussão em torno de “poetas menores” envolvia enfrentamentos travados nas páginas da imprensa há alguns anos. Altino Flores, em “defesa” de Othon Gama D’Eça, da Academia Catarinense de Letras, em 1921 voltou a expressar nas páginas impressas circulantes na capital, sua posição rude e racista em relação a Ildefonso Juvenal, estendido a todos os poetas negros, “À sombra de Cruz e Souza”.

Othon Gama D’Eça, político conhecido em Florianópolis, não era poeta, tampouco possuía qualquer obra literária, fato criticado por Juvenal. Tomando as “dores” de seu colega da Academia, Flores assim publicou na revista *Terra*, em 24 de outubro de 1921:

Cruz e Souza foi um bem e foi um mal para as letras catarinenses: foi um bem porque, dando-nos versos admiráveis, tornou o nome de nosso Estado conhecidíssimo entre os demais; foi um mal porque, por ser negro, despertou em todos os negros de Santa Catarina, que acompanham a evolução literária do Brasil pelo texto dos almanaques, a veledade de poetas. Ildefonso, por exemplo, é um destes... Ildefonso é bronco, iletrado, vaidoso, embora se cubra do verniz da modéstia, não tem o mínimo sentimento do que seja o ritmo poético e ignora todas as condições

¹¹³ Idem.

de prosa artística. Desconhecendo a técnica do verso e as leis sintáticas que condicionam a integridade estrutural do período na prosa portuguesa, não pôde, por isso, até hoje, fazer coisa que prestasse. E não o poderá nunca...¹¹⁴

O texto, taxativo, cita e atinge Ildefonso Juvenal, ao mesmo tempo em que reforça o “mal” causado por Cruz e Souza, através de seu potencial poético e político. Ou seja, na visão racista de Flores, a figura de Cruz e Souza teria impactado de tal forma a mentalidade de homens e mulheres afrodescendentes, que estes vissem o imperativo de serem poetas, o que repercutia em absurdo aos seus olhos. O poeta e sua memória positivada em versos tornaram possível nova compreensão de vida após a Abolição. O sentimento de poder, como Cruz e Souza, transformar a realidade experimentada em texturas rítmicas rimadas, inspirava aquelas mulheres e homens afros letrados desde primeiras décadas do século XX.

Todavia, a crítica de Altino Flores aponta para sua completa ignorância sobre saberes e fazeres outros que não em moldes europeus, em especial de origem portuguesa, como a prosa por ele mesmo idealmente almejada. Sua visão limitada em relação à diversidade sociocultural, ao novo e diferente, ao que “poetas menores” poderiam propor, impedia-o de enxergar além do racismo estético que o cegava.

“Ildefonso é bronco, iletrado, vaidoso”, conforme Flores. Bronco pode significar “caipira”, “rude”, “grosseiro”, “tosco”, etc., uma série de adjetivos depreciativos, atribuídos a alguém de forma pejorativa. A ideia de vaidade desperta muitas possibilidades interpretativas, afinal, após a Abolição, ter confiança e sentir-se capaz de dialogar com o mundo letrado de homens brancos, soava como afronta ou ameaça, consoante destacou Ildefonso Juvenal, resposta a Altino por pensar tratar-se de seu “criado”.

Torna-se digno de nota e atenção especial o significado e o sentido atribuído ao termo iletrado. Na cultura ocidental e, conseqüentemente, na ciência e construção de conhecimentos que se tem proposto e dito como verdade, o domínio da escrita é signo de cultura. Conforme Antonacci (2015), a “sistematização de pensamento e consciência racional, que articula a escrita à lógica de organização da sociedade moderna e que diz respeito à cultura letrada”¹¹⁵, impõe a ideia de que o domínio da escrita é sinônimo de evolução.

¹¹⁴ Revista *Terra*, Florianópolis, ano I, n. 17, 24 de outubro de 1920, p. 7. Apud: CORRÊA, 1997, p. 167.

¹¹⁵ ANTONACCI, Maria Antonieta. **Memórias ancoradas em corpos negros**. 2ª ed. ver. e ampl. São Paulo: EDUC, 2015, p. 38.

Desse modo, embebido nesta lógica ocidental evolucionista e pautada na escrita como sinônimo de progresso, polidez e assepsia, Altino Flores coloca Ildefonso Juvenal em desvantagem, inculcando neste, e nos demais “negros de Santa Catarina”, uma atribuição de atraso, incivilidade, retrocesso. Ainda concerne destacar o antagonismo incutido nesta expressão e ideia, ao colocar os letrados, ou seja, a sociedade letrada, como ápice civilizacional, e os não letrados, iletrados ou analfabetos, “pensados a partir de algo que falta, e não como componentes de outra lógica”¹¹⁶ de produção e transmissão de conhecimento.

Sabemos que Ildefonso Juvenal e os ditos “poetas menores” eram todos letrados, compartilhavam de saberes e códigos desta sociedade ocidental marcada pela escrita. No entanto, a entrada neste universo pode ter sido muito recente na vida de muitos daqueles homens e mulheres de origem africana que, marcados por suas heranças ancestrais lutaram e renegaram a escravidão, reinventando recursos e instrumentos alheios ao universo das letras. Vale refletir também, que, para estas pessoas, o mundo letrado não estaria distante ou seria alheio ao universo da oralidade, afinal, suas culturas de matrizes orais ainda estavam vivas em memórias de familiares e comunitários, em redes de sociabilidades e solidariedades renovadas na diáspora, como arsenal e artimanhas de luta, já em mediações e incorporações de parâmetros do universo letrado de seus senhores.

Nos dizeres de Maria Antonieta Antonacci (2015), “passamos a trabalhar mediações históricas entre culturas letradas e orais, atentando para o lugar e sentido da memória nesses modos de linguagens”¹¹⁷, relacionando tradições orais e escrita, procurando compreender as relações sociais e culturais imbricadas em hábitos e percepções sobre ser e estar em mundo dominado por poderes das letras. Podemos crer que estes poetas populares, de forma impressa e se utilizando de ferramentas da imprensa da época, trouxeram à público suas percepções sobre a cidade, a vida, as relações sociais e raciais, em suas visões de mundo, atravessadas por signos senhoriais.

Uma composição preparada para o carnaval de 1930 merece observações dentro deste contexto, visando perceber práticas sociais das populações de origem africana do entorno central de Florianópolis, articulando memórias orais, letramento e indícios de Áfricas em perspectivas outras:

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ ANTONACCI, 2015, p. 37.

MORTO MESMO...

Quando eu já estiver morrendo,
 Na minha última agonia,
 Quero ouvir do carnaval
 Seus batuques de arrelia.

Pois lá do céu
 Que não há mal,
 Também terá
 Seu carnaval.

Como último conforto,
 Em lugar de confissão
 Quero ouvir toda negrada
 Requebrando num cordão.

Quando eu for p'ro cemitério,
 Deitadinho num caixão,
 Quero ser acompanhado
 Por um bloco ou um cordão¹¹⁸.

Marcado pelas memórias do Morro do Mocotó e da avó Geralda, uma ex-escravizada, Trajano Margarida estava imerso nos problemas que o processo de modernização da capital desencadeou aos homens e às mulheres pobres, em especial de descendência africana e recém-libertos da escravidão. O poeta utilizava-se de um conhecimento letrado, embebido em memórias e práticas culturais de regimes orais de comunicação das camadas populares de matrizes africanas. Sua poesia, seus textos e escritos em jornal, bem como as canções carnavalescas apontam para uma mente em contexto de cidade em mudança, ainda incapaz de atender demandas de cidadania emanadas por aqueles sujeitos saídos de condições de escravização.

Ao mesmo tempo em que apresenta esta cidade, Margarida indica a alegria e os festejos de carnaval, com seus batuques nos cordões. Interessante mencionar que a morte foi tratada pelo autor como um momento de passagem a ser vivida coletivamente, sob o ritmo do bloco ou do cordão, com música, dança em procissão festiva, traço expressivo de uma “boa morte” aos moldes das matrizes africanas organizadas em irmandades e outras associações religiosas ou recreativas¹¹⁹.

¹¹⁸ MARGARIDA, Trajano. **Canções Carnavalescas**. Florianópolis: Typografia Schuldt, 1930. Material gentilmente cedido por Lisandra Macedo Pinheiro, pesquisadora do NEAB-UDESC com quem tenho dividido expectativas, projetos de trabalho e leituras.

¹¹⁹ RASCKE, 2016, p. 301; REIS, Aloísio. **Brinca quem pode**: territorialidade e (in)visibilidade negra em Laguna Santa Catarina. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Estado de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis: UFSC, 1996.

Esta canção carnavalesca de Trajano Margarida, importante poeta no pós-abolição, aponta para inúmeras questões que permaneceram enquanto memórias vinculadas às práticas funerárias do final do século XIX. Cabe analisar que o acesso às letras e relações próximas de Trajano Margarida com diferentes figuras públicas e políticas da cidade, não significou afastamento com relação ao seu modo de ver e compreender o mundo, a partir do lugar em que enunciava suas heranças africanas. A estrofe “Quando eu for p’ro cemitério/ Deitadinho num caixão/ Quero ser acompanhado/ Por um bloco ou um cordão”, evidencia uma vivência embebida em práticas de origem africana e seu universo cultural. A morte deveria ser conduzida enquanto celebração, não formal e circunspeta apenas com orações, mas composta por um cortejo festivo, acompanhada por blocos ou cordões, embriões das escolas de samba emergentes pouco tempo depois.

2.2 AS ASSOCIAÇÕES DE HOMENS DE COR E A PREOCUPAÇÃO COM A EDUCAÇÃO

O acesso à educação escolarizada constituiu, ao longo da trajetória de formação do Brasil, um espaço restrito às elites políticas dirigentes. Durante o período colonial brasileiro, os homens das elites iam estudar na metrópole e seus filhos, futuros dirigentes, assim também eram encaminhados. No século XIX, já com a vinda da família real portuguesa, surgiram preocupações com a formação de elites em terras brasileiras, organizando faculdades e universidades, criando escolas e espaços de aprendizagem formal.

Evidente que, desde a instalação da proposta colonizadora, foram criadas formas de escolarização, seja para fins de catequização ou para a “produção” de braços para o trabalho. Neste sentido, cabe explicitarmos também, durante o século XIX, em especial, o trabalho de diferentes associações religiosas, em especial, quanto ao acesso às letras para seus associados e filhos destes. Se tomarmos em consideração que aos escravizados era impedido o acesso aos bancos escolares, as irmandades e suas escolas constituíram-se alternativas diante daquelas restrições.

Diferentes estratégias foram lançadas no Brasil, como ocorreu em agremiações em São Paulo¹²⁰ e Santa Catarina¹²¹, por exemplo, que articularam cursos de alfabetização para

¹²⁰ Consultar: LUCINDO, 2010a.

¹²¹ RASCKE, 2016; BOFF, Virginia Ferreira. **Educação no pós-abolição**: a escolarização de afrodescendentes em Florianópolis – SC (1888 – 1930). Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica

peças empobrecidas, inclusive, nas irmandades de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Ifigênia e Santo Elesbão, onde o cuidado com a escolarização voltava-se para os irmãos, homens e mulheres africanas e afrodescendentes. Assim sendo, estas organizações permitiram acessar às letras para muitas pessoas impedidas legalmente de estudar, ou então, por falta de recursos.

A Abolição e a República trouxeram à tona debates em torno da cidadania e a quem ela se estendia. Afinal, dos considerados “cidadãos”, poucos tinham acesso a bens materiais, escolas e direitos básicos. Para dimensionarmos o impacto das autoridades públicas quanto aos dados estatísticos de escolarização no país, eis o que a notícia publicada pelo grupo de estudantes do Curso de Comércio da capital catarinense, permite vislumbrar:

75% de analphabetos

O governo federal mandou publicar estatísticas a respeito da proporção de analfabetos que há em nosso país.

Em cada mil habitantes da Parahyba, apenas 168 sabem ler, sendo portanto, de 83,2 por cento a proporção de analfabetos. O segundo lugar cabe ao Piauí, com 173 que sabem ler para 827 analfabetos. Vêm depois (sempre em cada 1.000 habitantes) Pernambuco, com 807 analfabetos para 193; Alagoas com 800 analfabetos, Rio Grande do Norte, com 769; Ceará e Goyaz com igual coeficiente de analfabetos 782; Bahia com 722; Rio de Janeiro (Estado) com 769; Paraná com 761; São Paulo e Sergipe com 753; Maranhão com 746; Minas Geraes com 744; Santa Catharina com 743; Espírito Santo com 731; Matto Grosso 730; Pará com 700; Amazonas com 678; Rio Grande do Sul com 674 e, finalmente, o Districto Federal com 481 analfabetos contra 519 que sabem ler¹²².

A realidade brasileira posta à mostra por meio desta estatística de 1920, indica que o país não tinha uma população escolarizada. Apenas 25% dos residentes no Brasil tinham contato com a escrita e a leitura, as primeiras letras. Considerando que muitos destes eram vinculados à política, às elites dirigentes, ou eram as próprias elites, têm-se uma realidade que faz crer no pequeno percentual de homens e mulheres empobrecidos com acesso à escolarização, considerando também os imigrantes europeus chegados e não escolarizados em português, visto que em muitas colônias o ensino era em língua materna.

Destes dados, que para o governo eram alarmantes, podemos depreender alguns apontamentos e questões. O primeiro deles é que no país havia uma realidade multilinguística, formada por povos indígenas, populações de origem africana e também imigrantes europeus de diferentes nacionalidades, indicando que a pluralidade de povos

do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/7265>. Acesso em: 15 dez. 2016.

¹²² Jornal CPC – Órgão Mensal dos Estudantes do Curso Prático de Comércio, Florianópolis, 15 de outubro de 1920, ano 1, Número 5.

também ressaltava uma diversidade de línguas, culturas e formas de compreender o mundo. Assim, é possível que muitas destas pessoas tivessem conhecimento letrado, ou seja, fossem alfabetizadas, mas não em idioma nacional.

Outro ponto que merece nossa atenção é que 75% da população residente no Brasil era considerada analfabeta, sugerindo que a transmissão de conhecimento se dava por outros meios que não a escrita. Uma série de linguagens corporais e expressões de memória poderiam ser ativadas para transmitir o que a escrita não fazia, visto que não era utilizada por uma grande parcela da população, ou, pelo menos em idioma dito nacional. Ao mesmo tempo, o restrito acesso ao universo das letras sugeria que as relações de poder se faziam pautadas também no controle sobre quem escrevia, o que escrevia e para quem.

Além disso, lembremos que a escrita e seus códigos foram utilizados pelo colonizador para gerenciar corpos e ter controle sobre trabalho e meios de produção, o que também implica que, quando ex-cativos, libertos, homens e mulheres de origem africana possuem ferramentas e conhecimentos para lidarem com seus próprios registros, suas formas próprias de preencher e relatar informações de atividades, eventos e agremiações. As relações de poder sofrem alterações, e os modos de registrar, as escolhas do que e como registrar são opções destes “novos” sujeitos com acesso às letras.

Regina Pahim Pinto (2013) discute os movimentos negros em São Paulo, a construção identitária e de luta, desde as primeiras décadas do século XX. Em seu entendimento, os jornais da imprensa negra, uma “elite negra letrada”, consideravam o analfabetismo um empecilho, “a causa de vários males que afetam o negro: a apatia, a falta de ideal e de objetivos”¹²³. Na visão destes intelectuais, atuantes em sociedades recreativas e jornais, a instrução seria uma forma de superação da situação de precariedade social vivenciada pelas populações de origem africana.

Chama atenção um texto de Ildefonso Juvenal a respeito da nacionalização do ensino, pauta do governo brasileiro, diante do cenário que já esboçamos brevemente. Em sua visão, a intenção do governo - e devemos pensar no caso de Santa Catarina, que recebeu centenas e centenas de milhares de imigrantes europeus desde a segunda metade do século XIX -, era permitir aos imigrantes que conseguissem integrar o país, e não constituir uma nação à parte, conforme discursava o próprio governador Hercílio Luz.

¹²³ PINTO, 2013, p. 213.

Juvenal, hercilista, como ele mesmo afirmava, utilizou as páginas de *A Semana*, periódico para o qual escreveu, procurando expor suas ideias sobre o projeto de nacionalização em andamento. “Hoje, ninguém ousará apregoar lá fora, aos ventos da publicidade, que Santa Catarina é uma pequena nação estrangeira dentro do território nacional, como maldosamente se propalou”¹²⁴. Segundo seus escritos, Hercílio Luz teria agido energicamente no sentido de nacionalizar os imigrantes. “Agiu eficazmente, sem espalhafato, começando por criar as leis mais sábias e necessárias, impondo aos estrangeiros a mais formal obediência às mesmas leis”¹²⁵. Além disso, reforça que as escolas públicas criadas para contribuir com este projeto foram triplicadas em número, possibilitando muitas vagas e, “onde havia uma escola estrangeira, com mestres e livros estrangeiros, surgiu a escola nacional, com mestres e livros nacionais, onde se aprende o nosso rico idioma”¹²⁶.

Considerou que a “campanha nacionalista em nosso Estado é de uma efficacia incontestável, porque está atacando pela raiz o mal do estrangeirismo”, pois a “nação não póde confiar no sentimento patriótico de um filho de estrangeiro, nascido no Brazil, que desconheça o nosso idioma, a nossa história e a nossa geografia”¹²⁷. Interessante refletir sobre a ideia de brasileiro e de estrangeiro, visto que as populações de origem africana, nascidas no Brasil, já migradas forçadamente há séculos, estavam inseridas na categoria de brasileiros, enquanto os imigrantes europeus, por não constituírem laços com o território, tampouco com a língua, precisavam de um tratamento diferente. Não ao acaso os investimentos em escolas voltaram-se aos filhos de imigrantes.

Mas, e as escolas para os ditos brasileiros? Quando chegaria o momento de ex-cativos, homens e mulheres livres terem acesso às letras e por meio delas alcançar alguma ascensão social e cidadania? Quais seriam as reais estratégias do Estado para minimizar o que se considerava analfabetismo? Em que medida os afrodescendentes foram incluídos neste projeto de ensino? Populações exploradas e marginalizadas pelo antigo regime escravista acabaram sentindo, de outras formas, esta exploração e marginalização após a Abolição. Os bancos escolares constituíram uma destas exclusões, dado sempre organizarem meios de impedir ou dificultar o acesso aos sujeitos pelo Estado e escolas racializadas. No

¹²⁴ Jornal *A Semana*, Florianópolis, 23 de setembro de 1920, ano I, número 14.

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ Idem.

entanto, há que se pensar nas diferentes estratégias destes grupos em termos de educação e escolarização próprias.

No entendimento de Silva e Araújo¹²⁸ (2005), diferentes reformas escolares no período republicano foram lançadas no Brasil, objetivando a escolarização. No entanto, estas não incidiam, por diferentes motivos, diretamente sobre a vida de afrodescendentes. A Reforma de Benjamin Constant (nº 981/1890) rompeu com a antiga tradição do ensino humanístico, estabelecendo a centralidade da disciplina “Moral e Cívica”, o que, na visão dos autores, teria relação expressa com a conduta social de africanos(as) e afrodescendentes ex-escravizados, numa sociedade pós-abolição. Alguns anos mais tarde, em 1901, a reforma de Eptácio Pessoa (nº 3.890), iniciou um processo de descentralização do Estado brasileiro na educação pública, passando inúmeras responsabilidades aos estados. Uma década depois, a Reforma de Rivadávia Corrêa, através do Decreto nº 8.659, de 1911, concedeu autonomia aos diretores, eleitos pela corporação de professores. No entanto, a liberdade de cada estabelecimento de ensino suprimiu o caráter oficial que se esperava, impedindo inúmeras crianças de acessarem a escolarização¹²⁹.

A partir de 1915, o governo federal estabeleceu o controle da educação a partir do Conselho Superior de Ensino (Decreto nº 11.530). O ensino primário, no entanto, ainda comportava responsabilidade dos estados, conforme vimos anteriormente nos Relatórios de Governadores/Interventores do estado de Santa Catarina e notícias de jornais. Em 1925, uma nova reforma, conhecida como Lei Rocha Vaz, foi regulamentada (nº 16.782-A), restringindo o número de vagas nas escolas secundárias e superiores. No entendimento de Araújo e Silva (2005),

Na (re)leitura das reformas educacionais dos séculos XIX e XX, deduz-se que a população negra teve presença sistematicamente negada na escola: a universalização ao acesso e a gratuidade escolar legitimaram uma “aparente” democratização, porém, na realidade, negaram condições objetivas e materiais que facultassem aos negros recém-egressos do cativeiro e seus descendentes um projeto educacional, seja este universal ou específico¹³⁰.

¹²⁸ ARAÚJO, Márcia; SILVA, Geraldo da. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas. In: ROMÃO, Jeruse. **História da Educação do Negro e outras histórias**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 65-78. (Coleção Educação para Todos).

¹²⁹ ARAÚJO; SILVA, 2005, p. 70.

¹³⁰ ARAÚJO; SILVA, 2005, p. 71.

Diante de diferentes reformas e investimentos para o setor da educação no país inteiro, dados como índices de analfabetismo e considerações já aqui esboçadas, as populações recém-saídas do cativeiro, não prioritárias aos poderes públicas, nem sempre conseguiram acessar os bancos escolares. No entanto, muitos grupos, associações, irmandades e outras formas organizativas, criaram estratégias e fomentaram cursos de alfabetização para seus associados e pessoas de baixa renda.

Tão logo findara a escravidão, novos embates surgiam. Em 1893, um periódico do Rio Grande do Sul enfatizava um problema sério, envolvendo a escolarização de crianças afrodescendentes, pois vinha à tona que algumas escolas públicas recusavam “abertamente admitir ao ensino crianças de cor, outras que, limitando o número destas, mesmo assim maltratam-nas, a ponto de seus pais, em justa indignação retirarem-nas das aulas”¹³¹. Assim como ocorreu no estado sulino, também outros estados e realidades sentiram os impactos de uma sociedade recém-saída da escravidão, mas pouco adequada às demandas de uma população numerosa e ansiosa por direitos e participação social.

No entendimento de Domingues (2009), diferentes mobilizações, com perfis distintos foram construídas para reagir às discriminações e humilhações sofridas, bem como proporcionar redes de solidariedade, união e autonomia destas populações.

[...] clubes, entidades beneficentes, grêmios literários, centros cívicos, jornais e até mesmo organizações políticas. Em São Paulo, apareceram a Sociedade Cooperativa dos Homens de Cor, em 1902, o Centro Cultural Henrique Dias, em 1908, a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor, em 1915; no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; em Pelotas (RS), a Sociedade Progresso da Raça Africana, em 1891; em Lages (SC), o Centro Cívico Cruz e Souza, em 1918¹³².

Como mencionado anteriormente, em 1920, o Centro Cívico e Recreativo José Boiteux, dentre outras preocupações e compromissos assumidos em seu estatuto, previa a criação de uma biblioteca e também de “aula noturna”. A biblioteca constituiria uma forma de incentivo à leitura, proporcionando a seus associados e filhos, amigos e parentes destes, contatos com a leitura. A aula noturna, provavelmente permitiria o aprendizado com as letras, álgebra e domínios básicos para a vida republicana.

¹³¹ Jornal *O Exemplo*, Porto Alegre, 08 de janeiro de 1893. Apud: DOMINGUES, Petrônio. O Recinto Sagrado: educação e antirracismo no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 138, p. 963-994, set./dez. 2009, p. 968. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v39n138/v39n138a14.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

¹³² DOMINGUES, 2009, p. 969.

Não era a primeira associação organizada e gerida por afros a pensar na criação de um curso de alfabetização em Florianópolis, destinado aos seus agremiados. Em 1859, em uma das reuniões da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, na própria capela da instituição, discutia-se a importância de criar um curso de alfabetização para as crianças que fossem filhas dos associados.

Que se fundas-
se na Sacristia da Capela da Confraria u-
ma escola de ler, escrever e contar as quatro
espécies fundamentais d'aritmética a filhos de
irmãos pobres, que se achassem quites com seus
anuais; e isto até o número de vinte,
ficando salvo ao respectivo Mes-
tre receber mais alguns por aju-
te particular com os respecti-
vos pais, ou superiores; e que este mestre, que ficaria
sob a imediata inspeção do Procurador da Irman-
dade, fosse praticado com o mínimo de cem mil reis
anuais pagos mensalmente¹³³.

Essa ata, elaborada no consistório da associação, em 4 de julho de 1859, indicava a importância atribuída pela Irmandade à escolarização. Os irmãos pobres, muitos deles na condição de escravizados, teriam a possibilidade de encaminhar seus filhos à escola, em especial para aprender a ler e escrever. Também, os próprios associados poderiam acessar as letras, visto que seus filhos teriam então domínio sobre aquela forma de linguagem. Novas oportunidades advinham de um universo letrado que se expandia tão lentamente como a República.

Tal preocupação se manteve constante e, no Compromisso de 1905, a Irmandade destinou um capítulo de seu Estatuto à “Educação dos Filhos dos Irmãos”.

CAPÍTULO XXII DA EDUCAÇÃO DOS FILHOS DOS IRMÃOS

Art. 37. Quando o capital da Irmandade atingir a 20 contos de réis, a mesa administrativa que estiver funcionando fundará uma escola grátis para a educação dos filhos legítimos dos irmãos:

§1. Os filhos dos irmãos serão admitidos na escola com autorização do juiz e deverão fazer parte da Irmandade.

§2. A escola funcionará num prédio da Irmandade.

Art.38. Haverá nessa escola dois professores: um para o sexo masculino e outro para o sexo feminino.

§1. Os professores deverão fazer parte da Irmandade e serão nomeados pela mesa.

§2. Deverão cumprir as ordens que a mesa determinar.

¹³³ Ata de 4 de julho de 1859. Livro Ata 1 (1816-1861), p. 181 v. Acervo da Irmandade Beneficente de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

Art. 39. A Irmandade contribuirá com um ordenado mensal aos professores e fornecerá aos alunos indigentes o material necessário ao estudo.

Art. 40. Qualquer estranho que quiser matricular seus filhos nessa escola, contribuirá, mensalmente, com a quantia que a mesa estipular.

§único. Esses alunos só serão admitidos com prévia autorização da Mesa¹³⁴.

Desde meados do século XIX, a Irmandade pensava em arrecadar fundos para o curso de alfabetização para as crianças, filhos de irmãos. Seria permitida a matrícula de não associados, mas estes teriam que pagar um ordenado para que pudessem se beneficiar do curso ofertado. Não sabemos se o curso realmente se concretizou, pois os documentos disponíveis não informam maiores detalhes sobre o assunto. No entanto, percebemos na documentação produzida e gerida pela Irmandade, que muitos associados aprenderam a ler e escrever, “atendendo” a exigências do Compromisso de 1905, já marcado pelas influências da romanização da Igreja e do clero¹³⁵.

Aprender a ler, ter o domínio sobre uma outra forma de linguagem e narrativa, poderia envolver muitas questões: no caso da Irmandade seria uma forma de alcançar maior controle sobre a estrutura administrativa da agremiação, visto ter domínio pleno sobre seus registros, antes feitos, em grande parte, por homens brancos a ela filiados ou empregados. Ao mesmo tempo, o poder da escrita permitiria lidar com regras e reformulações ocorridas naquele período, no âmbito da Igreja Católica, como também das transformações da República. Os corpos que vivenciaram a escravidão teriam então o poder de registrar suas vivências e experiências de outros modos, optando pela escrita e pela impressão quando assim julgassem conveniente.

Voltando ao curso do Centro Cívico, cuja fundação dar-se-ia quinze anos após a reformulação ocorrida no Estatuto da Irmandade do Rosário (1905), sabemos que a importância à educação era muito enfatizada. O Artigo 1º já mencionava o tom dado à questão: [...] b) ensino primário aos associados e filhos destes, e a todos aqueles que de tal necessitarem, sem exceção de côr, etc, c) leitura de bons livros, jornaes e revistas, representações theatraes”¹³⁶. A atenção da associação voltava-se ao universo das letras e, provavelmente, às oportunidades que o conhecimento da leitura e da escrita poderiam

¹³⁴ *Compromisso da Irmandade Beneficente Nossa Senhora do Rosário e São Benedito*, 1905, capítulo XXII, p. 27-28. Acervo da referida Irmandade.

¹³⁵ RASCKE, 2016, p. 109.

¹³⁶ *Estatuto do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux*, Florianópolis, 1920, folhas 20-22. Cartório Iole Farias, atual Cartório Florianópolis; *Jornal República*. Florianópolis, 03 mar. 1921, n. 717, p. 03. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

proporcionar em termos de ascensão social na República. Profissões com melhor remuneração, prestígio social, espaços em agremiações de letrados e também em periódicos, estariam entre os potenciais chamarizes para a ampliação dos cuidados com a educação escolarizada.

Uma sociedade não mais pautada na escravidão requeria também outras formas de articular espaços, trânsitos e relações. Neste sentido, estas populações criaram suas próprias estratégias de escolarização, dado que a liberdade republicana nem sempre procurou atender a demandas e anseios de todos os cidadãos. Imaginamos que a educação constituía parte de um projeto de cidadania, comunitariamente assumida.

Com base no Estatuto do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux, em seu artigo 32, “Após a aprovação dos presentes Estatutos, a Directoria reunida resolverá no sentido da criação da aula nocturna e respectiva bibliotheca de que trata o Artigo 1^o”¹³⁷. Vale mencionar este objetivo, pois, além da preocupação com a educação escolar de crianças, a criação de curso noturno permitiria que homens e mulheres, depois de suas lidas diárias, pudessem conhecer as letras. Esta educação de jovens e adultos possibilitaria, de certo modo, um caminhar concomitante entre os processos de escolarização de crianças e dos mais velhos.

Compete mencionar, ainda a respeito da escolarização e do esforço das populações de origem africana para acessarem este espaço de poder, a própria folha *XXIX de Maio*, editada por Ildefonso Juvenal para arrecadar fundos para a Escola Noturna Cruz e Souza¹³⁸. Nas páginas de *O Estado*, naquele maio de 1920, vislumbra-se a notícia da matrícula para o curso noturno de alfabetização. Uma pequena, mas importante nota informando aos interessados, em especial associados e associadas daquela agremiação, que “Está aberta a matricula para o curso da Escola Nocturna Cruz e Souza, creada pelo Centro Civico e Recreativo José Boiteux”¹³⁹.

Segundo Fabio Garcia (2011), a educação voltada à alfabetização de afrodescendentes constituía preocupação de intelectuais e agremiados. O curso proposto pelo Centro Cívico estaria dividido em três anos: “o primeiro e o terceiro sob a responsabilidade de Trajano Margarida e o segundo a cargo de Ildefonso Juvenal. As aulas eram ministradas

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ *Jornal XXIX de Maio*, Florianópolis, 29 de maio de 1920, número único. Em benefício da escola noturna Cruz e Souza. Organizada por ILDEFONSO JUVENAL (caixa alta no original).

¹³⁹ *Jornal O Estado*, Florianópolis, 08 de maio de 1920, ano V, número 1504, p. 8. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1920/EST19201504.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

diariamente das 18h às 20h. No ano de 1921, constavam 35 alunos matriculados”¹⁴⁰. Pouco sabemos sobre o período desta iniciativa e quantos alunos puderam aprender as primeiras letras em seus bancos. No entanto, estes empreendimentos, por mais efêmeros, muitas vezes significaram transformações sociais na vida de alguns homens e mulheres empobrecidos, em especial dentre populações de origem africana.

Em 1922, Antonieta de Barros fundava o “Curso Antonieta de Barros”, externato situado à Rua Fernando Machado, número 32, onde também atuou a professora Leonor de Barros, irmã de Antonieta. O referido curso preparava para exames de “admissão aos Ginásios e Institutos de Educação”¹⁴¹. Interessante refletir que, enquanto milhares e milhares de pessoas foram expulsas da região central pelas reformas, desalojadas e desamparadas por uma Abolição não preocupada com os rumos da vida de ex-cativos e seus familiares, Antonieta conseguiu se instalar no centro da cidade, onde organizou o curso e ministrou-o por décadas.

A “[...] família de Antonieta de Barros, antes proprietária de uma pensão na antiga moradia, localizada na rua Arcipreste Paiva com a rua Vidal Ramos, migra na década de 20”, passando a residir na Fernando Machado, sendo que a intelectual atende, nesta região, a uma demanda também de escolarização de pessoas mais “bem vistas”, naquela cidade higienizada, onde o centro já indiciava sinais de progresso e assepsia. Com que recursos eles mudaram para uma área cujo custo de vida aumentou consideravelmente, além de ser região “desenvolvida”? Como isso ocorreu? Não temos indicativos sobre este processo, mas salientamos ser o inverso do que acontecia com a maioria da população de origem africana naquele momento, migrada em grande escala para os contornos da área central, em encostas de morros.

Conforme ressalta Petrônio Domingues (2009), em artigo sobre a escolarização de afrodescendentes enquanto luta política, combate ao racismo e “prosperidade”¹⁴², desde pelo menos meados do século XIX, de diferentes formas e em diversos espaços (casas, associações, igrejas, etc.) foram gestadas escolas para as primeiras letras. Estudando como o movimento associativo de homens de cor criou estratégias e concretizou ações no campo educacional após a Abolição, Domingues apresenta que a educação sempre compôs a “agenda desse movimento, sendo concebida como um recurso de importância capital para

¹⁴⁰ GARCIA, 2011, p. 8.

¹⁴¹ Jornal *O Idealista*, Florianópolis, junho de 1945, ano I, número 2.

¹⁴² DOMINGUES, 2009.

se contrapor ao ‘preconceito de cor’ e garantir a inclusão e prosperidade do afro-brasileiro na sociedade”¹⁴³.

Percebemos, com base nestes breves registros e análises, que as associações organizadas por letrados, de um modo geral, constituíam ferramentas para populações de origem africana superarem a precariedade da escolarização “ofertada” pelo Estado, bem como criar mecanismos próprios de combate ao “analfabetismo”, tão mencionado em jornais e estatísticas governamentais. Além dos cursos de alfabetização, muitas associações dispunham aos agremiados de espaços como bibliotecas, sessões teatrais e recitais, cursos, palestras, saraus, apresentações musicais e tantas outras atividades que pudessem envolver o caráter lúdico e educativo a que se propunham.

¹⁴³ DOMINGUES, 2009, p. 968.

3 CLUBES RECREATIVOS: ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA E SOCIABILIDADE

Além de irmandades, clubes de futebol, centros cívicos, blocos e tantos outros lugares organizados por grupos afros nas primeiras décadas do século XX, em Florianópolis, outros espaços de mobilização desses atores culturais foram os clubes sociais negros ou chamadas sociedades recreativas. Emergentes no contexto da vida urbana republicana, em que se alteravam as relações constituintes do tecido social de diversas cidades brasileiras, em vias de expansão sob influências de discursos moral-higienistas¹, enfrentando situações de exclusão profissional e marginalização sociocultural, mobilizaram-se reforçando seus locais de encontros.

Social, recreativo, cultural, literário, esportivo, as denominações que secundavam a razão social dessas instituições variavam de acordo com o propósito da agremiação, não sendo raro, porém, que uma mesma organização reunisse duas, três ou mesmo todas as designações acima referidas, condizentes com a gama de atividades que promoviam. Desde piqueniques intermunicipais a chás dançantes, passando por recitais literários, concursos de beleza, grupos teatrais, bandas musicais, além de bailes e celebrações variadas de grupos afros, refizeram seus cotidianos e formas de sociabilidade.

Neste terceiro capítulo, dimensionamos aspectos de organização social, política e festiva de clubes sociais, literários e recreativos da cidade de Florianópolis nas décadas de 1930 a 1950, período sobre o qual dispomos de fontes para pesquisa, permitindo constituir narrativas a respeito destas experiências e vivências de homens de cor na capital catarinense. Analisando Estatutos, Atas de Assembleias e matérias da imprensa local, produzimos interpretações sobre organizações afros e suas perspectivas de cidadania em tempos de Estado Novo.

3.1 A UNIÃO RECREATIVA 25 DE DEZEMBRO

A União Recreativa 25 de Dezembro foi fundada no Natal de 1933, no Morro do 25, antiga rua Chapecó, atual Padre Schrader. Ramiro Farias, Tertuliano Fernandes, Nicomedes

¹ CARDOSO, 2012.

Ferreira, Epaminondas Vicente de Carvalho, José Capistrano e Leovegildo Luiz da Silva ergueram a agremiação, definindo presidente, tesoureiro, secretário, grêmio feminino, escrita de atas, regimento interno e estatuto, semelhantes ao mecanismo de funcionamento de outras associações, inclusive da Irmandade do Rosário. A União teve duração longa, sendo atuante até a década de 1980, quando, por conta de diferentes fatores, incluindo a precariedade de sua sede social, deixou de desenvolver atividades.

O senhor Ramiro Farias chegou a Florianópolis na década de 1930, tendo que “desmatar e abrir a Rua Chapecó, quando se instalou lá”. Segundo relato de seu filho Romélio, o pai tornou-se “conhecido entre seus colegas de trabalho como ‘negro do mato’, de tanto mato que havia na região onde morava – hoje, o bairro da Agrônômica”². Ramiro trabalhava na estiva, na *Standard Oil Company*, companhia ali instalada. Além disso, trabalhou na construção da penitenciária e na empresa de Carl Hoepcke. Quando veio morar em Florianópolis, seu primeiro emprego foi na casa dos Wendhausen, “onde capinava, plantava e tratava de negócios na rua.”³

Compete destacar que Ramiro Farias atuou em diferentes empregos, dentre eles o da estiva⁴, trabalho bastante comum a africanos e seus descendentes desde o período escravista. A família dos Wendhausen, para quem trabalhou, era apoiadora da Irmandade do Rosário há muito tempo, tendo “contribuído” com os anuais de muitos de seus escravizados e escravizadas que àquela associação se filiaram ainda na época da escravidão⁵.

Outro fundador da agremiação foi Epaminondas Vicente de Carvalho, “formado no curso de carpintaria por volta de 1916”, além de ter sido responsável pela comissão de sindicância no Centro Cívico e Recreativo José Boiteux, em 1921. Filiou-se à Liga Operária e Beneficente de Florianópolis,

² Entrevista concedida à autora Maria das Graças, por Romélio Farias, 1996. Apud: MARIA, 2013, p. 265.

³ Idem.

⁴ Talvez Ramiro Farias tenha se associado à União dos Trabalhadores, órgão de classe fundado em 1910, por estivadores, marítimos, empregados em depósitos, trapiches e também aqueles ocupados na descarga de carvão mineral. Mesmo tendo chegado a Florianópolis apenas na década de 1930, o trabalho na estiva ainda era marcante e, em 1930, a União havia se transformado em Sindicato dos Trabalhadores, demarcando bastante seu caráter classista de estiva. Segundo Cardoso e Ianni (1960, p. 117), na estiva, por exemplo, segundo indicativos dos informantes consultados para a pesquisa sobre relações de raça em Florianópolis, “o número de pessoas do grupo negro tenderia a ser equivalente ao número de brancos, enquanto que de modo geral há mais brancos do que negros por ‘unidade de trabalho’ nos diversos ramos de atividade econômica da cidade”. Para acessar o Estatuto da União Beneficente dos Trabalhadores, órgão de classe ao qual se vinculavam os estivadores, consultar: *O Dia – órgão do Partido Republicano Catharinense*, Florianópolis, 14 de setembro de 1910. Também: LEUCHTENBERGER, Rafaela. **“O Lábaro protetor da classe operária”**: as associações voluntárias de socorros-mútuos dos trabalhadores em Florianópolis – Santa Catarina (1886-1932). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 2009, p. 129.

⁵ Depois, os Wendhausen tornaram-se abolicionistas e, alguns deles inclusive, participaram das atividades em torno da memória de Cruz e Souza, em especial o erguimento da herma, conforme destacado no capítulo 2. A respeito da participação dessa família de elite na Irmandade do Rosário, consultar: SIMÃO, 2008.

em 1924, e elegeu-se procurador, em 1928, da União Beneficente Operária⁶, ambas entidades do operariado em Santa Catarina. Epaminondas transitou em diferentes associações de classe e também de interesse dos homens de cor, sugerindo que as populações de origem africana, no pós-abolição, além da mobilidade territorial a que foram submetidas por diferentes motivos em tempos de República, também transitaram conforme seus interesses em distintos espaços de sociabilidades e luta política.

Figura 5 - Imagem da parte externa da União Recreativa 25 de Dezembro



Fonte: Googlemaps.

Conforme Ata de reunião realizada pela associação em 25 de dezembro de 1950, situamos a informação abaixo, em vista da impossibilidade de localizar o registro do Estatuto da agremiação. Enquanto encontro comemorativo dos 17 anos da agremiação, contou com a participação de diferentes representantes de associações, bem como da diretoria, da rainha e de outros membros da União Recreativa 25 de Dezembro:

[...] depois do sr presidente ter exposto a assembleia todos os seus méritos durante sua gestão, comvida a srta Maria Petronilha, rainha desta União para receber a

⁶ Fábio Garcia, articulando documentos da União Beneficente Operária, do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux e a Liga Operária e Beneficente de Florianópolis, articulou estas informações sobre a trajetória de Epaminondas Vicente de Carvalho. Consultar: GARCIA, 2007, p. 40.

medalha de prata, que lhe recomenda e recompensa os seus êxitos em sua gestão; em troca a mesma srta faz entrega de uma toalha de mesa, cujos agradecimentos foram interpelados pelo sr Osvaldo Calixtro de Lima; ao mesmo tempo a atual rainha devolve a faixa social e sua substituta srta Nadir Ferreira. [...] é concedida a palavra em geral, na qual faz uso o representante da S. C^{ca} Protegidos da Princesa congratulando esta diretoria e elevando-se o nome dessa União a seguir fala também o sr Osny Lisbôa. [...] fala também o presidente do R. C. Concórdia saudando a sociedade e a atual diretoria; toma a palavra o sr Reduzimo Farias, representando as srtas ex Rainhas que em fila, estavam presentes, ainda de pé a palavra fala sr Osmar Ferreira como representante da Associação B. dos pintores, de S. C^{na}, com grande oração relembra os bons princípios desta União; em seguida toma a palavra o sr Representante da U. B. R. Operária [...]. [...] ao mesmo tempo que agradece o comparecimento de todos, convidando para tomarem um copo de cerveja em comemoração ao 17º aniversário desta União.⁷

Com a presença de 175 associados em sua sede, à Rua Chapecó, n. 72, este registro do secretário Leovegildo Luiz da Silva destaca a participação de representantes das entidades União Beneficente Recreativa Operária, Clube Recreativo Concórdia, Associação Beneficente dos Pintores e Sociedade Carnavalesca Protegidos da Princesa, associações parceiras da União Recreativa 25 de Dezembro que, em diferentes momentos prestigiaram as atividades organizadas por aquela União. Conforme destaques ao longo deste capítulo, inúmeros eventos, ações, movimentações e também interesses, mobilizavam as parcerias e os intentos destas agremiações⁸.

Não sabemos onde comemoraram, mas conforme a própria Ata, o presidente João Costa Silveira “agradece o comparecimento de todos, convidando para tomarem um copo de cerveja em comemoração ao 17º aniversário desta União”. A confraternização pode ter ocorrido na própria sede do clube, onde havia uma estrutura para buffet, envolvendo bebidas e comidas, sempre presentes nas festividades.

Ainda importa ressaltar que a escolha da rainha da agremiação e a entrega da medalha de prata para a antiga rainha, como lembra Maria das Graças Maria, a primeira rainha da União Recreativa 25 de Dezembro foi Maria do Espírito Santo Ferreira, eleita duas vezes consecutivas, destacando que apenas a partir da terceira eleição começou a ser praticado um ritual de coroação, contando com baile, “quando as pessoas usavam trajes formais, de festa.

⁷ Ata de Assembleia Geral da União Recreativa 25 de Dezembro, 25 de dezembro de 1950, Ata n. 1.

⁸ Compete destacar que muitos associados eram agremiados em diferentes sociedades. Castellucci, em trabalho sobre associativismo operário em Salvador, aponta mobilização e participação de um sócio em distintas organizações. “Alguns membros da União Philantropica dos Artistas (e de outras associações de auxílio mútuo) jamais deixaram seus vínculos com as irmandades religiosas para trás. O caso mais emblemático é do pedreiro Manoel Friandes, capitão reformado do 8º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional. Além de também pertencer ao Centro Operário da Bahia, ele era irmão da Ordem Terceira do Rosário da Baixa dos Sapateiros, da Irmandade dos Quinze Mistérios, da Irmandade de São Benedito, da Irmandade do Rosário do João Pereira da Freguesia da Vitória e da Irmandade da Conceição do Tororó.” Consultar: CASTELLUCCI, 2014, p. 61.

Era comum a escolha da rainha ocorrer diante de um corpo de jurados; outras vezes, as candidatas recebiam do clube blocos para vender votos”⁹.

Interessante perceber que, dentre os nomes constantes na documentação, muitos detinham mesmo sobrenome, como Maria do Espírito Santo Ferreira, Nadir Ferreira e Osmar Ferreira, evidenciando que, provavelmente, membros de uma mesma família articulavam-se na agremiação e, também, em parcerias com outras associações, como a União Beneficente dos Pintores, também órgão de classe. Esse foi o caso de José Carlos Capistrano e Hivaldina Capistrano, Marcolina Farias e Ramiro Farias, Osmar Ferreira, Nadir Ferreira e Olga Ferreira, além de tantos outros. Tais conexões sugerem tratar-se de uma agremiação fundada por amigos e seus familiares, objetivando um espaço onde pudessem estar entre os seus.

De acordo com informações obtidas por Cardoso e Ianni (1960), diferentes “sociedades dançantes” e beneficentes existiam na capital catarinense, mesmo antes do término da escravidão. Na visão dos autores, após a Abolição tais espaços de atuação se reorganizaram, alguns extintos e outros também criados. “Através dos depoimentos de negros velhos pode-se reconstruir uma série ininterrupta de clubes de negros e mulatos, a partir do término do regime escravista”¹⁰.

Dificilmente havia clubes mistos, sendo apontado apenas o Aimoré Recreativo Esporte Clube como uma agremiação fundada na Rua Chapecó, articulando moradores e interessados, tanto brancos quanto negros. Mas, segundo depoimentos coletados pelos autores na década de 1950, o clube misto teve vida efêmera e, em “poucos meses verificou-se uma cisão entre seus sócios”¹¹. As moças brancas recusavam-se a dançar com os moços “negros ou mulatos”, fato frequente nos bailes daquela agremiação. “Em consequência, os diretores (brancos) do clube resolveram estabelecer dias distintos para os bailes em que os negros e mulatos deveriam dançar”¹². Tal postura foi considerada discriminatória pelos integrantes de origem africana, situação que conduziu à fundação de uma outra agremiação, exclusiva para homens de cor.

Êstes eventos, que se verificaram em 1933, estão ainda presentes na memória da população do morro, onde, ainda em 1955, encontramos dois clubes funcionando, um de brancos e outro de indivíduos de côr, respectivamente “Concórdia” e “25 de Dezembro”¹³.

⁹ MARIA, 2013, p. 271-272.

¹⁰ CARDOSO; IANNI, 1960, p. 179-180.

¹¹ Idem.

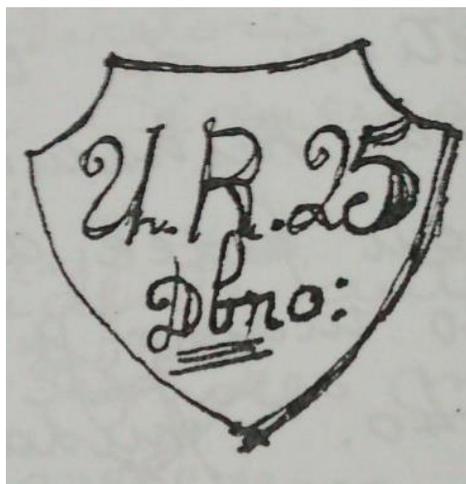
¹² Idem.

¹³ CARDOSO; IANNI, 1960, p. 179-180.

Os dois clubes originaram-se da cisão ocorrida no Aimoré. O Concórdia congregava os brancos, enquanto o 25 de Dezembro aglutinava agremiados de origem africana, mantendo regras de funcionamento vigentes desde a década de 1930. As tensões raciais motivaram a divisão do clube misto, visto que o racismo contra “negros e mulatos” era prática recorrente nas dependências daquele espaço de dança, lazer e esporte. Mesmo um clube surgido no morro mantinha traços da sociedade racialmente hierarquizada do período, em que lugares sociais e espaços eram delimitados a partir da cor/raça.

Reagindo à segregação imposta por agremiados brancos, o grupo de associados afros resolveu criar uma agremiação própria, onde pudessem realizar suas ações sem uma diretoria branca a selecionar dias específicos para cada atividade. Chama atenção que, em se tratando de uma agremiação esportiva e recreativa, desmembrada em duas, provavelmente o caráter esportivo foi mantido, apesar da não localização de registros direcionados a esta prática.

Figura 6 - Emblema da União Recreativa 25 de Dezembro – 1952



Fonte: Livro de Atas da União Recreativa 25 de Dezembro.

A União Recreativa 25 de Dezembro, possuía emblema, provavelmente também utilizado na composição de sua bandeira, com símbolo registrado. Nada sabemos a respeito do processo de criação desta marca, mas indícios relativos a esta e a uma bandeira azul e branco da União constituíam presença nas reuniões, em especial, nas transições entre diretorias.

Pede a palavra o Sr. José Carlos Capistrano, que em nome da Rainha, no momento deichava o mandato oferecia uma bandeira com as cores azul e branco. [...] E

convida o Sr. Epaminondas Vicente de Carvalho e a Sra. Marcolina Farias, para hastear a nova bandeira que foi oferecida pela senhorita Hivaldina Capistrano.¹⁴

De acordo com sua Assembleia Geral de 25 de dezembro de 1949, uma bandeira nas cores azul e branco foi ofertada à nova Diretoria, hasteada por Epaminondas e Marcolina¹⁵. A senhorita Hivaldina Capistrano, rainha que passava o cargo, foi doadora da bandeira.

Desde tempos coloniais, suas irmandades religiosas e associações utilizavam bandeiras com emblemas de identificação de suas corporações. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos de Florianópolis hasteava sua bandeira em dias de festa ou procissões em homenagem a irmãos(ãs) falecidos(as)¹⁶; o Figueirense Futebol Clube também portava bandeira que o distinguia dos demais clubes de futebol¹⁷.

No entendimento de Lucilene Reginaldo, estudiosa do tema das irmandades religiosas africanas, as procissões e cortejos públicos constituíam teatros populares pelas ruas da cidade¹⁸, com suas bandeiras e demais distintivos sempre carregados à frente, de modo a identificar o grupo e suas filiações. Em relação aos clubes recreativos, sociais ou literários, não ocorria este cortejo em praça pública, exceto em casos de protesto, visita pública ao cemitério em homenagem a algum renomado abolicionista, como acontecia em São Paulo¹⁹. Os escudos enrustidos nas bandeiras identificavam cada clube, sendo o da União Recreativa bastante similar, em seus contornos, ao do Figueirense Futebol Clube, de 1921, com exceção das cores, pois o do clube futebolístico era alvinegro.

A União Recreativa era formada por associados e associadas que residiam na região da Rua Chapecó, atual Morro do 25, nome que remete à agremiação existente até os anos de 1980, com forte atuação no bairro. Apesar de sua sede ainda estar erguida, as condições da edificação não permitem a realização de atividades naquele espaço, por necessidade de reformas. A construção da sede parece ter sido feita ao longo do tempo, exigindo ajustes

¹⁴ Ata da Assembleia Geral Ordinária, 25 de dezembro de 1949, Ata n. 1.

¹⁵ “A senhora Marcolina Farias, esposa de Ramiro Farias, era parteira. E foi com essa atividade que passou a compor a renda familiar, ao lado do marido. Como lembrou sua filha, ela sempre era chamada para atender as mulheres da redondeza; às vezes, recebia em cortes de tecido ou outros produtos de quem não podia pagar em dinheiro.” (MARIA, 2013, p. 266).

¹⁶ RASCHE, 2016, em especial o capítulo 3.

¹⁷ Consultar: CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; RASCHE, Karla Leandro. Cidadania e expectativas no bairro da Figueira: o surgimento do Figueirense Foot-Ball Club (Florianópolis/SC, 1921-1951). **Vozes, Pretérito & Devir: Revista de História da UESPI**, vol. 1, n. 5, 2016, p. 99-121.

¹⁸ REGINALDO, 2011.

¹⁹ Sobre estas visitas ou cortejos em homenagem a José do Patrocínio e Luís Gama, consultar: CARDOSO, 2012; PINTO, 2013.

com o passar dos anos. Desde a organização do terreno, do material e da mão de obra até a elevação da sede, muito trabalho foi despendido por demandas da associação. Transformações do espaço da sede, das divisórias, do ajuste de banheiros e do buffet exigiram atenções.

Em tempo: Com a palavra o sr. 2º tesoureiro consulta em mesa se uma vez já pronta a construção da parede da sede social, não poderíamos saudar a mesma tomando-se um copo de cerveja. Ainda bem que o sr. presidente advertiu que não estando todos diretores presente não ficaria bem.²⁰

Em reunião da diretoria em abril/1950, o grupo manifestou-se pela reforma, com sucesso na sede, ao aprontar a parede da sede social, em “evento” que suscitou a possibilidade de alongamento da comemoração, considerada inoportuna pelo presidente João Crisóstomo da Silveira. Momentos de confraternização eram comuns em registros de atas de reunião da diretoria, comemorando seus feitos.

Terminando o Assunto e não havendo mais quem usasse da palavra, o sr p^{te}. Agradesce os comparecimentos de todos enserrando a presente sessão, Comvidando ao mesmo tempo todos presentes para tomar um copo de Cerveja em regogijos a bôa marcha social e de grandes êxitos nos bailhes carnavalescos.²¹

Em Assembleia Geral realizada no mês de fevereiro/1950, após os festejos de carnaval, o presidente convidou todos os presentes para comemorar os grandes êxitos nos bailes carnavalescos. Outros momentos compunham também motivos para festejar e celebrar, em grupo, as experiências da União, em especial, nas festas constantes. Quanto às obras²² da parede erguida, tem-se registro.

Em vista de ter-se que modificar-a parede da sêde de madeira para material o sr tesoureiro apresenta que o orçamento em mão de obra vai custar CR\$2.250,00 aprovado pela mesa, o sr tesoureiro é autorizado a comprar o material preciso [...].²³

²⁰ Ata de reunião, União Recreativa 25 de Dezembro, Ata n. 10, 12 de abril de 1950.

²¹ Assembleia Geral Extraordinária realizada a 26 de fevereiro de 1950, Ata n. 8.

²² Além de pequenos ajustes como arrumação de parede e escoamento de água da chuva no telhado, por meio de uma das atas verificamos que apenas em 1951 a água foi canalizada para aquela associação. “Apresenta ainda o mesmo sr que por motivo de não ter água na sêde, para ser encanalizada afim de evitar as dificuldades, sendo aprovado pela mesa, apresentando o sr tesoureiro que em vista de estar em obra a sede social, apela para a diretoria fazer um piso ao lado para amparar as aguas do telhado, sendo aprovado pela mesa [...]”. (Ata de reunião, União Recreativa 25 de Dezembro, Ata n. 11, 05 de maio de 1951).

²³ Ata de reunião, União Recreativa 25 de Dezembro, Ata n. 8, 13 de fevereiro de 1951.

Muitas vezes, a própria equipe da diretoria e outros agremiados faziam obras em mutirão, como reparos necessários em 1952, quando o presidente convocou a diretoria para o trabalho no domingo, sendo cancelada a domingueira²⁴. A União Recreativa contava também com uma zeladora, cargo bastante comum nestas associações, em atividades de cuidado e manutenção da limpeza do espaço, além de ser responsável pelo cuidado com festividades. A zeladora contratada pela agremiação, solicitava aumento na sua gratificação pela prestação dos serviços, além materiais de limpeza²⁵.

Ao que tudo indica, aquele ano de 1952, rendeu bons resultados quanto às arrecadações financeiras da União Recreativa, principalmente os bailes de carnaval. Assim, o presidente Silvio Serafim da Luz, apresentou à mesa diretora planos de reforma na parte interna da sede, visto que, provavelmente, muitas questões ainda precisavam de ajustes e resolução. Importa destacar a proposta de colocação de mesas no espaço, pois antes, parecemos que apenas o balcão do buffet e cadeiras compunham a estrutura interna da associação.

Retomando aspectos da organização do clube, compete destacar, que, além diretoria formada majoritariamente por homens, às mulheres pertenciam os cuidados com o Grêmio Feminino. Maria das Graças Maria (1997), em entrevistas realizadas com ex-associados e associadas, ou filhos e filhas destes, para composição de sua dissertação de mestrado intitulada *“Imagens invisíveis de Áfricas presentes”: experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940)*, percebeu elementos da formação do Grêmio Flor de Maio e os encaminhamentos “femininos” dentro da União Recreativa 25 de Dezembro.

Interessa perceber a denominação Grêmio Flor de Maio, similar ao de uma organização negra de São Carlos, interior do estado de São Paulo, fundada em 1928, território de sociabilidade, centro social e de lazer, espaço de compartilhamento de vivências.

²⁴ “Estando nesta involuntária pendência, o Sr. Presidente passou a tratar sôbre uns reparos necessários a serem feitos neste prédio, convocando os elementos da Diretoria para auxiliarem nesses reparos que será levado a efeito dia 17 do corrente, ficando, em consequência anulada a domingueira que seria realizada naquela data, conforme Ata nº 8 de 7 do mês em curso”. (Ata de reunião, União Recreativa 25 de Dezembro, Ata n. 9, 15 de fevereiro de 1952).

²⁵ “Pedi, em seguida, a palavra a Sra. Zeladora, solicitando a mesa um aumento em sua gratificação mensal, bem como vassouras e um cadeado ou fechadura para ser colocado na porta da W.C. Respondendo, o Sr. Presidente prometeu examinar o primeiro assunto e terminou autorizando a Sr. 1º Tesoureiro a entregar a sra. Zeladora a quantia necessária para a aquisição dos utensílios acima do salão, além dos enfeites para o carnaval. [...] Autorizou ainda a compra de toalhas, cortinas e cinzeiros, este último para as mesas, assim como as toalhas citadas. [...] Finalmente o Sr. Presidente expôs a mês a seu plano para uma reforma interna nesta séde social, isto conforme os resultados financeiros dos bailes de Carnaval a serem realizados. Consta também em seus planos a colocação de mesas no recinto social”. (Ata de reunião, União Recreativa 25 de Dezembro, Ata n. 9, 15 de fevereiro de 1952).

O Grêmio Recreativo e Familiar Flor de Maio fora organizado por um grupo de trabalhadores afro da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (FEPASA), empresa encarregada de obras e manutenção das estradas de ferro que passavam por Rio Claro para transporte de café, desde o século XIX.²⁶

Em nota de Clóvis Moura (1988) a respeito da organização do Grêmio Flor de Maio, o nome *flor* “queria dizer que somente aqueles negros que fossem flores poderiam nele ingressar. Somente podia ser sócio quem fosse casado, não se aceitando associados amigados. O clube realizou, por isto, uma série de casamentos, alguns em sua sede”²⁷, de modo a “regularizar” e oficializar as relações de gênero entre seus agremiados. Além disso, como em outros espaços afros, fundou-se uma escola, um grupo teatral e mobilizou-se diferentes ações em torno daquela associação. Mesmo diante desses esforços, o clube era mal visto pela sociedade local, conforme depoimento de Benedito Guimarães, em 1977, quando era presidente da agremiação. O membro diretor negava as “racionalizações negativas” associadas ao Flor de Maio, sobressaindo o objetivo de eliminar a imagem do negro “associada à vadiagem e à malandragem”. Assim, critérios em torno de disciplina e estética, tornavam-se pautas de agremiações dessa natureza.

Com perspectiva distinta, Maria Clementina Pereira Cunha (2001) interpreta que o significado de flor, denominação muito presente em cordões e ranchos carnavalescos, indicava espécies botânicas – Flor do Abacate, Mimosas Cravinas - no caso destes e títulos florais – Flor da Uva, Flor do Castelo - no caso daqueles. Ainda, muitas vezes, essa denominação de flor vinculava-se a locais de origem ou categorias trabalhistas e profissionais – Flor da União, Flor da Marítima, Flor dos Operários²⁸, etc.

Além de pensar em seu caráter “botânico”, o termo flor, constante em blocos carnavalescos no Rio de Janeiro e em Florianópolis, conecta referência a “unidade cósmica” de povos afros, onde “tudo se liga, tudo é solidário”, a partir de cosmovisão de interconexões entre reinos mineral, vegetal, animal, humano, sendo que os reinos vegetal e animal são recorrentes em suas práticas culturais²⁹.

²⁶ AGUIAR, Márcio Mucedula. Os clubes negros e seu papel na constituição da identidade e movimento negro: a história do Grêmio Recreativo e Familiar Flor de Maio em São Carlos – SP. **InterAÇÕES - Cultura e Comunidade**, v. 2, n. 2, p. 91-105, 2007; MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988, p. 149.

²⁷ MOURA, 1988, p. 149.

²⁸ CUNHA, 2001, p. 170.

²⁹ HAMPATÉ BÂ, Hamadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Org.) **História Geral da África I: metodologia e pré-história da África**. 2ª ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p.167-212, p. 173.

Em termos de práticas do Grêmio Flor de Maio, de Florianópolis, vinculado a União Recreativa 25 de Dezembro, sua formação era feminina, composta por mulheres afros associadas à própria União. Chama atenção o fato de o Grêmio referenciar o abolicionismo, automeando-se “de Maio”, em menção à Abolição. Com base em entrevistas da época³⁰, depreendemos que o grêmio feminino foi criado após um ano de existência da União Recreativa, em 1934. Dentro das funções do Grêmio Flor de Maio, as mulheres atuavam como fiscais de salão, além da organização das festas e dos processos de eleição da rainha do clube, anualmente³¹.

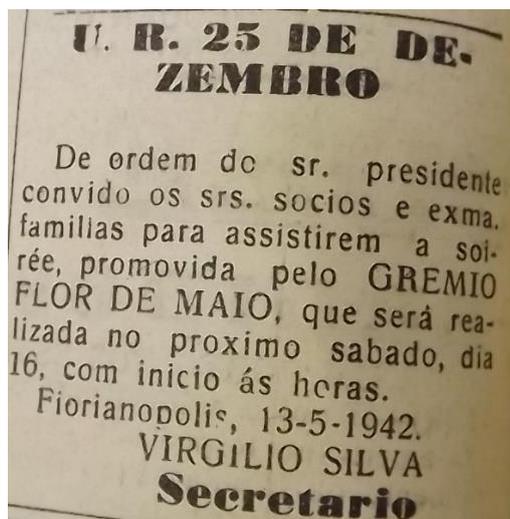
Fundado, não por acaso, no mês de maio, o Grêmio envolvia mulheres em ressignificação dos marcos do abolicionismo, criando um espaço próprio organizativo a partir de referência à liberdade jurídica proporcionada pela Abolição. Esta nomenclatura, vinculada ao marco temporal de “antes e depois do cativeiro”, foi incorporada por outras agremiações sociais, recreativas e carnavalescas no Brasil, dimensionando apropriações e sentidos atribuídos a esta data, bem como refazendo espaços de lazer e sociabilidade afro no pós-abolição.

A imagem a seguir apresenta uma nota publicada em jornal, por sinal, a única que localizamos sobre a União Recreativa 25 de Dezembro, abordando o Grêmio Flor de Maio, enfatizando *soiré* organizada pela agremiação, no dia 16 de maio de 1942, sendo que a chamada foi publicada em 13 de maio de 1942, festividade provavelmente articulada aos marcos simbólicos da Abolição, em forma de comemoração ou memória alusiva ao 13 de maio, que naquele ano completava mais de cinco décadas de sanção.

³⁰ MARIA, 1997.

³¹ MARIA, 2013, p. 272.

Figura 7 - Nota da U.R. 25 de Dezembro



Fonte: Jornal *A Gazeta*, 14 de maio de 1942, n. 2330.

Ainda percebemos, em atas de reuniões, que o Grêmio passava por críticas da diretoria e também por “altos e baixos”, talvez por dificuldades de organização ou, por ser a diretoria masculina, controlada por padrão de conduta bastante comum à época. Uma forma de vigilância sobre as mulheres, sua sexualidade, seu comportamento, sua educação.

[...] Em seg. sr presidente consulta a mesa se estavam de acordo realizar-se uma domingueira no dia 25 do corrente sendo aprovado pela mesa ao mesmo tempo comvida a diretoria para a reunião das moças, no mesmo dia para organizar-se o grêmio.³²

O Grêmio Flor de Maio era formado por mulheres associadas que deveriam ser exemplo de conduta e atender às expectativas da agremiação. Caso contrário, tornavam-se assunto nas reuniões da diretoria e recebiam punições em virtude de comportamentos reprovados.

Com a palavra o Sr. Presidente trouxe a conhecimento da mesa o procedimento de duas associadas do Gremio ao termino do Baile do dia 1º de Outubro e apela a mesa a ponição (a ponição). Uma Maria Izabel e M. Mercia de tal e Maria Silvia. Estando presente a Srnt. Maria Silvia procurou sua defesa.
a Diretoria resolveu o seguinte
[...] Maria Silvia suspença por um Baile
Mercia de tal – Iliminação
Maria Izabel – suspença por um Baile
Com a palavra a Senhora Marcolina apresenta o mau procedimento da Senhorita Valdivida Machado ao salão para com um cavalheiro

³² Ata de reunião, União Recreativa 25 de Dezembro, Ata n. 13, 21 de junho de 1950.

Resolução suspensão por tempo indeterminado. [...]³³

A ata de reunião da diretoria em outubro/1949 aponta a punição de algumas associadas e integrantes do Grêmio, de modo que foram suspensas, a considerar o grau de infração, segundo percepção da mesa. As normas de conduta exigidas eram bastante severas e havia um cuidado muito grande para evitar que as associadas à União Recreativa ficassem “mal faladas”. A comunidade criou, por meio dessa rigidez e de penalidades, estratégias de preservação de uma moral aceita socialmente, evitando ser considerada imoral perante outros clubes, agremiações, ou sociedade em geral. A estratégia de “defesa”, no entanto, carregava as marcas sociais e estruturais de um sistema patriarcal³⁴.

Maria das Graças Maria enfatizou, em sua pesquisa “*Imagens invisíveis de Áfricas presentes*” (1997), os cuidados com trajes e comportamentos nas dependências dos clubes.

Era considerada uma forma de resistência aos estereótipos construídos que costumam representar o negro sujo e malvestido desqualificando a estética das populações de descendência africana. Por outro lado, as pessoas também eram atraídas pelo impacto da moda, porque viviam num contexto urbano em que o padrão de bem vestir eram um dos critérios que lhes conferia status e dignidade³⁵.

De certo modo, as normas dos clubes sociais, literários e recreativos compunham estratégias de manutenção de territórios negros, bem como formas de sociabilidade numa sociedade racialmente hierarquizada e excludente, apesar de muitas vezes seguirem os ditames da sociedade vigente, ocidental, como mecanismo de “aceitação” ou “integração”.

No entendimento de Cláudia Ribeiro Viscardi³⁶, as associações mutualistas herdaram aspectos das antigas irmandades ou corporações, como bem pontuamos anteriormente. A autora, abordando a experiência de agremiações formadas por trabalhadores, em torno de demandas e tensões das relações de trabalho, compreende que a herança fraternal, existente nestes espaços associativos, deriva de irmandades e corporações de ofício, “os rituais

³³ Ata de reunião, União Recreativa 25 de Dezembro, Ata n. 18, 12 de outubro de 1949.

³⁴ Segundo Viscardi, havia um grande investimento das associações de classe, por exemplo, em manter a ordem e a moral. “O estatuto do Centro Operário de Corinto estabelecia como uma de suas finalidades: ‘Exaltar a virtude pela consagração da probidade, da honra e da ordem, votando acrisolado respeito às famílias e às pessoas de quaisquer condições, notadamente à inocência e à velhice. Combater o vício, castigar o crime, debelar a miséria e moralizar os costumes do operário [...]’. Valores como os da honra, de ordem e de respeito às famílias compunham esse universo, bem como o combate ao vício, ao crime e à miséria. Tais princípios integravam o corpo de valores compartilhados pelas mutuais.” (VISCARDI, 2014, p. 202).

³⁵ MARIA, 1997, p. 186.

³⁶ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O *Ethos* Mutualista: valores, costumes e festividades. In: MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Cláudio H. M. **Organizar e proteger**: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014, p. 193-218.

herdados da maçonaria e das próprias vivências religiosas, influenciaram o universo das mutuais, incutindo-lhes valores, práticas e representações simbólicas muito semelhantes às do passado.”³⁷

Apesar de as mutuais de trabalho possuírem um cunho específico, elementos presentes nos seus estatutos e nas suas formas de organização são comuns às experiências de agremiações de descendentes de africanos. Inclusive, muitas associações operárias no Brasil foram fundadas por afros, sendo forte em seus quadros a presença deste grupo, como diferentes autores apontam em pesquisas sobre estas experiências associativas em Curitiba, Salvador, São Paulo, Pelotas, Criciúma, Laguna, Florianópolis e outras³⁸.

Muitos e distintos movimentos tornaram-se agremiações, clubes ou uniões, importando, neste sentido, compreender motivos destes agrupamentos. Mudanças estruturais no pós-Abolição, em especial com a revolução de 1930³⁹, segundo Costa Pinto (1998), transformaram o país politicamente e, crises e tensões marcaram o período. Assim, associações diversas compunham estratégia capaz de mobilizar demandas e lutas em torno de trabalho, lazer e cidadania. No entendimento de Muniz Sodré (2002), a questão da cidadania brasileira era muito forte, pois, forças militares e leis discriminatórias pautaram a colônia e o império, impedindo que, legalmente, as populações escravizadas acessassem

³⁷ VISCARDI, 2014, p. 196.

³⁸ Consultar: CASTELLUCCI, 2014, p. 47-82; LEUCHTENBERGER, 2014, p. 219-246; ROSA, Júlio César da. **União Operária: Resistência e Manifestação Cultural Negra em Criciúma na Década de 30**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Criciúma: UNESC, 2006; REIS, 1996; SILVA, Fernanda Oliveira da. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Porto Alegre, 2011; SAYÃO, Thiago J. Uma identidade racial velada no pós-abolição? Apontamentos sobre a Sociedade Recreativa União Operária da Laguna/SC na Primeira República. In: **Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 7, 2015, Curitiba. Anais completos do evento disponíveis em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/> Curitiba: UFPR, 2015. p. 1-13. Acesso em: 23 jul. 2017; SANTIAGO, Fernanda Lucas. **Sociedade 13 de Maio: uma estratégia de sobrevivência no pós-Abolição (1888-1896)**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, 2015.

³⁹ “Movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1º de março anterior. O movimento tornou-se vitorioso em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório a 3 de novembro do mesmo ano. As mudanças políticas, sociais e econômicas que tiveram lugar na sociedade brasileira no pós-1930 fizeram com que esse movimento revolucionário fosse considerado o marco inicial da Segunda República no Brasil.” Consultar: REVOLUÇÃO de 1930, Verbete Temático, CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1930-3>. Acesso em: 25 dez. 2017.

terras, letras; enquanto discursos, doutrinas e opiniões forma mobilizadas posteriormente pelas classes dirigentes, de modo a negar ao “elemento negro”⁴⁰.

Uma visão positiva do trabalho e a valorização dos ofícios “qualificados” compunha repertório utilizado pelas associações voltadas aos temas do trabalho, em especial de ofícios, ou, sob o rótulo geral de operários, como foi bastante comum no Brasil. Tratava-se, para certas associações, de construir “uma identidade de classe operária”, enquanto para outras, o objetivo pautava anseios por educação, por espaços de sociabilidade e momentos de lazer, além de lutas políticas em torno da cidadania e de direitos, como centravam muitas agremiações de descendentes de africanos no Brasil.

Outro aspecto que merece nossa atenção e reflexão envolve a composição do grupo de associados e associadas da União Recreativa 25 de Dezembro. Em trabalho de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, compondo pesquisa da UNESCO, realizada na década de 1950, em diferentes capitais brasileiras, os autores perceberam a manutenção das desigualdades sociais e raciais vigentes na sociedade desde os tempos da escravidão. Para a pesquisa, tiveram acesso ao grupo de associados da União Recreativa por meio de Ildelfonso Juvenal⁴¹, então tenente da Força Pública e membro do Instituto Histórico e Geográfico, e João Crisóstomo da Silveira, presidente da União. Não sabemos se o intelectual compunha o quadro associativo desta União, mas, de algum modo, possuía contatos junto ao grupo, tornando-se interlocutor entre a associação e os pesquisadores contratados pela UNESCO. A União foi utilizada na pesquisa para demonstrativo de que, mesmo no caso de integrantes de agremiações organizadas, as profissões desempenhadas por estes membros - de uma

⁴⁰ SODRÉ, 2002, p. 70.

⁴¹ Importa destacar que Ildelfonso Juvenal pautou, ao longo de sua vida, em diferentes publicações registradas em jornais, a temática das relações raciais e os embates em torno do racismo. Sintomático, pela função que exercia e posicionamento político adotado, que tenha sido o interlocutor entre os pesquisadores e a agremiação consultada. Em texto de 1945, publicado alguns anos antes da chegada da equipe da UNESCO à Florianópolis, Ildelfonso Juvenal expunha - a partir de um debate sobre raça e os impactos nefastos do nazismo com base na ideia de pureza ariana -, uma construção narrativa discutindo a mestiçagem brasileira, acreditando que essa “mistura” constituísse fator marcante para a compreensão de que no Brasil não existia pureza de sangue, como havia destacado o General Liberato Bittencourt, mencionado por Juvenal. Ainda, nessa publicação, retoma inúmeras personalidades pretas e mestiças, no sentido de demonstrar a importância desse grupo racial no desenvolvimento do país. Assim, destaca também a participação do engenheiro Luiz José da Costa, contratado para realização do serviço de esgotos da capital. “Entre os mestiços ilustres que tivemos a grata satisfação de conhecer [...] engenheiro civil, de grande saber e proficiências técnica e cidadão de modelares e apreciáveis virtudes: o Dr. Luiz José da Costa. Quando em 1911, foi iniciado em a nossa Capital o serviço de esgotos públicos, notável e imprescindível melhoramento que de ha muito se fazia imperioso aos nossos foros de cidade progressista [...]” (A *Gazeta*, Florianópolis, 10 de janeiro de 1945).

suposta “elite negra”, como muitos autores indicaram em estudos posteriores -, permaneciam ocupando os estratos mais baixos e mal remunerados⁴².

Na sequência, apresentamos o quadro organizado por Cardoso e Ianni, com dados de declarações de fichas de associados da década de 1950. No caso de integrantes fundadores ou sócios de associações, clubes recreativos e demais agremiações, a situação relativa às ocupações não se alterava muito comparativamente aos demais homens e mulheres de origem africana, conforme dados coletados e analisados da associação “União Recreativa 25 de Dezembro”. Dos 217 sócios, constituíam profissões significativas dentro do número de associados: domésticas (53), costureiras (8), estivadores (8)⁴³, militares (7), operários (26), pintores (15), s/declaração (20), dentre outros dados menos significativos⁴⁴.

Bastante expressivo, o número de domésticas, profissão desempenhada por mulheres afros em praticamente todo o território brasileiro, envolvia 25% do número de associadas, além de atividades como operários e pintores⁴⁵, provavelmente exercidas por homens, constituíam as funções mais recorrentes dentro deste grupo social. Interessante que as relações entre a União Recreativa e outras agremiações eram muito fortes, inclusive, os laços com a União Operária (UBRO) e a União dos Pintores, associações recorrentes nas atas que localizamos.

Experiência analisada por Giacomini no *Renascença Clube*, do Rio de Janeiro, enfatiza a trajetória de uma elite negra articulada no clube, diferente da União existente em Florianópolis, onde algum emprego fixo ou mais “regular” – como o de empregada doméstica -, ou uma certa estabilidade econômica e social, eram o diferencial entre os agremiados, quando comparados com outras parcelas de populações de origem africana do período. No entanto, vale ressaltar cuidados necessários à essa ideia de “elite negra”, pois,

⁴² “Assim, é grande o número de negros e mestiços, sobretudo do sexo feminino, que se empregam como cozinheiros, arrumadeiros, copeiros, e demais misteres domésticos. Da mesma forma com relação aos trabalhos braçais em geral. [...] Ainda hoje, como no período escravocrata, os negros participam do sistema artesanal de Florianópolis. Não podemos estimar com segurança em que proporção isto ocorre, pois que os dados do censo não fornecem indicações precisas. Em todo caso, os dados recolhidos através de nossos informantes nos permitem supor que a participação dos negros e seus descendentes mestiços seja relativamente importante.” (CARDOSO; IANNI, 1960, p. 117).

⁴³ O grupo profissional de estivadores tinha uma associação, fundada em 31 de julho de 1910, a União Beneficente dos Trabalhadores de Florianópolis, “uma ‘associação de classe’, destinada ao atendimento de ‘marítimos, estivadores, empregados em depósitos, trapiches e bem assim os que se ocuparem em descarga de carvão mineral’.” (LEUCHTENBERG, 2014, p. 220)

⁴⁴ CARDOSO; IANNI, 1960, p. 117-118.

⁴⁵ Consultar: GIACOMINI, Sonia Maria. **A alma da festa**: família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro – o Renascença Clube. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006, p. 29.

pensar em inúmeras mulheres afros como empregadas domésticas, provavelmente, com pouca ou quase nenhuma garantia trabalhista, e considerar este grupo, apenas por estar agremiado, como uma “elite negra”, constitui erro analítico.

Apresendemos também, que outras tantas profissões elencadas nas fichas de associados da União permitem perceber uma associação formada por operários, trabalhadores “informais”, cujas profissões, em grande maioria, não exigiam educação escolarizada. Estivadores, domésticas e costureiras compunham rol de atividades desempenhadas por populações de origem africana desde os tempos da escravidão, trazendo, sua permanência, sinais de perpetuação de “postos de trabalho” ou profissões “destinadas” a algumas categorias sociais e raciais, vínculos ainda fortes com o passado escravista⁴⁶.

No entendimento de Giacomini (2006), apesar de nossas ressalvas quanto ao perfil distinto de frequentadores do Renascença e da União Recreativa 25 de Dezembro, compete mencionar que ambos nasceram como “uma resposta à discriminação, ou melhor, à segregação imposta aos negros na cidade.”⁴⁷ A agremiação do Rio de Janeiro possuía menos de três dezenas de associados, dentre os quais médicos, advogados⁴⁸ e professores, realidade distante do agrupamento afro existente em Florianópolis, com um quarto de seus filiados exercendo profissão vinculada ao serviço doméstico, em sua quase totalidade, mulheres. Perspectiva de que o trabalho feminino continuava sob “contratos” e horas abusivas, prolongando relações servis de mulheres como ama de leite ou ama seca, continuando a cuidar de crianças e idosos, sob controle de sinhás que não abriram mão de serviços afrodescendentes sob seus domínios.

Na contramão dessa situação, retomamos, como articulação necessária, obra de Costa Pinto (1998[1953]), *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em*

⁴⁶ CARDOSO; IANNI, 1960.

⁴⁷ GIACOMINI, 2006, p. 29.

⁴⁸ Giacomini chama atenção, no estudo sobre o Renascença Clube, no Rio de Janeiro, para a questão das profissões exercidas pelos agremiados daquela sociedade, cujos dados apontam para uma classe média negra. “De toda forma, quer como ponto de partida quer como resultado, é a condição econômica e educacional privilegiada que os transforma em negros especiais, isto é, vitoriosos; em negros que escaparam às contingências da origem social pobre e analfabeta que reproduz a subalternidade; que ascenderam e cuja ascensão como que os credenciava a serem vistos como negros melhores, selecionados do meio de uma massa homogeneizada pela pobreza, anomia, ignorância, indigência, primitivismo etc. [...] Assim, a primeira Diretoria do Renascença apresenta uma extraordinária lista de detentores de títulos universitários, sobretudo quando se tem em vista o índice de escolaridade média da população carioca e, em particular, da população negra: ao lado do ourives, duas médicas, um médico, um professor (maestro) e um advogado (o presidente).” (GIACOMINI, 2006, p. 31). A autora ainda aponta que 29 foram os sócios fundadores, dentro desse quadro profissional bastante elitizado quando comparado a outros espaços e clubes afros.

*mudança*⁴⁹, discutindo associações *de novo tipo*, formadas por uma “elite negra”. Surgidas em áreas urbanas como reconfiguração territorial, as *de novo tipo* advinham do que chamou “elite negra” que, embora pequena, articulou-se em associações. Na visão do sociólogo, esta “elite negra” tinha como característica uma condição financeira relativamente melhor do que a maioria da população afrodescendente do período, além de contar com o acesso às letras como ferramenta de ascensão social. Essas formas organizativas ainda suscitaram debates em torno de uma consciência racial, formada por pessoas que se declaravam e assumiam negras, de formas orgulhosa, embasadas nos ideais de negritude⁵⁰.

Para Aguiar (2007), a denominação de uma “elite negra” remete a um “grupo composto de pessoas que conseguiam garantir aos seus familiares patamares mínimos de sobrevivência e também de lazer”⁵¹, não consistindo, nesse sentido, em camada social detentora de posses, mas capaz de manter uma vida digna, provavelmente, com acesso a alguns bens e serviços mais distantes às outras camadas sociais do agrupamento racial negro. Nesse sentido, é possível que a noção de cidadania tenha se constituído questão articuladora e mobilizadora desse “ideal” vivenciado nos clubes.

O quadro de ocupação ou profissão exercida por associados da União, coletado em 1955, permite identificar diferentes ofícios, desde atividades domésticas, principalmente no caso das mulheres; operários, possivelmente funcionários de empresas e fábricas da cidade; estivadores vinculados aos trabalhos do porto; militares, com cargos na Força Pública; além de diversas profissões “autônomas”, como pintores, músicos, alfaiates, pedreiros, serventes de pedreiro, garçons, marceneiros, carpinteiros, ferreiros, sapateiros, costureiros, dentre outros.

⁴⁹ PINTO, 1998 [1953].

⁵⁰ Em relação ao conceito de negritude, seu surgimento nos EUA, nas Antilhas, ressingificações, usos no Brasil e no continente africano, bem como articulações em torno do tema e do movimento do pan-africanismo, consultar: DOMINGUES, 2005.

⁵¹ AGUIAR, Márcio Mucedula. Os clubes negros e seu papel na constituição da identidade e movimento negro: a história do Grêmio Recreativo e Familiar Flor de Maio em São Carlos – SP. **InterAÇÕES - Cultura e Comunidade**, v. 2, n. 2, p. 91-105, 2007, p. 92.

Figura 8 - Ocupação dos sócios da U.R. 25 de Dezembro

OCUPAÇÃO	N.º DE ASSO- CIADOS	OCUPAÇÃO	N.º DE ASSO- CIADOS
Açougueiros.....	1	Lustradores.....	1
Armadores.....	2	Marceneiros.....	3
Artilheiros.....	1	Mecânicos.....	3
Alfaiates.....	4	Militares.....	7
Balconistas.....	1	Mineiros.....	1
Barbeiros.....	1	Motoristas.....	3
Cantor.....	1	Músicos.....	4
Capataz.....	1	Oper. de máquinas.	2
Carpinteiros.....	2	Operários.....	26
Classif. de madeiras..	1	Pedreiros.....	3
Comerciários.....	4	Pintores.....	15
Costureiras.....	8	Professôres.....	3
Cozinheiras.....	5	Serv. de pedreiro..	4
Domésticas.....	53	Sorveteiros.....	1
Eletricistas.....	2	Sapateiros.....	1
Estudantes.....	8	Tintureiros.....	2
Estivadores.....	8	Torneiros.....	1
Funcionários.....	8	Tratoristas.....	1
Garçons.....	1	Vulcanizadores.....	1
Gráficos.....	3	S/declaração.....	20

Fonte: Quadro de ocupação dos associados da União recreativa 25 de Dezembro.⁵²

Segundo Loner (1999), ser operário, embora significasse “uma vida difícil e sofrida”, era uma posição considerada melhor do que “fazedor de biscates”, ou seja, a ausência de uma profissão definida. Segundo estudos da autora⁵³, a “situação de pária era menos valorizada do que a situação de operário, mesmo que a segunda implicasse em trabalho pesado e pouca remuneração”⁵⁴. Embora obstáculos de ascensão social por conta do preconceito racial, Loner aponta que os “trabalhadores negros [...] estiveram presentes em todas as profissões, incluindo os operários de fábricas, chapeleiros, construtores civis, empregados em indústrias de conservas e alimentação, tipografias, etc”⁵⁵.

⁵² CARDOSO; IANNI, 1960, p. 118. Dados coletadas em 1955, conforme informações depreendidas da introdução do estudo em questão.

⁵³ A respeito de organizações negras e operárias no Rio Grande do Sul, em especial na cidade de Pelotas, consultar: LONER, Beatriz Ana. **Classe Operária: mobilização e organização em Pelotas - 1888-1937**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 1999.

⁵⁴ LONER, Beatriz Ana. Negros: organização e lutas em Pelotas. **História em Revista: revista do Núcleo de Documentação Histórica**. Vol. 5, 1999, p. 1-17. Disponível em:

<https://periodicos.ufrpe.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/12080/7624>. Acesso em: 10 dez. 2017.

⁵⁵ LONER, 1999, p. 3.

Entretanto, apesar dessa presença marcante em “todas as profissões”, compete destacar que estas ainda eram atreladas, em sua maioria, a afazeres “braçais”, envolvendo baixa remuneração e trabalhos que exigiam esforço físico. Para Giane Vargas Escobar (2010), inúmeras foram as agremiações afro fundadas por operários de diferentes ofícios, como o Clube Estrela do Oriente, do Rio Grande (RS), formado por membros da marinha mercante, portuários e professores da rede pública de ensino ou o Clube 13 de Maio de Santa Maria, fundado por ferroviários⁵⁶.

Nesse sentido, é possível compreender os motivos que levaram diferentes associações afros a terem o nome de Operária em sua fundação: União Recreativa Operária, fundada em 1903 em Laguna (SC); a Sociedade Recreativa União Operária, gestada em 1937 em Criciúma (SC); o Clube Recreio Operário, constituído em 1885 no Rio Grande (RS); e muitos outros. Percebemos uma articulação entre populações afros em áreas urbanas, vinculadas a ofícios afins ou que detinham interesses similares, almejando uma associação ou espaço de sociabilidade atento às suas próprias expectativas, muito além dinâmicas de espaços fabris ou operários, mas conectadas a questões em torno da “raça”, embora esta, muitas vezes, não aparecesse nomeada e/ou desarticulada de classe.

Grêmios operários com forte participação de trabalhadores afros em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, ou mesmo a abertura de associações negras como União de Operários, tornam mais explícitas formas de inserção de operários negros no mercado de trabalho, esvaziando discursos e políticas públicas em prol de imigrantes, com base em argumentos de incapacidade técnica de afrodescendentes ao universo fabril e industrial⁵⁷. Evidências que reforçam leis e práticas à imigração de povos europeus enquanto parte de políticas de branqueamento da população brasileira.

3.2 A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE RECREATIVA E CARNAVALESCA BRINCA QUEM PODE

Outra agremiação bastante atuante na capital catarinense desde a década de 1930 era a Sociedade Recreativa e Carnavalesca Brinca Quem Pode, fundada na Rua Conselheiro Mafra, bem no centro da capital. Depois construiu sede própria na Avenida Tico Tico, atual

⁵⁶ ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes Sociais Negros**: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria, 2010, p. 72.

⁵⁷ ESCOBAR, 2010.

Rua Clemente Rovere, nas proximidades da Avenida Mauro Ramos, região central da cidade. Em relação à duração dessa formação, não sabemos exatamente até que ano manteve atividades, pois só alcançamos suas memórias por meio de filtros de jornais da imprensa local⁵⁸.

No entanto, a própria localização do clube, no centro da cidade, chama atenção e destoa do processo de expulsão de ex-escravizados e seus descendentes daquela região. Como enfatizamos no primeiro capítulo desta tese, quando apresentamos a participação política e educacional de Antonieta de Barros, um movimento inverso, de pequena parcela da população afro chama atenção, visto constituir uma exceção. Enquanto a cidade os expulsava para as periferias, alguns ainda resistiam ou se reorganizavam de modo a permanecer naquele perímetro central.

O Grêmio Recreativo e Carnavalesco Brinca Quem Pode teria surgido na década de 1930⁵⁹. De acordo com Tramonte (2001), em 1935, as escolas de samba passaram a ser reconhecidas e puderam regularizar seus registros, compondo a categoria de Grêmios Recreativos⁶⁰, legalizados na Delegacia de Costumes e Diversões. Desse mesmo ano recuperamos registros do “Brinca”, “encaixado” na categoria de grêmio recreativo.

Segundo Roberto Da Matta, brincar tem um sentido bastante significativo quando lidamos com vivências e experiências do carnaval, de transformação/alteração das fronteiras ou estruturas sociais.

[...] o verbo brincar, está cheio de possibilidades metafóricas no Brasil. Assim, brincar significa também relacionar-se, procurando romper as fronteiras entre posições sociais, criar um clima não-verdadeiro, superimposto à realidade. No carnaval, quando “brincamos”, estamos nos relacionando e simulando posições sociais e sentimentos.⁶¹

Pertinente destacar que o “Brinca”, como aparece registrado nos jornais da época, era, ao mesmo tempo Grêmio Recreativo e associação carnavalesca. Quase todas as reportagens localizadas nos periódicos da cidade de Florianópolis da época demonstram a ênfase no caráter carnavalesco dessa agremiação, destacando-a enquanto um bloco,

⁵⁸ A presença marcante nos jornais, apresentando suas atividades, aponta para um relacionamento assíduo com elites dirigentes da cidade e trânsito em diferentes espaços.

⁵⁹ Não localizamos documento de fundação, estatuto ou relação de associados dessa agremiação, apenas as notícias de jornais e algumas bibliografias.

⁶⁰ TRAMONTE, 2001, p. 56.

⁶¹ DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 149.

deixando de lado suas atividades enquanto Grêmio Recreativo, o que o diferencia bastante da União Recreativa 25 de Dezembro.

Enquanto um estava mais atrelado ao espaço interno da sede, da confraternização e dos bailes; o outro articulava-se às ruas, aos movimentos percussivos de baterias em festejos de carnaval, tendo o espaço público como oportunidade de visibilizar fazeres e saberes afros em perspectivas de outra cidadania e expressividade positiva, corpórea e rítmica. Adentraremos melhor nestes aspectos no capítulo quatro, imergindo no universo das agremiações carnavalescas.

Compete mencionar que “Brinca quem Pode” era também o nome de uma academia carnavalesca na cidade de Laguna, distante apenas 120 km de Florianópolis, em direção ao litoral sul de Santa Catarina. Segundo pesquisa de Aloísio Reis (1996)⁶², o bloco carnavalesco lagunense seria uma continuidade do então bloco de salão existente anteriormente no Clube “Cruz e Sousa”⁶³, criado na década de trinta, e que, também percorria as principais ruas da cidade.

O autor entrevistou, na década de 1990, ex-associados do Clube Cruz e Sousa e componentes do “Brinca quem Pode”, almejando encontrar explicações para o nome do bloco. Segundo constatou, uma primeira origem estaria associada ao próprio grupo e ao desejo de brincar o carnaval, desejo de “brincar como se pode”. Já uma segunda vertente indica que o nome seria um elo com a sociedade e bloco carnavalesco de Florianópolis, detentor do mesmo nome. “Devemos recordar que no plano nacional, o início dos anos trinta assinala o momento em que as populações de origem africana, conseguem desfilar nos centros urbanos, mesmo com a repressão policial.”⁶⁴

O registro do nome em Florianópolis não tem uma origem ou explicação certa, mas, a pensar pela ideia de brincar e “de quem pode” ou não brincar, semelhanças são possíveis na escolha do nome da agremiação da capital e da litorânea Laguna. O Grêmio fundado em Florianópolis, na região central, parece ter surgido com apoio da imprensa e de políticos locais. A sede social, próxima à Praça XV de Novembro, parecia contar com espaço físico para música, banda, dança e apresentações.

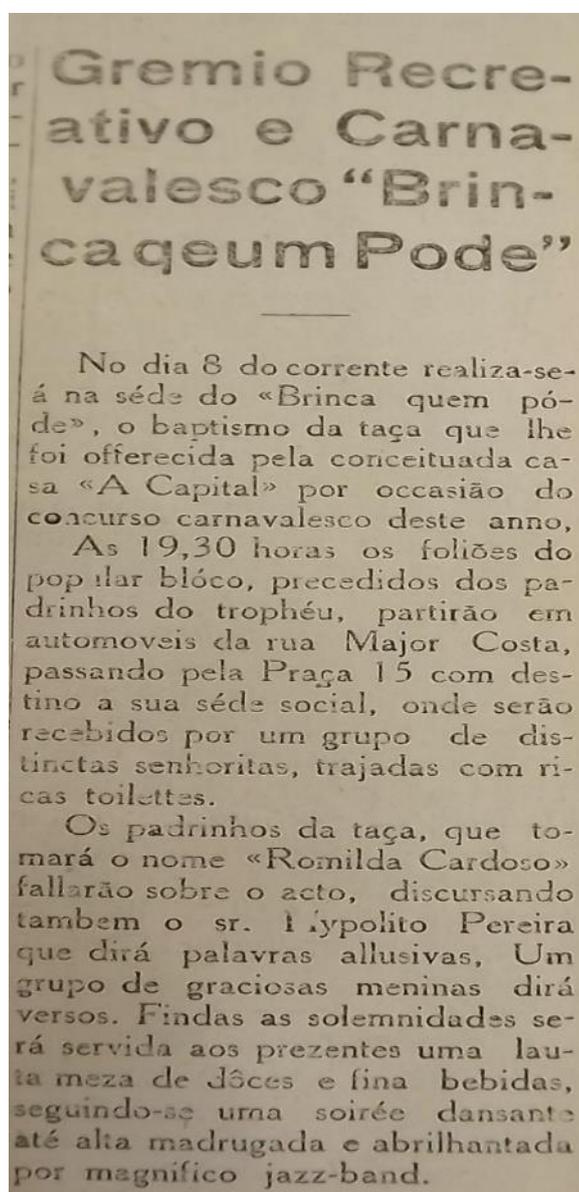
⁶² REIS, 1996.

⁶³ O Clube Cruz e Sousa foi associação recreativa fundada em 1906 na cidade de Laguna, assim nomeada em homenagem ao poeta de mesmo nome.

⁶⁴ REIS, 1996, p. 76.

Notícia datada de 1934, a primeira encontrada sobre essa agremiação, apresenta alguns pontos relacionados ao Grêmio Recreativo e Carnavalesco “Brinca quem Pode”, que, apesar de ser “Brinca quem Pode”, possuía a denominação de Grêmio Recreativo; além de ser sociedade carnavalesca ou bloco, especificação delimitada como bloco ou academia na Sociedade da cidade de Laguna. O bloco da capital participava de um concurso carnavalesco e receberia uma taça como prêmio de vencedor. Além deste acontecimento, o grupo se dirigia à sede social, na Rua Conselheiro Mafra, onde comidas e bebidas, além de palavras recitadas e discursos comporiam a solenidade, seguida de uma *soiré* dançante, madrugada adentro.

Figura 9 - Notícia do Grêmio Recreativo e Carnavalesco Brinca quem Pode



Fonte: Jornal A Gazeta, 05 de setembro de 1934.

Chama atenção que a primeira notícia localizada sobre o “Brinca” data de mesmo ano da fundação do Grêmio Flor de Maio (1934), da União Recreativa 25 de Dezembro, decorrido menos de um ano da organização da própria União (1933). O grupo formador do “Brinca” seria outro? Quais motivos para criação de um “novo” clube, visto já existir a União? Tratar-se-ia de integrantes distintos da União em termos de famílias, interesses e profissões? Seria um grupo com menos associados? Talvez uma agremiação mais similar ao Renascença do Rio de Janeiro?

A matéria veiculada em *A Gazeta* possui espaço considerável naquela folha, com detalhes sobre a programação comemorativa da taça recebida. O evento, aos moldes de sociedades dançantes ou clubes sociais recreativos, denota, em certa medida, que clubes afro almejavam esses modelos (de saraus), ou o *status* que essa forma de organização possibilitava. O fato de o clube situar-se numa região central e mobilizar apoios políticos e da imprensa local também sugere essa vinculação. De algum modo, “assimilar” modelos de “seus senhores” brancos, permitiria, talvez, sentir menos as agruras do racismo e as marcas da herança da escravidão.

No entendimento de Paulino de Jesus Francisco Cardoso (2012), a respeito das sociedades recreativas organizadas por agrupamentos letrados em São Paulo, muitos eram os “choques entre universos culturais distintos que trabalhavam suas necessidades de manifestação e de expressão, de formas díspares”⁶⁵. Tais disparidades ocorriam e mobilizavam conflitos entre universos culturais expressos e “reconhecidos através de musicalidade, da corporeidade e da religiosidade”⁶⁶ e outros pautados em parâmetros ocidentais, enquanto sinais de distinção.

O bloco vencedor daquele ano foi o Brinca Quem Pode e no ano seguinte também, sendo que o senhor Hyppolito Pereira – atualmente nome de rua em Florianópolis -, integrante do “Brinca”, organizou um discurso de agradecimento pela vitória e em 1934 e pela organização da comissão e do Centro Catarinense de Cronistas Carnavalescos no carnaval de 1935⁶⁷. Hyppolito Pereira, além de componente do “Brinca”, era também membro presidente da Associação Beneficente dos Carroceiros de Florianópolis na gestão de 1935-1936, com posse em fevereiro de 1935.

⁶⁵ CARDOSO, 2012, p. 104.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Jornal *A Gazeta*, Florianópolis, 6 de março de 1935. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

Interessa perceber que inúmeros foram os casos de agremiados participantes em uma ou mais associações, desde organizações religiosas, carnavalescas, de classe, ou de “raça”, indicativo de que havia um trânsito entre as diferentes agremiações, movimentadas pelos seus associados a partir de interesses de ofício, de religiosidade, dignidade, cidadania e festividades naquele período.

A Associação dos Carroceiros era organizada a partir do ofício, ou seja, congregava trabalhadores carroceiros, transportadores de mercadorias, trabalhadores em carretos, responsáveis por uma série de serviços no âmbito das exigências da vida cidadina. Também agremiados da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário possuíam vínculos com outras associações, como era o caso de Joaquim Agostinho Vieira, irmão desde 1897 e constante em 1903 como carroceiro, talvez posteriormente filiado a Associação dos Carroceiros - criada em 1931 -, caso ainda estivesse no ramo; ou João Paulo Aguiar, vinculado à Irmandade entre 1933 e 1935, integrante também da diretoria da União dos Carroceiros em 1935⁶⁸.

A agremiação recreativa e carnavalesca, naquele 1934, estava envolvida com a disputa do concurso carnavalesco. Como o grupo foi campeão e levou a taça, grande foi a comemoração. Os associados organizaram a *soirée* na sede, na Conselheiro Mafra, em prédio alugado. Compete destacar que a animação estava por conta de um *jazz-band*, segundo Lisandra Barbosa Macedo (2011), “influências dos grupos de jazz-bands norte americanas são notadas pelo uso do saxofone, popularizados pelos músicos da região sul dos Estados Unidos no início do século XX.”⁶⁹ Para a autora, Jazz Band tornou-se uma denominação popularizada no Brasil, indicando conjunto musical “sem regência, composto por músicos instrumentistas de cordas, percussão e metais, estes últimos geralmente executando os solos (parte melódica principal da música) ou acompanhamentos.”⁷⁰

Além disso, detalha melhor os elementos a partir de alguns encaminhamentos:

esses conjuntos tinham como repertório básico, composições populares como Jazz, Fox-trot, e no caso dos grupos brasileiros, composições de choro e samba,

⁶⁸ A diretoria da União Beneficente dos Carroceiros de 1935, assim ficou constituída: “presidente, Hyppolito Pereira; vice, Arão Bonifácio de Senna; 1º secretário, Montpoliciano Ramos da Silva; 2º dito, Nestor Vieira da Costa; 1º thesoureiro, Paulo Aguiar; 2º thesoureiro, João Arceno Antero; 1º procurador, Bento Theodoro Pereira; 2º procurador, Ladislau José Alves. Comissão fiscal: José Bernardo, Edmundo Marcelino Mafra e Domicio Pacheco.” Jornal *O Estado*, Florianópolis, 12 de fevereiro de 1935.

⁶⁹ MACEDO, Lisandra Barbosa. **Ginga, Catarina!** Manifestações do samba em Florianópolis na década de 1930. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2011, p. 81.

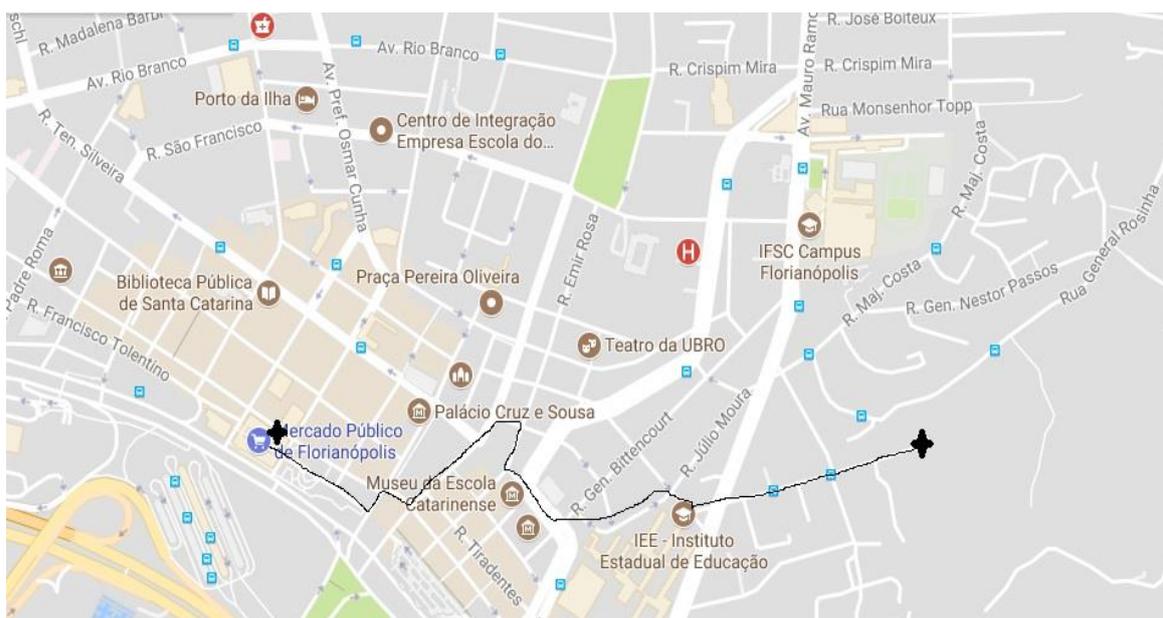
⁷⁰ Idem.

seguindo uma linha mais orquestrada, com arranjos elaborados especificamente para explorar os instrumentos que compunham os conjuntos, mais especificamente, os instrumentos de sopro (saxofones, trompetes e trombones; clarinetes e flautas em exemplos mais raros).⁷¹

Tais grupos eram populares, tendo sambas, assim como outras canções brasileiras, readaptadas, contando com arranjo musical acabava modificando o tipo de samba composto, como transformações sobre sambas de terreiro e sambas rurais, “que se utilizavam basicamente de instrumentos de percussão e cordas.”⁷²

Retomando nossas agremiações recreativas, destacamos o “Brinca” e suas territorialidades refeitas em diáspora, reatualizadas e transformadas por deslocamentos após a Abolição.

Figura 10 - Possíveis locais de sede do Clube Recreativo e Carnavalesco Brinca Quem Pode – tracejado em realce preto, mapa atual (2017)



Fonte: Google maps.

O mapa atual da região central da capital catarinense, abarcando contornos dos morros, possibilita perceber cartografias de percursos de grupos afro-diaspóricos organizados naquelas décadas iniciais do século XX e espaços por eles vivenciados. O destaque sinalizado à esquerda refere-se à localização da Rua Conselheiro Mafra, nas

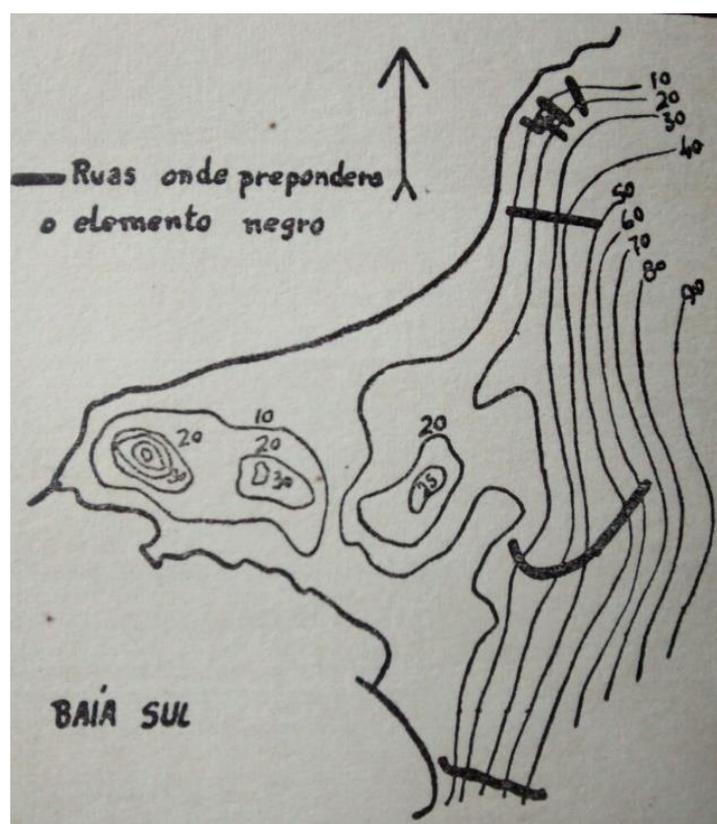
⁷¹ MACEDO, 2011, p. 81-82.

⁷² Idem.

imediações do Mercado Público e do bairro da Figueira. Em contraposição, à direita, em indicação mais distante do esquadramento central, a nova sede do “Brinca” margeava “o pé do morro”, ao lado direito do Hospital de Caridade, região que, após as reformas urbanizadoras, incorporou novos traçados, arquitetura e ruas. Mas, ao mesmo tempo, desencadeou uma “geografia desordenada” nas encostas, dada a expansão citadina e a busca por espaço para populações empobrecidas, muitas delas afroas, em deslocamentos provocados por políticas de urbanismo e higiene dos republicanos.

Tais deslocamentos, concentrados em algumas áreas de Florianópolis, indicadas em mapa produzido em 1947 pelo Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, indicam que o pós-Abolição reconfigurou territórios, caracterizando as regiões dos contornos dos morros como “ruas onde predomina o elemento negro”, conforme linhas longitudinais ao lado direito do mapa a seguir.

Figura 11 - Florianópolis, ensaio de geografia urbana⁷³



Fonte: Boletim Geográfico, 1947.

⁷³ DIAS, Wilmar. Florianópolis, ensaio de geografia urbana. **Boletim Geográfico**, Depto. Estadual de Geografia e Cartografia, Florianópolis, julho de 1947, n. 2, p. 40 apud: CARDOSO; IANNI, 1960, p. 157.

A produção institucional destacava as periferias, dentro do perímetro urbano central fixado em 1943, “[...] os Morros do Xapecó, Caixa d’Água, Nova Trento, Elias Paulo e Mocotó, onde a população negra predomina, localizam-se exatamente na área periférica, espraiando-se mesmo para além dela”⁷⁴. Tais regiões aparecem no mapa sob a forma de um tracejado latitudinal espesso, abarcando os territórios de grande parte do atual complexo do Morro da Cruz, nesse caso, especificamente, da área que engloba o túnel Antonieta de Barros até a Agrônômica, circundadas pelos morros onde se localizavam a União Recreativa 25 de Dezembro, o Grêmio Flor de Maio, a Embaixada Copa Lord, Os Protegidos da Princesa, O Mocotó vem Abaixo, Os Bororós e a nova sede do Grêmio Recreativo e Carnavalesco Brinca Quem Pode.

Para Otávio Ianni (1960), no estudo realizado em parceria com Fernando Henrique Cardoso na capital catarinense, em relação a expansão da cidade, à medida que se “desenvolve o núcleo urbano, à medida que se valorizam áreas comerciais ou residenciais, mais são afastadas do centro as populações negras, juntamente com o restante das camadas pobres.”⁷⁵ Nesse sentido, as migrações de populações de origem africana constituíram processos de deslocamentos forçados a morros e periferias, dado que políticas republicanas de modernização e higienização transformaram a paisagem central. A ausência de políticas públicas aos abolidos implicou mudanças, transferências para outras regiões, almejando novos arranjos e perspectivas de vida.

Retomando o Grêmio Recreativo e Carnavalesco Brinca Quem Pode, segundo entrevista realizada por Maria das Graças Maria (1997), a senhora Olga, ex-associada do clube, informou que esse havia se constituído a partir de “bloco carnavalesco que tinha o mesmo nome, também em meados da década de 1930”⁷⁶. Olga, ex-rainha e ex-secretária do grêmio feminino indicou à pesquisadora, na época, que a sede do clube estava localizada na Rua Conselheiro Mafra, no Centro, nas proximidades da sede do jornal *O Estado*⁷⁷. Segundo a entrevistada, mais tarde o clube foi transferido para sede própria em área, atualmente, do

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ MARIA, 1997; MARIA, 2013, p. 268.

⁷⁷ Segundo localizamos nas fontes de jornais da época, o jornal *O Estado* teve como sede, na primeira metade do século XX, as ruas Jerônimo Coelho (década de 1910), João Pinto (décadas de 1920 a 1940) e Conselheiro Mafra (década de 1950). Consultar acervo on-line do periódico do site da Hemeroteca da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Disponível em:

<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/Listas/letraE.html>. Acesso em: 13 out. 2017.

Sindicato de Taxistas de Florianópolis, esquina da Avenida Mauro Ramos e da Clemente Rovere, próximo ao Instituto Estadual de Educação⁷⁸.

De acordo com Maria das Graças Maria, diferentemente da União Recreativa 25 de Dezembro, o Brinca Quem Pode não impedia a entrada de brancos, no entanto, seus frequentadores eram, na maioria, afrodescendentes. Ainda ressalta a autora, que os “clubes, além de espaço de lazer, foram palco de acontecimentos diversos, como espaço político, de expressão, ressignificação de culturas, construção da identidade e conflitos étnicos”⁷⁹.

3.3 FESTIVIDADES: FORMAS DE VIVENCIAR OS CLUBES

A celebração festiva estabelece ponto de encontro de diferentes sujeitos afro-diaspóricos que, por meio de “formas lúdicas”, reorganizam seu cotidiano e seus anseios e, através destas formas, reatualizam vivências, ritmos e códigos culturais. As festas representam processos dinâmicos e coletivos de subjetividades afros, momentos em que a performatividade dos participantes atua e se recria. Nas festas, os grupos culturais partilham experiências e ressignificam visões de mundo. Músicas, danças, expressões corporais e práticas celebrativas revigoram seus modos de vida, reconstruindo energias à continuidade de atividades quotidianas⁸⁰.

Nesse sentido, adentramos no universo das práticas festivas organizadas por associações recreativas, por vezes nomeadas clubes recreativos, no sentido de compreender como se davam estas formas de festejar e quais suas dinâmicas de inserção e atuação social para populações de origem africana na capital do estado de Santa Catarina em meados do século XX. Nossa ênfase, volta-se às duas agremiações analisadas. As festas, naqueles clubes, em espaços fechados, muitas vezes restritas ao quadro de associados, tinham seus pormenores, ora incorporando regras de conduta da sociedade ocidental, ora encontrando mecanismos de ultrapassar as barreiras por essas impostas.

As duas sociedades possuíam sede e realizavam eventos, solenidades, reuniões, bailes, soirés, domingueiras e outras tantas confraternizações em seus espaços. Analisamos, primeiramente, estas práticas gestadas e vivenciadas em ambiente interno, de certo modo mais restrito e controlados à diferença do universo da rua, onde aconteciam os desfiles de

⁷⁸ MARIA, 2013, p. 268.

⁷⁹ MARIA, 2013, p. 275.

⁸⁰ RASCHE; PINHEIRO, 2016, p. 11.

blocos, cordões, ranchos e escolas. Centramos discussões em torno de fontes (atas de reuniões e notícias de jornais) que permitem dimensionar suas diversas formas festivas, afetos, desentendimentos, regras, cuidados, instrumentos musicais e bandas contratadas para as diversões mobilizadas com muita frequência.

Uma das atividades principais da União Recreativa 25 de Dezembro foram os bailes ou as domingueiras, eventos quinzenais que contavam com a presença dos sócios e também de convidados, quando abertos ao público mais amplo, além de também ser momento de eleição da rainha da agremiação. Anualmente havia a escolha da rainha, representante da agremiação, em festa, onde normalmente, a diretoria convidava a ex-rainha para coroar a recém escolhida, eleita em 25 de dezembro, data de aniversário de fundação da sociedade.

Em muitos dos documentos produzidos nas reuniões destaca-se o festival das coroações, informando a presença de representantes de associações ou sociedades coirmãs, indicando que a rainha “seria agraciada” com uma fotografia. Um festival poderia ser momento cultural, festivo ou mesmo esportivo, de acordo com a constituição de cada agremiação.

No caso do festival promovido pela União, ao que tudo indica, tratou-se de atividade festivo-cultural, objetivando apresentar ao público frequentador daquela associação a sua atual rainha. Festival origina-se de festa, possuindo o mesmo radical e indicando celebração, comemoração, atrelando música, dança e/ou performance, aspecto também presente nos festivais futebolísticos, dadas as habilidades e os dribles performáticos possíveis de realização com a bola.

Voltando ao convite para o festival, atentemos para o registro em ata de 1949.

10 convites espedidos aos srs. Ramiro Farias, Epaminondas de Carvalho, Antonio Jacinto de Souza, José Carlos Capistrani, e as ex-Rainhas Senhoras Olga Ferreira, Carmelia da Rosa, Jacy Cardoso, Carmen Barbosa, Dina de Oliveira e as senhoritas Zenir [ilegível] e Zilda Vieira. Ambos convidando para o festival da coroação.

Recebidos dois ofícios um da U.B.R. Operária e comunicando posse da nova diretoria. Um da U.R.E. do Oriente comunicando motivo em que não se fes representar no festival da coroação. [...]

Com a palavra o Sr. Presidente apresenta a mesa as fotografias da Senhorita Rainha tirada no Trono e consulta a mesa a se e de acordo presentear-se uma fotografia a Senhorita Rainha a mesa concordo foi autorizado o secretario a fazer a referida oferta por meio de um ofício.⁸¹

⁸¹ Ata de reunião, União Recreativa 25 de Dezembro, Ata n. 13, 13 de julho de 1949.

A fotografia de si mesma, no trono destinado à sua posse, demanda dimensionar sentidos possíveis atribuídos ao elemento de realeza negra. Cabe mencionar aspectos da simbologia sobre itens de realeza, componentes da trajetória de práticas culturais africanas nas Américas. De acordo com Marina de Melo e Souza (2002), há muitas conexões entre os elementos reais – coroa, cetro, manto, trono – em Portugal, em África e na diáspora. Para a autora, africanos e seus descendentes em diáspora utilizaram esses ornamentos em suas manifestações festivo-religiosas a partir de vivências próprias e suas concepções.

Estimar a importância atribuída aos símbolos de realeza, e neles, ao trono, remonta a estudos já realizados sobre irmandades negras durante o Brasil Império e primeiras décadas da República⁸², compreendendo os usos desses elementos de cultura material e simbólica em termos de incorporação por povos afro-diaspóricos, cabendo esforços para acessar seus ressignificados, para distanciar em termos miméticos. Nas irmandades leigas, as festividades eram compostas de muitas celebrações, momentos de coroação de rei e rainha do Rosário, inúmeras comidas para os participantes, além de banda de música e enredo do cortejo pelas ruas da cidade. Nos dizeres de Célia Maia Borges, tudo isso “exigia encontros para produzir o ritual, como combinar a comida, prepara-la, confeccionar a indumentária dos participantes, ornamentar a via pública e o trono da realeza”⁸³.

Sobre a rainha da União, em 1951 a agremiação organizou três carros para conduzi-la à cerimônia de coroação, acompanhada de uma comissão de moças.

[...] O exp. consta-se de um ofício que data dia 21 do passado enviado pelo sr João Crisostomo da Silveira solicitando a esta diretoria a demissão do cargo de 1º tesoureiro. [...] Traz em conhecimento da mesa o sr Genesio que retirou do Banco a importância de CR\$1.500,00 para as festividades da coroação da Rainha desta Sociedade.

Ficou resolvido pela mesa, a sociedade da trez carros para conduzir a srta rainha, acompanhada de uma comissão de moças com traje especial, o sr presidente autorizou ao sr secretario a officiar as Ex Rainhas para tomar parte no baile de 14.7.51.⁸⁴

A prática de coroação realizada anteriormente, em irmandades afros, pode ter se reatualizado em outras agremiações, ressignificando o trono, a coroa e sua pomposidade

⁸² BORGES, Célia Maia. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário**: devoção e solidariedade em Minas Gerais, séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: UFJF, 2005; QUINTÃO, Antonia Aparecida. **Lá vem o meu parente**: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002a; QUINTÃO, 2002b; REGINALDO, 2011; REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX. São Paulo: Cia das Letras, 1991; NEPOMUCENO, N., 2011; RASCKE, 2016.

⁸³ BORGES, 2005, p. 181.

⁸⁴ Ata de reunião, União Recreativa 25 de Dezembro, Ata n. 15, 04 de julho de 1951.

como instrumentos de prestígio e *status* dentro de determinada comunidade ou grupo, sem perder de vista “olhares” a padrões dominantes. Tornar-se rainha de uma associação e receber o tratamento de realeza indicava prestígio. Ocupar o trono, estrutura elevada e destacada em relação às demais, além de trajar vestimenta adequada à organização de uma corte real, pode sugerir tratamentos especiais. Destoando da vida cotidiana⁸⁵, em que muitas das mulheres frequentadoras da União Recreativa 25 de Dezembro eram empregadas domésticas, costureiras e demais profissões nem sempre bem remuneradas e devidamente reconhecidas socialmente, a oportunidade de ser rainha continha um significado de transfiguração social, permitindo acessar espaço e *status* inatingíveis em lidas diárias de mulheres afros na capital catarinense do período.

Para os momentos festivos, muitos eram os encaminhamentos e preparativos. O baile necessitava de equipe para o buffet, bebidas para o público, quitutes para venda, além de banda ou orquestra contratada para condução rítmica dos festejos. As reuniões da diretoria sempre contavam com alguma pauta direcionada às questões festivas, visto que os encontros eram constantes e prática comum nessas agremiações. No caso da União Recreativa, através das atas percebemos a mobilização em torno de bandas e orquestras para as festas, inclusive para a semana do carnaval, quando as atividades em torno de dança, música e comemorações ampliavam-se e adquiriam expressões memoráveis em termos de suas práticas e horizontes culturais.

As bandas de música contratadas para “animação” permitem releituras de práticas afro-diaspóricas em formas rítmicas, melódicas e performáticas. Instrumentos de percussão, de metal, os sons dos tambores reatualizam fundamentos culturais de povos africanos que então se organizavam na vida social branca, sob a batuta de seus ritmos, gestos e celebrações. Alcançar formas de envolvimento do público participante da festa, mobilizar memórias afetivas e laços de sociabilidade constituíam sentidos das bandas nestes momentos comemorativos, entrelaçando sons a saberes do corpo.

Esiaba Irobi chama atenção para continuidades e ressignificações de Áfricas em diáspora, em especial nas festas negras, como o carnaval, indicando saberes transmitidos por

⁸⁵ Em estudo a respeito das práticas festivas nos carnavais de São Paulo nas primeiras décadas do século XX, Silva aponta a preocupação das agremiações com o visual e o lúdico enquanto momento de “esquecimento” da herança da escravidão, da antiga condição cativa. “Os membros mais antigos das diretorias desses cordões realçaram em suas falas esse cuidado com o visual. A bela aparência, se, por um lado, traduzia o desejo e a busca de aceitação da comunidade negra pela sociedade mais ampla, por outro, mediante o disfarce, deixava para trás, durante esses momentos lúdicos, o estigma de pobreza e de humilhações em decorrência de sua reiterada condição de ex-escravo” (SILVA, 2008, p. 190).

meio da “inteligência do corpo”. No entendimento do autor, “os vestígios da dança permaneciam enquanto prática estética e corpórea para a ‘memoração’ [...]”, mesmo em hibridizações no novo mundo. “A dança, assim como um legado semiótico, torna-se performance de uma identidade e história semi-lembrada”⁸⁶.

Compete perceber, ainda, como padrões culturais de matrizes africanas impregnaram nosso patrimônio histórico-cultural, cujas tradições preservam ancestralidades, por meio de saberes, fazeres, formas de expressão, celebrações, festas e danças populares, lendas, músicas e costumes⁸⁷. Assim, inúmeros bens registrados como cultura imaterial no Brasil advêm de heranças africanas, tais como tambor de crioula, samba partido alto, samba de terreiro, samba-enredo, rodas e mestres de capoeira, samba de roda do Recôncavo Baiano, jongo, toques de sinos e tantas outras formas de manutenções culturais afro-diaspóricas.

Em perspectiva festiva, os bailes necessitam de enfoque⁸⁸, pois constituíam múltiplos e diferentes significados. Desde espaços e momentos de dança, flerte e bebidas, poderiam também ser momento de “ostentação”, no sentido de algum comportamento moralista e articulado a ideia de “bons costumes”, ocasionando, por vezes, atrito entre diferentes formas de vivenciar aquele acontecimento frequente na agremiação. Os bailes eram, no entendimento de Domingues (2009) *locus* de diversão, “seja para dar vazão às agruras da vida, seja para comemorar as conquistas obtidas”⁸⁹.

Para o carnaval de 1950, houve discussão em torno de que banda contratar e quanto isso custaria para a União Recreativa 25 de Dezembro. Depois de algumas conversas e propostas, “[...] foi apresentado em mesa pelo sr Presidente, que a orquestra [ilegível] sopros pediram para tocar cada noite de carnaval custa Cr\$1.500,00”⁹⁰. O assunto ainda era discussão na reunião seguinte. “O sr. Presidente trouxe a conhecimento da mesa que falou com o 2 musicos para todas as noites de carnaval, pediram os 2% pra a quantia de Cr#500,00 cada um, por noite, metido em aprovação foi aprovado [...]”⁹¹. Após duas reuniões,

⁸⁶ IROBI, 2012, p. 276.

⁸⁷ A respeito das práticas culturais de matrizes africanas reconhecidas como patrimônio histórico imaterial, consultar o site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): www.iphan.gov.br/. Acesso em: 10 dez. 2017.

⁸⁸ SILVA, José Carlos Gomes da. **Os suburbanos e a outra face da cidade**. Negros em São Paulo: cotidiano, lazer e cidadania (1900-1930). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 1990. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281637/1/Silva_JoseCarlosGomesda_M.pdf. Acesso em: 10 dez. 2017.

⁸⁹ DOMINGUES, 2009.

⁹⁰ Ata de reunião, União Recreativa 25 de Dezembro, Ata n. 3, 11 de janeiro de 1950.

⁹¹ Ata de reunião, União Recreativa 25 de Dezembro, Ata n. 4, 25 de janeiro de 1950.

concordaram em chamar dois músicos para todas as noites de carnaval, por uma quantia que a agremiação poderia custear.

Por meio dos registros das atas também depreendemos que os festejos duraram quatro noites.

O sr. Presidente traz a conhecimento da mesa que haverão bailes nas 4 noites de carnaval o qual consulta se estão todos de acordo realizar uma domingueira para fazer tal no dia 19, foi aprovada. De pé (ainda) com a palavra falou que recebeu da SBACEM 4 cadernos de musica⁹².

Chama atenção que todas as noites seriam comemoradas por dois músicos contratados para os festejos de carnaval daquele ano. Além disso, em registro realizado na mesma reunião, o presidente informa que a União recebeu quatro cadernos de música da Sociedade Brasileira de Autores, Compositores e Escritores de Música (SBACEM), instituição que arrecada os direitos autorais de execução pública musical no Brasil, surgida em 1946, no Rio de Janeiro. Esta associação, no período de 1948 a 1957⁹³, foi presidida por Benedito Lacerda, nascido no estado do Rio de Janeiro e criado em meio a sambistas como Noel Rosa e Ismael Silva. Em idade para servir, seguiu carreira militar, mas pediu dispensa para dedicar-se à música. Esse era o sambista presidente da SBACEM em 1950, quando a União Recreativa 25 de Dezembro recebeu os livros de música.

Infelizmente, não dispomos de informações sobre o conteúdo desses livros, nem quais seriam as músicas neles constantes, seus ritmos, orientações sonoras, letras, qualquer indicativo de sua qualidade e documentação. Não há registros sobre o processo de recebimento, se doação ou compra pela agremiação. Ainda incumbe refletir sobre os motivos que levaram a União a receber este tipo de material. A SBACEM era, e ainda é, uma associação cultural formada para defesa dos direitos de seus filiados, sendo eles autores, intérpretes, músicos, editores e produtores fonográficos.

A aproximação com a instituição suscita questões, dado não termos acesso a informações precisas sobre a relação entre a União e esta instituição nacional, constituída de músicos no Rio de Janeiro ao tempo do Teatro Experimental do Negro (TEN). O material recebido seria para uso nas festividades da União? Os músicos contratados pela União poderiam, ou deveriam, se orientar pelas músicas constantes nestes livros? Quais as relações

⁹² Ata de reunião, União Recreativa 25 de Dezembro, Ata n. 6, 15 de fevereiro de 1950.

⁹³ Para maiores informações sobre a Sociedade e seus presidentes, consultar: <http://www.sbacem.org.br/>. Acesso em: 22 nov. 2017.

entre o número de cadernos de música recebidos pela instituição (4) e o número de sócios da União classificados como músicos (4) no quadro de sócios já apresentado?

Estando a presidência da SBACEM sob direção de um sambista, seria uma política da associação disponibilizar ou divulgar as produções cariocas para outros estados, em especial para agremiações afros? As articulações da União com diferentes agremiações carnavalescas ou escolas de samba teriam influenciado no acesso a este tipo de material? Muitas outras interrogações ainda pairam sobre este tema, mas, apenas suposições são possíveis, visto faltarem elementos para dimensionar intenções da União e suas conexões com a SBACEM. De fato, só sabemos que o carnaval daquele ano aconteceu em quatro noites, com aqueles músicos contratados para tal finalidade, ritmando os dias de carnaval da agremiação.

A vinculação, de algum modo, com a SBACEM, permaneceu no ano seguinte. Em 10 de janeiro de 1951, “[...] apresenta também o sr tesoureiro que recebeu da Sociedade B. A. C. E. de Musicos, diversos cadernos de musicas para esta sociedade”⁹⁴. A União Recreativa 25 de Dezembro continuou a receber diversos cadernos de música daquela entidade nacional. Os motivos ainda ficam sem explicação, mas chama atenção esta prática registrada pela segunda vez. Na mesma ata, o secretário anota que “o sr tesoureiro apresenta que fez compra de uma peça para a bateria”⁹⁵. Teria a União uma banda de música? Teriam, os cadernos recebidos da SBACEM, fins de instrumentalização dessa banda? Por que motivos então, muitas vezes a União contratava outras bandas para os festejos e bailes? Talvez, a União disponibilizasse apenas os equipamentos, e os músicos fossem contratados. Ou, então, pudesse estar em organização uma banda ou orquestra.

Interessante que, no ano seguinte, a bateria aparecia novamente em registro, como instrumento que seria tocado por alguém contratado para aquele fim. “Pedi a palavra o Sr. 1º Tesoureiro afim de expôr à mesa o menor preço que consegui de um elemento para atuar na bateria, que foi de Cr\$200,00, bem como por um pandeirista Cr\$100,00.”

A bateria - evolução da reunião de instrumentos de percussão (tambores, caixas, pandeiros, cuíca) –, imprimia pulsação rítmica africana a músicas que construían dinâmicas festivas e marcavam vozes e sonoridades. Vale lembrar que no Rio de Janeiro, daquela época, inúmeros músicos se congregavam em associações. Desde 1942, a Orquestra Afro-

⁹⁴ Ata de reunião, União Recreativa 25 de Dezembro, Ata n. 6, 10 de janeiro de 1951.

⁹⁵ Idem.

Brasileira, sob regência do Maestro Abigail Moura, estruturando “memórias rítmicas negras” regia encontros de “muitas vozes, sons e encenações negras”⁹⁶, em arranjos de sua autoria conectando rítmicas de instrumentos “bárbaros” (de percussão) e harmonias de instrumentos “civilizados”, conforme seus próprios termos.⁹⁷

Pandeiro e bateria, instrumentos de sonoridades pulsantes, consistiam em avesso às práticas festivas ocidentalizadas dos salões da alta sociedade, perfazendo ritmos marcantes e constantes em festas afros da capital catarinense da primeira metade do século XX. As mãos a tocar o pandeiro possuíam cor, memória e tradições, heranças culturais de matrizes que interconectam dois continentes. Os registros, postos pelas mãos do secretário em nota na ata, ampliaram repertórios de vivências festivas de matrizes africanas experimentadas em tempos de combate civilizacional republicano.

Na sequência, o senhor vice-presidente informou que o consócio “Léo Crisostomo propôs atuar na bateria pela quantia de Cr\$250,00. Pondo, o sr. Presidente, o caso em apreciação, resolveu-se aceitar a primeira das propostas acima, incluindo o pandeirista.” A discussão sobre a contratação teve um resultado e, apesar de um dos sócios ter se disponibilizado a tocar na bateria, o preço do outro baterista junto ao pandeirista ficou mais em conta para o clube, tendo vencido, em votação, aquela proposta.

Mas a reunião ainda tomou outros encaminhamentos sobre os bailes de carnaval, tão comuns e consecutivos naquela época do ano. “O sr. Presidente toma a palavra e informa que o mínimo preço que conseguiu para uma orquestra atuar nos próximos festejos carnavalescos, foi de Cr\$1.400,00 por noite o que ficou aprovado.”⁹⁸ Os bailes aconteceram nos dias 23, 24 e 25 de fevereiro, às 22 horas, na sede da União. Às vezes a música ficava por conta de uma banda de outro clube, como foi em setembro de 1950, quando “[...] o sr presidente traz em conhecimento da mesa que contratou a orquestra do Club Democrata para o baile de dia 23 do corrente”⁹⁹. Ainda, compete mencionar que, para regularização destes

⁹⁶ ANTONACCI, 2015, p. 320.

⁹⁷ Utilizando instrumentos de percussão e corda, constituiu “trabalho artístico intelectual” em expressões sonoras de universos culturais africanos, articulando sons e instrumentos deixados à margem pelo universo ocidental, “civilizado”. A obra artística desse produtor e as reverberações de sua música, ao longo dos 30 anos de duração da orquestra, foram ignoradas pela República.

⁹⁸ Ata de reunião, União Recreativa 25 de Dezembro, Ata n. 10, 21 de fevereiro de 1952.

⁹⁹ Ata de reunião, União Recreativa 25 de Dezembro, Ata n. 19, 20 de setembro de 1950. Não sabemos a respeito da composição da orquestra, tampouco os ritmos solicitados para as festas. No entanto, conforme discutimos em trabalho anterior, quando dos estudos sobre festividades em irmandades afros, as orquestras, naquele período, eram compostas por seis integrantes, enquanto as bandas eram maiores, como a Amor à Arte, que chegou a ter trinta componentes (RASCKE, 2016).

festejos carnavalescos, fazia-se necessário efetuar o pagamento de uma taxa junto à Prefeitura Municipal de Florianópolis, própria “para as diversões carnavalescas, sendo que o sr. supra mencionado, respondeu que deveremos aguardar a cobrança da Prefeitura”¹⁰⁰.

No carnaval de 1951, algumas coisas tinham sido diferentes. Um ofício, vindo da Protegidos da Princesa, “no qual pede uma licença para os membros, srs Zilton Rosa, Silvio Serafim Vice presidente nesta diretoria por motivo de não poder trabalhar nos bailes de carnaval”¹⁰¹. Os agremiados da União, Zilton Rosa e Silvio Serafim, eram também integrantes da escola de samba Os Protegidos da Princesa, fundada em 1948, sobre a qual nos debruçamos no quarto e último capítulo. Eles participavam das duas associações e, provavelmente, por conta dos desfiles de carnaval daquele ano, pediram para se ausentar dos compromissos vinculados à União Recreativa 25 de Dezembro. A Protegidos foi três vezes campeã consecutivamente no carnaval, de 1948 a 1951. Entre 1952 e 1954 não houve desfiles e, depois, entrou em cena também a Escola de Samba Embaixada Copa Lord, fundada em 1955.

A dispensa daquele ano de 1951 contribuiu, provavelmente, para a conquista do título, visto que todos os esforços foram concentrados na agremiação carnavalesca. Em nota, ainda no ano de 1951, a União recebeu um ofício do juizado de menores, “[...] prevenindo esta diretoria, a não aceitar menores em noites de bailes, com especialidade nas noites de Carnaval”¹⁰². Ao que tudo indica, começou um processo de vigilância e proteção a infância e adolescência, evitando que participassem de festejos considerados de adultos. Para tanto, também a União organizava eventos infantis, chamadas domingueiras. “Adianta o Sr. Presidente que deve haver uma domingueira infantil com ritmo de festa com a presença da senhorita rainha”¹⁰³.

Em relação às festas, destacamos que um dos registros feitos em ata, em dezembro de 1949, chama atenção pelo tom em relação ao modo de dançar no salão da União Recreativa 25 de Dezembro. As anotações do documento criticavam os trajes de alguns associados na domingueira ocorrida em 27 de novembro, bem como destacava o “modo esquisito da dança no seu ritmo sapateado etc...”¹⁰⁴, como uma das questões a serem

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Ata de reunião, União Recreativa 25 de Dezembro, Ata n. 6, 24 de janeiro de 1951.

¹⁰² Idem.

¹⁰³ Ata de reunião, União Recreativa 25 de Dezembro, Ata n. 12, 01 de junho de 1949.

¹⁰⁴ Ata de reunião, União Recreativa 25 de Dezembro, Ata n. 22, 01 de dezembro de 1949.

resolvidas na associação. O tom crítico registrado faz pensar quais ritmos sapateados foram colocados em xeque e por quais motivos.

Enquanto grupos de letrados recebiam insultos de “beletristas”, em contrapartida, nessas desavenças sobre modos de dançar, ritmos e sapateados, percebemos tensões em torno de uma estética corporal esperada, não compatível com expressões culturais de integrantes das agremiações afros. Por meio desses conflitos envolvendo diretores e associados, danças “esquisitas” sugerem dinâmicas distintas de movimentos do corpo e suas performances.

Ainda sobre as festividades, em especial os bailes, nem sempre os encontros eram de harmonia e diversão, envolvendo também situações em que a diretoria da União necessitava tomar providências, no intuito de garantir uma certa “ordem” nos divertimentos e evitar problemas com a polícia.

[...] Foi apresentado em mesa que no ultimo baile realizado, o consocio [...] procedeu demasiadamente mal, espancando uma srta dentro do toalét; sendo aprovado pela mesa, elimina-lo do quadro social de acordo com artigo 9º do estatuto em vigor; Em seguida o sr presidente autoriza ao sr secretario a officiar ao referido sr; bem como ao sr Delegado R^{nal}. Solicitando a patrulha policial para o próximo baile; [...] foi apresentado em mesa também que o sr [...] disse que no próximo baile virá, tendo que entrar no recinto social, em vista disto o 2º tesoureiro apresenta, que a diretoria deve tomar providências, officiar a delegacia policial, afim de evitar questão nas noites de bailes¹⁰⁵.

Nem sempre as relações mantinham-se amistosas, como em qualquer associação, os problemas surgiam e tentavam ser resolvidos, a partir de encaminhamentos da própria diretoria. Em outros momentos fizeram constar em ata situações de “mau comportamento”, tanto em ambiente recreativo, quanto na saída das festas ou bailes. “De pé com a palavra o Sr. Presidente da sciencias a mesa que havia feito um apelo aos associados e frequentadores desta União sobre o comportamento da saída dos bailes devida as intrigas e algazaras que perturbão o silencio publico”¹⁰⁶. A diretoria trazia à tona acontecimentos que, de certo modo, prejudicavam a imagem da associação aos olhos da sociedade envolvente, em seus padrões patriarcais de comportamento.

O acontecimento evidencia como foi negociada a situação e quais dinâmicas festivas de grupos afros em sociedade que se pretendia branca e civilizada. Importa destacar que festas de agrupamentos de matrizes africanas continuavam perturbando o silêncio dessa

¹⁰⁵ Ata de reunião, União Recreativa 25 de Dezembro, Ata n. 14, 30 de junho de 1951.

¹⁰⁶ Ata de reunião, União Recreativa 25 de Dezembro, Ata n. 15, 17 de agosto de 1949.

sociedade branca, higienizada e dedicada a ritmos clássicos. Desde antigos relatos de viajantes estrangeiros em terras brasileiras, os sons de noites negras incomodavam silêncios brancos, demonstrando que ruidosos corpos negros eram intoleráveis.

Cardoso (2012), nessa direção de “vigilância comportamental” introjetada em diretorias de sociedade recreativas, percebe “a imposição de um rígido código de conduta que era válido para todos os espaços frequentados pela comunidade de associados e de agremiações recreativas”¹⁰⁷, indicando pretensões de disciplinar seus próprios corpos. Foram contextos em que intolerâncias corporais em negro/branco mais registros alcançaram.

Ainda constam na documentação da União Recreativa uma série de informações sobre outras agremiações, em especial, sociedades ou grêmios carnavalescos. Inúmeros ofícios foram recebidos e também endereçados a agremiações parceiras, discutindo bailes, aluguel de espaço físico, comemorações, posse de diretorias e convites diversos. As relações se estabeleciam com sociedades mais elitistas, frequentadas por brancos mais abastados, além de clubes de brancos pobres e de clubes afros.

“Constou o expediente da leitura da cópia de cinco ofícios autorizados a espedir e um ofício recebido da Sociedade Carnavalesca Unidos da Marinha declarando aceitarem a proposta em que lhes foi recebida.”¹⁰⁸ Não temos informações a respeito dessa agremiação e do teor do ofício, encaminhado por instituição existente em Florianópolis desde 1845, quando foram criadas, ainda por decreto imperial, as Capitânicas de Portos nas Províncias Marítimas do Império. Depois, em 1857, foi criada a Escola de Aprendizes Marinheiros¹⁰⁹ de Santa Catarina, com objetivo de formar praças para o serviço ativo da Marinha de Guerra.

Em que medida havia relações entre a instituição da Marinha e a Sociedade Carnavalesca, difícil indicar, mas, supondo a articulação, imaginamos tratar-se de uma agremiação carnavalesca formada por integrantes do corpo da Marinha e familiares. Convém destacar, conforme aponta Gisele Teresinha Machado (2002), em trabalho sobre a Escola de

¹⁰⁷ CARDOSO, 2012, p. 80.

¹⁰⁸ Ata de reunião, União Recreativa 25 de Dezembro, Ata n. 19, 19 de outubro de 1949.

¹⁰⁹ “A Escola de Aprendizes-Marinheiro de Santa Catarina, entre outras, era vista como um campo de atuação para políticas públicas e, conforme relatórios do Chefe de Polícia ao Governador do Estado de Santa Catarina, exercia constantemente o papel de afastar do convívio agentes indesejáveis a essa nova ordem, tendo como público-alvo o sexo masculino, de etnia principalmente africana e de origem economicamente carente.” Consultar: MACHADO, Gisele Teresinha. **“Escreveu, não leu, o pau comeu”**: a Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina (1889-1930). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2002, p. 58. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90705/249827.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 nov. 2017.

Aprendizes Marinheiros e seu papel educativo, que muitos dos membros ingressantes daquela instituição eram de origem africana¹¹⁰, direcionados, em grande medida, desde cedo para a formação disciplinar e repressão à “vadiagem”, considerada problema nas primeiras décadas da República. Conhecendo a forte presença de africanos naquela organização, é possível perceber sua relação com o carnaval e a União Recreativa 25 de Dezembro.

Outra agremiação presente na documentação era a Sociedade Carnavalesca Protegidos da Princesa, por vezes aparecendo sob o nome de Escola de Samba Os Protegidos da Princesa, primeira escola de samba fundada em Florianópolis. “[...] O expediente consta-se de um ofício vinda de uma sociedade Carnavalesca ^{Protegide de Princeza} (solicitando) a esta diretoria o recinto desta União para realização de baile em benefício da mesma [...]”¹¹¹.

Provavelmente, o pedido foi realizado por aproximações entre as duas agremiações, pois diretores da União também atuavam na Protegidos; além de que, possivelmente, a Escola de Samba ainda não possuía sede própria. Em outras ocasiões a União também recebeu ofícios de solicitação “da sociedade Protegidos da Princesa solicitando esta diretoria afim de efetuar rifas de brindes nos bailes desta União, não sendo aprovado pela mesa [...]”¹¹².

Em outra ocasião, momento de assembleia da União, em dezembro de 1950, percebemos uma relação de associações articuladas.

[...] depois do sr presidente ter exposto a assembleia todos os seus méritos durante sua gestão, com vida a srta Maria Petronilha, rainha desta União para receber a medalha de prata, que lhe recomenda e recompensa os seus êxitos em sua gestão; em troca a mesma srta faz entrega de uma toalha de mesa, cujos agradecimentos foram interpelados pelo sr Osvaldo Calixtro de Lima; ao mesmo tempo a atual rainha devolve a faixa social e sua substituta srta Nadir Ferreira. [...] é concedida a palavra em geral, na qual faz uso o representante da S. C^{ca} Protegidos da Princeza congratulando esta diretoria e elevando-se o nome dessa União a seguir fala também o sr Osny Lisbôa. [...] fala também o presidente do R. C. Concordia saudando a sociedade e a atual diretoria; toma a palavra o sr Reduzimo Farias, representando as srtas ex Rainhas que em fila, estavam presentes, ainda de pé a palavra fala sr Osmar Ferreira como representante da Associação B. dos pintores de S. C^{na}, com grande oração relembra os bons pricipios desta União; em seguida toma a palavra o sr Representante da U. B. R. Operária [...]. [...] ao mesmo tempo que agradece o comparecimento de todos, convidando para tomarem um copo de serveja em comemoração ao 17º aniversário desta União.¹¹³

¹¹⁰ Merece destaque a revolta de Chibata, em 1910, sob liderança de João Cândido, contra maus tratos aos marinheiros negros, maioria daquela corporação, em situações degradantes castigos corporais. Importante obra, publicada originalmente em 1959, foi reeditada: MOREL, Edmar. **A Revolta da Chibata**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

¹¹¹ Ata de reunião, União Recreativa 25 de Dezembro, Ata n. 25, 29 de novembro de 1950.

¹¹² Idem.

¹¹³ Ata de reunião, União Recreativa 25 de Dezembro, Ata n. 1, 25 de dezembro de 1950.

Essa Assembleia foi apreciada por diferentes agremiações, como o representante da Sociedade Carnavalesca Protegidos da Princesa, o presidente do Recreativo Clube Concórdia, o representante da Associação Beneficente dos Pintores, possivelmente, de Santa Catarina, e o representante da União Beneficente recreativa Operária. Depreendemos, desse registro, que a presença naquele momento era de agremiações operárias ou de classe, além das festivas, carnavalescas ou recreativas.

Chamou atenção nos registros da União, ofício “vindo do Bloco escola de Samba”, pois, além de incluir na nomenclatura a questão dos blocos, também incluiu a Escola de Samba, sem mencionar de que agremiação se tratava. O fato é que esta “veio solicitar o recinto social para realização de um baile em seu benefício sendo aprovado pela mesa para o dia 6 do precedente mez.”¹¹⁴

Para Costa Pinto (1998[1953]), essas formas associativas compunham expressões de tipo *tradicional*, mesmo tendo surgido no século XX. Na visão do autor, essas associações recreativas, de cunho lúdico e cultural constituíam rememorações de experiências e tradições africanas no Brasil, sem, necessariamente, articular preocupações de combate ao preconceito ou à discriminação racial, diferencial em relação às organizações de *novo tipo*.

Nesse sentido, a passagem destacada por Cardoso e Ianni (1960) a respeito dos “clubes de pretos” suscita dimensionar que essas associações recreativas de homens de cor possuíam um “público” frequentador das camadas populares, “elementos não selecionados e de escassa cultura”, na visão de um “mulato” de classe média¹¹⁵. Depreende-se, que espaços como a União 25 de Dezembro, formados por homens e mulheres afros - muitos deles não letrados, talvez por isso taxados como “escassa cultura” -, nem sempre foram bem vistos, inclusive por grupos afros, de “mulatos”, admiradores da cultura ocidental e persistentes em nela adentrar.

3.4 CLUBES RECREATIVOS E LUTAS POLÍTICAS

Diferentes produções relevantes sintonizadas com a proposta de evidenciar o protagonismo e a organização de inúmeros agremiados, poetas e tantos outros homens e mulheres que construíram projetos de vida e expectativas de cidadania após a Abolição,

¹¹⁴ Ata de reunião, União Recreativa 25 de Dezembro, Ata n. 2, 27 de dezembro de 1950.

¹¹⁵ Depoimento de um “mulato” de classe média a Cardoso e Ianni (1960, p. 213).

constituem o rol de estudos mais recentes sobre a temática das agremiações de origem africana. Concordamos com Petrônio Domingues (2011) quando aponta uma diversidade de estudos, em sua maioria recentes, que abordam a temática do pós-abolição em Santa Catarina sob uma perspectiva do “protagonismo negro”, constituindo produções que “têm analisado personagens, agenciamentos políticos, conexões sociais, fluxos culturais e interlocuções raciais”¹¹⁶.

Na segunda década do século XX, na cidade de Lages, foi fundado o Centro Cívico Cruz e Souza, agremiação pautada em ideais e anseios de uma elite que propunha “incutir preceitos de civilidade na população negra e mestiça. Critérios que além de servirem à diferenciação social, também eram condição para que tais indivíduos pudessem inserir-se como cidadãos”¹¹⁷. Em dissertação de mestrado, intitulada *Corpos Nefastos – Cidadania incerta em Lages, Centro Cívico Cruz e Souza e a invenção da nação*, defendida em 2002, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pautou-se no uso dos jornais como fonte principal para pesquisa. A autora destaca que, ao mesmo tempo em que o Centro possibilitava ser espaço de organização negra, também era local onde se desencadeavam as expectativas de uma elite branca letrada sobre estas populações.

Andréa Carvalho, em trabalho de conclusão de curso de 2001¹¹⁸, pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), um ano antes de Adriana Branco, havia se debruçado sobre tema semelhante, trazendo o Clube Cruz e Souza como protagonista, no trabalho *Negros de Lages: memória e experiência de afrodescendentes no Planalto Serrana (1960-1970)*¹¹⁹, utilizando, principalmente, entrevistas (depoimentos) de afrodescendentes para narrar a trajetória do clube e retomar características ainda rurais da cidade. Trazendo à narrativa embates e conflitos entre afros e eurodescendentes, Carvalho discute as sociabilidades, apontando espaços onde a população afro podia ter alguma visibilidade, como era o caso do Cruz e Souza. No entendimento da autora, o Centro Cívico constituiu

¹¹⁶ DOMINGUES, 2011, p. 118.

¹¹⁷ BRANCO, Adriana Mirian. **Corpos Nefastos** – cidadania incerta em Lages, Centro Cívico Cruz e Souza e a invenção da nação. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2002, p. 8. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/83898/189117.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jun. 2017.

¹¹⁸ Este trabalho foi publicado em forma de livro no ano de 2008, como um dos números da Coleção África-Brasil organizada pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB-UDESC).

¹¹⁹ Idem.

um dos mais importantes espaços de visibilidade pública da população de origem africana na cidade.

Estes estudos apresentam abordagens sobre os primeiros clubes recreativos e sociais fundados por afros em Santa Catarina, movimento ampliado nas décadas seguintes e articulador de diferentes espaços associativos em todo o estado, inclusive, apresentando desdobramentos de algumas agremiações em agendas regionais mais amplas ou nacionais, como o Clube Cruz e Souza, de Lages que, em 1959, compareceu ao evento realizado pelo Clube Gaúcho, na cidade de Caxias do Sul.

É importante destacar, também, a presença de representantes do Centro Cívico Cruz e Souza, inclusive de sua rainha, demonstrando a relação existente entre esses clubes negros.

Iná Dorotéia Oliveira, Rainha do Centro Cívico Cruz e Souza, estava presente para coroar a Rainha do Clube Gaúcho. “Ao som da orquestra, sob o aplauso dos presentes deu entrada no Salão, a Srta. Iolanda Conceição de Lima, sucessora da Srta. Leondina da Silva, Rainha do Gaúcho em 1959”¹²⁰.

A análise de Fabrício Romani Gomes (2013) aponta conexões entre os diferentes espaços associativos, evidenciando redes de sociabilidades e solidariedades bastante fortalecidas. Além desse destaque do autor, também vimos no capítulo 2 desta tese, que clubes esportivos e clubes literários, recreativos e culturais, mantinham parcerias, seja nos momentos de festividades, seja nos momentos de organização de alguma demanda mais específica, como foi o caso do Club de Regatas “Cruz e Souza” de Itajahy”, em 1921, que havia endereçado pedido de ajuda para o Centro Cívico e Recreativo José Boiteux de Florianópolis.

Detalhes sobre estes laços de solidariedade não compõem o documento publicado em jornal¹²¹, mas, de certo modo, permitem vislumbrar o alcance dessas redes e dimensionar formas de organização política dentro desse meio, capazes de articular questões comuns ou demandas comuns e mobilizar diferentes grupos em torno de um objetivo ou finalidade.

Além disso, outras instâncias políticas eram mobilizadas pelos clubes como mecanismo de inserção em espaços sociais considerados pouco acessíveis para a época. Assim, a presença de políticos locais e regionais, bem como o envolvimento com campanhas nacionais, vide o estabelecimento do Estado Novo e de sua organização, indicam estratégias destes grupos agremiados para fortalecimento de suas organizações e demandas. Maria das

¹²⁰ GOMES, 2013, p. 150.

¹²¹ Jornal *A Verdade*, Florianópolis, 15 de outubro de 1921, Ano I, número 43.

Graças Maria evidenciou que a presença do interventor Nereu Ramos – cargo exercido durante o Estado Novo, entre 1937 e 1945 - no Brinca Quem Pode era frequente, “principalmente nos bailes de gala”.

Na visão da autora, isso refletia os laços políticos existentes entre o governo e a diretoria daquela agremiação. O então presidente, José Ribeiro dos Santos, era filiado ao Partido Liberal Catarinense, fundado em 1927, do qual o próprio Nereu Ramos era fundador e primeiro presidente. José Ribeiro era natural do Paraná e em Florianópolis atuou como mecanógrafo (técnico de máquinas de escrever e calcular), além de árbitro de futebol e tornou-se o primeiro vereador negro da cidade de Florianópolis na década de 1930¹²². Amigo de Antonieta de Barros, tinha também articulação com o Partido Social Democrático (PSD) fundado em 1945, partido ao qual também se vinculou Nereu Ramos.

Chama atenção a trajetória de Ribeiro em termos de sua profissão “registrada” e sua atuação na arbitragem, universo em expansão desde a virada do século XX em Florianópolis, em especial a partir da década de 1920. Esta figura pública, conhecida por muitos, provavelmente desempenhou função em partidas envolvendo o *Figueirense Football Club*, clube popular surgido no bairro da Figueira, reduto de estivadores, barbeiros e marinheiros, segundo bairro da capital com maior concentração de afrodescendentes da região central¹²³. Teria Ribeiro participado nesta agremiação também ou apenas apitava os jogos? Participava dos encontros e dos jogos esportivos realizados nos espaços associativos de afros naquele período? Quais agremiações também desenvolviam atividades de desportos?

Necessitamos de estudos que apontem perspectivas e formas de ascensão social de afrodescendentes por meio do futebol¹²⁴ e suas relações na época, pois os trabalhos existentes tendem a pautar recortes temporais mais atuais, em especial após a década de 1950 e 1960, dada a profissionalização do esporte na cidade. Entretanto, de acordo com argumentação construída por Cardoso e Ianni (1960), com base em conversa com seus contatos durante a pesquisa para a UNESCO, através do esporte o “indivíduo de côr”, por meio de seu corpo, pode “mostrar que possui iguais, se não melhores, condições físicas. Mas o esporte mais aberto a êles é o futebol. É através desta modalidade que êles conseguem

¹²² MARIA, 2013, p. 269.

¹²³ CARDOSO, 2008.

¹²⁴ Consultar: ROSA, A. 2011.

atingir novas posições na comunidade”¹²⁵. Esportes expunham o potencial flexível e a ginga de corpos afros com a bola, constituindo outros lugares de visibilidades corporais, evidenciando diferenças entre habilidades letradas e potencial de corpos em formas de expressão não letradas.

André Luiz da Rosa (2011) traz à cena a cidade de Itajaí e um time de futebol de operários, analisando a cidade e a presença operária, bem como populações afrodescendentes, destacando preconceitos envolvendo aquela prática esportiva, dado que nem sempre foi aceita a presença de pobres e afros em associações desportivas. No entanto, como o próprio autor destaca, o jogo extrapolava controles sobre quem os praticava, de modo que bastava uma bola e alguns paus para que o campo estivesse montado e a bola rolando.

Nesse sentido, segundo Rosa (2011), o Club Cruz e Souza, “constituído essencialmente por negros e operários”, gerava dissabores nas competições, visto ter também um grupo participante de eventos náuticos, esporte marcado pelo elitismo de seus praticantes, brancos, e seus prestigiadores. Entrevistas, depoimentos, fontes impressas, documentos do Arquivo Público de Itajaí e algumas atas das sociedades operárias foram importantes para a construção da narrativa, permitindo ao autor uma discussão sobre expectativas e embates de operários negros no pós-abolição naquela cidade litorânea. Muitos clubes e associações formaram-se por estivadores e trabalhadores do mar, em grande parte de origem africana, com musculatura e corpos “fabricados” por trabalhos que exigiam presteza e manejos apropriados e produzidos em usos da força, em época em que não havia guindastes no trabalho marítimo.

Reflexões permitem pensar porque esse meio de ascensão social, assim como a educação, constituiu expectativas e sonhos de populações afrodescendentes naquele momento, contribuindo para a formação de camadas dessas populações que alcançaram uma determinada estabilidade financeira a partir de projetos sociais políticos gestados pelas agremiações, mesmo que de forma idealizada. Obtiveram, de algum modo, por meio dos caminhos abertos por demandas de organizações associativas afrodescendentes, meios de ascensão e transformação social.

Nesta perspectiva de articulações, compete destacar as atuações da União Recreativa 25 de Dezembro, conectadas a lideranças políticas locais. Em reunião realizada em fevereiro

¹²⁵ Ainda explicam os autores: “Os clubes de náuticos, onde se pratica o remo, não contam com negros ou mulatos escuros em seus quadros sociais e esportivos. Eles dizem que os brancos consideram o remo um esporte elegante e de brancos.” (CARDOSO; IANNI, 1960, p. 217-218).

de 1951, a diretoria da associação discutia encaminhamento referente a visita do senhor governador do período, Aderbal Ramos da Silva, à sede daquela União, fato que mobilizava os agremiados a remeterem ofício de agradecimento. Conforme registro em ata, logo “depois o sr presidente autoriza o sr secretario a officiar aos srs Governador do estado, e toda a comissão para agradecer, a visita dos mesmos em nossa sede social”.¹²⁶

O registro aponta que, além da presença do governador naquela sede, uma comissão de membros do governo do estado compôs a equipe de visitantes. Os motivos que levaram esta comissão a visitar a União Recreativa 25 de Dezembro não foram registrados. Pensando ainda nessas articulações com políticos, compete destacar que outras associações, anteriores à fundação dos clubes, teciam redes de solidariedade e amparo por meio de relações estreitas com membros das elites republicanas. Foi o caso da União Beneficente dos Trabalhadores, agremiação sempre convidada para eventos, como a posse da Diretoria da União Recreativa 25 de Dezembro, por exemplo. Aquela União de trabalhadores tinha João Câncio de Souza Siqueira como presidente, “uma figura pública de bastante influência política. Tentente-Capitão, vinculado à Força Pública Municipal, era membro do Partido Republicano Catarinense (PRC), pelo qual assumiu a função de ajudante de ordens do governador Hercílio Luz, em 1918.”¹²⁷

Injunções entre agremiações e elites políticas da época compuseram o rol de movimentações de grupos afros organizados na capital catarinense. A seu modo, esses agrupamentos constituídos em espaços associativos, trataram de mobilizar laços e estabelecer conexões com outras sociedades literárias, operárias, esportivas, recreativas, etc., solidificando reconhecimentos, estratégias políticas para manter suas formas de inserções socioculturais. Ao longo das primeiras décadas do século XX, algumas consolidações firmaram-se. Figuras como a professora, escritora e deputada Antonieta de Barros, constitui exemplo dessas articulações, visto ter alcançado um cargo político importante, como deputada estadual em 1934, a partir de vínculos envolvendo agremiações afros, elites políticas e projetos de educação como possibilidade de ascensão social.

Além do cenário regional, compete destacar conexões em âmbito nacional. A figura política do então presidente Getúlio Vargas era constante nas atas registradas pela União Recreativa 25 de Dezembro na década de 1950. Impossível saber se o presidente possuía tal

¹²⁶ Ata de reunião, União Recreativa 25 de Dezembro, Ata n. 7, 02 de fevereiro de 1951.

¹²⁷ LEUCHTENBERG, 2014, p. 225.

apreço em tempos de Estado Novo, visto que os registros encontrados são posteriores. Conforme aponta Petrônio Domingues (2004),

a implantação da ditadura “Varguista” do Estado Novo, em 1937, debelou com todas as entidades políticas, inclusive, com as organizações do movimento negro. Segundo a elite política do país, as lutas sociais dos negros eram perigosas, pois criavam um problema que presumivelmente não existia, o racismo, e colocavam em risco seu projeto étnico de Estado Nação. Por isso, após as comemorações do Cinquentenário da Abolição, o Clube Negro de Cultura Social, foi arbitrariamente fechado pelos órgãos de repressão do regime ditatorial do governo de Getúlio Vargas. Na verdade, a polícia política ainda permitiu que o Clube continuasse a funcionar, mas fez duas exigências: a supressão do termo negro e o fim das atividades políticas¹²⁸.

A partir da leitura de Domingues (2004), percebemos que o período ditatorial varguista impactou sobremaneira as formas de organização de grupos com origens africanas. Deve-se considerar ainda, que a Frente Negra Brasileira¹²⁹, importante entidade do período, transformada em partido político, teve sua atuação ceifada em 1937, com o advento do Estado Novo. Nesse sentido, muitas associações afros da época ficaram sob alerta, atentando para repressões do Estado contra suas formas associativas.

Interessante retomar questão destacada por Fabrício Romani Gomes (2013), em seu trabalho sobre clubes afrodescendentes na cidade de Caxias do Sul, pois, mesmo uma década após o Estado Novo, o Clube Gaúcho não detalhava em seu estatuto ser uma “organização negra”. “O estatuto do clube, publicado em 10 de fevereiro de 1955, dizia que ‘a sociedade compõe-se de sócios nacionais ou naturalizados que não respondem subsidiariamente pelos compromissos da sociedade’.”¹³⁰

Destacar a finalidade do clube como um espaço exclusivo para “negros” ou “homens de cor” poderia implicar complicações políticas para essas organizações, diferente de décadas anteriores, quando do surgimento do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux

¹²⁸ DOMINGUES, 2004, p. 76.

¹²⁹ A Frente Negra Brasileira surgiu em 1931, sendo fundada por diferentes militantes, intelectuais negros com o objetivo de “lutar por direitos e unir o povo negro”, além de consolidar espaços de sociabilidade para este. “Oficialmente, a Frente Negra Brasileira – União Político-Social da Raça foi fundada em 16 de setembro de 1931. Inicialmente, a entidade instalou-se em duas salas situadas no palacete Santa Helena, onde funcionavam a presidência, a secretaria geral, a tesouraria e a sala de reuniões” (PINTO, Regina Pahim. **O movimento negro em São Paulo: luta e identidade**. Ponta Grossa: Editora da UEPG; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013, p. 91). Ainda, segundo Pahim, o objetivo da Frente Negra era de integração do negro à sociedade e o acesso a direitos, não “para separação das raças, mas para educar os seus próprios elementos envergonhados de sua origem, demonstrando-lhes que ter o sangue africano não é vilipêndio.” (Rodolpho Xavier, Frente Negra Brasileira, transcrito do “Alvorada”, de Pelotas, *A Voz da Raça*, 1 (10) 20.05.1933, p. 4. Apud PINTO, 2013, p. 93).

¹³⁰ GOMES, 2013, p. 130-131.

(1920) em Florianópolis. As agremiações surgidas nas décadas de 1930 e 1940 tinham como “cenário” as transformações do Estado Novo e o ideal de construção de uma identidade nacional brasileira. No caso das associações de Florianópolis, raros foram os momentos de ênfase à cor dos integrantes dos membros dessas organizações.

Em análise de Muniz Sodré (2002), o Estado Novo, “por meio de um novo Pacto Social”, pretendia definição e consolidação de uma identidade nacional como “questão política crucial”¹³¹, cabendo, nesse intento, o “elemento negro”, desde que sua diferença “mítico-religiosa” não constituísse ameaça ou mobilizasse esforços de retorno à África, ou então, de “reterritorialização étnica dentro do espaço nacional brasileiro”. Tornou-se perceptível, tendo em vista as análises ora construídas, que não consistiu em meta alcançada, mesmo diante modelos ocidentais de organização cidadina e divisão territorial, cultural, social e simbólica.

Com base na documentação coletada, não conseguimos situar em que medida houve restrições aos brancos em suas participações no Clube Recreativo e Carnavalesco Brinca Quem Pode, enquanto na União Recreativa 25 de Dezembro esta delimitação estava mais demarcada e anunciada. Em ata de janeiro de 1951, “[...] foi apresentado e aprovado pela mesa não deixar-se dançar pessoas brancas neste salão [...]”¹³². Os integrantes da União, em sua maioria moradores da Rua Chapecó, atual Morro do 25, mantiveram firme a proposta de manutenção do clube enquanto espaço de encontros afrodescendentes¹³³.

O período, bastante marcado por tensões raciais, provavelmente, constituiu tais impedimentos, visto que elites senhoriais organizaram seus próprios clubes e criaram mecanismos de conter e impedir participação de em suas associações. Tal prática tornou-se política de diferentes agremiações, inclusive as esportivas, dado que muitas delas tinham jogadores afros em seus quadros, mas lhes era negado participar de momentos de sociabilidade nos clubes, tendo em vista o racismo e os impedimentos por conta da cor.

No entendimento de Maria das Graças Maria, a União Recreativa 25 de Dezembro foi, “durante muito tempo, espaço exclusivo de diversão da população afrodescendente, onde

¹³¹ SODRÉ, 2002, p. 70.

¹³² Ata de reunião, União Recreativa 25 de Dezembro, Ata n. 3, 03 de janeiro de 1951.

¹³³ “Não aceita brancos como sócios; apenas visitantes, que são autorizados a fazer gastos no bar, mas não a dançar. Somente a branca casada com negro ou mulato pode dançar livremente. Um branco, casado com mulher ‘de côr’, não pode, já que lhe é vedado tornar-se sócio. Outra situação em que o branco pode dançar é aquela ligada a uma festividade especial, promovida por um ou outro sócio, quando é êste o responsável pelo baile, tendo seus próprios convidados, brancos ou negros e mulatos.” (CARDOSO; IANNI, 1960, p. 180).

não era permitida a entrada de pessoas brancas na pista de dança. Brancos, só no bar.”¹³⁴ Pesquisadora de clubes afros em Florianópolis, a autora realizou entrevistas com ex-componentes dessas associações, que destacaram acesso de brancos ao clube, com limitação ao uso do espaço do bar, sem frequentar o salão de festas e os bailes, lazer exclusivo para associados afrodescendentes.

Ainda existiram “casos de clubes de negros que não aceitavam mulatos, em represália àqueles que eram exclusivos de mulatos, como o ‘Grêmio da Mocidade’, que funcionou em torno de 1910-1917.”¹³⁵ Também o 24 de Maio era exclusivo de “mulatos claros”, indicando hierarquias e tensões raciais relacionadas a tonalidades corpóreas. Situação análoga ocorreu em Laguna, resultado de cisão na Sociedade Recreativa União Operária, que ficou restrita apenas aos “mulatos”, enquanto os “pretos” fundaram o Clube Cruz e Souza, em 1906¹³⁶.

Fabrizio Romani Gomes, em estudo sobre associações negras em Caxias do Sul, analisa que lá também os brancos não podiam “votar, nem ser votados. O maestro Gama explica que ‘os brancos são maioria aqui, e se pudessem votar e serem votados, em pouco tempo o clube perderia suas finalidades principais...’”¹³⁷. Uma questão diferente merece nota, pois o número de brancos participando no Clube Gaúcho era grande e habilitá-los a votar ou ser votados significaria perda do controle de espaço criado e gerido por afros ao longo de toda a sua trajetória.

A atual memória popular de Florianópolis, diferente daquela divulgada pela mídia e por ideais à europeia, aponta para a existência de inúmeros espaços associativos gestados por afros em diversos momentos da história da cidade, mas, como destaca Ilka Boaventura Leite, o “esquecimento”¹³⁸ ou apagamento dessas memórias e suas interfaces são, sobretudo, ideológicos, visto constituir espectro de cidade considerada atrasada, pouco urbanizada. Nesse sentido, retomar aspectos dessas diferenças agremiativas afrodescendentes na cidade consiste em “quebra-cabeça” complexo e, nem sempre, conseguindo articular todas as peças,

¹³⁴ MARIA, 2013, p. 263.

¹³⁵ CARDOSO; IANNI, 1960, p. 180.

¹³⁶ ROSA, Júlio César da. Vivências de mulatos e pretos em Laguna: solidariedades e sociabilidades nos clubes União Operária e Cruz e Souza (1903-1950). *Revista MétiS – história e cultura*, vol. 15, n. 30, 2016, p. 269-294. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/4592>. Acesso em: 26 de dez. 2017.

¹³⁷ GOMES, 2013, p. 130.

¹³⁸ LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de Africanos em Santa Catarina: Invisibilidade Histórica e Segregação. In.: LEITE, Ilka Boaventura. *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

em função de formas de exclusão vivenciadas por estas populações, implicando em registros mais escassos e, muitas vezes, fugidios, de suas ações e práticas.

Em atenção ao propósito desta tese, conjecturamos em que medida estas associações articularam suas estratégias e visibilidade política junto a autoridades de então, formulando uma “narrativa de nacionalidade” a partir da figura de Getúlio Vargas. A União Recreativa 25 de Dezembro, em 1952, mobilizou recursos e pessoas para atividades em sua sede, bem como reparos e demandas de infraestrutura necessária. Ao mesmo tempo em que debatiam as obras para a sede, discutiam os valores necessários à aquisição de um vidro para o retrato do presidente Getúlio Vargas: “Quanto a retificação acima aludida, trata-se da importância de Cr\$20,00 destinada a aquisição de um vidro para o quadro do sr. Getulio Vargas, digo, com o retrato do Sr. Getulio Vargas.”¹³⁹

Tal retrato de Getúlio Vargas fora doação ofertada à diretoria pela cunhada de um dos membros da diretoria.

[...] Pediu a palavra o Sr. Epaminondas Vicente de Carvalho que informou a mesa que sua cunhada pretendendo presentear nossa sociedade com um retrato do Sr. Getúlio Vargas, pergunta si esta Diretoria aceita a oferenda. Posto o assunto em relêvo resolveu-se aceitar a gentil oferta.”¹⁴⁰

A oferta foi aceita e considerada “gentil”, valendo perguntar os motivos que teriam levado o clube a ter um retrato de Vargas e, mais, discutir isso em suas reuniões, deixando registro anotado. Conforme destaca Flávio Gomes (2005), diferentes agremiações negras mobilizaram seus associados em torno de uma agenda que envolvia a ascensão social por meio de alistamentos. Assim, a Frente Negra Brasileira (FNB), por exemplo, teria organizado uma campanha de alistamento para a Guarda Civil de São Paulo. “Naquela época, os efetivos da guarda eram formados, em sua esmagadora maioria, por brancos e estrangeiros. Uma comissão da FNB chegou a ser recebida pelo presidente Getúlio Vargas.”¹⁴¹

Esta articulação em torno da criação de “pelotões negros” destacou a FNB e muitos de seus associados, além de forjar uma espécie de relação entre a figura do presidente e o movimento negro do período¹⁴². Em 1932, a Guarda Civil alistou mais de duzentos negros,

¹³⁹ Ata de reunião, União Recreativa 25 de Dezembro, Ata n. 13, 05 de abril de 1952.

¹⁴⁰ Ata de reunião, União Recreativa 25 de Dezembro, Ata n. 8, 07 de fevereiro de 1952.

¹⁴¹ GOMES, 2005, p. 62.

¹⁴² Legião Negra de São Paulo: “Esse manifesto, publicado na grande imprensa paulista, era mais do que uma conclamação para os ‘homens de cor’ se alistarem. Era também uma espécie de carta de intenções endereçada

conforme Gomes,¹⁴³ enquanto Getúlio Vargas, de certo modo, alcançou um “status” no meio negro, sendo possível que sua interação com estes “pelotões” e suas reverberações em movimentos de classe e raça, tenham edificado relações mais próximas, induzindo diferentes associações a mobilizar o nome do presidente enquanto estratégia de manutenção de suas atividades, ou mesmo garantias de “estar dentro do regime”, das normas vigentes.

Podemos destacar que laços tecidos por agremiações afros envolviam diferentes categorias (órgãos de classe) voltadas para questões de trabalho, de classe e de raça, além de associações festivas, dançantes e carnavalescas. Nas atas da União Recreativa 25 de Dezembro sobressaem muitos desses momentos e parcerias entre diferentes organizações existentes na cidade, não apenas aquelas fundadas e geridas por afrodescendentes.

[...] Em seguida foi lida a correspondência recebida que constou de um ofício do 1º secretário pedindo licença por tempo indeterminado; da Associação Beneficente dos Pintores convidando a Diretoria para assistir a posse dos seus novos dirigentes e da União Beneficente e Recreativa Operária, agradecendo a comunicação de posse da Diretoria. [...] O Sr. Presidente informou que nossa sociedade fez-se representar na posse da nova diretoria da Associação Beneficente dos Pintores. [...]¹⁴⁴

A União Beneficente Operária, a Liga Operária e a Associação Beneficente dos Pintores eram órgãos de classe, articulando trabalhadores da cidade. No entanto, para além dessas, outras compunham o rol de relações, como o Recreativo Club Concórdia, existente na mesma região da União, mas voltado aos brancos; Unidos da Marinha, um bloco que sempre desfilava no carnaval da cidade; União Recreativa Estrêla do Oriente, Recreativo Club 19 de Agosto; além agremiações de origem africana participavam dos momentos celebrativos da União, sendo inúmeras as agremiações que aparecem nos registros da União Recreativa 25 de Dezembro, como “sociedades coirmãs”.

Ainda como ponto importante no entendimento a respeito dessas associações, faz-se necessário retomar o quesito da carteira social, documento emitido pela União. A sociedade

a vários setores sociais, aí incluídas outras associações negras. Sabe-se que, além das próprias tropas da Força Pública, diversos outros batalhões de voluntários (operários fabris e desportistas, por exemplo) contavam com negros. [...] Com tom semelhante àquele da FNB, mencionava ‘união’ e ‘pátria’, evocando igualmente ideias e percepções sobre nacionalismo, integração e diferenças raciais. A insistência do ‘nós’, no manifesto, deixava explícito o quanto de expectativas de cidadania e participação havia nos discursos políticos dos ativistas.” (GOMES, 2005, p. 73) No entendimento do autor, as divergências entre a FNB e seu apoio a “Vargas e a adesão da Legião Negra ao ideário revolucionário paulista, mais do que erro de ótica política de uns e manipulação de outro, permite avaliar o quanto de lógicas próprias havia em torno dos conceitos de cidadania, democracia e nacionalidade.” (GOMES, 2005, p. 75-76).

¹⁴³ GOMES, 2005, p. 62.

¹⁴⁴ Ata de reunião, União Recreativa 25 de Dezembro, Ata n. 5, 17 de janeiro de 1952.

estava organizando uma carteira social para seus associados, tal qual outras instituições semelhantes já o faziam. Em São Paulo, a Frente Negra Brasileira também emitia carteiras, pois “ter a carteira da FNB era motivo de orgulho para muitos. Eram respeitados pela polícia.”¹⁴⁵

A partir dessa compreensão, dimensiona-se a importância conferida aos distintivos que os clubes organizados podiam fornecer, em especial como ferramenta de “prevenção” ao preconceito, ou a expressões dele, como no caso de apresentar tal documento à polícia e ter sua integridade respeitada. Constituíam estratégias de sobrevivência frente uma sociedade racializada e marcada pelos estigmas da escravidão.

Desde chamadas para participação de solenidades de posse de nova diretoria, confraternizações, festivais e ofícios diversos de interesse das agremiações, diferentes foram os momentos em que estas associações estabeleceram contato e compartilharam apoios. Em relação à UBRO ou à União dos Pintores, a constar pelas profissões registradas nas fichas de sócios da União, muito provavelmente havia interesses em comum, em especial ligados ao apoio e suporte quanto às questões envolvendo relações de trabalho.

O expediente consta-se de um ofício vindo da secretaria da U.B.R.O. convidando esta diretoria para assistir a posse dos novos administradores daquela sociedade. Traz em conhecimento da mesa o sr presidente, que se fez representar junto do sr Tolentino Cruz. Naquela mesma entidade, por ocasião da referida posse.¹⁴⁶

Além de questões internas e sintonizadas ao âmbito específico de atuação de cada uma das agremiações, fatores e interesses políticos poderiam ser mobilizados, como mecanismo de alcance de direitos e, logo, luta por cidadania, ou enquanto possibilidade de angariar benefícios à própria associação. Nesse sentido, em 1956 a União Recreativa 25 de Dezembro foi considerada, pelo poder estadual, utilidade pública, por meio da Lei Estadual n. 1542, de 20 de outubro de 1956, pelo então Governador Jorge Lacerda.

As associações consideradas de utilidade pública eram aquelas legalmente constituídas no país, cujos relatórios apresentados para formulação do pedido comprovassem o vínculo com atividades educativas, de pesquisa científica, cultural, artística ou filantrópica. Em se tratando de uma entidade cultural, a União organizou a devida documentação e solicitou às instâncias cabíveis o pedido de utilidade pública, assim alcançado em 1956.

¹⁴⁵ GOMES, 2005, p. 51.

¹⁴⁶ Ata de reunião, União Recreativa 25 de Dezembro, Ata n. 12, 10 de maio de 1950.

Não causa estranheza que, poucos anos depois da “benfeitoria” àquela agremiação, comboio político “subiu o morro”, em época de eleição, no intuito de “arrecadar” eleitorado. Notícia do jornal *A Gazeta*, de 1959 evidencia acontecimento de cunho político na sede da União, no Morro do Chapecó¹⁴⁷. O evento era homenagem da agremiação ao político Jorge Lacerda, o mesmo que havia intitulado a associação como de utilidade pública. Como “reconhecimento”, a diretoria organizara uma solenidade e a “inauguração” de um retrato do governador, considerado pelo orador “grande amigo dos humildes e da gente modesta dos nossos morros”¹⁴⁸.

A campanha realizada na sede do 25 era para a prefeitura de Florianópolis, sendo o partido de Jorge Lacerda, a União Democrática Nacional (UDN), sintomaticamente, opositora à figura política de Getúlio Vargas, figura antes reverenciada pela mesma União Recreativa. Em delegação, diz a matéria, que saíram os udenistas crentes no apoio dos eleitores daquela comunidade, todavia os anos pós-Vargas suscitaram outros contornos à política local, incluindo estratégias e alianças entre grupos afro e elites políticas vigentes.

As sociedades recreativas suscitam compreender a diversidade de agremiações afros gestadas para fins diversos de interesse de populações que nelas viam possibilidades de organização social e cultural. Percebemos, com base em Cardoso (2012) e Costa Pinto (1998), que tais entidades, formadas pelo “elemento negro”, podem ser vistas como *tradicionais*, conforme análise deste último sobre o Rio de Janeiro, e como agremiações de “assimilados” mobilizando linguagem de combate ao racismo e às heranças da escravidão, de acordo com o primeiro, em referência a São Paulo.

Os caminhos traçados neste capítulo explicitam lutas culturais em uma sociedade racializada, embebida no passado escravista. A capital de Santa Catarina, a partir das fontes consultadas, revela preconceitos de cor em salões e bailes, enquanto as sociedades recreativas mobilizaram locais onde a população afrodescendente poderia brincar, divertir-se, dançar, sonhar e projetar futuros, de certo modo, distantes das constantes ojerizas sociais.

No entendimento de Flávio Gomes, “para que a almejada ‘igualdade’ entre negros e brancos fosse conquistada, a diferença muitas vezes teve de ser radicalizada”¹⁴⁹. A criação de clubes, territórios de lazer que chama de “análogos aos dos brancos – quanto aos códigos

¹⁴⁷ A notícia traz o nome do Morro do Mocotó no título, mas aborda o Morro do Chapecó ao longo do texto. Geograficamente, ambas as comunidades eram em locais distintos, atualmente, constitutivos do chamado Maciço do Morro da Cruz.

¹⁴⁸ Jornal *A Gazeta*, 20 de agosto de 1959.

¹⁴⁹ GOMES, 2005, p. 38.

de conduta e símbolos de status conquistados (no vestuário e na linguagem sobretudo)”, acredita ter sido forma de enfrentamento ao racismo e “diminuição do percurso em direção à ‘igualdade’.”¹⁵⁰

Atentar para essas experiências da diáspora remonta a entrelaçamentos e interações entre África e Brasil, em experiência interconectada¹⁵¹. No entendimento de Amailton Magno Azevedo e Maria Antonieta Antonacci (2012)¹⁵², necessitamos perceber africanos e seus descendentes em “circuitos Europa/África/Brasil, privilegiando mediações culturais da diáspora negra”. Articular memórias, saberes e fazeres em fluxos e refluxos Atlânticos implica compreender trajetórias, vivências, histórias além dominações coloniais.

Segundo Gomes (2005), na virada do século XIX para o XX e nas primeiras décadas deste, em várias regiões surgiram “associações, entidades e *clubs* formados por libertos e pela população negra – fossem eles de setores literários, operários ou recreativos em geral”. Reuniam-se e tratavam de assuntos de interesse dos “homens de cor” ou das “classes de cor”, sendo “impressas diversas ideias em vocabulário político próprio. Setores negros avaliavam suas inserções, demandas, normas, comportamentos, estratégias e atuação. Fundamentalmente, dialogavam entre si e com outros segmentos sociais.”¹⁵³

¹⁵⁰ GOMES, 2005, p. 38-39.

¹⁵¹ MOORE, Robin. Música Negra e a Diáspora: reflexões sobre o Caribe Hispânico. **Projeto História**, São Paulo, n. 44, jun. 2012, p. 305-319. (Tradução: Luciano Dutra). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6300/9826>. Acesso em: 21 set. 2017.

¹⁵² ANTONACCI, Maria Antonieta; AZEVEDO, Amailton Magno. Apresentação. **Projeto História**, São Paulo, n. 44, jun. 2012, p. 7-8. (Tradução: Luciano Dutra). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/13316/9834>. Acesso em: 21 set. 2017.

¹⁵³ GOMES, 2005, p. 78.

4 RANCHOS, CORDÕES, BLOCOS CARNAVALESCOS, ESCOLAS DE SAMBA

Este capítulo procura destacar a organização de blocos e ranchos carnavalescos, cacumbis e escolas de samba, retomando fazeres, saberes e produções de origem africana em espaços públicos e festivos, apresentando os momentos de festividades enquanto vivências comunitárias de reatualizações culturais na diáspora. Com base em estatutos, atas, fotografias, memórias, notícias de jornais e impressos diversos, sobre diferentes agremiações, procuramos, ao longo deste último capítulo, enfatizar visibilidades retomadas por mobilizações nas ruas.

A formação das escolas de samba data, em Florianópolis, da década de 1940. O carnaval, no entanto, constitui prática muito anterior, desde o século XIX, composto por sociedades carnavalescas, blocos, ranchos e, no século XX, corsos, cacumbis e escolas. Fantasias, coreografias, performances, formação em alas e composição musical em grupo traziam a público ritmos e cores das práticas festivas afros, marcando ruas da capital, impactando o cenário urbano, reformulando antigas procissões e cortejos festivos, com suas bandeiras, alas, porta-estandartes e grupos de afrodescendentes compartilhando suas celebrações.

4.1 DAS PROCISSÕES DE IRMANDADES RELIGIOSAS AOS DESFILES DAS ESCOLAS DE SAMBA: A RUA EM RITMOS AFRO-DIASPÓRICOS

Desde o início do século XIX, pelo menos, produziram-se registros inúmeros sobre práticas festivas africanas na cidade de Florianópolis. Viajantes europeus, em especial, construíram diferentes narrativas sobre essas vivências africanas na capital catarinense. Sob adjetivos depreciativos diante códigos culturais incompreensíveis a seus olhares europeus, cristãos, brancos e masculinos, as populações africanas aparecem sob estigmas.

No entanto, como apontamentos em trabalhos desenvolvidos sobre festas africanas no Brasil, estes registros, mesmo equivocados e portadores de preconceitos e menosprezos a culturas de matrizes africanas, contribuem no sentido de permitir aos estudiosos de culturas africanas, dimensionar aspectos culturais fugidios, quase nunca registrados por seus próprios protagonistas. Em críticas a estes documentos e seus suportes de memória, conseguimos

avançar num destrinchar de práticas africanas desde séculos passados, seus processos de afirmação no Brasil¹.

Segundo José Ramos Tinhorão², em trabalho que discute as procissões encenadas por leigos católicos afros em Portugal, havia uma exibição de alegorias, lendas, músicas, performances, em verdadeiros cortejos. Na visão do autor, essa forma de disposição espacial e funcional antecipava, “em quase seis séculos, a criação, nas escolas de samba brasileiras, das chamadas alas, destinadas exatamente a abrigar, durante as procissões carnavalescas, os vários blocos de foliões encarregados de ilustrar o enredo ou tema geral do desfile”³. A partir dessa interpretação, é possível dimensionar que muitos elementos constitutivos das procissões de irmandades católicas assemelharam-se, posteriormente, aos festejos e modos de “brincar” o carnaval, por meio de arranjos limitados a práticas dos três dias de festas.

Chamam atenção as procissões coreografadas, formando ruidosos corsos populares, em performances, animadoras comemorações religiosas, expressando, em folia, a devoção fervorosa, expansiva, contagiante⁴. Nos dizeres de George Andrews, a respeito da música africana e da diáspora, o “ritmo nos tira da rotina maçante da vida cotidiana, transformando a consciência, transformando o tempo, transformando e intensificando a nossa experiência do momento”⁵.

Manifestações culturais de matrizes africanas constituíram traços marcantes de práticas vivenciadas em solo brasileiro ao longo dos séculos. O raiar do século XX não foi muito diferente, apesar de suas especificidades, distinta organicidade e impactos de “ordem e progresso” da República. Como percebemos ao longo dos capítulos, a República remodelou ruas, mas também atuou sobre corpos, saberes e práticas. Na mira dessas intervenções, estavam tradicionais culturas afro-diaspóricas.

Nesse sentido, percebemos que formas organizativas, associações, clubes, agremiações diversas passaram por transformações na primeira metade do século XX, articulando saberes extraocidentais e construindo laços políticos capazes de fomentar políticas públicas necessárias a uma abolição incapaz de atentar para as demandas de libertos

¹ Para maiores informações a respeito de estudos críticos sobre relatos de viajantes e as possibilidades de trabalho com essas documentações, consultar: RASCHE, Karla Leandro. “Muito ruído e barulho pelas ruas”: festas de origem africana na Ilha de Santa Catarina nas primeiras décadas do século XIX. In: RASCHE; PINHEIRO, 2016, p. 227-251.

² TINHORÃO, 2012.

³ TINHORÃO, 2012, p. 17.

⁴ RASCHE, 2016, p. 194.

⁵ ANDREWS, George Reid. **América Afro-Latina, 1800-2000**. Tradução: Magda Lopes. São Carlos: EdUFSCar, 2007, p. 56.

e suas expectativas de vida. Assim, compreender as diferentes agremiações afros na capital catarinense, neste período, implica entender a dimensão política de suas vivências corporais e também estratégias de consolidação em territórios negros na cidade de Florianópolis.

O carnaval e as práticas em torno desse divertimento possuem origens mais remotas, anteriores ao século XX. Formas lúdicas de festejar constituíam vivências de reminiscências africanas registradas em irmandades leigas e relatos de viajantes desde, pelo menos, o final do século XVIII⁶. No entanto, dado que trabalhos anteriores já enfatizam essas experiências festivas, atentando aos recortes temporais estabelecidos para esta tese, debruçamo-nos sobre formas de viver o carnaval, por populações afros de Florianópolis, entre as décadas de 1920 e 1950.

4.1.1 Blocos, cordões e ranchos carnavalescos

Cordões, blocos e ranchos carnavalescos constituem formas organizativas do final do século XIX, permeados por foliões e uma corte real (no caso de cordões). Os cordões possuíam um estandarte, característica também das irmandades de origem africana, além de uma corte real composta por rei, rainha, príncipe⁷, etc., remontando novamente a práticas culturais festivas já vivenciadas pelas/nas irmandades. Elementos destas experiências associativas anteriores foram sendo reformulados, reeditados, reatualizados, atendendo expectativas e anseios dos grupos culturais. Também constituem elementos de conexão cultural entre irmandades e cordões, blocos e ranchos, o uso de diferentes instrumentos musicais, como o tambor, o cavaquinho, instrumentos de corda e sopro.

Conforme apontamos no trabalho *Irmandades negras: memórias da diáspora no sul do Brasil*⁸, as festas de africanos e afrodescendentes no Brasil compõem-se de ritmos, sonoridades e contornos que fogem a entendimentos e visões ocidentais. Os componentes do cortejo, como príncipe, princesa, músicos, uma figurante a conduzir o estandarte e o povo a prestigiar acontecimentos solenes em praça pública, aos olhos de todos formaram

⁶ RASCKE, 2016, em especial o capítulo 2, sobre as práticas festivas.

⁷ MESTRINEL, Francisco de Assis Santana. O samba e o carnaval paulistano. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, nº 40, fev. 2010, p. 3. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao40/materia06/texto06.pdf>. Acesso em 10 nov. 2017.

⁸ RASCKE, 2016.

comitivas desde o período colonial brasileiro, trazendo à tona viveres e saberes africanos pautados em formas próprias de viver o mundo.

Cacumbis, irmandades negras, congadas e folias de reis tornam-se alvo de políticas da Igreja em fins do século XIX e inícios do XX, no sentido de modelar e uniformizar o catolicismo⁹, tornando-o menos popular, mais centralizado e controlador de práticas devocionais. Vivenciou-se, a partir de então, de forma muito marcante em diferentes regiões do país, uma intensificação de posturas reguladoras da Igreja Católica, intentando controlar ritmos, instrumentos, sonoridades, cantorias, procissões e tantos outros elementos constitutivos da vivência religiosa de homens e mulheres leigas¹⁰.

Tal postura da Igreja diante de práticas devocionais leigas, articuladas a saberes e ancestralidades, muitas vezes não condizentes com orientações do novo catolicismo exigido como regra de devoção, pode ter contribuído para que novas formas de vivenciar saberes comunitários de matrizes africanas tenham se constituído. Nesse sentido, a primeira metade do século XX compõe-se de uma multiplicidade de agremiações, muito além das práticas de antigas irmandades leigas, preocupadas com novas formas de manutenção cultural.

Em Florianópolis, inúmeras dessas agremiações - como temos visto até o presente -, formaram-se nas décadas de 1920 a 1950, articulando demandas em torno da educação e do trabalho, do combate ao racismo, do direito à cidadania. Além disso, essas associações pautaram universos lúdico, seja em espaços de “salões” de clubes esportivos, sociais e recreativos, ou nos espaços públicos, em “retomada” das ruas, por meio das agremiações carnavalescas, como ranchos, cordões, blocos e escolas de samba.

Os diferentes grupos agremiados que analisamos desde agora eram, principalmente, compostos por moradores de regiões dos morros da capital catarinense. Apontada há muito por jornais, políticos e autoridades como região empobrecida e com problemas sociais, suas populações foram responsáveis, muitas vezes, pelo próprio meio de organizar estruturalmente suas ruas, casas e espaços públicos. Apenas no final de década de 1950

⁹ Muito sintomático perceber como diferentes aspectos de culturas de matrizes africanas se vinculam a práticas de catolicismo dito popular, dado seu caráter leigo, gerenciado e vivenciado pelos devotos, cujo poder de articulação e decisão em vida associativa são marcantes e possibilitados pela Igreja. Esta situação sofre alterações quando a Igreja Católica, por medida de Roma, no que se chamou catolicismo romanizador ou ultramontano, passa a atuar fortemente contra práticas antes realizadas pelas irmandades e outras associações religiosas de caráter leigo.

¹⁰ RASCHE, 2016; QUINTÃO, 2002b.

algumas regiões tiveram acesso a serviços públicos básicos, como calçamento de ruas, conservação de estradas¹¹.

Articulações políticas via associações, clubes e escolas de samba possibilitaram maior visibilidade à região que hoje forma o denominado Maciço do Morro da Cruz, permitindo que inúmeros serviços chegassem até essas populações, diante de muitas críticas, demandas, reclamações. Não obstante essas dificuldades com a invisibilidade dos poderes públicos, as organizações agremiadas lançaram, a partir de suas entidades, meios de visibilizar demandas sociais e seus universos culturais, ao passo que reivindicavam também direitos básicos de cidadania e condições de vida.

Os registros de jornais localizados em nossa pesquisa para esta tese começam a ser frequentes a partir de 1919, quanto aos movimentos e “brincadeiras” carnavalescas. Desde 1919 a 1960, último ano pesquisado, localizamos centenas de registros em diferentes jornais, em especial, *A República*, *A Gazeta* e *O Estado*, periódicos de circulação frequente na cidade de Florianópolis, conforme já destacado. Além disso, alguns outros informes, notas e notícias competem a registros publicados por outros jornais de menor circulação ou duração efêmera.

A partir de 1919 circularam uma série de informações sobre o carnaval e suas festanças ou folguedos, tanto antes do evento quanto depois, de modo a convidar a população a participar dessas festividades e depois avaliando os desfiles e os grupos mobilizados para aqueles dias carnavalescos. Noticiava *A República*, em fevereiro de 1919:

A nota iniciadora dos folguedos carnavalescos já foi dada no domingo, por um grupo garrulo das gentilíssimas senhoritas que, á tarde, percorreu, de automóvel, a Praça 15 de Novembro, entoando lindas canções.

[...] Á noite saíu do Club “Concórdia” um “cordão” carnavalesco, composto de endiabrados rapazes.

De automóvel percorreram varias ruas, ao som de um ensurdecador “Zé-Pereira”. Foi a nota retumbante que motivou grande contentamento popular.

Approxima se o carnaval com os seus delírios e a mocidade prepara se para festejal-o com todas as honras.

No proximo Domingo, apparecerão no Jardim Oliveira Bello, vários “cordões” carnavalescos que vão exhibir originaes fantasias.

[...] Ouvimos que alguns sócios da festejada sociedade “Tenentes do Diabo” pretendem organizar um préstito para o proximo carnaval.

¹¹ “Exemplo dessa abnegação e execução do seu Govêrno [prefeito Osmar Cunha], são as obras que se fazem construir nas ruas Monsenhor Topp, Crispim Mira, José Boiteux, tôdas paralelas entre si. Por ali sobem uma grande maioria dos homens que moram mais afastados da cidade. E outras vias públicas como as ruas Major Costa, Lages, Canudinhos, Campos Novos e outras, são reparadas para possibilitar o mesmo objetivo Governamental.” *Jornal A Gazeta*, 15 de novembro de 1957. Acervo da BPSC, setor de obras raras. As ruas mencionadas pelo jornal localizam-se nas bordas dos morros, sendo que as vias dos morros, efetivamente, começaram a ter algum tratamento mais adequado, apenas após esse período, ou seja, da década de 1960 em diante.

Os Clubs “12 de Agosto” e “Concordia” vão realizar deslumbrantes bailes á fantasia.¹²

A notícia do jornal, embora não apresente informações sobre quem especificamente eram os participantes desses festejos¹³, permite que, por meio da articulação com outras fontes - como as atas de clubes recreativos, estatutos e pesquisas acadêmicas já realizadas sobre o tema -, possamos dimensionar quais públicos eram enfatizados pelos jornais, representantes de elites locais ou camadas médias. Tanto o 12 de Agosto quanto o Concórdia eram clubes de classe média e média alta, cujos territórios festivos não eram frequentados por homens e mulheres de origem africana.

Entretanto, a mesma nota dimensiona os cordões carnavalescos – constantes em duas pequenas e pouco detalhadas linhas -, como grupos em comemorações no domingo, indicando que as agremiações articulavam seus divertimentos em dias diferentes, talvez como mecanismo de distinção social e exposição de suas riquezas. Enquanto os carros denotavam festejos brancos, os cordões permitem pensar em dinâmicas culturais de agrupamentos das camadas populares, fantasiados em desfiles de ruas, organizados em performances, possibilitando volteios, meneios, palmas, balanços e danças.

Notícias seguintes também mencionaram o uso de carros decorados, os chamados corsos, a transitar pela cidade em comemoração aos festejos do Momo. Ainda, “Hontem, véspera de carnaval, o Club Concordia abriu os seus esplendidos salões para a alegria e o arrasta-pé dos seus associados. Foi um baile como poucos, cheio de luz e de riso feminino [...]”¹⁴. Estas passagens, constantes nas páginas de jornais da época, enfatizam uma cidade e um carnaval alheio a populares, sem expressar perspectivas de uma cidade em movimentos afros. Estava mais para uma capital “moderna”, alinhada e higienizada, à europeia.

Nosso intento, no entanto, envolve analisar debates e informações presentes nas fontes de jornais, extraindo de suas entrelinhas a presença de grupos populares, seus

¹² Jornal *A República*, Florianópolis, 10 de fevereiro de 1919, número 113.

¹³ Como bem pontua Eric Brasil Nepomuceno, em relação às notícias de jornais sobre o carnaval, o que figurava em grande maioria eram informações sobre as grandes sociedades carnavalescas. “O maior espaço nas páginas de seus jornais era dedicado aos préstitos das Grandes Sociedades Carnavalescas e outras sociedades e grupos que almejavam chegar próximo da glória ostentada por Democráticos, Fenianos e Tenentes do Diabo. Sociedades como Estudantes de Salamanca, Progressistas da Cidade Nova, Piratas do Amor, Congresso dos Socialistas, Cavaleiros de São Potino entre tantas outras desfilavam anualmente, aumentando a concorrência das ruas nos dias de carnaval.” Consultar: NEPOMUCENO, Eric Brasil. **Carnavais da Abolição**: diabos e cucumbis no Rio de Janeiro (1879-1888). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2011, p. 169.

¹⁴ Jornal *A República*, Florianópolis, 1º de março de 1919, número 126.

movimentos e supervivências cotidianas, reavivadas em momentos de festejos, folguedos, comemorações e “brincadeiras” de carnaval. As festividades do carnaval aconteciam na Praça 15 de Novembro, no centro da cidade. Ao longo das décadas de 1920 e 1930, diferentes corsos¹⁵, ranchos, blocos e cordões foram se constituindo e participando desse festejo popular que tinha seus desfiles naquela praça.

Se na década de 1920, muitas notas da imprensa eram voltadas apenas a clubes e sociedades carnavalescas das classes abastadas, de algum modo, ao longo da década de 1930, em especial, os folguedos carnavalescos das camadas populares começaram a constar em páginas da imprensa, evidenciando clubes e sociedades recreativas, bailes e festas em salões e nas ruas, no espaço público, na forma de blocos, cordões, ranchos e escolas de samba. Essa incorporação dos festejos populares, em matrizes africanas, às notícias do carnaval dinamizou e ampliou abordagens sobre repertórios festivos desse período.

Que os valores grapos dos “FILHOS DA LUA”, “TIRA A MÃO”, “MOCOTÓ VEM ABAIXO”, “BRINCA QUEM PODE”, e outros componentes dos carnavais anteriores, se mirem no exemplo do “TUDO TOCA”!
 Venha para rua, minha gente!
 Largue o mofo das melancolias!
 [...] Segundo comentarios ouvidos ante-ontem a noite os grandiosos “blocos” dos reinados anteriores já estão se organizando.
 Prometemos, si vierem a rua, grande concurso!
 [...] Lord Tubarão.¹⁶

A chamada do editorial de *A Gazeta*, feito pela figura de um adepto do carnaval, apelidado de Lord Tubarão, aponta a presença dos blocos nas ruas da capital, ao mesmo tempo em que incita a população a participar dos festejos momescos. O Brinca Quem Pode, bloco vinculado ao também clube analisado no terceiro capítulo, figurava entre os mais ativos na cidade e sempre compunha os cortejos dos carnavais citadinos. O Mocotó vem Abaixo também era um bloco afro, cujo nome vinculava a prática do grupo ao morro onde

¹⁵ Os corsos não constituem nosso foco de análise nesta tese, pois, conforme estudo de Lisandra Barbosa Macedo (2011) sobre o samba em Florianópolis nas décadas de 1930 e 1940, estes grupos que desfilavam em carros pela cidade no carnaval eram das elites, tanto políticas quanto econômicas, das “grandes” sociedades carnavalescas, indicando que alguns grupos em festejo eram das classes mais abastadas. Nosso objetivo, no entanto, é perceber as manifestações festivas de agremiações de origens africanas. Concordamos com Silva (2008, p. 123), sobre os corsos e seus desfiles nos carnavais em São Paulo, que “Nos jornais, os destaques voltam-se às crianças das elites que desfilam nos carros das grandes sociedades carnavalescas, como os Democráticos Infantis, ou ainda, nos corsos das avenidas. As crianças das elites participam como protagonistas, e as das classes populares como espectadoras desses desfiles elegantes e, desconhecendo as leis, não resistem às serpentinas e aos confetes, abundantemente jogados nas ruas, e procuram, com sua coleta, munir-se desses suportes para também participar da brincadeira”.

¹⁶ *Jornal A Gazeta*, Florianópolis, 20 de janeiro de 1939, número 1350. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

os integrantes provavelmente residiam, o Morro do Mocotó, marcante por sua presença de africanos desde as transformações iniciais da República, no pós-abolição, território presente nas narrativas de Trajano Margarida, intelectual de origem africana bastante atuante e conhecido na cidade, morador daquele morro, onde também colhe memórias de sua avó Geralda, uma mulher ex-escravizada.

BRINCA QUEM PODE

Ao contrário do que noticiámos, o valoroso BRINCA QUEM PODE está ainda ensaiando com entusiasmo a sua buliçosa gente, motivo porque não apareceu nas ruas da cidade, na noite de ontem.

O “BRINCA” está [ilegível]avando feito e forte, e sabemos-lo disposto a conquistar a vanguarda da turma do barulho!

Que venha o “Brinca”!

Venha sambar

Com sua trinca

De arrazar!

Está em ativos ensaios, também, uma turma que promete “fincar o pé” na “Broadway” e só largar o “fandango” quando o “sol raiar no horizonte”!

- o -

Já sei ouviu a “batucada” no reduto do TIRA A MÃO.

Eles vêm á rua dum momento para outro.

A turma desta vez é só composta de “marmanjos”, gente porêm que “pega certo” e não larga com “duas conversas”!¹⁷

O bloco, mencionado nos jornais nas décadas de 1930 a 1950, em época de carnaval, aparecia constantemente, desde os destaques em relação aos ensaios do grupo até seus desfiles pelas ruas da cidade. A notícia de *A Gazeta* enfatiza o samba “de arrazar” realizado pelo “Brinca”, além de mencionar a “batucada” organizada pelo Tira a Mão, bloco bastante atuante na cidade e presente nas mídias impressas e nas vivências de carnaval por algumas décadas na capital catarinense.

Na sequência, uma fotografia da década de 1920 expõe elementos da configuração urbana da capital catarinense, enfocando a região nos entornos do Hospital de Caridade, situando, ao fundo à direita, a formação do Morro do Mocotó em andamento. A área, cuja vegetação foi alterada, contava com algumas ruas e casas, mas, grande parte ainda era pedra, sem infraestrutura como luz, água encanada e saneamento, serviços que chegaram a esta região apenas após a década de 1950.

¹⁷ Jornal *A Gazeta*, Florianópolis, 29 de janeiro de 1939, número 1356. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

Figura 12 - Hospital de Caridade, ao fundo o Morro do Mocotó (1920)



Fonte: Acervo da Casa da Memória.

Retomando a década de 1930, publicações veiculadas nos jornais enfatizavam o carnaval como festa tipicamente brasileira, destacando a música, a dança e os ritmos dos três dias de comemoração como uma característica deste festejo no Brasil e, não menos, na capital catarinense. “A farandula incandescente de musicas bonitas, dia a dia, está mais acesa. É uma caudal sensacional que borbulha forte em nossos ouvidos, através das emissoras cariocas. Uma batucada louca estremece os alicerces da tristeza brasileira”¹⁸. As emissoras de rádio tocavam as músicas do carnaval carioca, amplamente divulgadas em Florianópolis¹⁹. Tais composições também constavam em muitas matérias prévias ao carnaval, incorporando as letras, de modo que a população pudesse conhecer as canções.

Músicas consideradas “bonitas” faziam-se soar pelas emissoras, ao mesmo tempo em que traziam à tona “uma batucada louca” formada por grupos de “agitadores”, “reunidos

¹⁸ Jornal *A Gazeta*, Florianópolis, Sábado, 28 de janeiro de 1939, número 1356. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

¹⁹ Segundo Barbosa (2011, p. 65), “Com relação ao rádio, que foi um dos mais importantes veículos de comunicação e difusão cultural, principalmente no que se refere à propagação da música popular entre as décadas de 1920 e 1950, vale ressaltar que, em Florianópolis, até meados dos anos de 1940, o acesso ao rádio ainda era restrito a poucas casas. Somente as famílias mais abastadas tinham recursos para acessar as últimas novidades no campo da radiodifusão”. Mesmo diante de restrições em termos de acesso a determinados bens materiais como o equipamento rádio, em diferentes estabelecimentos ouvia-se rádio, possibilitando que notícias, comentários, músicas e modas divulgadas por este meio de comunicação circulassem bastante.

desordenadamente”, “aglomerados”, como sugere a farândula anunciada pela imprensa, constituindo memórias rítmicas de Áfricas em diáspora. Conforme Esiaba Irobi, as práticas performáticas africanas se reatualizaram na diáspora, criando tons, cores e contornos ressignificados, ao mesmo tempo em que rememoram vivências africanas em contextos de novo mundo²⁰.

Os anos de 1930 foram marcados pelo sucesso de Carmen Miranda²¹, tanto no Brasil quanto no exterior e, nos jornais locais, destacava-se o carnaval, a música considerada brasileira: “os sambas deliciosos, marchas eletrizantes, chôros ferventes, arrancam de nós outros um entusiasmo tipicamente brasileiro. Porque o brasileiro é francamente do ‘barulho’, carnavalescamente candidato ao mais endiabrado e tentador dos folguedos.”²² Aliado ao ritmo embalado pelas rádios, os blocos locais organizavam “brincadeiras” e seus próprios festejos de carnaval.

Sambas, marchas e choros foram intitulados “expressões musicais tipicamente brasileiras”, conectados ao entendimento de que todo brasileiro “é francamente do ‘barulho’”, adepto do carnaval, folguedo “endiabrado e tentador”. A matéria sinaliza dimensões de uma identidade nacional brasileira mobilizada pelo carnaval, “ritmo brasileiro” divulgado pelo rádio, veículo de comunicação utilizado por Getúlio Vargas em sua proposta de alcançar “todos os rincões” desse país.

Vozes, corpos e ritmos emergiram em coro, sons e cores na década de 1930, vindo a público viveres urbanos, muitas vezes embebidos em existências e saberes rurais, de matrizes africanas, em formas e arranjos carnavalescos, em fruições de tambores, cuícas, agogôs e urucungo (instrumento monocórdio). Em Florianópolis, personagem bastante conhecida da comunidade do Monte Serrat (antigo bairro denominado Morro da Caixa, Maciço do Morro da Cruz), o senhor Gentil do Orocongo, era exímio tocador e conhecedor da arte de confecção de tal instrumento africano, saber que aprendeu com vizinhos cabo-

²⁰ IROBI, 2012, p. 272-274.

²¹ “Mesmo com a desigualdade que imperava na hora da distribuição dos ganhos gerados pela rede de negócios montada em torno da mercadoria samba, este se converteria em ponto de atração e de encontro das mais diferentes classes sociais. Um Brasil, digamos, pluriclassista se reuniria e se conciliaria em volta do samba. Moda que se espalhava, sua mobilidade social abarcava amplos segmentos, como já documentava Josué de Barros numa composição de 1929, o choro ‘Se o samba é moda’ (lado B do disco de estreia de Carmen Miranda): *O samba era/ Original dança dos pobres/ E, no entanto, hoje/ Vive nos salões mais nobres/ [...] Ainda há quem diga/ Que o samba não tem valor/ Mas lá se encontra/ O deputado e o senador [...]*”. Consultar: PARANHOS, Adalberto. **Os desafinados**: sambas e bambas no “Estado Novo”. São Paulo: Intermeios, CNPq e Fapemig, 2015, p. 81.

²² *Jornal A Gazeta*, Florianópolis, 28 de janeiro de 1939, número 1356. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

verdianos moradores da cidade. Nascido em Siderópolis, pequena cidade ao sul do estado de Santa Catarina, Gentil Camilo do Nascimento Filho veio ainda criança para a capital, na década de 1950, onde residiu até seu falecimento em 2009, aos 64 anos.

Figura 13 - Gentil do Orocongo



Fonte: Blog da ALASI – Academia de Letras e Artes de Siderópolis²³.

Diferentes performances afros nas diversas regiões brasileiras movimentaram olhares e produções estéticas e culturais sobre práticas africanas nas Américas, vide exposição de Cecília Meireles²⁴ na sede do Pró-Arte no Rio de Janeiro em 1933, trabalho retomado em análise de Antonieta Antonacci, em *Memórias ancoradas em corpos negros* (2015).

Discutindo coreografias do carnaval, a autora, em narrativa da época, questionava “Que vêm a ser o batuque e o samba?”²⁵, ressaltando o batuque como “marcha cadenciada de um dos personagens, ladeando a roda que sustenta a música com cânticos e instrumentos, acompanhados de bater de palmas [...]”²⁶, da qual derivou-se a “capoeiragem”, uma dança de

²³ Disponível em: <http://alasisidera.blogspot.com.br/2011/08/homenagem-postuma-gentil-do-orocongo.html>. Acesso em: 20 dez. 2017.

²⁴ Importante obra reeditada em 2003, permitindo acesso a inúmeros registros narrativos e visuais sobre carnaval, macumba e batuques, oportunizando acessar memórias dessas práticas afro-diaspóricas na então capital federal.

²⁵ MEIRELES, Cecília. **Batuque, samba e macumba**: estudos de gesto e de ritmo, 1926-1934. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 54.

²⁶ Idem.

movimentos fortes e “consequências perigosas”, proibida pela polícia, dado seus movimentos e “ajuntamentos”²⁷.

Na visão da artista, no carnaval, o dançarino equilibra o próprio parceiro com os braços, ao mesmo tempo em que o desequilibra com o pé, tornando-se “frustrada a queda”, constituindo, em linguagem da época, o “brinquedo”, de “brincar” o carnaval²⁸.

No brinquedo também está de certo modo compreendido o samba – que é, naturalmente, sobrevivência de ritual de casamento, dado o ar contidamente erótico que conserva. Como o batuque, é uma dança ímpar, executada no meio de uma roda, que igualmente canta, bate palmas e toca tambores, pandeiros, cuicas, caixinhas e chocalhos²⁹.

Chama atenção a formação em “roda”, círculo de saberes, fazeres e sentires entremeados de instrumentos musicais completos pelo ritmo de palmas, dando compasso e andamento à performance festiva. Instrumentos de percussão aliados a sons produzidos pelo próprio corpo constituíam, e em tempos estado-novistas, continuaram a compor, expressões vigorosas de patrimônios culturais vivos em diáspora.

A década de 1930, marcada pelo Golpe do Estado Novo e pela idealização de uma cultura nacional vinculada ao futebol e ao carnaval, amplamente divulgada pela rádio, em programas como *A Voz do Brasil*, criado por Getúlio Vargas para informar a cada cidadão e cidadã brasileiros os atos realizados pelo governo, como uma espécie de “prestação de contas”, ao mesmo tempo em que enaltecia o regime³⁰.

Compete mencionar que, além dessa propaganda e/ou divulgação realizada via rádio em relação aos sambas cariocas, tivemos em Florianópolis a produção de sambas, canções carnavalescas, marchas e ranchos de artistas locais. Trajano Margarida, por exemplo, lançou na década de 1930 o livro *Canções Carnavalescas*, uma produção sobre o carnaval da cidade, contendo 10 canções diversas pautando o festejo popular, seus amores, dissabores, ritmo e esplendor. As canções carnavalescas pautam temas do cotidiano, destacando a própria ligação do autor com o carnaval, os blocos e os cordões; além de enfatizar questões

²⁷ MEIRELES, 2003, p. 55.

²⁸ MEIRELES, 2003, p. 56.

²⁹ MEIRELES, 2003, p. 58.

³⁰ A respeito do Programa *A Voz do Brasil* - criado em 1935, com o nome de Programa Nacional, transformado em *Hora do Brasil* e partir do Estado Novo em 1937, e, depois, em 1946, alterado para *A Voz do Brasil* -, consultar bibliografias específicas sobre o papel do rádio nas comunicações entre governo e população. Ver: MATOS, Lidiane Leite de. **Voz do Brasil: do Estado Novo ao século XXI**. Monografia para a disciplina de Projetos Experimentais (Comunicação Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Juiz de Fora, 2001; PEROSA, Lilian Maria F. de Lima. **A hora do clique: análise do programa de rádio A Voz do Brasil da Velha à Nova República**. São Paulo: Annablume; ECA-SP, 1995. (Selo Universidade; 34).

financeiras, a instabilidade, o gozo e a alegria do carnaval, o amor e a loucura durante os festejos, o encanto e a sedução, sempre ressaltando a importância de “aproveitar o carnaval”, pois ele “passa logo e vae embora”³¹.

Até o momento, em relação ao uso dessas canções carnavalescas nos festejos de momo da cidade, localizamos apenas um registro na imprensa, mas é provável que outros tantos grupos tenham incorporado as canções em suas dinâmicas e apresentações. Isso também porque o próprio autor era conhecido na cidade, inclusive como “poeta do povo” e atuante nos festejos. Em nota da seção carnavalesca de *A Gazeta*, consta que o bloco carnavalesco Chupa mas não engole anunciou, nos festejos de 1935, a “Canção Carnavalesca da autoria do poeta Trajano Margarida”. Apesar de detentor de nome inusitado e dúbio, o bloco citadino trazia à tona uma cidade cantada por Trajano, provavelmente a cidade que fazia sentido para os componentes desse mesmo grupo.

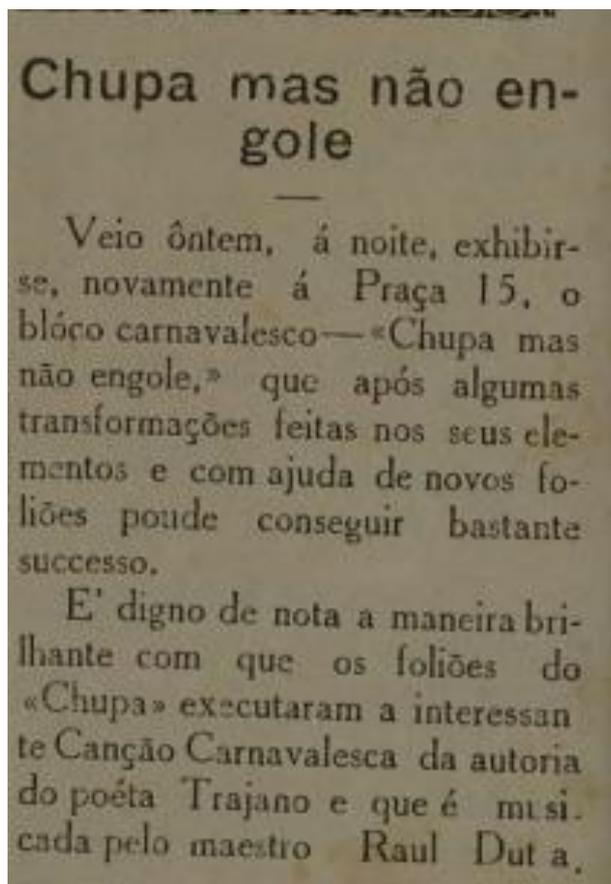
As poesias e as canções deste intelectual encontravam espaços nos jornais, em especial *A República* e *A Gazeta*, periódicos mais “abertos” à participação de “homens de cor”, como destacamos no capítulo 2 desta tese. Tais canções, muito provavelmente, compunham repertório de blocos, ranchos e cordões locais, assistidos por diferentes sociedades recreativas, dançantes, esportivas e população em geral, espectadora do carnaval desfilado na Praça 15 de Novembro.

O poeta, marcado por memórias e vivências da avó, ex-escravizada, carregava em suas letras e canções, saberes de tradições orais afro, articulando, por meio de escritas carnavalescas, “arquivo e repertório”, como salienta Diana Taylor (2013), consistindo em assentamento considerado arquivo por seu papel arquivado, ao passo em que o repertório consiste em sistema não arquivado de registro da performance, “um sistema de aprendizagem, armazenamento e transmissão de conhecimento”³², que se reatualiza a cada encenação ou performance, refazendo-se.

³¹ MARGARIDA, Trajano. Viva quem goza. In: MARGARIDA, Trajano. **Canções Carnavalescas**. Florianópolis: Typ Schuldt, 1930.

³² TAYLOR, 2013, p. 45.

Figura 14 - Notícia sobre o bloco carnavalesco Chupa mas não engole



Fonte: *A Gazeta*, 01 de fevereiro de 1935³³.

As canções carnavalescas de Trajano Margarida possuem trechos para efetivação em coro, indicando que, a cada revivência performativa experimentada no carnaval, exprimem-se “roteiros que não reduzem os gestos e as práticas incorporadas à descrição narrativa”³⁴. Em canções de carnaval, os coros entoam, em grande medida, a alegria do festejo, do canto e dos gozos do período. “Por isso alegres/ Sempre a cantar/ No Carnaval/ Viemos gosar”³⁵.

Ainda, o coro pedia que o carnaval nunca morresse: “Que seja eterno/O nosso mal/ Que nunca morra/ O Carnaval”. A estrofe final da mesma canção, mas em trecho posterior, retomava: “Si houver quem nesse dia/ Não demonstre o seu prazer/ É que vive sem ventura/ - Deve pois logo morrer”³⁶. Vozes, corpos e ritmos em cortejo teciam as ruas de “de

³³ Acervo da BPSC, setor de obras raras. Jornal digitalizado e disponibilizado em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/agazeta/1935/GAZ1935138.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2017.

³⁴ Idem.

³⁵ MARGARIDA, 1930.

³⁶ Idem.

sobrevivências africanas, suas tendências artísticas e musicais”³⁷, refazendo memórias em diáspora, por meio do coro, de estrofe curta e “embalada” ao formato de espécie de fácil memorização.

Desde os registros efetuados em regimes de administradores coloniais, a cantoria, percebida em festividades de matrizes culturais africanas, envolvia instrumentos, danças e “coro de acompanhamento”³⁸, ressaltando vivências e rememorações comunitárias em diáspora. Os trechos cantados em coro, formação presente nas diversas canções carnavalescas compostas por Trajano, ressignificavam antigas práticas de origens africanas, simbolizando repertórios de memória musical afro-diaspórica.

O Chupa mas não engole consta em diferentes registros jornalísticos da década de 1930, tanto em *A Gazeta* quanto em *O Estado*. Em 1934, saiu às ruas com uma música de “Papai Noel”, talvez como uma forma de “explicar” e/ou ironizar seu próprio nome, pois uma das estrofes da marchinha enfatizava:

Papai Noel
Na noite de natal
Chupou suas balas de Mél,
- Pensou no Carnaval.³⁹

Além do “Chupa”, outros blocos estavam no rol dos grupos organizados para proporcionar ritmos e canções carnavalescas. O Tira a Mão, era “afamado pela sua orchestra e sambas [...] com as suas saltitantes e alegres canções”⁴⁰. O Brinca Quem Pode estava sempre atento e preparado para “levantar a taça” nos concursos carnavalescos. Também os blocos Sem Ceroulas e Eu Vou Chorar compunham os desfiles das ruas florianopolitanas.

A respeito da nomenclatura de blocos e cordões, Maria Clementina Pereira Cunha (2001) destaca uma passagem de cronista carnavalesco do Rio de Janeiro, atribuindo características e adjetivos negativos aos moldes “de brincar” desses grupos. Dominó Azul, o cronista, sinalizava como “boçais de africanismo” os “intitulados e sambadores cordões carnavalescos”, afirmando serem calamitosos os títulos com os quais se identificavam e a “estupidez da maioria das figuras, das estronicações dos cantos inexpressivos e,

³⁷ PINTO, 1998, p. 249.

³⁸ RODRIGUES, Nina Raymundo. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Madra, 2008, p. 141.

³⁹ Jornal *O Estado*, 2 de fevereiro de 1934. Acervo da BPSC, setor de obras raras. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1934/EST19346106.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2017.

⁴⁰ Idem.

principalmente, às asneiras e desencabimentos dos versos detestáveis quer como rima e metro, quer como expressão significativa.”⁴¹

Calamidade consiste em desgraça, catástrofe, infortúnio. Aplicar tal adjetivo aos nomes escolhidos para os cordões indica atributos pejorativos sobre estes agrupamentos. Provavelmente, blocos, cordões e ranchos eram nomeados a partir de características do grupo mobilizador daquele cortejo, aliando território, aspectos sociais e culturais. Ainda, muitas vezes, esta nomeação poderia ter vínculo com alguma pilhéria, zombaria ou piada, fazendo surgir o Sem Ceroulas ou o Chupa Mas Não Engole, por exemplo. Ambos destacavam palavras de cunho sexualizado em seus títulos, não sabemos se tratavam-se de críticas a situações do período, figuras políticas ou ironias do universo popular, num jogo de palavras bastante peculiar.

Outros blocos, no entanto, continham nomes vinculados a mocidade, flores, bichos e críticas sociais ou ironias com as questões da sociedade. O carnaval de 1923 trouxe nota sobre os blocos Bicharada, Flor da Mocidade, Cacumbis, Yayá olha o prego e Alscacianos⁴². Alguns buscavam retratar suas heranças culturais, como o cacumbi, outros remetendo a um “tipo de ironia bastante comum entre os ranchos”⁴³, como era o caso de Yayá olha o prego, bloco cuja nomenclatura crítica e irônica assemelhava-se à postura dos ranchos.

Cunha (2001) ressalta que, em muitas situações, os títulos dessas agremiações eram usados como pretexto para impedir seu desfile, saída às ruas, isso porque “indivíduos considerados suspeitos”, pela polícia, poderiam esconder, sob as fantasias e seus adereços, objetos considerados perigosos, como navalhas ou punhais. Inúmeros foram os enfrentamentos entre esses espaços de festejo popular, em especial, marcados por códigos de culturas de matrizes africanas, e a repressão policial, que via nesses agrupamentos, um cenário de “meliantes”⁴⁴.

Em outras ocasiões e situações, os blocos remetiam também a regiões, bairros, ruas ou comunidades as quais pertenciam. O Unidos do Chapecó, já presente nos “folgedos de Rei Momo, nos anos anteriores”⁴⁵, indicava a relação com a rua Chapecó, área onde fundaram em 1933 a União Recreativa 25 de Dezembro e, onde, posteriormente outra agremiação vinha à tona, mencionando a ideia de união. Matéria de *A República* de 1956

⁴¹ *Fon-Fon*, 18 de fevereiro de 1909. Apud: CUNHA, 2001, p. 205.

⁴² *Jornal A República*, Florianópolis, 11 de fevereiro de 1923.

⁴³ CUNHA, 2001, p. 171.

⁴⁴ CUNHA, 2001, p. 203-207.

⁴⁵ *Jornal A Gazeta*, 14 de janeiro de 1956.

evidenciava a existência do bloco há alguns carnavais, “revolucionando” as “artérias públicas, com seus sambas, reco-reco, tamborins, cuícas, e acima de tudo com o gingar gostoso de suas ‘cabrochas’”⁴⁶.

O agrupamento dispunha de instrumentos cujas sonoridades irrompiam em forma de sambas e danças gingadas, enfatizando vozes da diáspora. Com “desdobramentos gestuais e percussivos”⁴⁷, corpos afros carregavam memórias encharcadas de movimentos e vivacidade. Denominação da época, estigma da escravidão e marca do racismo, “cabrochas” – significante mesmo de mulata - eram as jovens mulheres de origens africanas a gingar naquele bloco, em ritmo de seus instrumentos e musicalidades.

No compasso dos blocos, compete retomar o Brinca Quem Pode, em notícia datada de 1935, quando chama atenção para o grupo do clube recreativo e carnavalesco, de mesmo nome, mas que, naquele ano, o mesmo clube saía às ruas com dois blocos, sendo o Bloco da Thesoura uma “novidade” nos festejos momescos daquele ano. O “Brinca” parecia disputar o título de melhor do carnaval. Além disso, o grupo já estava conhecido em outros lugares, inclusive na então capital federal, o Rio de Janeiro.

Segundo a notícia, o Brinca Quem Pode recebeu, de admiradores do Rio de Janeiro, “samba, marchas e canções”, dentre as quais a notícia indica uma que tinha nome dedicado ao próprio clube/bloco. Oportunamente, na mesma nota, o Clube Carnavalesco e Recreativo Brinca Quem Pode aparece como organizador de outro bloco, o Bloco da Thesoura, articulado para “sahir à rua por todo este mês”, “precedido de um afinado chôro”⁴⁸. O bloco da região do Largo 13 de Maio⁴⁹, situava-se nas proximidades dos antigos bairros da Toca – local de pescadores, nas imediações do Hospital de Caridade -, e do Campo do Manejo – onde ficava o Quartel⁵⁰.

⁴⁶ Idem.

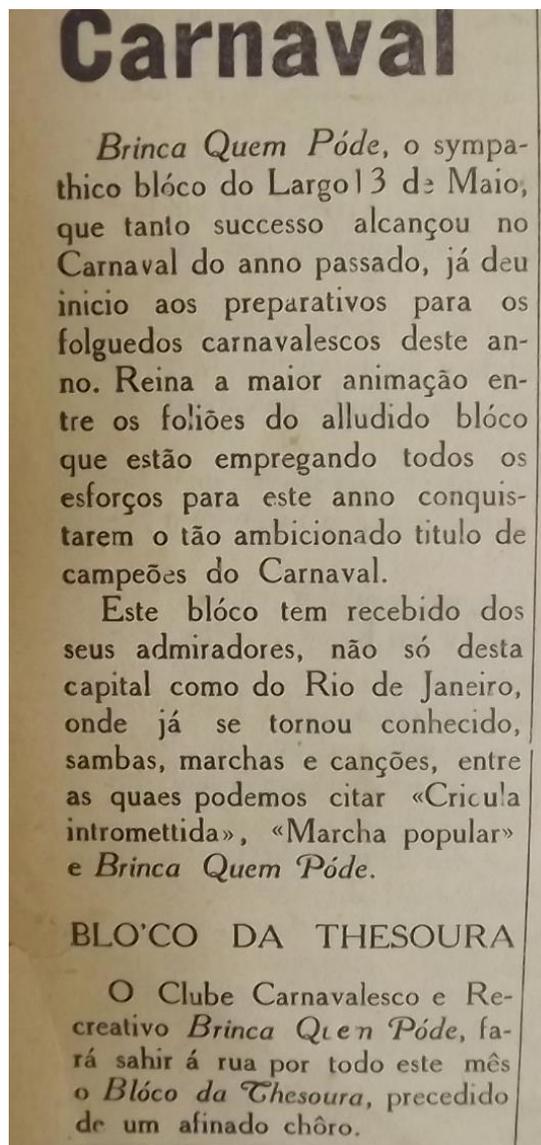
⁴⁷ ANTONACCI, 2015, p. 206.

⁴⁸ Jornal *A Gazeta*, 05 de janeiro de 1935. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

⁴⁹ Segundo André Luiz Santos, “Em 1887, chegavam verbas concedidas pelo Ministério do Império para aterrar a área lodosa da cidade, e iniciava o aterro da Praia do Menino Deus, que no passado era o local principal de despejos dos “tigres” na parte Sul da cidade. A praia foi aterrada com material de uma barreira próxima na Base do Morro da Boa Vista, próximo a Toca, um lugar que viria a ser conhecido como Morro do Governo. Esse aterro formou o Largo 13 de Maio”. Consultar: SANTOS, 2009, p. 479. A área, aterrada, recebeu o nome de Largo 13 de Maio em homenagem à Abolição da escravidão. Ainda, compete destacar que essa região era bastante próxima ao território que se formou no morro, o Morro do Mocotó, onde atualmente se situa o túnel Antonieta de Barros.

⁵⁰ CARDOSO, 2008.

Figura 15 - Notícia sobre o Brinca Quem Pode no carnaval de 1935



Fonte: Jornal *A Gazeta*, 05 de janeiro de 1935.

Diversos pontos chamam atenção nessa notícia, desde os elementos que ligam o bloco a algum grupo similar no Rio de Janeiro e suas articulações em torno do carnaval, até o nome de *Thesoura*, nomenclatura de antigo “jornal crítico e noticioso” de Florianópolis, cuja redação não temos conhecimento exato de quem o produzia, mas, por algumas de suas notícias e questões pontuadas em debate, permitem discutir posicionamento e possíveis relações dentro da cidade, envolvendo “homens de cor”. Não sabemos se o bloco retomava, em alguma medida, o nome do antigo periódico, existente nas décadas de 1900 e 1910, mas,

o fato de aquele jornal ter entre suas pautas os debates em torno do racismo e do caso envolvendo Ildfonso Juvenal e Altino Flores - assunto abordado no capítulo 2 desta tese -, pode suscitar alguma possível conexão.

O periódico *A Thesoura*, em 1916, posicionava-se favorável a Ildfonso Juvenal, diante do ataque que este havia sofrido de Altino, caso que circulou na imprensa local, tendo adeptos ao sofrimento causada à pessoa de Ildfonso, como também defensores de que Flores não havia sido racista em suas palavras. Ainda, naquele ano, *A Thesoura* dera espaço em suas páginas para que o intelectual pudesse expor seus comentários sobre o fato. Oportunamente, o jornal defendia Ildfonso e o categorizava como colega. “Não podemos deixar passar sem o nosso protesto, as injurias atiradas contra o nosso collega Ildfonso Juvenal, publicadas no jornal ‘O Olho’⁵¹, por um dos seus redactores”⁵², era o que constava no início da matéria favorável a Ildfonso e contrária à postura considerada injuriosa racialmente.

Em relação ao Brinca Quem Pode, não sabemos quais eram seus componentes, o que dificulta tecer maiores possibilidades e articular redes. Mas, cabe constar que o Bloco Thesoura⁵³, por esta agremiação carnavalesca criado, talvez envolvesse a participação de algum ou alguns dos intelectuais antes redatores naquele jornal; ou, então, em se tratando de uma agremiação de origem africana, procurasse trazer, de forma lúdica, alguma referência aos debates do passado, que, provavelmente não eram apenas do passado, envolvendo racismo e discriminação ou injúria. Seria o *Bloco Thesoura* uma reatualização do debate em torno do preconceito de cor? O que, exatamente, procurava “tesourar”? Quais debates suscitava por meio das canções e dos ritmos do bloco, durante todo o mês em que circulou pelas ruas da cidade? Infelizmente, dadas as limitações e fontes, não o sabemos.

O Brinca Quem Pode atuava anualmente no carnaval, aparecendo com frequência na imprensa, sempre caracterizado por diversos elogios e brincadeiras, convidativas também aos interessados em carnaval. Chamava todos a “brincar”, “somente não brinca quem não pode ou é reumático”. Além disso, disputava troféus nos carnavais da cidade, e muitos foram os seus prêmios em concursos dessa natureza.

⁵¹ No acervo da BPSC não consta este número do jornal *O Olho*, então, infelizmente não acessamos o teor do conteúdo publicado. No entanto, a partir do exposto no capítulo 2 desta tese, por meio dos debates nos jornais *A Verdade*, *Folha Rósea* e *O Albor*, supomos que os embates tenham seguido o mesmo teor.

⁵² Jornal *A Thesoura*, 20 de fevereiro de 1916, 2ª fase, número 1. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

⁵³ Em 1936 o bloco fez-se presente nos festejos carnavalescos também: “A cidade foi visitada ontem pelo ‘Bloco da Tesoura’, composto de elementos do ‘Brinca Quem Póde’. Agradou muito porque as ‘tesouras’ eram boas...” (Jornal *O Estado*, 1 de março de 1936. Acervo da BPSC, setor de obras raras).

Na capital catarinense, o “Brinca” era muito “querido pelos foliões da Ilha”, além de organizar “grande soirée dansante”, tendo alcançado “sucesso nas lides carnavalescas anteriores”⁵⁴. Os anos seguintes foram marcados também pela “turma do Brinca”, chamando atenção a referência ao bairro da Figueira como território do grupo, diferentemente de registros posteriores, que apontam a região do “pé do morro do Mocotó” como área do bloco carnavalesco.

Os nomes constantes da comissão de “avaliação” do bloco possuem vínculo com elites políticas locais, além de interesses vinculados ao carnaval, mais propriamente. Assim, receber a “taça” de campeão de blocos pode significar arranjos políticos construídos pelo grupo, articulados a modelos ocidentais de atuação. Nesse sentido, intenções rememorativas retomando universos culturais africanos escapam a registros “de arquivo” da imprensa e também de comissão organizada para “julgamento”.

No entanto, em termos de performances estéticas, sintonizadas a repertórios – “efêmeros, de práticas/conhecimentos incorporados”⁵⁵ -, grupos carnavalescos afro encenam a memória incorporada, por meio de performances, gestos, movimentos, danças e cantos, conhecimentos não reproduzíveis, não arquiváveis, tornados únicos, reatualizados a cada nova encenação/rememoração. Importa refletir acerca de expressões de blocos, ranchos e cordões carnavalescos em termos de conhecimentos reatualizados e vivenciados de modo único, “efêmero”, “não reproduzível”, mutável e participado, pois “repertório requer presença”, visto que a performance “ao vivo” não “pode ser captada ou transmitida por meio do arquivo”⁵⁶, apenas do vivido.

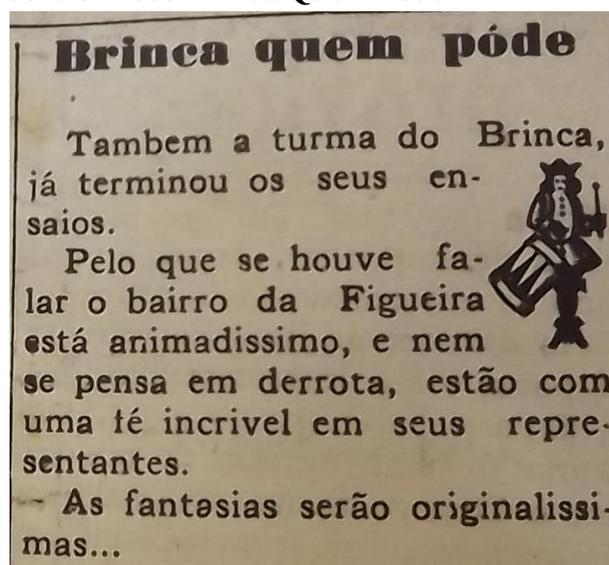
A notícia vincula o bloco ao bairro da Figueira, região que no século XIX era o segundo maior bairro de presença de populações de origem africana na capital catarinense. Datada de 1941, a matéria enfatiza que o bairro se mostrava confiante quanto ao grupo organizado pelo bloco, “animadíssimo, e nem pensa em derrota”. Além disso, o grupo organizava-se em ensaios e fantasias que prometiam ser originais. Faltam-nos informações a respeito dos trajes escolhidos para as fantasias, dos materiais utilizados, das cores e das canções selecionadas para cada apresentação desse bloco.

⁵⁴ Jornal *A Gazeta*, Florianópolis, 25 de janeiro de 1939, número 1353.

⁵⁵ TAYLOR, 2013, p. 48.

⁵⁶ TAYLOR, 2013, p. 50.

Figura 18 - Notícia sobre o Bloco Brinca Quem Pode



Fonte: *A Gazeta*, 21 de fevereiro de 1941.

Ensaaios - refazendo repertórios e atitudes performáticas - e fantasias “originais” - possibilitando transfigurações e recriações -, configuravam marcações do bloco em períodos pré-carnaval, além sentidos exercidos em presenças dos três dias de festejo. No âmbito de saberes em afro-diáspora, as tradições são armazenadas no corpo e transmitidas “ao vivo”⁵⁷, como os desfiles únicos movidos a canções ou enredos.

Chama atenção a vinculação entre bairro e agremiação. A Figueira⁵⁸, historicamente, concentrava uma grande quantidade de atividades mercantis e de transporte, com trabalhadores e trabalhadoras a procura de um emprego ou serviço. Nos dizeres de Cardoso (2008), tratava-se de uma área popular, local de trabalhadores do mar, espaço onde também, na década de 1920, surgiu o *Figueirense Foot-Ball Club*.

Se combinarmos com as centenas de marinheiros de outras plagas, nacionais e estrangeiros, e dos praças da Marinha de Guerra, dá para imaginar a espantosa concentração de africanos e afrodescendentes em uma pequena região. Não por acaso, a Figueira tornou-se célebre palco de pequenos incidentes policiais durante todo o período estudado. Soldados, marinheiros, estivadores, criados, policiais, calafates, carpinteiros, vadios de todas as ordens pareciam adorar aquele bairro à beira-mar [...].⁵⁹

⁵⁷ TAYLOR, 2013, p. 55.

⁵⁸ A respeito do bairro da Figueira na segunda metade do século XIX e de sua “fama”, Cardoso (2008, p. 69), assim o descreve: “Por outro lado, a presença de trapiches, estaleiros, armazéns e inúmeras casas de negócios, hotéis, padarias e boticas transformou a região em uma ativa zona produtiva e, ao mesmo tempo, atraiu centenas de miseráveis de todas as matizes em busca de trabalho e moradia. Era uma área ativa e perigosa, denominada Figueira, onde nem mesmo as forças de segurança pareciam estar a salvo.”

⁵⁹ CARDOSO, 2008, p. 101.

Aquele bairro popular, no “coração da cidade”, e no “coração da torcida”⁶⁰, seja pelo Figueirense ou pelo Bloco Carnavalesco Brinca Quem Pode, movimentado pelo porto e pelos “pequenos incidentes policiais”, durante a segunda metade do século XIX e também as primeiras décadas do século XX, como apontam os jornais pesquisados para esta tese, compunha-se de uma infinidade de expectativas, projetos e sonhos, desde as lutas por cidadania até visibilidade, seja por meio do seu clube de futebol, ou do grêmio carnavalesco, espaço do bloco.

Retomando a presença de outros blocos na cidade, as décadas de 1930 e 1940 renderam muitos carnavais. Os blocos Brinca Quem Pode, Os Bororós e o *Catumby* sintonizaram ritmos do carnaval do período. O Brinca “desfilou brejeiro e buliçoso pelas ruas da cidade”, Os Bororós⁶¹ compunham uma “destemida ‘tribu’ carnavalesca e o *Catumby* “desfilou Domingo pelas ruas movimentadas”.

**Carnaval! Carnaval!
Chegou-ô-ô-ô!...**

[...] O acolhimento que o BRINCA QUEM PODE teve por parte de todos nós, bem demonstra o quanto é querido pelos foliões da Ilha. De passagem para a sua grande soirée dansante a valorosa gente do “BRINCA” não pôde deixa de rever a nossa “Broadway” onde já tem obtido tanto sucesso nas lides carnavalescas anteriores. Foi incontestavelmente um desfile que boliu com os brios de muito moço componente de outros não menos gloriosos bandos desta bôa terra!

Por isso estamos certos, que a destemida “tribu” canibalesca e feroz dos “BORORÓS” querera mostrar sua bravura “bicavando” defronte ao ponto certo de combate: “Confeitaria Chiquinho”. É ali mesmo que os BORORÓS vão “comer” muita taça bonita, si é que desejam uma “reentrée” gloriosa para este ano! [...] A DANSA DO CATUMBY desfilou Domingo pelas ruas movimentadas, causando um sucesso relativo, demandando após para o distrito João Pessôa.

Eta bicharada bôa mesmo!⁶²

O Brinca Quem Pode apresentava-se constantemente pelas ruas florianopolitanas, figurando como um dos blocos mais conhecidos da região. Mas, a partir dessa matéria, direcionamos destaque à participação dos Bororós⁶³, bloco cujo nome remonta a um povo

⁶⁰ Expressão utilizada no trabalho de conclusão de curso sobre a fundação do Figueirense: FELIPPE, 2001.

⁶¹ Localizamos registros desse bloco carnavalesco em diferentes décadas, demonstrando tratar-se de agremiação duradoura e bastante marcante no carnaval.

⁶² Jornal *A Gazeta*, Florianópolis, 25 de janeiro de 1939, número 1353.

⁶³ “O termo *Bororo* significa, na língua nativa, ‘pátio da aldeia’. Não por acaso, a tradicional disposição circular das casas faz do pátio o centro da aldeia e espaço ritual desse povo, caracterizado por uma complexa organização social e pela riqueza de sua vida cerimonial. A despeito de hoje terem direito a um território descontínuo e descaracterizado, o vigor de sua cultura e sua autonomia política têm atuado como armas contra os efeitos predatórios do contato com o ‘homem branco’, que se estende há pelo menos 300 anos.” Consultar: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/bororo>. Acesso em: 03 dez. 2017.

indígena da região do atual estado do Mato Grosso. Não sabemos os motivos que levaram o grupo a escolher este nome, mas, uma série de adjetivos utilizados nas notícias dimensionam uma conotação bastante agressiva e rude ao grupo, como os termos “bravura”, “tribo canibalesca”, “antropófagos”, denominações presentes nas notas de jornais sobre o bloco nomeado acima. Duas décadas após registro, o bloco carnavalesco ainda desfilava sua “tribo” destacada pela “originalidade”⁶⁴.

Interessante perceber, nesse bloco, conexões de universos culturais indígenas e africanos, interligando instrumentos de caça e vestimentas de povos nativos brasileiros e a figurante rainha, personagem fundamental no catolicismo tradicional de irmandades com matrizes afros. “Os Bororós, com suas lanças, tradicionalmente de tangas, passaram trazendo a rainha, que dançava com o cacique”⁶⁵. A rainha, liderança africana em cortejos e pomposidades festivas, e o cacique, liderança indígena, compunham casal performático do bloco, apresentando ao público espectador, interações em performances dançantes.

Em relação ao *Catumby*, sinônimo de cacumbi ou cucumbi⁶⁶, de algum modo, começou a ser incorporado aos festejos carnavalescos. Informações disponíveis sobre este cortejo no carnaval, enquanto bloco, suscita dimensionar diferenciações entre algumas práticas do cacumbi devoção, vinculado às matrizes religiosas de um catolicismo leigo, e o cacumbi praticado em encenações carnavalescas.

De acordo com Eric Brasil Nepomuceno (2011), necessitamos entender os possíveis sentidos de se “colocar na rua uma sociedade carnavalesca (não mais grupos religiosos ou homenagens fúnebres, mas uma agremiação voltada primordialmente para a festa de Momo) constituída a partir de elementos culturais e sociais de matriz africana” tendo se passado, no caso do Rio de Janeiro, mais de “trinta anos após a extinção do tráfico atlântico de escravos”⁶⁷. No caso de Florianópolis, já se iam quatro décadas da Abolição.

Na capital do então Império, o jornal *Gazeta de Notícias*, nos idos de 1886, noticiava a participação do cacumbi no carnaval:

⁶⁴ Jornal *A Gazeta*, 13 de fevereiro de 1959.

⁶⁵ Jornal *O Estado*, 24 de fevereiro de 1955. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

⁶⁶ Eric Brasil Nepomuceno (2011), chama atenção para a presença dos cucumbis no carnaval carioca a partir de 1884, segundo notícias veiculadas em jornais da época. “A partir de 1884, porém, uma nova denominação aparece nos jornais pesquisados: são os Cucumbis. São apresentados simploriamente como grupos carnavalescos compostos exclusivamente por homens e mulheres negros, que se vestem, cantam, dançam e narram histórias à moda africana. Assim como os Zé-Pereiras, os Cucumbis representam uma possibilidade de ação coletiva nos dias de carnaval, mas trazem consigo também formas de identidade diferenciada, à medida que possuem critérios especiais na aceitação ou não de membros.” (NEPOMUCENO, E., 2011, p. 169).

⁶⁷ NEPOMUCENO, E., 2011, p. 201.

À tarde passaram os Cucumbis pela Rua do Ouvidor, parando em frente as redações dos jornais, onde executaram umas danças cheias de circunstâncias e cumprimentos a uma dama que vinha vestida de rainha e a um homem com umas barbas muito grandes e muito pretas, que devia ser o rei.⁶⁸

As características descritas pela imprensa carioca em fins do século XIX revelam a presença de um rei e uma rainha, enaltecidos por um grupo que executa “danças cheias de circunstâncias e cumprimentos” ao “casal” protagonista. A notícia carrega similaridades a um relato de viajante presente em Desterro, Ilha de Santa Catarina, setenta anos antes, em 1815, descrevendo a experiência de um agrupamento de origem africana cantando e dançando nas ruas da cidade, envolta de um homem e uma mulher trajados com adereços de plumas e espelhos, além da presença do som de *kalimbas* e também do choro em grupo, rememorando Áfricas no Brasil⁶⁹.

O relato, de início do século XIX, permite evidenciar aspectos das culturas africanas em diáspora e a semelhança deste registro com a publicação veiculada na imprensa do Rio de Janeiro, ressaltando permanências e resistências culturais dessas matrizes afro-diaspóricas. Com o passar do tempo, em meio a transformações na sociedade e também nos ideais de urbanização e remodelação a partir da República, as práticas de povos de origem africana reatualizaram seus meios de manutenção e preservação.

Diante dos embates com a República e a Igreja Católica, talvez o espaço encontrado pelo cacumbi tenha sido o carnaval⁷⁰, mantendo sua tradição de celebração pelas ruas da cidade. Evidentemente, não podemos afirmar que a prática ocorresse do mesmo modo há décadas, mas, importa perceber que, de algum modo, o cacumbi era vivenciado, performatizado, constituindo memórias culturais. Esta prática, na cidade de Florianópolis, ainda carece de estudos, e sua “apresentação” no carnaval, enquanto um bloco carnavalesco com diferentes componentes, suscita indagações.

⁶⁸ Jornal *Gazeta de Notícias*, 03 de setembro de 1886 apud NEPOMUCENO, E., 2011, p. 203.

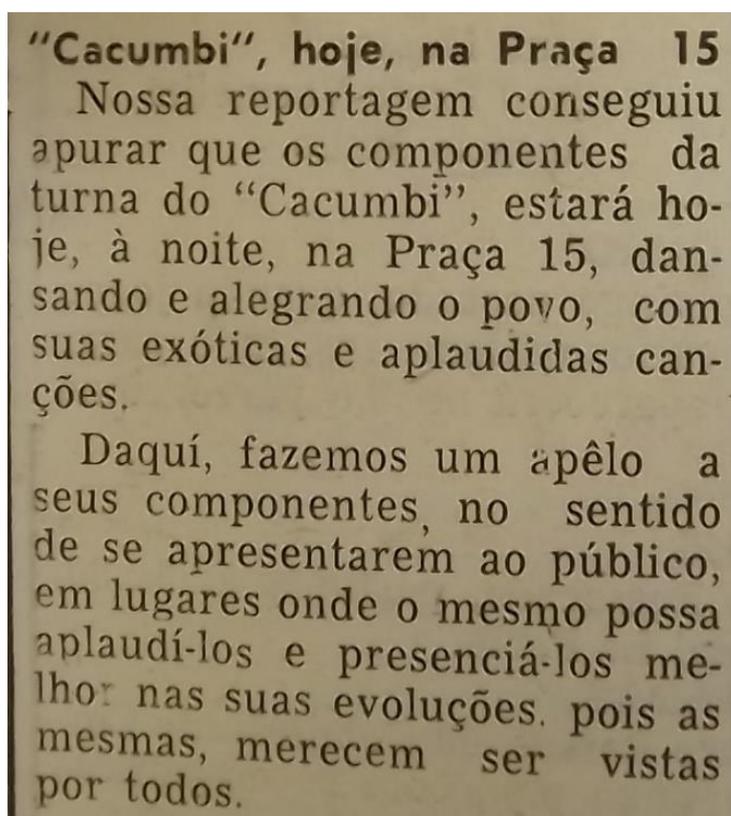
⁶⁹ RASCHE, 2016, p. 166-170.

⁷⁰ “A presença dos Cucumbis Carnavalescos não deve ser compreendida, como muitos jornalistas coevos fizeram, como apenas manifestação do exótico, da inocência de uma ‘raça afetiva por excelência’, que estaria fadada ao desaparecimento. Precisamos ir além dessa interpretação simplista (que acabou sendo compartilhada por muitos pensadores que entenderam experiências similares como meras sobrevivências do passado).” (NEPOMUCENO, E., 2011, p. 213). Ainda, segundo Eric Brasil Nepomuceno: “Defendo que, como a participação dos diabinhos, a presença cada vez mais impactante dos Cucumbis Carnavalescos a partir do ano de 1884, está diretamente relacionada a essa nova cultura política de liberdade, que vem sendo construída no Rio a partir de diversas frentes (abolicionismo parlamentar, imprensa, participação popular, seja de escravos ou livres) e que tem no carnaval um vetor de criação, transformação e representação.” (NEPOMUCENO, E., 2011, p. 217).

Em que medida o cortejo carnavalesco do cacumbi carregava traços do cortejo realizado outrora em homenagem à Nossa Senhora do Rosário? Quais as músicas entoadas pelo grupo? Quantos componentes faziam parte da apresentação? A encenação mantinha elementos do cortejo que reverenciava a santa em suas lembranças de Áfricas? Por que existem tão poucos registros sobre este bloco nos carnavais? Estas são apenas algumas das questões possíveis. Além disso, não sabemos também a origem do grupo de cacumbi no carnaval, tampouco elementos de suas vestimentas, encenações públicas e cantorias.

Quase duas décadas após a veiculação da matéria de 1939, em 1957 a imprensa retoma a presença do cacumbi no carnaval e destaca a importância de o grupo se apresentar ao público, permitindo a todos e todas que conheçam as “suas evoluções”. Assim como tantos outros, o cacumbi integrava territórios de matrizes africanas que, “ao se constituírem além da presença dos cidadãos negros também foram resultado das impressões simbólicas deixadas por aqueles sujeitos históricos de descendência africana”⁷¹.

Figura 16 - “Cacumbi”, hoje, na Praça XV de Novembro



Fonte: Jornal *A Gazeta*, 17 de fevereiro de 1957.

⁷¹ MARIA, 1997, p. 125.

Conhecer o cacumbi enquanto um território negro contribui para entendermos sua sobrevivência por mais de século em Santa Catarina, articulando saberes de tradições orais, religiosidades e formas de manutenção cultural. Ao longo das duas décadas que separam as matérias de jornais, podemos perceber que, de modo bastante sintomático, o cacumbi aparece referenciado como prática que merece ser vista por todos. No entanto, a narrativa de 1957 ressalta a dança como “exótica”, sendo “aplaudidas as suas canções”.

Diante da afirmação do jornal, parece-nos que a notícia se assemelha a antigos relatos de viajantes europeus do começo do século XIX, incapazes de compreender as sonoridades produzidas por corpos e instrumentos de origem africana, em linguagens, códigos e saberes distintos ao universo cristão, branco, ocidental. O excerto, veiculado por *A Gazeta* em 1957 impacta pela conotação pejorativa em relação ao bloco, pois o termo exótico, há muitos séculos tem sido utilizado para classificar “o outro”, o não compreensível, o não civilizado, o oposto do progresso e da ordem, conceitos tão caros à República.

Entretanto, as evoluções mencionadas pela imprensa permitem perceber cadências ao ritmo de instrumentos musicais, em movimentos coreografados. O “quesito” evolução nas escolas de samba, já existentes naquele período, remete às danças realizadas em sintonia ao ritmo do samba, observando-se jogos de ir e vir, expressões corporais fluídas, espontaneidade e envolvimento total do corpo, articulado ao compasso musical. Nesse sentido, depreende-se da matéria, que o cacumbi, em seu cortejo, performaticamente, continha danças e ritmos (evoluções), vibrações, agilidades, empolgações e fluências de matrizes africanas, que “mereciam ser vistos por todos”.

Ao mesmo tempo, taxar as canções do grupo de “exóticas e aplaudidas” sugere a permanência de viveres ainda incompreensíveis para a sociedade ocidental, abrangente, modernizadora e higienizada republicana. Provavelmente, o “exótico”, ou o folclórico, muitas vezes assim nomeados, refere-se a postulados europeizantes sobre formas lúdicas de diferentes povos. No entendimento de Eric Brasil Nepomuceno (2011), os “Cucumbis Carnavalescos não representam apenas uma reprodução de antigas festas coloniais. Eles eram uma manifestação mais ampla, uma elaboração criativa de seus participantes estabelecendo um diálogo entre as novas formas de se brincar o carnaval”⁷². Segundo ele,

⁷² NEPOMUCENO, E., 2011, p. 218-219.

essa manifestação festiva pública continha “elementos das congadas, dos reisados, das festas das irmandades religiosas, dos cortejos fúnebres, de embaixadas africanas [...]”⁷³.

Localizamos, em *A República*⁷⁴, registro datado de 1923, afirmando a presença de um bloco carnavalesco intitulado cacumbi, sugerindo que há mais de três décadas essa agremiação compunha agrupamento marcante do carnaval da cidade, apresentando-se nas ruas em dias festivos. Entretanto, o cacumbi, enquanto prática festiva expressa no carnaval de Florianópolis, nem sempre figurou nas páginas dos jornais. Não sabemos se sua atuação em festejos dessa natureza foi frequente, tampouco constante.

Assim também, várias outras formas carnavalescas surgiram, atuaram, se transformaram e desapareceram. Clubes, sociedades, grêmios, grupos, cordões, blocos, ranchos e escolas nasceram ao longo das últimas décadas do século XIX e primeira metade do século XX, mas muitas tiveram caráter efêmero, o que não impede nomeá-las, quando possível situar nomes e expressões, e analisar seus impactos e suas performances em renovações de heranças culturais, silenciadas, esquecidas.

Segundo trabalho realizado por Renata de Sá Gonçalves, sobre o carnaval no Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX, uma infinidade de agremiações “iam e vinham, mudavam de nome, mudavam de sede com frequência”⁷⁵, pois os arranjos para manutenção dessas associações no carnaval eram muitos e envolviam diferentes fatores, como organização, estrutura, equipe e participação comunitária, além de algum recurso financeiro que possibilite arcar com os custos das fantasias, dos materiais e equipamentos necessários.

Nesse sentido, é possível compreender porque muitas agremiações tinham vida curta, ou não saíam todos os anos, dadas as condições que se faziam necessárias para isso. Assim, as grandes sociedades carnavalescas, tanto do Rio quanto em Florianópolis, sempre presentes nas páginas da imprensa, com seus frequentadores e apoiadores, diferentemente de blocos, ranchos, cordões e escolas populares, vivenciavam situações distintas quanto aos arranjos necessários para “fazer o bloco passar”.

De acordo com interpretação da autora, os ranchos foram os primeiros grupos carnavalescos a se apresentar no carnaval com músicas ou canções próprias. Enredo,

⁷³ NEPOMUCENO, E., 2011, p. 219.

⁷⁴ Jornal *A República*, 11 de fevereiro de 1923. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

⁷⁵ GONÇALVES, Renata de Sá. Os ranchos carnavalescos e o prestígio das ruas: territorialidades e sociabilidades no carnaval carioca da primeira metade do século XX. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 71-80, 2006, p. 72. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tecap/article/view/12622/9800>. Acesso em: 01 dez. 2017.

linearidade no cortejo e formalização de uma estrutura de ensaios e desfiles conformavam organização, seguida depois também pelas escolas de samba⁷⁶. No entendimento de Gonçalves, esse modelo possuía definições “artísticas e estéticas, seguindo um padrão próprio e criativo de organização associativa e organização de desfile”⁷⁷.

Em Florianópolis, muitas vezes, ranchos, blocos, cordões e até mesmo escolas de samba acabaram sendo tratados quase como sinônimos em registros da imprensa, além da nomeação indiscriminada, ora aparecendo de uma forma ora de outra. Isso dificulta a sistematização das informações e a compreensão de ações e componentes de cada organização, mas, algumas vezes, pela forma em que os grupos eram apresentados e pelos pequenos sinais que determinada matéria evidencia, torna-se possível cunhar termos relativos a experiências dessas agremiações carnavalescas.

O Brinca Quem Pode, como evidenciado ao longo desses dois últimos capítulos da tese, aparece nomeado como bloco carnavalesco, enquanto algumas outras agremiações, como Dião e Narciso, ora registrada como escola de samba ora como bloco carnavalesco, dificultam a compreensão de sua atuação no carnaval, além do que, tratou-se de agremiação efêmera, talvez por isso, tão pouco mencionada e estudada pela historiografia catarinense voltada aos festejos carnavalescos.

Também a Embaixada Copa Lord, fundada como escola de samba em 1955, consta como rancho em 1956, na imprensa e na premiação recebida no carnaval. O concurso de blocos, ranchos e escolas de samba acontecia na segunda-feira de carnaval, e a comissão⁷⁸ daquele ano resolveu estabelecer um “julgamento comum” às diferentes formas de agremiações carnavalescas, gerando desconfortos. Assim, escolas, blocos e ranchos seriam “julgados” a partir de mesmos critérios, ainda que contassem como formas distintas de organização e vivência do carnaval.

O Clube 12 de Agosto (bloco), a Filhos de Netuno (Escola de Samba), a Protegidos da Princesa (Escola de Samba), a Copa Lord (Rancho) e a Alvim Barbosa (Escola de Samba) são referenciadas como agrupamentos organizados em desfile no carnaval daquele ano. Nas modalidades rancho e bloco apenas duas agremiações se apresentaram, enquanto três foi o número de escolas de samba, segundo a matéria. A Protegidos foi classificada como

⁷⁶ GONÇALVES, 2006, p. 72.

⁷⁷ GONÇALVES, 2006, p. 76.

⁷⁸ Comissão composta por Martinho Haro (pintor), Mozart Regis (Pituca) (radialista, ator, roteirista), Julio Cesarino da Rosa, Adão Miranda, Onaldo Pinto de Oliveira (engenheiro).

“indubitavelmente” a melhor, ao passo que a Filhos de Netuno recebeu registro de “melhor batucada”. A notícia não explica os motivos que levaram a comissão a unificar o julgamento, apontando tratar-se “apenas” de uma “necessidade”. Ainda, procurando evitar problemas, visto que tal prática provocou “desagrado” da Protegidos. Tentando abafar a situação, o jornal assim narra:

Os dirigentes da escola-de-samba “Protegidos da Princesa” demonstraram seu desagrado pela classificação, indo ao ponto de se apresentarem com fumo representando luto. Como se vê, foi uma natural incompreensão desses dirigentes, fomentada, aliás, por alguns radialistas, que opinavam sem conhecimento de causa. Coisas do Carnaval!⁷⁹

A avaliação atribuída pela Comissão causou indignação à Protegidos da Princesa, escola que se sentiu lesada pela forma como os trabalhos foram encaminhados. Segundo livro de memórias de Aberlardo Henrique Blumemberg (Avez-Avous)⁸⁰, um dos fundadores da Embaixada Copa Lord, a Protegidos estava sem desfilar desde o carnaval de 1950 e, naquele ano de 1956, ressurgiu, alcançando o 2º lugar. No entanto, a agremiação recusou-se a aceitar esta colocação, recorrendo a laços com políticos diante do acontecido.

Dias após, ante nossa perplexidade, uma representação da Protegidos, a convite do governador do Estado, Dr. Jorge Lacerda, adentra o palácio governamental para ser agraciada com um troféu em desagravo ao título de Vice-Campeã⁸¹.

O antigo fundador da Copa Lord e mesmo o jornal não detalham pormenores envolvendo este acontecimento. Seria a tensão causada pelo fato de todas as agremiações terem sido alocadas, pela comissão, em mesmo “patamar” para julgamento? Caso a avaliação respeitasse as categorias de bloco, rancho e escola, os resultados seriam distintos. Quais critérios conduziram a opção da comissão pela “junção”? Ainda, por que a Copa Lord, fundada em 1955 como escola de samba aparecia na categoria de rancho em 1956?

Diferente tipo de agremiação carnavalesca, o rancho apresenta enredo dramático-musical, contendo formas cênico-musicais, contando com alegorias e divisão em alas fantasiadas atrelados a um enredo, tratava-se de organização similar às escolas de samba. À medida em que estas foram surgindo, os ranchos entraram em declínio no carnaval brasileiro.

⁷⁹ Jornal *A Gazeta*, 13 de fevereiro de 1956.

⁸⁰ BLUMEMBERG, Aberlardo Henrique. **Quem vem lá?** A história da Copa Lord. Florianópolis: Editora Garapuvu, 2005.

⁸¹ BLUMEMBERG, 2005, p. 23-24.

Interessante também, na atuação desses grupos, o desenvolvimento de músicas e articulações com outros repertórios presentes no carnaval.

No entendimento de Araújo et al. (2005), os ranchos possuíam “consideráveis naipes de sopros e cordas”⁸², sendo que, provavelmente os músicos responsáveis pela performance musical nestes grupos, também atuavam em outros espaços durante o ano, procurando “viver de música”⁸³. Considerando essa interpretação, em que medida as bandas contratadas pela festejos e comemorações em clubes e sociedades afro teriam relação com esse intento de promoção de músicos afro enquanto possibilidade de “viver de música”? Seriam as mesmas bandas ou os mesmos componentes? Pandeiristas e bateristas contratados pela União Recreativa 25 de Dezembro também seriam músicos em ranchos ou escolas?

Quanto a bandas, instrumentos musicais e alterações rítmicas de músicas carnavalescas e mesmo de bandas organizadas em clubes recreativos, Lisandra Barbosa Macedo (2011), em estudo sobre o samba em Florianópolis nas décadas de 1930 e 1940, percebe que muitos sambas e canções brasileiras sofriam novos arranjos a partir de instrumentos diferentes, como os grupos de *jazz-bands*⁸⁴, em que “saxofones, trompetes e trombones, entre outros instrumentos de sopro” alteravam o arranjo do samba composto a partir de terreiros e comunidades rurais (samba rural), cujos instrumentos eram basicamente de percussão e cordas⁸⁵.

A partir de considerações da autora, podemos vislumbrar que pandeiristas e bateristas contratados pela União Recreativa 25 de Dezembro, por exemplo, mantinham, talvez, proximidade com arranjos “mais antigos”, ainda não tão impactados pelos instrumentos de sopro das *jazz-band*. Vemos, no entanto, que a Banda da Força Pública e a Sociedade Musical Amor à Arte, ambas envolvidas em inúmeras atividades festivas, inclusive no carnaval citadino, incorporaram elementos e instrumentos musicais que permitiam novos arranjos.

⁸² ARAÚJO et al. Entre palcos, ruas e salões: processos de circularidade cultural na música dos ranchos carnavalescos do Rio de Janeiro (1890-1930). *Em Pauta*, v. 16, n. 26, jan./jun. 2005, p. 73-94. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmPauta/issue/view/704/showToc>. Acesso em: 5 dez. 2017.

⁸³ ARAÚJO et al, 2005, p. 82.

⁸⁴ Matéria publica em *A Gazeta*, sobre a origem do *jazz-band* aponta a trajetória desse gênero em Florianópolis e as bandas atuantes desde o final do século XIX na modalidade. Segundo a notícia assinada por XISTO (pseudônimo), a banda Trajano, existente desde 1883, era formada por “pretos”, sendo que o mestre Estelita tocava “ophiclido”, ou seja, oficlíde, instrumento de sopro. “Seja dito de passagem que o seu instrumento de muita idade, estava crivado de furos, os quaes tapava com cêra, para evitar a fuga do sopro...” (Jornal *A Gazeta*, 24 de agosto de 1934).

⁸⁵ MACEDO, 2011, p. 82.

Figura 17 - Parada militar, 1924



Fonte: Acervo da Casa da Memória.

Em relação a este instrumental e às bandas mencionadas, compete destacar a presença significativa de homens afro em suas composições, dado que a Força Pública constituía também uma oportunidade de ascensão social no período. Assim, conforme visualizamos na figura, o agrupamento musical, além do destaque aos instrumentos de sopro, também possui visivelmente as marcas de origem africana em seus componentes, bastante distintos pelo instrumental de sopro, ao lado esquerdo da fotografia.

Ainda, em termos de instrumental e presença afro, a *Jazz Band* da Força Pública - instituição para a qual o intelectual Ildefonso Juvenal trabalhou durante muitos anos (1923-1948) -, por meio de registro fotográfico, permite dimensionar sopros e cordas desenvolvidas por membros afro em composição e disposição do agrupamento. Ao lado esquerdo da fotografia a seguir, os músicos também consolidam sua participação em trombones e trompetes, além da presença de um bandolim⁸⁶, bem ao centro. Um dos componentes, à direita, parece segurar instrumento mais para cima, sem que, no entanto, seja possível identificar do que se tratava. Seria um instrumento de percussão, como um agogô, por exemplo?

⁸⁶ No Brasil, o bandolim, o cavaquinho, a flauta e o violão são conjunto básico para execução de choros.

Figura 18 - Jazz-Band da Força Pública



Fonte: Álbum do Centenário da Força Pública de SC – 1835-1935.

A forte presença de componentes de origens africanas na Banda da Força Pública merece destaque também em relação ao bloco⁸⁷ criado pelos membros dessa instituição. Consideravelmente presente nas páginas dos jornais, em especial *A República* e *A Gazeta* - onde, não por acaso, Ildefonso Juvenal publicava contos e opiniões -, o Bloco Tira a Mão era formado por elementos da Força Pública de Santa Catarina:

O bloco Tira a Mão, composto de elementos da Força Pública, fez domingo uma passeata pelas ruas centraes, cantando ao som de orchestra bregeiras canções carnavalescas da lavra dos srs. Capitão Manoel Pinheiro e tenente Ildefonso Juvenal, musicadas pelo primeiro.

O conjunto harmônico foi [...] ovacionado.

O bloco Tira a Mão reapareceu, terça feira, porém com fantasia elegantíssima, que impressionou agradavelmente.

⁸⁷ “Quanto às características do carnaval florianopolitano das décadas de 30 e 40, percebe-se que, em meio aos desfiles dos corsos, das grandes sociedades e dos bailes, há um notável crescimento no número das organizações carnavalescas chamadas blocos.

Os periódicos analisados entre janeiro a março, entre o final da década de 20 e final da década de 40, demonstram um crescimento no número de blocos, orquestras e bandas musicais. Nota-se que alguns aparecem em um determinado ano e no seguinte, não são mais citados.” (MACEDO, 2011, p. 89).

Cerca de 50 rapazes trajando tolete branco picareta, tendo a frente uma *balisa* e precedido por uma afinada orquestra, exibiu-se, cantando canções carnavalescas. Pela sua originalidade e pelo apurado gosto de sua phantasia, o bloco mereceu os mais merecidos elogios. O *Tira a mão* esteve também no Estreito, onde foi muito aplaudido⁸⁸.

A notícia enfatiza a presença do então tenente Ildefonso Juvenal, na ocasião citado como compositor de “brejeiras canções carnavalescas” tocadas por uma orquestra em passeata do bloco pelas ruas centrais da cidade. Chama atenção a atribuição dada às canções, pois brejeira pode denotar uma brincadeira espontânea, não premeditada, por vezes até improvisada. Em se tratando de uma banda militar, com cargos de segurança pública e patentes mais elevadas, o uso destes termos sugere que o carnaval transfigura a realidade.

O grupo não foi, segundo a notícia, muito “ovacionado”, dando a entender que não alcançou muitos holofotes e também admiradores. Entretanto, alguns dias depois, na terça-feira de carnaval, o mesmo grupo reapareceu todo ornamentado com fantasias de “gosto apurado”, “afinada orquestra” e “belas canções carnavalescas”. Seria o dia anterior um ensaio para a apresentação principal no carnaval? Não sabemos, mas a forma de exposição da narrativa do jornal deixou evidências de alguma crítica ao grupo, “recomposto” depois, na terça-feira.

O bloco era formado apenas por homens, todos, provavelmente, ligados à Força Pública, trajados com vestimenta branca “picareta”, caracterização que não permite identificar exatamente seu significado. Eram cinquenta personagens em coro pelas ruas cantando o carnaval e seus ritmos. A orquestra “puxava” o grupo, que levava à frente uma “balisa”, figura muito característica da organização dos cordões. O figurante responsável pela baliza remete à figura do irmão procurador em irmandades leigas de africanos e afrodescendentes.

A Irmandade tomava as ruas. A procissão saía em alas, e uma das atribuições do Irmão Procurador, existente no Estatuto da instituição, era de controlar estas alas, para o qual possuía uma vara que levava no “meio das alas para as regular”, de forma a seguirem continuamente. Durante a procissão, os membros levavam o andor com a imagem da santa enquanto outros seguiam com as tochas⁸⁹.

Se, em irmandades afros, o baliza regulava as alas, em blocos, cordões e escolas de samba, ele desempenhava função junto à porta-estandarte, “um pajem, armado do seu leque, com que se abana e abana a porta-estandarte. Não raro traz uma espada à cinta e com ela faz

⁸⁸ Jornal *A República*, 6 de março de 1930, número 1027.

⁸⁹ RASCHE, 2016, p. 195.

medidas e poses”⁹⁰. O baliza, figurante cuja função é “bailar, rodopiar, curvar-se, em par com a porta-estandarte”⁹¹, segue o cortejo em seu enredo.

Lisandra Barbosa Macedo (2011) chama atenção para a composição racial desses blocos em Florianópolis e aponta a dificuldade encontrada por pesquisadores(as) em identificar as origens de cada agremiação em termos de suas conexões com a diáspora africana atlântica. No entanto, como temos demonstrado ao longo dessa pesquisa e como Macedo também interpreta, alguns sinais permitem identificarmos quem são os grupos raciais mobilizados em torno de cada bloco, por vezes a partir de sua localização e vinculação a uma determinada comunidade, por vezes através de pequenos excertos perceptíveis nas notícias da imprensa local.

Já em 1937, o jornal *Dia e Noite* publicou sobre a possibilidade do bloco *Brinca quem Pode não sair às ruas no carnaval daquele ano*, parecendo mais se tratar de algum “segredo [que] existe nos “morenos” daquele “cordão”⁹². Num período onde as discussões em torno dos conceitos de “raça” estavam em voga por conta dos discursos nacionalistas em prol de uma definição de identidade, a indicação racial encontrada em noticiários parece ser fundamental para que se perceba quem são e por onde esses grupos transitam.⁹³

No entendimento da autora, a ideia de raça mobilizada em discursos do começo do século XX permitia identificar quem eram os grupos formados por afros naquele período. Entretanto, como apontamos no decorrer desta tese, nem sempre os indicativos de cor/raça aparecem nos registros e, quando aparecem, constituem sinais mais sutis. No caso da União Recreativa 25 de Dezembro, numa das atas, retomava-se que os brancos não poderiam dançar no salão. Em relação ao “Brinca”, o indicativo recai sobre a terminologia de “morenos”, sugerindo não se tratar de grupo branco. A mesma forma de expressar a cor foi utilizada pelo grupo do Tira a Mão, em trecho de canção para o carnaval de 1935: “Morena/Moreninha/Do nosso bloco/Este anno és a rainha.”⁹⁴

Como essas agremiações e as canções driblavam sua descendência deve ser pensado em termos de uma sociedade embebida nos ideais de mestiçagem e de democracia racial. Termos “fugidios”, remetendo a vestígios ou marcas da escravidão, mas, que se pretende

⁹⁰ PINTO, 1998, p. 228.

⁹¹ *Idem*.

⁹² Novamente aqui ressurgem a questão das nomenclaturas, pois, em vários momentos, blocos, ranchos, cordões e escolas aparecem nomeados de formas distintas, remontando a formas diferentes de organização. Não sabemos, em que medida, estas “trocas” de nomenclatura constituíam erros da própria imprensa, desconhecadora dessas agremiações e suas formas de organização.

⁹³ MACEDO, 2011, p. 94.

⁹⁴ *Jornal O Estado*, 1 de março de 1935. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

apagar, constituíam tensões do período, evidenciando os conflitos em torno de uma identidade nacional pautada em “elementos negros”, menos o “próprio negro”, pois sinais de associação a este eram considerados “escassa cultura”⁹⁵.

Confirmados no carnaval e nas páginas da imprensa destinadas aos comentários sobre festejos carnavalescos, os blocos constituíam “brincadeiras” constantes na capital. *O Estado*, em 1935, destacava a presença do Bloco Minha Embaixada Chegou⁹⁶, sinalizando que a nomeação “Embaixada” não era novidade na cidade quando se fundou em 1955 a Embaixada Copa Lord. A notícia destaca a “reparição” do bloco, permitindo compreender que já existiu em momento anterior, tendo deixando de se apresentar e “brincar” por algum motivo, ressurgindo nos idos de 1935, com sua “pandega”.

O ano de 1935 ficou marcado pelos inúmeros grupos em desfiles no carnaval, com “blocos, ranchos, cordões, sociedades carnavalescas, clubes recreativos e a estupenda chegada do rei Momo”⁹⁷. Houve um campeonato⁹⁸ de blocos e alguns grupos receberam destaque em “avaliações” de acordo com categorias, como evolução, conjunto e orquestra.

O Mocotó vem Abaixo ganhou o prêmio de “Evoluções”, destacando que este quesito envolve a progressão da dança de acordo com o ritmo executado e com a cadência da bateria, no caso de uma escola de samba. Interessante que, em se tratando de um bloco, o Mocotó vem Abaixo alcançou a premiação, provavelmente, pela sua encenação dramática sintonizada ao ritmo tocado por “bateria” ou agrupamento musical existente para tal finalidade, não necessariamente uma bateria aos moldes das escolas de samba fundadas em Florianópolis na década seguinte.

Palhetinhas era o nome do bloco vencedor na modalidade orquestra. Este agrupamento não deixou indícios de sua composição para os carnavais, tampouco a região de sua organização. Nesse sentido, pouco sabemos a respeito de suas atividades e frequentadores. Entretanto, chama atenção a premiação recebida, destacando a presença de um forte grupo de músicos envolvidos com os festejos pela rua.

Quanto ao prêmio de melhor baliza, o destaque ficou sob responsabilidade do “Brinca”. Novamente o papel do balizador, ou seja, o organizador do cortejo recebia ênfase

⁹⁵ IANNI; CARDOSO, 1960, p. 213.

⁹⁶ Jornal *O Estado*, 6 de fevereiro de 1935. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

⁹⁷ Jornal *O Estado*, 6 de março de 1935.

⁹⁸ A respeito desses campeonatos de blocos ou concursos, Silva chama atenção para alguns quesitos analisados nas agremiações de São Paulo: “A prefeitura, além de cuidar dos desfiles dos carros, promoveu os concursos de préstitos dos clubes e de blocos. [...] Os quesitos apreciados foram: frente, luxo, originalidade, iluminação, arte e conjunto” (SILVA, 2008, p. 175).

e constava como figura principal dentro da dramaturgia do carnaval de rua. Ainda, compete mencionar que cada bloco possuía uma rainha, personagem central em festividades de coroação nas irmandades religiosas e também nas comemorações dos clubes recreativos.

O Centro Catarinense de Cronistas Carnavalescos⁹⁹ organizou naquele ano de 1935 “as bases do campeonato de blocos”, ocorrido em 4 de março às 19:30, na Praça XV de Novembro. O grupo de cronistas era responsável por regras e análise de quesitos do desfile de blocos. Fazia-se necessário, aos interessados em concorrer, realizar inscrição na sede do Centro¹⁰⁰, sendo que cada bloco¹⁰¹ devia “enviar as letras de suas músicas”, obrigatoriamente de autores catarinenses, ao presidente de redação do jornal *O Estado*. Dentre as regras também constava que cada agremiação faria sua “exibição” apenas uma vez, “apresentando músicas novas e novas evoluções”. Além disso, a comissão avaliaria diferentes quesitos, direcionando ao melhor em cada um, uma taça, a saber: originalidade de apresentação, conjunto, evoluções, fantasia, orquestra, música e campeonato.

Novamente merece destaque a ideia de “evoluções”, a partir de músicas de orquestras (ou baterias) sintonizadas a fantasias, provavelmente articuladas às letras de músicas. Evoluções indicam movimentos corporais ou mesmo performances como foco de trânsitos corporais nos desfiles, delineando andamento de dança e coreografia ajustadas à cadência marcada pelo ritmo.

“A comissão julgadora será constituída de um jornalista (alheio ao Centro), um pintor, um poeta, um musicista, os presidentes dos Clubes Doze, Lyra, Annita e Quinze. O presidente do Centro presidirá a comissão julgadora”¹⁰². Chama atenção a presença de um pintor, um poeta e um musicista na comissão de carnaval, permitindo articular conexões entre diferentes artistas e as agremiações carnavalescas. Ainda, este pintor seria vinculado à Associação Beneficente União dos Pintores, sempre tão atuante e presente nas atividades da

⁹⁹ Segundo Eduardo Granja Coutinho (2006), os cronistas carnavalescos eram “mediadores” ou “integrantes de uma intelectualidade marginal”, publicando em jornais diversas crônicas e matérias de cobertura do carnaval. Em 1925 surgiu, no Rio de Janeiro, o Centro do Cronista Carnavalesco, forma de associação que se expandiu para outros estados, numa espécie de “seções regionais”. Consultar: COUTINHO, Eduardo Granja. **Os cronistas de Momo: imprensa e carnaval na Primeira República**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006. (Col. História, Cultura e Ideias, 5).

¹⁰⁰ O Centro Catarinense de Cronistas Carnavalescos foi criado em fevereiro de 1935, composto pela seguinte diretoria: Presidente Clementino Brito, Vice-Presidente José de Diniz, Secretário Rubens Ramos, Tesoureiro Sebastião Vieira; Comissão Fiscal: Flavio Bortulluzzi, Lourival Camara e Jairo Callado (*O Estado*, 4 de fevereiro de 1935).

¹⁰¹ A respeito dos trabalhos realizados por esses profissionais e suas formas de organização, consultar: TERRA, Paulo Cruz. **Cidadania e trabalhadores: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906)**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/Casa Civil/ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2013.

¹⁰² Jornal *O Estado*, 1 de março de 1935. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

União Recreativa 25 de Dezembro? O poeta seria um “poeta do povo”, como Trajano Margarida, ou outro poeta articulado a alguma associação de artistas? Quanto ao musicista, autodidata em música, desenvolvedor ou executor musical, teria vínculo com alguma associação de músicos¹⁰³, da cidade ou de fora?

A fundação deste Centro impactou o carnaval citadino, pois, a partir de 1935, os festejos contariam com diferentes critérios e uma comissão específica para “julgamento” em cada categoria, elemento recorrente ainda hoje no carnaval, analisando a desenvoltura, o empenho e a inovação de cada bloco e escola. Ainda compete destacar que, em 1939 e 1940, em “espírito” carnavalesco, até mesmo jornais da cidade começaram a realizar concursos e premiações, no intuito de “mobilizar” festejos do carnaval, oportunamente, divulgando seu próprio periódico¹⁰⁴.

Em fins da década de 1930, mais especificamente em 1939, temos notícia do bloco Flor da Mocidade, agremiação afro “em ativos ensaios lá pelas bandas do Largo ‘13 de maio’”¹⁰⁵. A região, nas imediações de onde se situavam outras agremiações carnavalescas como o Mocotó vem Abaixo, contava com a organização de mais um bloco, “FLOR DA MOCIDADE porque nós precisamos é mesmo de ‘mocidade em flôr’. De velharias, carcassos e queiandos, já andamos francamente saturados.”¹⁰⁶

A especificação do nome de Flor na titulação do bloco remete a muitas possibilidades, inclusive anotação feita pelo próprio periódico, da ideia de juventude, mocidade e beleza que o significado de flor carrega. Em São Paulo, também os foliões “afro-paulistanos contaram com mais uma agremiação, A Flor da Mocidade, originada a partir da dissidência no G.C. Barra Funda. Mas, ao que parece, essa ruptura não causou abalos significativos no trabalho de arregimentação do tradicional cordão”¹⁰⁷.

¹⁰³ De acordo com Lisandra Barbosa Macedo, “Não foram encontradas nestes periódicos maiores informações sobre esta banda, mas algumas pesquisas indicam que havia neste período a Sociedade Musical União dos Artistas, cuja sede se localizava à Rua Trajano (O ESTADO, 1933). Há, na cidade de Laguna, uma sociedade com o mesmo nome, que atualmente conta com 150 anos. Era inicialmente constituída por músicos africanos e afrodescendente cativos e libertos, da localidade, porém não se sabe se esta banda se apresentou em Florianópolis em ocasiões como esta.” (MACEDO, 2011, p. 103).

¹⁰⁴ A respeito da organização desses concursos pelo jornal *A Gazeta*, consultar dissertação de mestrado de Lisandra Barbosa Macedo (2011), disponível nas referências desta tese, referente ao samba e ao carnaval nas décadas de 1930 e 1940. Chama atenção nesses concursos, além de músicos em caráter “individual”, concorrendo com canções, duas bandas conhecidas na cidade por sua atuação e também formação, a Sociedade Musical União dos Artistas e a Banda Amor à Arte.

¹⁰⁵ Jornal *A Gazeta*, 1 de fevereiro de 1939. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ SILVA, 2008, p. 161.

Flor da Mocidade não foi uma denominação específica de agremiação afro em Florianópolis, visto que o mesmo nome já existia em São Paulo uma década antes. Ainda, o nome Flor também apareceu em formações de Grêmios, Clubes e Sociedades Dançantes ao longo das primeiras décadas do século. A União Recreativa 25 de Dezembro contava com um Grêmio chamado Flor de Maio, em referência à beleza, à delicadeza e à juventude, além da referência crucial ao mês de maio, em menção expressa à Abolição da escravidão. Diferentes associações femininas possuíam em seus nomes a denominação de Flor, mas, muitas outras agremiações mistas, fossem carnavalescas, dançantes, clubes literários, etc., também incorporaram a nomenclatura como uma forma de expressar sua forma associativa.

Ainda em 1934, outra notícia veiculada no jornal *A Gazeta*, retoma a presença do Flor da Mocidade como bloco a desfilar no carnaval florianopolitano. Traz, também, o indicativo do presidente daquela agremiação, Lord Reimor Soares Aranha, provavelmente, Nestor Soares Aranha, cuja denominação de Lord era significativa em épocas de carnaval. Este, além de presidente daquela agremiação¹⁰⁸, compôs a Embaixada Copa Lord, também na figura de presidente, posteriormente.

Em estudo realizado a várias mãos, Araújo et al (2005) apresentam os ranchos como agremiações carnavalescas com características comuns, contendo músicas cantadas, andamento mais lento e execução por “conjuntos de sopros e percussão”, em ritmo de marcha, envolvendo prática interpretativa dos antigos teatros líricos, dado sua interconexão entre música e performance teatral, encenação do cortejo na rua¹⁰⁹. Essa ideia também é marcante em universos de oralidades afros onde performance teatral, dramatização e encenação são fundamentais em regimes orais de transmissão.

Interessante, ainda nessa perspectiva, retomar análise de José Ramos Tinhorão, quando analisando práticas festivas religiosas de séculos passados, aponta continuidades ressignificadas nestes cortejos que, reatualizadas, trouxeram à cena tons de novas roupagens para festas “pagãs”, dentre as quais o carnaval, em especial as escolas de samba, com suas alas e enredos dramático-festivos¹¹⁰. Das antigas festas religiosas, em que irmandades leigas afro tomavam as ruas, diversos símbolos reais e imagéticos transformaram-se em elementos do carnaval, desde blocos até escolas de samba: reis, rainhas, porta-estandarte/porta-bandeira, divisão em alas, banda de músicos/baterias, etc., comportando reconquistas do

¹⁰⁸ Jornal *A Gazeta*, Florianópolis, 18 de fevereiro de 1939. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

¹⁰⁹ ARAÚJO et al, 2005, p. 88.

¹¹⁰ TINHORÃO, 2012.

espaço público em dias de carnaval, para além do uso físico desse espaço das ruas em dias de labuta e trabalho.

Diferentemente dos ranchos, os cordões carnavalescos eram reminiscências dos cortejos públicos das antigas irmandades religiosas, com préstitos envolvendo rei, rainha, elementos das danças de cacumbis, mascarados e “músicas com ritmo africano”¹¹¹. Os cordões não desenvolviam enredos, utilizando temas “simples” como fator mobilizador de organização das fantasias, além de formação dos ritmos que conduziam as marchas na rua¹¹².

Chama atenção estudo de Zélia Lopes da Silva (2008) sobre as comemorações de carnaval nas ruas e nos clubes da cidade de São Paulo, com destaque aos instrumentos “de couro, além da caixa, rufo, prato e chocalho, que vinham na frente dos bumbos enormes, sempre mais de um. Depois, criaram a caixa carioca que produzia um som semelhante ao repinique dos tempos modernos”¹¹³. Os instrumentos de percussão constituíam sonoridades retumbantes “puxando” cordões balizados por bastões de madeira dominados por representantes à frente da agremiação, enquanto o ou a porta-estandarte conduzia a bandeira representativa do agrupamento, diferenciando-o dos demais.

As chamadas *associações tradicionais*, no entendimento de Costa Pinto (1998[1953]), como blocos e ranchos carnavalescos, cacumbis, irmandades religiosas e escolas de samba constituem expressões da diáspora na cultura brasileira. Essas inúmeras agremiações foram se espalhando, ramificando, expandindo e reconstruindo saberes e fazeres de matrizes culturais africanas. Muitas destas associações expressaram-se por meio de mecanismos dinâmicos, audiovisuais, lúdicos e performáticos, ao passo que tantas outras exploraram suas pautas e organizaram estratégias a partir de estéticas letradas, condizentes também com suas formas de questionar o racismo, indicando uma multiplicidade de agremiações/associações, indicativo de uma diversidade de homens e mulheres de origens africanas, cujas estratégias de manutenção cultural e luta foram inúmeras, de acordo com articulações e alcances possíveis.

¹¹¹ TRAMONTE, 2001, p. 19.

¹¹² SILVA, 2008.

¹¹³ SILVA, 2008, p. 162.

4.1.2 “Vocês aqui não possuem escola de samba? – ‘Não senhor, nem Academia de Letras...’”¹¹⁴

Ildefonso Juvenal, em 1945, queixava-se, por meio de uma prosa publicada em *A Gazeta*, a respeito do carnaval daquele ano. O clima de guerra provavelmente afetou os ânimos catarinenses, pois, além de muitos que foram servir, outros tantos estavam em terras brasileiras a aguardar notícias que pudessem indicar o fim da guerra. O carnaval também foi prejudicado por conta do momento crítico e delicado vivido.

O autor chamava atenção, em sua narrativa, para um carnaval que “havia aqui muito bom gosto, arte, inteligência e ineditismo”, ressaltando famílias que, historicamente, contribuíam significativamente com os festejos: “Os Schimdt, os Margaridas, pai e filho, os Alfredo Juvenal, os Grumiché, os Galiani, os João Guimarães, os Rilas, os Ribas, os Manêca Fernandes e Manêca Abreu [...], foram mencionados, “nomes de talentosos catarinenses, dos quais, por muitas gerações se não ouvir falar, ao recordar alguém o carnaval da antiga Desterro”¹¹⁵.

Os Juvenal e os Margaridas, famílias articuladas aos saberes do carnaval e oralidades da memória, também recebiam, por meio das letras, outros contornos, trazendo, por esta forma de representação de códigos culturais, o combate ao preconceito e a crítica social. Universos orais e escritos dialogavam em perspectivas distintas, mas, ambos constituíam narrativas possíveis sobre marcas afro-diaspóricas em Florianópolis, nas diferentes agremiações que analisamos.

Seguindo ainda as anotações em prosa, de Juvenal, o autor, narrando um pequeno diálogo que teria ocorrido entre o rei momo e um varredor de rua, assim destaca: “Por acaso o Carnaval morreu para êsse povo digno, outrora tão alegre, feliz e folgazão?! Onde está aquela gente ‘bamba’, inteligente, esforçada, trabalhadora [...]”? O questionamento pauta o carnaval enfraquecido, murcho, daquele ano, muito diferente do costumeiramente vivenciado.

O mundo do samba, vivência do samba e seus valores culturais possuem componentes fundamentais: o racial, o musical e o urbano. Estes três elementos têm sido tema de abordagens inúmeras a respeito de relações raciais, problemas e impactos da

¹¹⁴ Jornal *A Gazeta*, 25 de fevereiro de 1945. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

¹¹⁵ Idem.

urbanização e o aparecimento de expressões musicais urbanas, como o próprio samba¹¹⁶. A fundação das Escolas de Samba, além da organização de clubes recreativos, cacumbis, blocos e cordões, possibilitou uma nova realidade para as populações de origem africana. Nos anos 1940 e 1950, os espaços de inserção destas populações voltavam-se mais ao mundo do samba e do carnaval.

Se, anteriormente, muitos afrodescendentes tinham sua imagem vinculada aos casos de polícia, a emergência das escolas de samba permitiu uma visibilidade positiva, baseada na cultura. No entendimento de Esiaba Irobi, trata-se de pensar as práticas culturais trazidas por estas populações em suas bagagens, as chamadas “escritas performativas”¹¹⁷. Importa compreender como o corpo constitui “local de múltiplos discursos para esculpir história, memória, identidade e cultura”¹¹⁸.

Juvenal atentava ainda: - “Pobre povo! Meu amigo: um povo que não tem prazeres, alegria, não vive, vegeta [...]”¹¹⁹ Na visão do escritor, todos os povos necessitam ter seus prazeres e momentos festivos, como mecanismo de manutenção da vida. Para povos africanos e da diáspora, nas palavras de Muniz Sodré (1998), existe nas suas músicas a chamada síncopa¹²⁰, dita como a “batida que falta” e que, necessariamente, produz uma incitação ao preenchimento dessa espécie de “espaço” temporal existente entre uma marcação e outra.

Em seu entendimento, “tanto no *jazz* quanto no *samba*, atua de modo especial a síncopa, incitando o ouvinte a preencher o tempo vazio com a marcação corporal – palmas, meneios, balanços, dança”¹²¹. O corpo, o ouvir, o falar, o cantar, produz movimento e, quando celebrado com vários corpos, mãos, falares, cantares, recria experiências, reatualiza vivências culturais. “Entre o tempo fraco e tempo forte irrompe a mobilização do corpo, mas também o apelo a uma volta impossível, ao que de essencial se perdeu com a diáspora negra”¹²². Mobilizar o corpo, a performance, movimenta saberes, modos de vida alterados e ressignificados na diáspora.

¹¹⁶ LEOPOLDI, 1977, p. 35.

¹¹⁷ IROBI, 2012, p. 252.

¹¹⁸ IROBI, 2012, p. 277.

¹¹⁹ Jornal *A Gazeta*, 25 de fevereiro de 1945. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

¹²⁰ “Síncopa, sabe-se, é a ausência no compasso da marcação de um tempo (fraco) que, no entanto, repercute noutro mais forte”; “A síncopa garantia a recriação ou reinvenção dos efeitos específicos dos instrumentos de percussão dos negros”. SODRÉ, Muniz. **Samba, o dono do corpo**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. 2ª. ed., p. 11; 31.

¹²¹ SODRÉ, 1998, p. 11.

¹²² SODRÉ, 1998, p. 67.

Como questionamento quase de fechamento da matéria, Ildefonso Juvenal traz à tona, por meio de suas personagens, a crítica à falta de escolas de samba em terras catarinenses, diferente do aspecto já evidenciado no Rio de Janeiro. Expressando suas ideias por meio da figura do rei momo, assim observa: “Vá apreciar as mais conceituadas escolas de samba dos morros do Pinto e da Favela, de onde presido as festas daquele eterno Carnaval. Vocês aqui não possuem escola de samba? - “Não senhor, nem Academia de Letras...”¹²³.

Contundente, Juvenal expõe as escolas de samba do Rio de Janeiro como formações conceituadas no universo do carnaval, ao passo que em Florianópolis, em alguns anos, como 1945, o carnaval parecia morrer. Chama atenção o movimento desse intelectual em prol das escolas, em tom de incentivo para que essa forma de agremiação fosse incorporada aos festejos da capital catarinense. Participante ativo do carnaval, Ildefonso vislumbrava a escola como um conceito proporcionado pelo morro.

Além da ausência de escolas de samba, outra forma de “escola” também evidenciava “falhas”, a Academia de Letras. Ironicamente, aproveitando longas décadas de desafetos com intelectuais ditos “beletristas”, Juvenal expõe sua crítica àquele agrupamento autointitulado de “alta cultura” ou “detentor de formas textuais exatas e perfeitas”. Articulado “letra e enredo”, ressalta uma Florianópolis mais plural em suas dinâmicas, caso atentasse para suas riquezas culturais, embebidas também, em práticas de matrizes africanas.

Os espaços do mundo do samba, os desfiles carnavalescos integrantes dos cortejos dessas agremiações carnavalescas constituem, na interpretação de Áurea Demaria Silva (2006), vivências das camadas populares negras. “Considerando a existência de uma rede de cultura afro-brasileira na cidade, que se mantém ativa ao longo de todo ano, e na qual as escolas de samba também são atuantes”¹²⁴, trata-se de dimensionar o carnaval dentro de práticas amplas de códigos sociais e culturais.

Segundo Cristiane Tramonte, a escola de samba “é uma ação cultural que processa e organiza as relações sociais, econômicas e políticas da parcela que aí convive no que convencionamos denominar o ‘Mundo do Samba’”¹²⁵. Para a autora, o samba constituiu e constitui tema de interesse de inúmeros estudiosos enquanto ideário de identidade nacional, “na configuração do que se convencionou denominar cultura nacional”¹²⁶. As escolas de

¹²³ Jornal *A Gazeta*, 25 de fevereiro de 1945. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

¹²⁴ SILVA, Áurea Demaria, 2006, p. 20.

¹²⁵ TRAMONTE, 2001, p. 8.

¹²⁶ TRAMONTE, 2011, p. 13.

samba operaram na reconquista do espaço público, antes tomado por cortejos e procissões de irmandades leigas.

Os Morros da Caixa e do Mocotó foram importante berço das escolas de samba de Florianópolis, onde se originaram e fixaram duas agremiações antigas: a Protegidos da Princesa e a Embaixada Copa Lord. A formação dessas comunidades conecta-se ao processo de transformações urbanísticas ocorridas no início do século XX, decorrentes da adoção de políticas higienistas pelo poder público municipal. Ambas as comunidades “surgiram” em regiões antes fora dos limites urbanos, “do outro lado do Rio da Bulha”.¹²⁷

Na década de 1940 surgiu o Grêmio Cultural Esportivo e Recreativo Escola de Samba Os Protegidos da Princesa, agremiação fundada com nomenclatura indicativa da abolição e de apreço à figura da princesa Isabel. A ideia da princesa Isabel como “protetora” relaciona-se ao fim da escravidão, em virtude da assinatura da Lei Áurea¹²⁸. O ano de fundação da “Protegidos” era comemorativo dos 60 anos da abolição, indicativo de que a escolha do nome tenha sentido essas influências também, retomando uma memória em torno daquela data.

A constante aproximação entre agrupamentos afros e o 13 de maio manifestou-se em diferentes momentos, desde centros cívicos e sociedades recreativas denominadas “Maio” – como 13 de Maio, Grêmio Flor de Maio –, eventos em alusão à data – como fizera o Centro Cívico e Recreativo José Boiteux e o destaque a José do Patrocínio –, ou então nomeando clubes de futebol e escolas de samba – Treze de Maio (da Vila Operária do Saco dos Limões¹²⁹) e a “Protegidos”, existente em Florianópolis e também em Caxias do Sul (RS)¹³⁰.

¹²⁷ LEITE, Willian Tadeu Melcher Jankovski. **Enredo e Samba-enredo: o caso das escolas de samba de Florianópolis (1977-1990)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2013, p. 29.

¹²⁸ DAIBERT JUNIOR, Robert. **Isabel, a “Redentora” dos escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)**. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 158.

¹²⁹ Segundo informações do site “História do Futebol”, o Esporte Clube Treze de Maio foi fundado em 30 de julho de 1947, sendo campeão do campeonato amador de Florianópolis em 1955. “O time grená superou Flamengo, Íris, Áustria, Postal Telegráfico, Tamandaré, Vendaval e Alvim Barbosa” (<http://cacellain.com.br/blog/?cat=118&paged=74>). De acordo com esta nota, depreende-se que, nesse período também disputava o campeonato amador a Associação Desportiva Alvim Barbosa, que também compunha uma escola de samba.

¹³⁰ “No período em que é extinto o departamento esportivo, intensificam-se outras promoções, como os bailes de debutantes e tantas outras festas, incluindo o carnaval. É nessa época, também, que surge a escola de samba. A princípio, a escola de samba *Os Protegidos da Princesa* era formada por uma parte dos associados ao Clube Gaúcho. Não existia uma vinculação oficial da escola ao clube, embora ela o representasse nos carnavais. Essa situação só mudou em 1967, quando é aprovada por unanimidade a criação do departamento escola de samba e é oficializada a vinculação d’*Os Protegidos da Princesa* ao clube.” Mas nem todos os associados concordavam com esta vinculação. “É possível que, para alguns dos integrantes do clube, a escola de samba não auxiliasse na execução dos projetos do mesmo. Será que a escola de samba, na visão desses associados,

A “Protegidos” foi fundada em 18 de outubro de 1948 por Boaventura Libânio da Silva, Íbio Rosa, Silvio Serafim da Luz, Almir Carriço e Benjamin João Pereira. Silvio era integrante também da União Recreativa 25 de Dezembro, tendo ocupado cargo na diretoria de ambas as agremiações. As famílias Carriço e Rosa também tinham componentes nos quadros sociais da escola e do clube. A agremiação surge na imprensa em 1949, ano em que comparece ao campeonato de blocos da empresa Irmãos Mendes, intitulado “Concurso Marte”.

“Fantasiada de azul claro e azul escuro”¹³¹, a “Protegidos” desfilou com três rainhas e cantaram uma “modinha feita especialmente em homenagem a KOLA MARTE muitas evoluções, o bloco seguiu sua marcha para frente...”, em conjunto “endiabrado”¹³². Aquele mesmo concurso, em que a “Protegidos” alcançou segundo lugar, também foi disputado por Dião e Sua Escola de Samba, bloco “estupendo”, com “vestes muito interessantes” e portando a frente um estandarte. Carregavam as cores vermelho e branca, cantando “muito bem uma marcha carnavalesca” e “harmoniosa cadencia e precisão”¹³³, características que renderam a agremiação o título da taça.

A capital catarinense contou com diferentes agremiações nomeadas como blocos, escolas, ranchos e cordões pelos jornais da imprensa local, como Narciso e Dião, escola surgida em 1948, presente em algumas notas enfatizando seus desfiles¹³⁴. A “turma incorrigível de valentes foliões” trouxe muito “brilhantismo” ao carnaval, “e quando a escola desce o Morro, até o luar desce também...”¹³⁵. Nos festejos de 1949 a escola desceu o morro, veio para o “asfalto” desfilar com sua turma de foliões, “exibindo aquilo que é nosso: músicas e letras catarinenses, para os catarinenses”¹³⁶. Chama atenção a ênfase na produção catarinense da escola, com música própria para o carnaval, provavelmente, em crítica aos grupos influenciados por marchas e ritmos das escolas de samba do Rio de Janeiro.

Não conhecemos o teor das canções ou músicas presentes nas performances de rua dessas escolas nos anos iniciais de fundação, mas, algumas indagações são possíveis a partir

não reforçaria os estereótipos negativos sobre o grupo? Afinal, o carnaval de rua poderia ser entendido como uma desordem. Além disso, os integrantes, ao dançarem o samba, poderiam ter sobre eles reforçados os estereótipos a respeito da sua sensualidade exagerada. Mas, Os Protegidos da Princesa acabaram vinculados ao Clube Gaúcho como um departamento.” (GOMES, 2013, p. 166-167).

¹³¹ Jornal *O Estado*, 4 de março de 1949. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

¹³² Idem.

¹³³ Idem.

¹³⁴ Jornal *A Gazeta*, 7 de fevereiro de 1948. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

¹³⁵ Jornal *A Gazeta*, 29 de janeiro de 1949. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

¹³⁶ Idem.

dos indícios disponíveis. “Dião e sua Escola de Samba”, caracterizada como um cordão em notícia da imprensa local, em 1949, saía, naquele ano, “exibindo sua nova fantasia, e lançando as mais vitoriosas marchas e sambas dêste Carnaval”¹³⁷. No entendimento de Costa Pinto (1998[1953]), as canções populares do final do século XIX influenciaram as narrativas das escolas de samba, com “canções de amor, em que o homem (mais recentemente, também a mulher) lamenta e chora o amor perdido, o abandono, a traição, a ingratidão, a saudade, o desconsolo...”¹³⁸.

Em nosso entendimento, foram-se os tempos em que os focos estavam nessas questões. Trazendo temas em torno da realidade social, de dilemas do racismo, personalidades da história do Brasil, natureza e riquezas naturais, acontecimentos ou fatos históricos, os sambas-enredo desse período tematizaram questões vinculadas ao país. Tal influência também pode ser percebida após a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, “orientando” as escolas a seguirem suas construções de samba-enredo a partir de “viés nacionalista”, em especial na capital da República.

Em Florianópolis, sobre os primeiros anos das escolas de samba, não localizamos sambas-enredo registrados, fato que não indica sua ausência, talvez apontando para outros formatos de criação musical para desfiles, que não especificamente os sambas-enredo, ou configuração improvisada apresentada durante os desfiles, sem necessariamente um registro escrito. Tais apontamentos suscitam pensar: Quem seriam os compositores catarinenses? Os próprios integrantes das escolas? Quais os temas escolhidos? Tratar-se-ia já de uma produção em forma de samba-enredo? Segundo Blass (2007), o samba-enredo é uma narração, formado por enredo permeado de “códigos verbais – letra do samba – e de códigos não verbais – música e instrumentos musicais; movimentos do corpo na dança ou ‘ginga’”¹³⁹, além de fantasias, formas e adereços, carros alegóricos e uso de tecnologias ou o que mais for considerado pertinente, a partir do tema escolhido para enredo daquele ano.

Inúmeros podem ser os temas para composição de enredos, desde “uma história de adultério, façanhas da malandragem, a vida dura do morro”¹⁴⁰. Tais narrativas contam, muitas vezes, “uma história que tem como temática principal alusões ao ambiente

¹³⁷ Jornal *A Gazeta*, 24 de fevereiro de 1949.

¹³⁸ PINTO, 1998, p. 226.

¹³⁹ BLASS, L. M. S. **Desfile na avenida, trabalho na escola de samba**: a dupla face do carnaval. São Paulo: Annablume, 2007, p. 49.

¹⁴⁰ MUSSA, Alberto; SIMAS, Luiz A. **Samba de enredo**: história e arte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 24.

sociocultural dos agremiados”.¹⁴¹ No entendimento de Tatiane do Socorro Corrêa Teixeira (2016), os sambas-enredo permitem alcançar valores, signos de sociais e culturais.

O samba-enredo possui, como diferencial em relação a outros sambas, letra e música direcionada como tema da escola. “Samba de enredo, portanto, é o samba cuja letra, entre outros requisitos estéticos, desenvolve, expressa ou alude ao tema da escola – tema esse que também se manifesta, paralelamente, em fantasias, alegorias e adereços”¹⁴². Um samba é enredo quando possui mesma “história que o desfile, precedida pelo enredo teórico”¹⁴³.

Essa forma de conduzir o desfile, por meio do samba-enredo, foi incorporada pela “Protegidos” posteriormente, na década de 1950, não sendo uma prática da agremiação quando fundada. Embora estabelecida enquanto Grêmio Recreativo e reafirmada várias vezes escola de samba, em algumas ocasiões a “Protegidos” apareceu como “bloco carnavalesco” dos “maiorais no pagode”¹⁴⁴, tanto na imprensa local quanto em registros de outras agremiações, vide parcerias realizadas em relação a União Recreativa 25 de Dezembro.

Torna-se pertinente perceber que, ao longo da década de 1950, algumas características em relação às escolas de samba e ao modo de conduzir o carnaval da cidade transformam-se. Se em muitas situações e registros a imprensa enunciava escolas de samba como blocos, no decorrer do tempo e com a formação de novas escolas, as considerações tornam-se mais adequadas ao universo do samba, em especial do samba de escola.

Tal “confusão” nos registros também denota um desconhecimento de letrados brancos em relação ao universo cultural de matriz africana e suas reatualizações por meio da música, do ritmo e da dança, conforme se evidenciava no carnaval, por meio de suas inúmeras agremiações. Naquela década, meados do século XX, diferentes registros tornaram-se cada vez mais frequentes nas colunas, surgindo mesmo espaços destinados às análises de desempenho e evolução desses agrupamentos afros no carnaval.

Em se tratando dos anos de 1950, um pouco mais tarde, especificamente em 25 de fevereiro de 1955, surgiu a Sociedade Recreativa Cultural e Samba Embaixada Copa Lord,

¹⁴¹ TEIXEIRA, Tatiane do Socorro Corrêa. Samba, música e resistência: Rancho Não Posso Me Amofiná no carnaval belenense (1938-1946). In: RASCHE; PINHEIRO, 2016, p. 99-100.

¹⁴² Idem.

¹⁴³ “Um samba que embalou um desfile de escola de samba não é, necessariamente, um samba-enredo. Também não basta ser um samba que conte um episódio da história, na acepção tradicional do termo (até porque os enredos podem tratar de outras temáticas). Mesmo que seja as duas coisas – conte um episódio da história e tenha sido composto para um desfile – pode não sê-lo.” (BLASS, 2007, p. 55).

¹⁴⁴ *Jornal A Gazeta*, 14 de janeiro de 1956.

agremiação fundada no “antigo Morro da Caixa”, sob a direção de Abelardo Henrique Blumemberg, Jorge Fermiano Costa, Valdomiro José da Silva e Juventino João Machado (conhecido como Nego Quirido, nome da atual Passarela do Samba de Florianópolis). “Com a adesão de cem pessoas”, saindo às ruas com duas alas e uma bateria¹⁴⁵, “em nada ficarão a dever a famosa Escola de Samba de Herivelto Martins, da Capital da República”¹⁴⁶.

A notícia revela que a agremiação carnavalesca de Florianópolis estava organizada para atender expectativas dos participantes do carnaval, assemelhando-se à escola do “berço do samba”, sugerindo uma Copa Lord atenta ao desenvolvimento de uma escola e sua pomposidade “na avenida”. Herivelto Martins, nascido no interior do Rio de Janeiro, compositor famoso por suas músicas em torno do samba e do carnaval, tornou-se conhecido por sambas tematizando o Praça Onze, reduto do samba carioca¹⁴⁷.

Lord tinha um significante de imponência na linguagem das autointituladas grandes sociedades carnavalescas do Rio de Janeiro¹⁴⁸, sendo pertinente analisar sua incorporação ao nome da Embaixada Copa Lord. Segundo Cunha (2001), os próprios integrantes das escolas de samba incluíam um “Lord” em suas denominações, por exemplo, “Lord Diplomata”, que era “porteiro do Palácio do Catete”¹⁴⁹. Nesse sentido, o uso da terminologia “Lord”, diferente de uma relação de “agradecimento” ou memória da escravidão, como se dera com Os Protegidos da Princesa, envolvia uma forma “imponente”, bela, entusiasmante, de se apresentar ao público. Tratava-se de mecanismo capaz de apagar a antiga condição cativa experimentada por populações afros em regime escravista.

No ano de fundação, a “Copa Lord” desfilou com suas “coloridas fantasias”, consagrada pelas cores vermelho, amarelo e branco. A comissão de frente, composta pelo cidadão do samba (Abelardo Blumenberg – Avez-Vous), homenageou o governador Irineu Bornhausen; seis componentes homens; a porta-estandarte Maria Benta da Silva; e o baliza o “famoso Lídio”¹⁵⁰. Na sequência, “a Ala Prefeito Osmar Cunha”, sob a direção de Orlando J. de Souza, contando com 15 garotas e 15 rapazes. Logo em seguida, a equipe de bateria: “Trombone – Carlito. 1 cuica, 8 surdos, 6 frigideiras e 34 tamborins”¹⁵¹.

¹⁴⁵ Jornal *A Gazeta*, 28 de janeiro de 1955.

¹⁴⁶ Jornal *A Gazeta*, 30 de janeiro de 1955.

¹⁴⁷ A respeito do Praça Onze, consultar: SODRÉ, 1998.

¹⁴⁸ CUNHA, 2001, p. 223.

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ Jornal *A Gazeta*, 13 de fevereiro de 1955.

¹⁵¹ Idem.

A Embaixada Copa Lord apresentou fantasias, alas formadas e bateria, merecendo análise sua composição e apoio de políticos regionais, indicando articulação com as elites germânicas do Vale do Itajaí (litoral norte de Santa Catarina). A escola homenageou o governador e o prefeito, agradecendo publicamente o auxílio recebido para “colocar a escola na rua”, além de nota significativa às casas comerciais que contribuíram com descontos em artigos para as fantasias.

Ao mesmo tempo em que anotava o apoio político desses governantes, a agremiação aparecia com uma equipe de bateria bastante considerável e nunca antes mencionado com esse quantitativo e formação nos jornais, indicando ter chamado atenção por sua batucada nas ruas, “foi sem dúvida o ponto culminante de nosso Carnaval de rua, que também apresentou música própria, ótima organização e as evoluções magníficas de seu baliza, Lídio [Augusto da Costa], que soube mais uma vez honrar as suas tradições momísticas”¹⁵².

Figura 19 - Seu Lídio – Embaixada Copa Lord



Fonte: Notícias do Dia¹⁵³.

¹⁵² Jornal *A Gazeta*, 24 de fevereiro de 1955.

¹⁵³ Disponível em: <https://ndonline.com.br/florianopolis/plural/cem-anos-do-samba-a-historia-de-quem-ainda-preserva-a-cultura-na-grande-florianopolis>. Acesso em: 09 dez. 2017.

Detentor da “arte de dizer-no-pé”¹⁵⁴, o senhor Lídio, evidenciando expressões rítmicas e corporais, sons e coreografias da memória, dimensiona um universo intelectual, político e social embasado no corpo, que se faz “âncora” de viveres e saberes ancestrais. Expoente de uma arte impressa no corpo e por ele manifesta, Lídio Augusto da Costa, em suas cores amarelo, vermelho e branco, produz sonoridade também com seu reco-reco, instrumento que toca nas apresentações junto à Velha Guarda da “Copa Lord” atualmente, além sons de seu “sapateado ligeiro” na avenida, quando a escola se apresenta.

Em diálogo com as performances de seu Lídio, compete retomar Cecília Meireles (2003) e sua produção a respeito do samba nas décadas de 1920 e 1930. O coreógrafo fica no meio da roda, “acompanhando a música com uma ondulação característica de todo o corpo e, em especial, das ancas e do ventre, com expressões muito harmoniosas de braços, em gestos ora um tanto exaltados, era de uma grande suavidade”¹⁵⁵. Através de “jogos rítmicos”, ambos contorcem seus corpos em movimentos “parafuso”, sem perder o ritmo da música.

Chama atenção a referência da artista aos aspectos de culturas negras do carnaval, sendo que respeito, elegância e distinção artística constaram como características devidamente anotadas. “O que eles chamam *orgia* [...] é a longa passeata com cantorias e luzes, estandartes e feras de papelão, do subúrbio ao centro da cidade, horas e horas, com descanso nas rodas de samba, copos de cerveja ou refresco”¹⁵⁶. A festa das culturas de matrizes africanas ressurgia com novas conotações, normalmente negativas, acerca de suas intenções e importâncias em termos de manutenção de vida em diáspora.

Os sambas-enredo produzidos nos anos iniciais das escolas suscitam pensarmos em quais enredos teriam se constituído, visto a ausência de registros mais assíduos e cuidadosos. Compositores, ao escreverem suas letras, faziam delas espaço para o afloramento do que sentiam e desejavam, marcando nas composições as formas rítmicas dessas aspirações. As primeiras performances em desfiles de carnaval da Embaixada Copa Lord assumiram sambas-enredo de agremiações do Rio de Janeiro, como *Exaltação a Tiradentes* (1955), produzida pela Império Serrano em 1949; *Uma Romaria na Bahia* (1957), samba da Acadêmicos do Salgueiro em 1954. Quanto à Protegidos, não dispomos de material suficiente para indicar as produções dos primeiros anos após a fundação, cabendo questões

¹⁵⁴ Expressão utilizada por Avez-Vous para se referir ao sr. Lídio. Consultar: BLUMEMBERG, 2005.

¹⁵⁵ MEIRELES, 2003, p. 62.

¹⁵⁶ MEIRELES, 2003, p. 64.

como as já articuladas sobre a escola Narciso e Dião, sugerindo uma multiplicidade de formatos e temas para composições e apresentação estética nos desfiles.

Analisando a identidade jurunense e os festejos carnavalescos construídos como memória negra e reatualização cultural envolta na vivência do bairro,¹⁵⁷ Teixeira (2016), discute o carnaval e sua presença ampla na vida cidadina. “Transpor a expressão local para o Centro da cidade é intervir nesse Centro”. Em meio às associações trabalhistas e religiosas estavam clubes, grêmios, sociedades recreativas e carnavalescas, igualmente presentes e ativas quanto a seu potencial reivindicativo e articulador.¹⁵⁸

Por seu desempenho, em 1955, o mesmo de sua fundação, a “Copa Lord” recebeu o prêmio de melhor bloco, concurso avaliado pela Comissão Julgadora do Departamento de Turismo da Prefeitura Municipal de Florianópolis. A mesma comissão indicou para 2º lugar a Filhos de Netuno e para 3º a Escola de Samba Associação Desportiva Alvim Barbosa. A primeira diretoria foi assim constituída:

Primeira diretoria da Embaixada Copa Lord: Presidentes de Honra – Dr. Aderbal Ramos da Silva, Dr. Osmar Cunha, Secundino Lemos e Luiz Augusto Portela. Presidente – Jorge Barão; 1º Vice - José Barão; 2º Vice – Djalma Cunha; 1º Secretário – Olney de Souza Lúcio; 2º Dito – Hormidas R. Feijó; 1º Tesoureiro – Orlando José de Sousa; 2º dito – Osni B. de Oliveira; Organização Geral – Tatinha Polli e Ivaldo Melo; Diretor Social e Artístico – Abelardo H. Blumemberg; Diretores de Propaganda – Waldyr de Oliveira Santos e João dos Passos Abreu; Diretores de Patrimônio – Juventino J. Machado, Jorge da S. Costa, José M. da Costa e Waldemiro José da Silva; Conselho Fiscal – Aldo Galdino, Antônio Louri Siqueira e Darcy João Vieira.¹⁵⁹

A notícia foi remetida ao jornal *A Gazeta* por meio de ofício endereçado pelo sr. Olney de Sousa Lúcio, 1º secretário. Depreende-se de seu conteúdo, a permanência de diretorias constituídas por homens, sendo permitido às mulheres a formação de grêmios ou grupos específicos de mulheres dentro das agremiações, mas, a organização geral e o voto acabavam indicando decisões masculinas. Os nomes destacados pelo ofício indicam alianças com políticos da região, sendo Aderbal Ramos da Silva, deputado federal eleito em 1954, e Osmar Cunha, prefeito municipal de Florianópolis. Ainda, Secundino Lemos, um dos presidentes de honra, era dono de um bar muito frequentado por membros do que seria depois a “Copa Lord”, então, tornou-se homenageado com esta função. Além disso, de acordo com

¹⁵⁷ TEIXEIRA, 2016, p.103.

¹⁵⁸ GONÇALVES, 2006, p. 75.

¹⁵⁹ Jornal *A Gazeta*, Florianópolis, 8 de março de 1955. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

livro de memórias de Avez-Vous sobre a “Copa Lord”, ali no bar do seu Segundo, reuniram-se os amigos para fundar aquela agremiação recreativa e cultural¹⁶⁰.

Os integrantes da diretoria, além do grupo em desfile no carnaval daquele ano, organizado em alas, com suas fantasias e performances artísticas, pertencia à região do “Morro da Caixa”, hoje nomeado bairro Nossa Senhora do Monte Serrat. Ao lançarem seu grupo em cortejo, alcançaram premiação já no primeiro ano de desfile oficial. Dividiram o pódio a escola vinculada ao bloco carnavalesco Filhos de Netuno, da Escola de Aprendizizes Marinheiros e a Alvim Barbosa, escola que remetia à família Alvim Barbosa, Alvim Godofredo Barbosa e Teodora Silva Barbosa, pais de Cláudio Alvim Barbosa, conhecido como Zininho, compositor junto a escolas de samba e criador do Hino de Florianópolis.

A Embaixada Copa Lord aparece registrada na memória local como a segunda escola de samba, dada sua continuidade histórica, o que não aconteceu com Alvim Barbosa e antes, Narciso e Dião. Muitas competições municipais ou promovidas por empresas, também acabavam “misturando” as categorias carnavalescas, não permitindo visualizar uma certa continuidade nesse formato de agremiação¹⁶¹, a escola, mais propriamente. Segundo Tramonte, em seu primeiro desfile, a “Copa Lord” saiu com “120 componentes, ala-de-frente, porta-bandeira e mestre-sala liderados por ‘Avez-Vous’ e cantando o antológico samba-enredo ‘Tiradentes’¹⁶², criado pela Império Serrano, do Rio de Janeiro”¹⁶³.

A Escola de Samba Associação Desportiva Alvim Barbosa, ganhadora do prêmio de 3º lugar no concurso de 1955, poucas vezes apareceu em notícias da imprensa, indicando que sua duração, provavelmente, foi efêmera, visto que, nesse período, as escolas eram apresentadas e suas “evoluções” discutidas nos jornais e no rádio. A década de 1950, em especial após a fundação da “Copa Lord”, em 1955, contou com desenvolvimento de uma imprensa mais “preocupada” com o carnaval, em especial as escolas, novidade dos desfiles, inclusive por sua capacidade aglutinadora de foliões, interessados e também, turistas. Nesse sentido, compreende-se também o interesse financeiro e mercadológico investido a partir dessa década no carnaval da capital.

¹⁶⁰ BLUMEMBERG, 2005.

¹⁶¹ LEITE, 2013, p. 40.

¹⁶² “De autoria de Mano Décio, Penteadó e Estanislau Silva, *Exaltação a Tiradentes* é um samba do carnaval de 1949. Há apenas quatro anos o samba-enredo tinha se tornado exigência regulamentar no Rio de Janeiro, com letra fixa, sem improvisos, e contando o enredo da escola. Tornou-se um clássico do gênero, gravado posteriormente por diversos artistas. Sua gravação mais célebre é a de Elis Regina” (LEITE, 2013, p. 40).

¹⁶³ TRAMONTE, 1996, p. 91.

Retomando a escola e sua formação, sediada “na rua Cruz e Souza e integrada de conhecidos foliões florianopolitanos”¹⁶⁴ - região nas proximidades do antigo “Morro da Caixa” -, consistia em agrupamento carnavalesco formado por “pastoras”, ao “compasso ritmado de seus tamborins, reco-recos e cuícas”¹⁶⁵. No ano de sua vitória, a escola havia homenageado o Figueirense Futebol Clube, ao passo que em 1956, traria à cena a história do Avaí, evitando, provavelmente, desgosto ou desconforto entre os “amantes da bola”, pois os dois times possuem rivalidade histórica antiga. Chama atenção que “Augusto, ex-jogador do Figueirense, de apito à boca ditava o tom às suas cabrochas da Alvim Barbosa”¹⁶⁶ durante o desfile resultante em premiação, em 1955.

O ano seguinte registrou alguns encaminhamentos das escolas para mobilizar fundos necessários aos desfiles. A “Copa Lord” organizou uma rifa, cujo prêmio era uma máquina de costura, tentando angariar recursos para “comprar fantasias de seus componentes”¹⁶⁷. No entendimento de Tramonte (2001), “*viver em comunidade é o elemento-chave do universo simbólico dos componentes das escolas de samba*”¹⁶⁸. Essa vivência manifesta-se em diferentes instâncias e âmbitos da vida associativa, desde movimentos “menores” em torno de uma demanda da comunidade ou da escola, mas, principalmente, em termos de rememorações culturais, reatualização de códigos de matrizes simbólicas interconectadas pelo samba.

Em trabalho sobre as escolas de samba na cidade de Florianópolis, Leite (2013), entrevistou Nadir Figueiredo, Dona Didi, matriarca falecida da agremiação, filha e esposa de estivadores. O depoimento coletado pelo autor “insinua algum tipo de relação entre as escolas de samba, surgidas em Florianópolis no final da década de 1940, e as sociedades recreativas, fortes nas décadas anteriores”¹⁶⁹. Como vimos anteriormente, em relação a “Protegidos” e a União recreativa 25 de Dezembro, algumas redes de sociabilidade eram semelhantes, compostas por integrantes em comum.

Mas, como chama atenção Leite (2013), vale destacar as diferenças na forma de ocupação desses dois espaços: nas sociedades ou clubes recreativos, os participantes “imitavam padrões das elites” enquanto no carnaval, “os sambistas se tornam o centro das

¹⁶⁴ Jornal *A Gazeta*, Florianópolis, 13 de janeiro de 1956. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ Jornal *O Estado*, Florianópolis, 15 de fevereiro de 1955. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

¹⁶⁷ Jornal *A Gazeta*, 13 de janeiro de 1956. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

¹⁶⁸ TRAMONTE, 2001, p. 95.

¹⁶⁹ LEITE, 2013, p. 34.

atenções”.¹⁷⁰ As associações recreativas referidas pelos autores não são as escolas de samba, mas os clubes (ou sociedades), espaços de entretenimento organizados pela população afro local. As primeiras escolas de samba originaram-se, portanto, segundo a autora, “da população negra mais antiga, considerada mais estável”, e que pôde “organizar suas famílias, casar-se formalmente e organizar até mesmo seus espaços de lazer, como as primeiras associações recreativas que se tem registro”¹⁷¹.

Esta construção narrativa e argumentativa da autora consiste em afirmação pertinente, diante da análise de algumas agremiações já destacadas nesta tese. Em 1957, o dirigente Luiz da Silva, “em sensacionais evoluções pelas artérias da Capital, integrada de quase 200 figuras, que com seus tamborins, reco-reco, cuícas e pandeiros, contagiarão nossas principais ruas de muita alegria e carnaval”¹⁷².

O desfile¹⁷³ da escola de samba envolve múltiplas formas de expressão realizadas por produtores culturais diferentes. Mesmo que o carnavalesco, o figurinista e/ou o autor do enredo atuem, de certa maneira, como controladores dos processos de trabalho, a fim “de controlar a qualidade das imagens imaginadas por eles para a narrativa de um enredo e, em última instância, garantir a eficácia competitiva da escola de samba na sua apresentação anual”¹⁷⁴, trata-se de trabalho produzido por diferentes mentes e mãos.

No entendimento de Tramonte, as escolas “suplantaram as formas europeizadas do carnaval” levando a uma “vitória das classes populares de origem negra as quais, através de muita luta e capacidade organizativa, logram hegemonizar culturalmente o carnaval”¹⁷⁵. Ainda, nessa perspectiva, a vivência em comunidade rearticula arranjos na contramão da dispersão, em blocos, cordões ou escolas de samba, formas agremiativas em coletividade, acenando que, “mesmo atravessados por olhares externos a seus viveres, corpos comunitários resistem a aridez do isolamento individualista”¹⁷⁶.

O universo do samba em Florianópolis, como podemos imaginar, transpunha a vivência das escolas, apesar de seu papel fundamental articulador e inovador em termos de

¹⁷⁰ Idem.

¹⁷¹ TRAMONTE, 2001, p. 122; SILVA, Áurea, 2006, p. 69.

¹⁷² *Jornal A Gazeta*, 2 de fevereiro de 1957. Acervo da BPSC, setor de obras raras.

¹⁷³ Para fins de conhecimento, os quesitos julgados em uma escola de samba são: comissão de frente, enredo, samba-enredo, evolução, harmonia, alegoria e adereços, figurino, casal mestre-sala e porta-bandeira e bateria (RAMOS, 1997). Consultar também: MORAIS, E. **História do carnaval carioca**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958, p.128.

¹⁷⁴ BLASS, 2007, p. 55.

¹⁷⁵ TRAMONTE, 1996, p. 269.

¹⁷⁶ ANTONACCI, 2015, p. 176.

uma estética disposta nas ruas, apresentada em novos cortejos, ambientada em enredos, repertórios musicais e performáticos com inúmeros instrumentos de sopro, percussão e cordas, conforme descrito a partir das análises sobre os materiais coletados. As festas das sociedades recreativas eram animadas por pequenas orquestras, enquanto o cortejo festivo do carnaval começava a apresentar a bateria como elemento-chave, articulador e representativo.

Intentamos expor, neste capítulo, facetas mais nítidas de movimentos carnavalescos de matrizes africanas em Florianópolis, pensando que, assim como vislumbramos em outras ocasiões e agrupamentos, as escolas de samba desenvolveram suas estratégias de visibilidade, ocupação do espaço público e articulação política. Assim como algumas sociedades ou agremiações similares, as escolas de samba também se identificam sob a nomenclatura de “grêmio recreativo”, também utilizada do Rio de Janeiro, indicando uma organização para o desfile, mas de espaço de sociabilidade.¹⁷⁷

Ao abordar a experiência da diáspora africana, a inteligência do corpo, a performance e a dança constituem fortes expressões de rememoração, sendo que práticas estéticas e corpóreas¹⁷⁸ permitem lembrar ou manter laços culturais e identitários, como códigos culturais de matrizes africanas¹⁷⁹. Neste sentido, a música, a dança, principalmente quando envolviam performances corporais, constituíram formas de manutenção, reatualização e ressignificação cultural de Áfricas nas Américas.

Adentrar nos estudos sobre agremiações e, nelas, as carnavalescas, apresenta desafios, pois, pouco existe em forma de registro (arquivo) “sobre o futebol, o samba, a capoeira e os cultos religiosos”¹⁸⁰, evidenciando que outros suportes, em repertórios precisam ser acessados como meio de alcançar práticas, vivências, posicionamentos diante do mundo e de suas expectativas.

¹⁷⁷ LEITE, 2013, p. 35.

¹⁷⁸ IROBI, 2012.

¹⁷⁹ MACEDO, 2011, p. 16-18.

¹⁸⁰ CARDOSO, 2012, p. 48.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou compreender, por meio do estudo de agremiações afrodescendentes em Florianópolis, nos anos 1920 a 1950, formas de organização, estratégias de atuação política e combate ao racismo, festividades e encontros de culturas afro-diaspóricas, rastreando sinais de reatualizações culturais mobilizações em territórios negros. Ancorados neste objetivo, vislumbramos aspectos sociais, políticos e culturais de agrupamentos de matrizes africanas articulados em distintos territórios negros, construindo expectativas de cidadania e projetos de vida.

Com perspectivas do campo dos Estudos Culturais, atentas às tessituras de uma narrativa plural, analisamos diferentes fontes impressas (jornais, periódicos, revistas, correspondências, fotografias, poemas e canções) de acervos de memória da cidade de Florianópolis e do estado de Santa Catarina, intentando compreender territórios negros forjados em culturais orais e letradas de uma capital múltipla, urbanizada pela República e vinculada ao passado escravista por suas tensões raciais e estigmas.

Clubes e/ou sociedades recreativas, blocos, ranchos, cordões, escolas de samba, irmandades religiosas, capoeiras, cacumbis, evidenciam presenças africanas na Ilha de Santa Catarina e seus entornos, marcas já registradas desde o século XVIII. Desde registros coloniais, inúmeros mecanismos e termos ocidentais foram utilizados para expressar em forma de letra a multiplicidade cultural dos povos africanos. Chegamos ao estudo de vivências negras em Florianópolis na primeira metade do século XX, momento de reconfiguração, de migrações de áreas rurais para os contornos periféricos da cidade, em vias de refazer territórios negros nos reordenamentos em tempos de República.

No entendimento de João José Reis, a festa era “uma oportunidade para a celebração de valores culturais trazidos pelos africanos e de outros aqui criados”. Geradoras de tantas insistências por parte das populações de origem africana, as festas indicavam “um mundo que desejavam sempre mais ampliado em tempo, espaço, formas, gestos, jeitos, com abundância de dança, música, comida, bebida, dádivas e deuses”¹. Espaço de batuques, sambas, danças e diferentes sociabilidades, as festas tencionavam o cotidiano, desde alianças e dissabores em disputa por espaço e legitimidade com setores eclesiásticos, da

¹ REIS, 2002, p. 102.

administração pública, autoridades policiais e mesmo conflitos com outras associações religiosas ou organizações afros.

Merecem destaque as Escolas de Samba Protegidos da Princesa e Embaixada Copa Lord, as duas primeiras escolas de samba fundadas oficialmente na capital catarinense, em 1948 e 1955, respectivamente. Ambas movimentaram e ainda movimentam os carnavais citadinos. Agremiações fundadas em meados do século, apresentam visibilidades outras, reatualizando estéticas de antigas irmandades negras, cacumbis e ranchos, compondo cores e ritmos intensos de manifestações de origem africana.

Fundadas nas áreas de contornos do centro, compõem territórios negros marcantes na vida da cidade, comunitariamente articuladas, vivenciando o carnaval e um samba que é cotidiano, para além dos três dias de festejos. Constituem, nos dizeres de Maria Antonieta Antonacci, extravasamento em “danças, ritmos e instrumentos musicais, não só na arte de fabricar artefatos sonoros com toques e tons em suas línguas, como em habilidades de comunicação audiovisuais que desafiam leituras ocidentais”².

Convém ressaltar, para além destes territórios reorganizados em meio a reformas urbanas e ressignificados por seus pertencentes, algumas figuras ativas em Florianópolis e que marcaram também a construção de visibilidades almeçadas por muitos homens e mulheres agremiadas, merecem destaque Antonieta e Leonor de Barros, Trajano Margarida, Ildefonso Juvenal da Silva e Demerval Cordeiro atuaram política e educacionalmente para criar possibilidades de ascensão social a descendentes de africanos nas primeiras décadas da República.

Articulados em jornais, espaços políticos, constituindo escolas, centros cívicos e recreativos, ministrando curso primário, propunham a educação como forma de ascensão social e melhores condições de vida. Estes personagens, diante dos empecilhos impostos pela Academia Catarinense de Letras à participação de mulheres e de descendentes de africanos, fundaram diferentes associações ao longo das primeiras décadas do século XX. Articulando saberes letrados e vivências embebidas em memórias africanas, pautaram demandas e projetos político-sociais que consideravam importantes para o período.

Estas linhas procuraram tecer aspectos organizativos e de manutenção de práticas culturais e vivências africanas em territórios de diáspora situados ao sul do Brasil. Podemos compreender, nos dizeres de Antonacci, tratar-se de corpos negros “desenvolvendo

² ANTONACCI, 2013, p. 14.

performances compassadas por pulsões corporais a partir de sopros, batidas manuais, pressões de dedos no contato com instrumentos, marcando ritmos e breves momentos de pausa, que reativam a memória ou mesmo permitem improvisar”³. Vislumbramos práticas de homens e mulheres de origem africana pautadas em vibrações, artimanhas e ritmos, na tentativa de cultivar manifestações culturais.

Durante uma década de pesquisa, ensino e extensão na universidade e na escola, tenho afirmado em vários momentos de reflexão com alunos, familiares e colegas, sobre a não existência da neutralidade, nem na ciência, tampouco na escola, ou em qualquer lugar onde existam pessoas. As pessoas são formadas por suas experiências, pelos lugares onde vivem, pelo que leem, enfim, pela cultura. Assim, suas ações e também percepções do mundo possuem conexões com a cultura. Logo, tudo que fazemos, tem um fundo político, ideológico, cultural, mesmo que não assumamos acreditar nisso.

Nesse sentido, reafirmamos a importância de uma escrita da História preocupada com a análise das fontes, o fazer historiográfico, mas, essa dimensão precisa articular o fazer político da narrativa, dimensionando os impactos desse saber na transformação social. Assim, acredito que esta pesquisa contribui para a produção do conhecimento histórico e a implementação das Leis Federais n. 10.639/03 e 11.645/08, legislações criadas no bojo dos movimentos negros e indígenas e cuja obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena retomam a pauta da educação, ou da reeducação das relações étnico-raciais.

Necessitamos romper com modelos pedagógicos ocidentais que possuem por base o racismo enquanto epistemologia, manutenção de status, prestígio e poder às classes altas e médias brancas desse país. Pedagogias extraocidentais sugerem posturas outras diante do racismo e das discriminações presentes na sociedade brasileira. Esperamos que esse trabalho, por meio da “caneta”, dos saberes letrados, universo da academia, possa contribuir com uma rede de conhecimento e cultura política que tem se solidificado no Brasil, possibilitando perceber que - talvez para alguns “beletristas” de nossa contemporaneidade, não seja possível compreender o significado de algumas vitórias das classes populares, mas, nós estamos aqui.

Almejamos, a partir de expectativas, observações e análises de contextos pós-Abolição em Santa Catarina, refletir sobre diferentes formas associativas de populações de

³ ANTONACCI, 2013, p. 118.

origem africana na capital catarinense, enfocando como agrupamentos de letrados e de comunidades herdeiras de tradições orais em diáspora empreenderam esforços, “entre a caneta e o pandeiro”, em dinâmicas de lutas culturais por existências, vivências e memórias. Lidamos com expectativas e projetos em coletividade, envolvendo educação, lazer, trabalho e cidadania, crendo contribuir, de alguma forma, para a ampliação destes estudos em nosso estado e lançar novos desafios em termos de pesquisas que se fazem necessárias neste campo de conhecimento.

Tecer as linhas finais desta tese demanda explicar que muitos outros caminhos e contornos poderiam ter sido trilhados no decorrer da pesquisa, mas, com base em fontes, objetivos do projeto e análises realizadas, alcançamos essa linha interpretativa sobre experiências de origens africanas em Florianópolis na primeira metade do século XX. Diferentes associações afros e seus objetivos em termos de expressão, comunicação e supervivências culturais moldaram-se e reatualizaram mecanismos de atuação a partir de reconfigurações da sociedade pós-abolição.

Outras pesquisas, analisando fazeres, saberes e viveres em afro-diáspora necessitam ser desenvolvidas, colaborando em diálogos sobre uma cidade plural, fruto de interações sociais de homens e mulheres que, de forma anônima, na maioria das vezes, tentam tornar a cidade um espaço mais dinâmico, palpável a suas experiências de vida, possível graças a expectativas perante o mundo. Esses sujeitos históricos, mesmo que anônimos, fizeram a “roda da fortuna” girar, construindo suas próprias formas de manutenção social e cultural.

“Cavar” no passado fragmentos de marcas africanas e afrodescendentes em Florianópolis, ilha turística impregnada da ideia de terra açoriana, permitiu conhecer arsenal diversificado de formações associativas e projetos de cidadania e manutenção cultural. Que outros tantos pesquisadores e pesquisadoras possam seguir indícios expostos por esta tese, ainda não explorados em suas múltiplas dimensões, contribuindo para novas reflexões e críticas.

FONTES

Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

Periódicos

A Farpa – 1915;1917
 A Folha – 1934
 A Opinião – 1915
 A Semana – 1920
 Folha Acadêmica – 1923; 1924; 1929; 1930
 Folha Rósea – 1915
 Jamais Sororoca – 1916
 O Clamor o Povo - 1916
 O Barriga Verde – 1928
 O Chavéco – 1933
 O Dia – 1901-1918
 O Estado – 1915-1948
 O Elegante – 1923; 1925
 O Imparcial – 1916
 O Miliciano – 1927;1928
 O Olho - 1916
 O Tição – 1915
 A Thesoura – 1901; 1909; 1911; 1916
 A Gazeta – 1934 a 1960
 A República – 1918-1928
 Folha Nova – 1926 a 1929

Acervo da Casa da Memória

Fotografias

Pastas Carnaval, Carnaval Cor, Iconografia PB, Iconografia Cor, Morros, Morros Cor, Ruas, Ruas Cor, Imagens décadas de 1920 e 1930

Acervo da Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina

Livros de Poesia de Trajano Margarida

MARGARIDA, Trajano. **O Natal do Orphãosinho ou o presente de Jesus**. Florianópolis: Typ. á Eletricidade da Livraria Moderna, 2014.
 MARGARIDA, Trajano. **A Fome e a sede no Ceará**. Poesia. Florianópolis: Tiphographia da Livraria Central, 1919.
 MARGARIDA, Trajano. **Paz**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1936.
 MARGARIDA, Trajano. **Nelson**. Sonetos. Florianópolis: Estabelecimento gráfico do Brasil, 1943.

Acervos Particulares

Ildefonso Juvenal (família)

Documentos diversos – Correspondências e documentos pessoais
 JUVENAL, Ildelfonso. **Painéis**. Prosa-Verso-Theatro. Florianópolis: Off. graph. d'A
 PHENIX, 1919.

Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

Pasta Ildelfonso Juvenal - Documentos Diversos
 Documentos diversos e recortes de jornal sobre Antonieta de Barros
 Boletim Catarinense de Folclore – 1950 a 1953

Cartório Iole Farias

Registros de Estatutos

Club Concórdia – 28 de abril de 1916

Centro Cívico e Recreativo José Boiteux – 14 de julho de 1920

União Beneficente Operária – 18 de maio de 1923

Club 15 de Outubro – 27 de dezembro de 1923

Centro da Mocidade – 18 de outubro de 1927

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Revista do Centro Catharinense – 1929

Hemeroteca Digital do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

Matéria sobre o Cacumbi do Capitão Amaro

Link: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=tematico&pagfis=25188>

Arquivo Histórico de Santa Catarina

Relatórios de Governadores e Interventores de Estado (SC) – 1915 a 1942

Acervo da Irmandade Beneficente de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito

Registro de Irmãos (1866-1934) – Transcrição realizada pelas professoras Ma. Maristela dos Santos Simão e Ma. Michelle Maria Stakonski Cechinel.

Livro Ata 3 (1875-1905) – Transcrição realizada pela professora Ma. Michelle Maria Stakonski Cechinel.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna. Música Popular, Folclore e Nação no Brasil, 1890-1920. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **Nação e Cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 123-152.

AGUIAR, Márcio Mucedula. Os clubes negros e seu papel na constituição da identidade e movimento negro: a história do Grêmio Recreativo e Familiar Flor de Maio em São Carlos – SP. **InterAÇÕES - Cultura e Comunidade**, v. 2, n. 2, p. 91-105, 2007.

ALVES, Jucélia Maria; LIMA, Rose Mery de; ALBUQUERQUE, Cleidi. **Cacumbi: um aspecto da cultura negra em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, Coedição Secretaria da Cultura e do Esporte de Santa Catarina, 1990.

ANDREWS, George Reid. **América Afro-Latina, 1800-2000**. Tradução: Magda Lopes. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

_____. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

ANTONACCI, Antonieta Martines. **Memórias Ancoradas em Corpos Negros**. 2ª ed. ver. e ampl. São Paulo: EDUC, 2015.

_____; AZEVEDO, Amailton Magno. Apresentação. **Projeto História**, São Paulo, n. 44, jun. 2012, p. 7-8. (Tradução: Luciano Dutra). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/13316/9834>.

ARAÚJO, Hermetes Reis. **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República**, São Paulo. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1989.

ARAÚJO, Márcia; SILVA, Geraldo da. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas. In: ROMÃO, Jeruse. **História da Educação do Negro e outras histórias**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 65-78. (Coleção Educação para Todos).

ARAÚJO et al. Entre palcos, ruas e salões: processos de circularidade cultural na música dos ranchos carnavalescos do Rio de Janeiro (1890-1930). **Em Pauta**, v. 16, n. 26, jan./jun. 2005, p. 73-94. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmPauta/issue/view/704/showToc>

BASTIDE, Roger. Manifestações do Preconceito de Cor. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Brancos e Negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana**. 4ª ed. ver. São Paulo: Global, 2008.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERTOLINO, Pedro. **Viagens com Maura: ensaio de esboço biográfico em Maura de Senna Pereira**. Florianópolis: Ed. ACL, 1993.

BILÉSSIMO, Ângelo Renato. **Grandes Fortunas em Santa Catarina entre os anos de 1850 e 1888**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Lisboa (UL). Lisboa, 2010.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BLASS, L. M. S. **Desfile na avenida, trabalho na escola de samba: a dupla face do carnaval**. São Paulo: Annablume, 2007.

BLUMENBERG, Abelardo Henrique (Avez-Vous). **Quem vem lá? A história da Copa Lord**. Florianópolis: Garapuvu, 2005.

BOFF, Virginia Ferreira. **Educação no pós-abolição: a escolarização de afrodescendentes em Florianópolis – SC (1888 – 1930)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/7265>.

BOSCHI, Caio César. **Os Leigos e o Poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ática. 1986.

BRANCO, Adriana Mirian. **Corpos Nefastos – cidadania incerta em Lages, Centro Cívico Cruz e Souza e a invenção da nação**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2002, p. 8. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/83898/189117.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

CABRAL, Oswaldo R. **Notícia Histórica da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito**. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Florianópolis, 1950.

CARDOSO, Fernando Henrique & IANNI, Octávio. **Cor e Mobilidade Social em Florianópolis**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1960.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis: Relações sociais e econômicas**. Florianópolis: Insular, 2000.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em Desterro: as experiências das populações de Desterro na segunda metade o século XIX**. Itajaí: Casa Aberta, 2008.

_____. **A luta contra a apatia**. Estudo sobre a instituição do movimento negro antirracista na cidade de São Paulo (1915-1931). Itajaí: Casa Aberta, 2013.

_____; RASCKE, Karla Leandro. Cidadania e expectativas no bairro da Figueira: o surgimento do Figueirense Foot-Ball Club (Florianópolis/SC, 1921-1951). **Vozes, Pretérito & Devir**: Revista de História da UESPI, v. 5, n. 1, p. 99-121, 2016. Disponível em: <http://revistavozes.uespi.br/ojs/index.php/revistavozes/article/view/95/108>. Acesso em 16 set. 2016.

CARVALHO, Andréa Cândido de Moraes de. **Negros em Lages**: memória e experiência de afrodescendentes no planalto catarinense. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis: UFSC, 2001.

_____. **Negros em Lages**: memória e experiência de afrodescendentes no planalto catarinense. Itajaí: Casa Aberta, 2008.

CASTELLUCCI, Aldrin A. S. O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador (1832-1930). In: MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Cláudio H. M. **Organizar e proteger**: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014, p. 47-82.

CHEREM, Rosângela Miranda. Do sonho ao despertar: expectativas sociais e paixões políticas no início republicano na capital de Santa Catarina. In: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia Maria Fávero (Orgs.). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2001.

COLLAÇO, Vera Regina Martins. **O Teatro da União Operária**: um palco em sintonia com a modernização brasileira. Florianópolis: UDESC, 2010.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. 2ª ed. Oeiras/Portugal: Celta Editora, 1999.

CORRÊA, Carlos Humberto P. **História da cultura catarinense**. Florianópolis: Ed. da UFSC: Diário Catarinense, 1997.

_____. **História de Florianópolis – Ilustrada**. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2005.

COUTINHO, Eduardo Granja. **Os cronistas de Momo**: imprensa e carnaval na Primeira República. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006. (Col. História, Cultura e Ideias, 5).

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: Conversas Sobre História e Imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

CUNHA, Maria Clementina Pereira da Cunha. **Carnavais e Outras F(r)estas**: ensaios de História Social da Cultura. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Quase-cidadão**: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, pp. 241-282.

DAIBERT JUNIOR, Robert. **Isabel, a “Redentora” dos escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

DALLABRIDA, Norberto. **A sombra do campanário: o catolicismo romanizado na área de colonização italiana do Médio Vale do Itajaí Açu - 1892-1918**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 1993.

_____. **A fabricação Escolar das Elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

_____. O Grupo Escolar Arquidiocesano São José e a (re)produção das classes populares em Florianópolis. **Anais do XXII Simpósio Nacional de História**, João Pessoa, 2003. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.543.pdf>.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de Brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945**. Tradução: Claudia Sant’Ana Martins. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. **Projeto História**. São Paulo, PUC/SP, n.17, nov./1998. p. 233-258.

DIAS, Wilmar. Florianópolis, ensaio de geografia urbana. **Boletim Geográfico**, Depto. Estadual de Geografia e Cartografia, Florianópolis, julho de 1947.

,DOMINGUES, Petrônio. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição. **Revista Topoi**, vol. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 118-139.

_____. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 10, n.1, p. 25-40, jan.-jun. 2005. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/2137>.

_____. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Paulo: Ed. Senac, 2004.

_____. Esses intemoratos homens de cor: o associativismo negro em Rio Claro (SP) no pós-abolição. **História Social**, n. 19, segundo semestre de 2010, p. 110-134.

_____. O Recinto Sagrado: educação e antirracismo no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 138, p. 963-994, set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v39n138/v39n138a14.pdf>.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes Sociais Negros: Lugares de Memória, Resistência Negra, Patrimônio e Potencial**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) Universidade de Santa Maria (UFSM). Santa Maria, 2010.

FANON, Franz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

FARIAS, Uelinton Alves. **Cruz e Souza**: Dante negro do Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

FAVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra**: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2002.

FELIPPE, Fábio. “**No coração da torcida**”: a fundação do Figueirense Foot-Ball Club na década de 1920. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2001.

FONTÃO, Luciene. **Nos passos de Antonieta**: escrever uma vida. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2010.

FRANCISCO, Flavio Thales Ribeiro. **O novo negro na diáspora**: modernidade afro-americana e as representações sobre o Brasil e a França no jornal Chicago Defender (1916-1940). São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2016.

FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida; GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciais; BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

GARCIA, Fábio. Intelectuais negros no pós-abolição: associativismo negro em Florianópolis (1915-1925). **Anais Eletrônicos ANPUH**. Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares>.

_____. **Negras pretensões**: a presença de intelectuais, músicos e poetas negros nos jornais de Florianópolis e Tijucas no início do século XX. Florianópolis: Umbutu, 2007.

GIACOMINI, Sonia Maria. **A alma da festa**: família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro – o Renascença Clube. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Brasileiros-Universidade Cândido Mendes/ Editora 34, 2001.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma Poética da Diversidade**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

GOMES, Fabrício Romani. **Sob a Proteção da Princesa e de São Benedito**: identidade étnica e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1934-1988). Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

GOMES, Flávio. **Experiências atlânticas**: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil. Passo Fundo, RS: UPF, 2003.

_____. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: MEC-SECADI. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GONÇALVES, Renata de Sá. Os ranchos carnavalescos e o prestígio das ruas: territorialidades e sociabilidades no carnaval carioca da primeira metade do século XX. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 71-80, 2006, p. 72. Disponível em:
<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tecap/article/view/12622/9800>.

GOSS, Karine Pereira. “Trajetórias militantes em uma organização do movimento negro de Florianópolis (SC)”. **Série Pensamento Negro em Educação**, NEN, Florianópolis, vol. 9, 2006, pp. 139-195.

GRISARD, Iza Vieira da Rosa. Carta Genealógica de Famílias Tradicionais de Santa Catarina (1419-1986). Florianópolis: FCC, 1988.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 29/30, 2003, p. 247-269.

_____. As elites de cor e os estudos das relações raciais. *Tempo Social*. **Revista Sociologia da USP**, São Paulo, 8 (2): 67 – 82, out.1996.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto histórico e geográfico brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.1, 1988, p. 5-27.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1998.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende [et al]. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2013.

_____. **Sin Garantías: trayectorias y problemáticas em estúdios culturales**. Popayán: Envió Editores, 2010.

HAMPATÉ BÂ, Hamadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Org.) **História Geral da África I: metodologia e pré-história da África**. 2ª ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p.167-212.

IROBI, Esiaba. O que eles trouxeram consigo: carnaval e persistência da performance estética africana na diáspora. **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 44, p. 173-193, jun. 2012.

KOSSOY, Boris. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, Etienne. **O Fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 41-48.

LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. BH/SP, CLACSO, 2005.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de Africanos em Santa Catarina: Invisibilidade Histórica e Segregação. In.: LEITE, Ilka Boaventura. **Negros no Sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LEITE, Willian Tadeu Melcher Jankovski. **Enredo e Samba-enredo**: o caso das escolas de samba de Florianópolis (1977-1990). Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2013.

LEUCHTENBERGER, Rafaela. A influência das associações voluntárias de socorros mútuos dos trabalhadores na sociedade de Florianópolis (1886-1931). In: MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Cláudio H. M. **Organizar e proteger**: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014, p. 219-246.

_____. **“O Lábaro protetor da classe operária”**: as associações voluntárias de socorros mútuos dos trabalhadores em Florianópolis - Santa Catarina (1886-1932). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 2009.

LONER, Beatriz Ana. **Classe Operária**: mobilização e organização em Pelotas - 1888-1937. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 1999.

_____. Negros: organização e lutas em Pelotas. **História em Revista**: revista do Núcleo de Documentação Histórica. Vol. 5, 1999, p. 1-17.

LUCA, Tânia Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

LUCINDO, Willian Robson Soares. **Educação no pós-abolição**: um estudo sobre as propostas educacionais de afrodescendentes (São Paulo/1918-1931). Itajaí: Casa Aberta, 2010a.

_____. A Escravidão em sala de aula: a desvitimização de cativos como humanização das populações de origem Africana. **Antíteses**, vol. 3, n. 6, jul.-dez. 2010b, p. 879-897.

LUZ, Marco Aurélio de Oliveira. **Agadá**: dinâmica da civilização africano-brasileira. 3ª ed. Salvador: EDUFBA, 2013 [1995].

MACEDO, Lisandra Barbosa. **Ginga, Catarina!** Manifestações do samba em Florianópolis na década de 1930. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2011.

MACHADO, Gisele Teresinha. **“Escreveu, não leu, o pau comeu”**: a Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina (1889-1930). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2002, p. 58. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90705/249827.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

MARIA, Maria das Graças. **“Imagens invisíveis de Áfricas presentes”**: experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 1997.

_____. “Memória subterrânea: construção das representações de identidade do negro em Florianópolis”. **Esboços**, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Florianópolis, vol. 2, n. 2, 1995, p. 58-69.

MATA, Maria Margarete Sell da. **Jornal O Estado**: uma história em construção (1915-1931). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 1996. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/112208/104990.pdf?sequence=1>.

MATOS, Felipe. **Armazém da Província**: vida literária e sociabilidades intelectuais em Florianópolis na Primeira República. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/128691/328158.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

MATOS, Lidiane Leite de. **Voz do Brasil**: do Estado Novo ao século XXI. Monografia para a disciplina de Projetos Experimentais (Comunicação Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Juiz de Fora, 2001.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX). 3ª ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

_____; RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Revista TOPOI**, v. 5, n. 8, jan-jun. 2004, pp. 170-198.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

MEIRELES, Cecília. **Batuque, samba e macumba**: estudos de gesto e de ritmo, 1926-1934. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MESTRINEL, Francisco de Assis Santana. O samba e o carnaval paulistano. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, nº 40, fev. 2010, p. 1-10. Disponível em: www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao40/materia06/texto06.pdf

MIGNOLO, Walter. **Histórias Locais/Projetos Globais**: colonialidade, saberes subalternos, pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MOORE, Robin. Música Negra e a Diáspora: reflexões sobre o Caribe Hispânico. **Projeto História**, São Paulo, n. 44, jun. 2012, p. 305-319. (Tradução: Luciano Dutra). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6300/9826>.

MORAIS, E. **História do carnaval carioca**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958.

MOREL, Edmar. **A Revolta da Chibata**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

MORTARI, Claudia; CARDOSO, Paulino de Jesus. Territórios negros em Florianópolis no século XX. In: BRANCHER, Ana (Org.). **História de Santa Catarina**: estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, p. 83-101.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988

MUNANGA, Kabengele. Mestiçagem como símbolo da identidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

MUSSA, Alberto; SIMAS, Luiz A. **Samba de enredo**: história e arte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

NECKEL, Roselane. **Tensões e Imagens do Viver Urbano em Florianópolis**: 1910/1930. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 1993.

NEPOMUCENO, Eric Brasil. **Carnavais da Abolição**: diabos e cucumbis no Rio de Janeiro (1879-1888). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2011.

NEPOMUCENO, Nirlene. **Celebrações negras do ciclo natalino**. Teias da diáspora em áreas culturais do Brasil e Caribe. São Paulo: PUC-SP. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2011.

NEPOMUCENO, Bebel. Cucumbi/Ticumbi: performances e memórias de uma África bantu. In: RASCHE, Karla Leandro; PINHEIRO, Lisandra Barbosa Macedo (Orgs.). **Festas da diáspora negra no Brasil**: memória, história e cultura. Porto Alegre: Pacartes, 2016, p. 199-225.

NOMELINI, Paula Christina Bin. O mutualismo e seus diversos significados para os trabalhadores campineiros nas primeiras décadas do século XX. In: MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Cláudio H. M. **Organizar e proteger**: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014, p. 247-276.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. **Lá vem o meu parente**: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002a.

_____. **Irmandades negras**: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890). São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002b.

PARANHOS, Adalberto. **Os desafinados**: sambas e bambas no “Estado Novo”. São Paulo: Intermeios, CNPq e Fapemig, 2015.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres Honestas e Mulheres Faladas**: uma questão de classe. Papéis sociais femininos na sociedade de Desterro/Florianópolis (1880-1920). Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1992.

PEREIRA, Lucésia. **Florianópolis, década de trinta**: ruas, rimas e desencantos na poesia de Trajano Margarida. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2001.

PEREIRA, Lúcia Regina Brito. **Cultura e Afrodescendência: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002)**. Porto Alegre, Tese de Doutorado em História, PUCRS, 2008.

PEROSA, Lilian Maria F. de Lima. **A hora do clique**: análise do programa de rádio A Voz do Brasil da Velha à Nova República. São Paulo: Annablume; ECA-SP, 1995. (Selo Universidade; 34).

PIAZZA, Walter: **Dicionário Político Catarinense**. Edição ALESC, 1985.

PINTO, Luís Aguiar Costa. **O negro no Rio de Janeiro**: relações de raças numa sociedade em mudança. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998 [1953].

PINTO, Regina Pahim. **O movimento negro em São Paulo**: luta e identidade. Ponta Grossa: Editora UEPG; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

POYER, Viviani. **Penitenciária Estadual da Pedra Grande**: um estudo sobre a política de combate a criminalidade em Florianópolis entre 1935-1945. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2000.

RASCHE, Karla Leandro. **Irmandades Negras**: memórias da diáspora no sul do Brasil. Curitiba: Appris, 2016.

_____. **Festas, procissões e celebração da morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro/SC (1860-1890)**. Itajaí: Editora Casa Aberta, 2010.

_____; PINHEIRO, Lisandra Barbosa Macedo (Orgs.). **Festas da diáspora negra no Brasil**: história, memória e cultura. Porto Alegre: Pacartes, 2016.

REBELO, Fernanda; CAPONI, Sandra. A medicalização do crime: a Penitenciária de Florianópolis como espaço de saber e poder (1933-1945). **Interface – comunicação, saúde, educação**, v. 11, n. 22, 2007, p. 193-206.

REIBNITZ, Cecília de Sousa. Altino Flores e a construção da memória da literatura catarinense. **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**, 27 a 31 de julho, Florianópolis, UFSC, 2015, p. 2. Disponível em: www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434394968_ARQUIVO_AltinoFloreseaconstrucaodamemoriadaliteraturacatarinense-CeciliaReibnitz.pdf

REIS, Aloísio. **Brinca quem pode**: territorialidade e (in)visibilidade negra em Laguna Santa Catarina. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Estado de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis: UFSC, 1996.

REIS, João José. Tambores e Temores: a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira da Cunha (Org.). **Carnavais e Outras F(r)estas**: ensaios de História Social da Cultura. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002.

_____. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas**: Irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista. São Paulo: Alameda, 2011.

REVOLUÇÃO de 1930, Verbetes Temáticos, CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1930-3>.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Nina Raymundo. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Madra, 2008.

ROMÃO, Jeruse Maria. **A África está em nós**: história e cultura afro-brasileira – africanidades catarinenses. João Pessoa: Grafset, 2010.

ROSA, Júlio César da. **União Operária**: Resistência e Manifestação Cultural Negra em Criciúma na Década de 30. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Criciúma: UNESC, 2006.

_____. **Sociabilidades e territorialidade**: a construção de sociedades de afrodescendentes no sul de Santa Catarina (1903/1950). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2011. Disponível em: http://www.tede.udesc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2497

ROSA, Júlio César da. Vivências de mulatos e pretos em Laguna: solidariedades e sociabilidades nos clubes União Operária e Cruz e Souza (1903-1950). **Revista Métiis** – história e cultura, vol. 15, n. 30, 2016, p. 269-294. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/4592>

ROSA, André Luiz da. **Operários da Bola**: um estudo sobre a relação dos trabalhadores com o futebol na cidade de Itajaí (SC) entre as décadas de 1920 a 1950. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2011. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95438/289910.pdf?sequence=1>.

ROSENFELD, Anatol. **Negro, macumba e futebol**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

SALLES, Fritz Teixeira de. **Associações Religiosas no Ciclo do Ouro**: introdução ao estudo do comportamento social das irmandades em Minas no século XVIII. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

SANTIAGO, Fernanda Lucas. **Sociedade 13 de Maio**: uma estratégia de sobrevivência no pós-abolição (1888-1896). Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, 2015.

SANTOS, André Luiz. **Do Mar ao Morro**: a geografia da pobreza urbana em Florianópolis. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2009.

SARDÁ, Juliana. **Na contra-mão da lei**: a repressão policial e os desviantes da ordem em Florianópolis nas primeiras décadas do século XX. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2005.

SAYÃO, Thiago J. Uma identidade racial velada no pós-abolição? Apontamentos sobre a Sociedade Recreativa União Operária da Laguna/SC na Primeira República. In: **Anais do Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Curitiba: UFPR, n. 7, 2015, p. 1-13. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br>.

SCOMAZZON, Marli Cristina; FRANCO, Jeff. **A caminho do ouro**: norte-americanos na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2015.

SEBRÃO, Graciane Daniela. **Presença/Ausência de africanos e afrodescendentes nos processos de escolarização em Desterro – Santa Catarina (1870-1888)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2010.

SERPA, Élio C. **Igreja e Poder em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

SIMÃO, Maristela dos Santos. **Lá vem o dia a dia, lá vem a Virge Maria. Agora e na Hora de Nossa Morte** – A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, em Desterro (1860-1880). Itajaí: Casa Aberta, 2008.

_____. **As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os Africanos no Brasil do século XVIII**. Lisboa: UL. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Lisboa (UL). Lisboa, 2010.

SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado Atlântico**: a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Ed. UFRJ, 2003, pp. 167-176.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-**

1943). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Porto Alegre, 2011.

SILVA, José Carlos Gomes da. **Os suburbanos e a outra face da cidade**. Negros em São Paulo: cotidiano, lazer e cidadania (1900-1930). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 1990.

SILVA, Zélia Lopes da. **Os carnavais de rua e dos clubes na cidade de São Paulo: metamorfoses de uma festa (1923-1938)**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

SILVEIRA, Carlos Eduardo. **“Orgulho-me de ser homem de cor”**: Ildefonso Juvenal da Silva e a luta pelo reconhecimento (início do século XX). Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2015.

SILVEIRA, Janaina Nailde da. **Nos Bailes da Vida: Sociedade Sebastião Lucas – Espaço de sociabilidade dos afro-descendentes em Itajaí**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História) - Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Itajaí; UNIVALI, 2000.

SLENES, Robert Wayne. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**. 2ª ed. corrigida. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SODRÉ, Muniz. **Samba, o dono do corpo**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

_____. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

STAKONSKI, Michelle Maria. **Da Sacristia ao Consistório: tensões da Romanização no caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos – Desterro/Florianópolis (1880-1910)**. Itajaí: Casa Aberta, 2008.

TAMASO, Renato Maria. **Homens de cor, pretos, colorets: a construção de espaços de sociabilidade dos afro-brasileiros e suas representações em Espírito Santo do Pinhal/SP (1890-1930)**. Assis, Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2005.

TAVARES, Mauro Dillman. **Irmandades Religiosas, Devoção e Ultramontanismo em Porto Alegre no Bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeira (1861-1888)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, 2007.

TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas**. Tradução de Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

TEIXEIRA, Tatiane do Socorro Corrêa. **Samba, música e resistência: Rancho Não Posso Me Amofiná no carnaval belenense (1938-1946)**. In: RASCHE, Karla Leandro; PINHEIRO, Lisandra Barbosa Macedo (Orgs.). **Festas da diáspora negra no Brasil: história, memória e cultura**. Porto Alegre: Pacartes, 2016, p. 97-118.

TERRA, Paulo Cruz. **Cidadania e trabalhadores: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906)**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/Casa Civil/ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2013.

THIAGO, Arnaldo. **História da Literatura Catarinense**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1957.

TINHORÃO, José Ramos. **Festa de Negro em Devoção de Branco: do carnaval na procissão ao teatro no círio**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

_____. **Música Popular de Índios, Negros e Mestiços**. Petrópolis: Vozes, 1972.

TRAMONTE, Cristiana. **O samba conquista passagem: as estratégias e a ação educativa nas escolas de samba**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O *Ethos* Mutualista: valores, costumes e festividades. In: MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Cláudio H. M. **Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014, p. 193-218.

WITTMANN, Luisa Tombini. **O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

ANEXOS

ANEXO I - MAPA DAS AGREMIÇÕES AFRODESCENDENTES



Fonte: Adaptado de Santos (2009, p. 517).

ANEXO II - ESTATUTO DO CENTRO CÍVICO E RECREATIVO JOSÉ BOITEUX

Página 1 (20 frente)

7. Registro de Estatutos na forma abaixo: Estatutos do Centro Civico e Recreativo “José Boiteux”. Art. 1º O Centro Civico e Recreativo José Boiteux, fundado nesta Capital aos 20 dias do mez de Janeiro de 1920, pelos membros Trajano Margarida, André Pinheiro, Agricola Guimarães, Manoel Corrêa, José Gregório da Rosa, João Ubaldo Falcão e Ildefonso Juvenal, sob a presidência do sr. Trajano Margarida, é uma associação esclarecidamente de homens de côr, creada com o fim de levantar em uma das praças publicas de Florianopolis, a herma do saudoso e imortal poeta Cruz e Souza e para proporcionar aos seus associados a instrução cívica e litteraria e recreiar os mesmos e suas respectivas famílias por meio de: a) reuniões cívicas para comemorar as datas nacionais; b) ensino primário aos associados e filhos destes, e a todos aquelles que de tal necessitarem, sem exceção de côr, etc, c) leitura de bons livros, jornaes e revistas, representações theatraes; e) reuniões dançantes; Art. 2. O Centro funcionará em edifício alugado e terá o seu mobiliário também alugado enquanto não puder adquirir-os por compra. Art. 3º Os seus bens consistirão nas joias de entrada e mensalidades, donativos que lhe forem feitos, lucros das representações theatraes e outros rendimentos lícitos, que forem adquiridos. Art. 4º A joia de entrada será de 5\$000 e a mensalidade de 2\$000. Art. 5º O Centro terá um numero illimitado de sócios. Art. 6º Só poderá ser admittido como socia a pessoa que preencher os seguintes requisitos: a) ser maior de 18 anos; b) ter exemplarissimo comportamento. Da Directoria e seus fins. Art. 7º O Centro será representado e administrado por uma Directoria eleita annualmente em Assembléa Geral a qual se comporá de: 1 Presidente; 1 Vice-Presidente; 1, 1º Secretário; 1º 2º Secretario; 1, 1º Thesoureiro; 1º, 2º Thesoureiro; 1º Orador; 1º 1º Procurador; 1, 2º Procurador, e uma commissão de Syndicancia composta de 5 membros. A) Ao presidente compete: Convocar e presidir as sessões de Assembléa Geral e da Directoria: Re-

Página 2 (20 verso)

gularmentar as diversões: Autorizar a despeza ordinária e respectivo pagamento. Examinar a escripturação sempre que entender necessário. Nomear e determinar commissões quando for necessário. B) Ao Vice Presidente compete: Coadjuvar o Presidente e substituílo em seus impedimentos. C) Ao 1º Secretario compete: Lavrar e ler as actas das respectivas sessões.

Escripturar com prontidão o livro de matricula dos sócios. Encarregar-se do Expediente. Annunciar sessões de ordem do Presidente. Ter sob sua guarda o archivo do Centro, pelo qual é responsável. Visar todas as contas do Centro, depois do pague-se do Presidente; d) Ao 2º Secretario compete: Substituir o 1º no seu impedimento; Ao 1º Thesoureiro compete: Ter o livro de Receita e Despeza em dia, balanceando-o mensalmente. Arrecadar a receita e effectuar os pagamentos autorizados pelo Presidente, cujos documentos deve archivar. Ter sob sua responsabilidade os dinheiros do Centro; f) Ao 2º Thesoureiro compete. Substituir o 1º no seu impedimento; g) Ao orador compete: Ser expositor official nos sentimentos do Centro em suas datas commemorativas ou em outros quaisquer de carácter inteiramente alheio a Politica; h) Ao 1º Procurador compete: Arrecadar com pontualidade a contribuição mensal dos sócios. Effectuar as compras de ordem do Presidente. Alugar os objetos precisos; i) Ao 2º Procurador compete: Auxiliar o 1º em todos os serviços que forem necessários; j) A Comissão de syndicancia compete: Com toda a imparcialidade de justiça syndicar o que o Presidente incumbir com relação aos associados, empregando toda a atividade e boa vontade. Aos sócios e disposições geraes. Artigo 8º Serão considerados sócios do Centro, todos os cidadãos que na data da aprovação dos presentes Estatutos, já estiverem no gozo dos direitos de sócios e mais os que sendo propostos de então em diante, por um ou mais sócios forem aceitos pela Presidencia. Art. 9. A proposta para admissão de sócios será feita por escripto, assignada pelos proponentes e dirigida

Página 3 (21 frente) – [alguma assinatura ou anotação no canto superior da página, ilegível]

ao Presidente, que enviará a Comissão de Syndicancia para dar o devido parecer, voltando depois a Presidencia para despacho definitivo; Art 10. Deixa de ser sócio e perde por conseguinte os subjectivos direitos: a) sócio que por espaço de trez mezes consecutivos, deixar de pagar a sua mensalidade, salvo motivo justificado, b) O sócio que por seu mau comportamento trazer pezar ao Centro ou prejudical-o em seus interesses, tendo tendo a Directoria poderes sufficientes para reunida votar a sua eliminação; c) O sócio que por sentença do fóro civil, for condenado por motivos que affectem a sua honra, será também illiminado em sessão da Directoria. Art. 11 Os sócios em atrazo de dois mezes, não terão direito a votar na Assembleia do Centro. Art. 12. As reuniões do Centro só poderão comparecer as pessoas da família do associado ou as que tenham recebido convite especial

da Directoria, firmado pelo 1º Secretario, ou pelo 2º no impedimento daquelle; Art. 13. Nas festas intimas do Centro não poderão comparecer pessoas de duvidosa reputação moral. Art. 14. Para as grandes reuniões a Directoria fará expedir convites impressos notificando quando preciso, o traje official, o qual deverá ser fielmente observado; Art. 15. O Centro dará annualmente duas partidas dançantes, sendo uma em commemoração ao seu anniversario e outra na noite de 31 de Dezembro, nas quaes o serviço de buffet será feito por conta do mesmo. Art. 16. Aos domingos os salões do Centro estarão a disposição dos associados que quizerem organizar danças ou outros divertimentos. Art. 17. A Directoria reunir-se-ha em sessão ordinario duas vezes por mez afim de tratar de assumptos relativos ao Centro, sendo os dias para essas reuniões marcados pelo Presidente; Art. 18 Trimestralmente o Presidente convocará uma sessão ordinária para expor aos associados o movimento social e finan-

Página 4 (21 verso)

ceiro do Centro; Art. 19 As sessões de Assembléa Geral serão convocadas annualmente para eleição e posse da Directoria, sendo aquella um mez antes e esta a 24 de Fevereiro, exame de contas, leitura do Balancete, e Relatorio do Presidente; e as sessões extraordinárias quando a Directoria achar necessário, ou quando assim requerer um grupo de associados nunca inferior a 10; Art. 20. Toda convocação para as sessões, quer ordinárias, quer extraordinárias, deverá ser feita pela imprensa, com antecedência de seis ou mais dias; Art. 21. O sócio que fôr sorteado para o serviço militar, ou apresentar-se como voluntario especial, continuará gozando de todos os direitos facultados pelo presente Estatuto, excepto ser eleito membro da Directoria; Art. 22. Todos os cargos são delegação dos associados e serão providos por meio de eleição por escrutínio secreto, sendo acclamados eleitos pelo Presidente, aquelles sócios que tiverem maioria de votos; SS 1º Não poderão ser votados os sócios auzentes da Capital, por tempo indeterminado. SS 2º No caso de empate em qualquer eleição decidirá o Presidente. Art. 23. O edificio do Centro estará aberto durante a tarde e até as 10 horas da noite dos dias comuns e durante todo o dia e até as mesmas horas, nos domingos, dias feriados e santificados; sendo que nos domingos em que houver danças ou outras diversões organizadas pelos sócios, o mesmo edificio permanecerá aberto até meia noite; Art. 24. O emblema do Centro será uma bandeira listada de branco e encarnado, com um quadrilátero azul e uma grande estrella branca ao centro; Art. 25. Para as festas e actos

solenes terá o Centro um Estandarte de setim ou seda das mesmas côres da bandeira e com franjas douradas ou prateadas; Art. 26. Todos os utensilos e moveis que forem propriedade do Centro não poderão ser emprestados, nem alugados a quem quer que seja; Art. 27. Será admittida uma classe de sócios protectores e outra de beneméritos,

Página 5 (22 frente)

que será todo aquelle que fizer doação ao Centro de qualquer quantia que a Directoria considerar digna de tal se compensa. Art 28. Socio algum poderá fazer convites para festas do Centro sem consentimento da Directoria, bem como trazer pessoas estranhas as nossas festividades, sem o respectivo convite extraordinário. Art. 29. Uma vez dissolvido o Centro todo o mobiliário e demais utensílios de sua propriedade serão expostos á venda em leilão e feito entrega ao estabelecimento de Caridade mais carecedor de recursos, da importância que for apurada da alludida venda, com excepção dos retratos dos homens illustres que formam a galeria do Centro, que serão entregues ao Instituto Histórico e Geographico de Santa Catharina; Art. 30 Nenhum sócio ou membro a não ser os que por força dos cargos assistam tal direito, poderá valer-se do nome do Centro para fazer transações ainda mesmo licita; Art. 31 Annualmente, por ocasião da prestação de contas, leitura do balancete etc. a Directoria em votação elegerá uma Commissão Fiscal, digo, de Finanças, composta de três membros para a verificação de contas, cuja commissão após de seu parecer sobre a parte financeira do Centro, se julgará desmembrada e nulla. Art. 32. Após a aprovação dos presentes Estatutos, a Directoria reunida resolverá no sentido da criação da aula nocturna e respectiva bibliotheca de que trata o Artigo 1º. Organizando o Regulamento para as mesmas. Art. 33. Os presentes Estatutos não poderão ser reformados antes do prazo de 4 anos, a contar da data de sua aprovação. Sala das Sessões do Centro Civico e Recreativo José Boiteux em 14 de Julho de 1920. (Assignados) Trajano Margarida – Presidente – André Pinheiro – Vice-Presidente – Agricola Guimarães 1º Secretario – João Ubaldo Falcão, 2º Secretario Ildfonso Juvenal – Orador. Manoel Correia – 1º Thesoureiro – José Gregorio da Rosa – 2º Thesoureiro - Lauro Costa 1º Procurador – José Luiz Pereira – 2º Procurador. Reconheço e firmo sito dos membros Trajano Margarida, André Pinheiro, Agricola Guimarães João Ubaldo Falcão, Ildfonso Juvenal, Manoel Antonio

Página 6 (22 verso)

Correia, José Gregório da Rosa, Lauro Francisco da Costa e José Luiz Pereira e dou fé. Florianópolis – 14 de Julho de 1920. Emitida nota de (estava o signal publico). O Tabelliao Leonardo Jorge de Campos Junior. Era o que continha em os ditos Estatutos que para aqui bem e fielmente fiz registro dos próprios estatutos a que me reporto e dou fé. E eu, Leonardo Jorge de Campos Junior e assigno [assinatura].

ANEXO III – NOTÍCIA PUBLICADA NO JORNAL O ESTADO SOBRE A INAUGURAÇÃO DE HERMA DE CRUZ E SOUZA – 1923

Cruz e Souza

A inauguração da herma

Pode-se dizer que a tarde de sabbado marcou um resgate de honra.

Nascido em Santa Catharina e filho de escravos, Cruz e Souza recebeu da Divindade a sagrada faísca do talento. Mas áspero e hostil, por uma simples questão de raça, foi-lhe adverso o seu torrão natal. Apenas um reduzido numero de almas elevadas o amparou e animou no culto ao ideal de Belleza, através das agruras da vida.

Exilando-se voluntariamente no Rio, continuou a ser ali também acotovellado por uma sociedade egoísta e cheia de irritantes preconceitos.

Casou. Amou a mulher e os filhos que Deus lhe deu, com um grande amor cheio de religioso carinho. A desgraça, porém, estendeu sua asa funebre sobre o seu lar já melancolico e ele viu o espirito da esposa mergulhar na loucura como um astro que se apagasse num mar de tormenta. Mal, porém, ella readquiria a nitidez estável de suas faculdades, sentiu-se elle, por sua vez, lanceado pela desgraça. Desta vez a victima não teria salvamento.

E assim foi que Cruz e Souza, minado pela tuberculose, essa doença que elle achava “symbolicamente dolorosa e triste” e que “põe em redor de quem a soffre um magoado impressionismo de saudade e uma nevoa gelada de sepulcro”, acabou em uma cidadezinha mineira, para onde corrêra em busca de saúde esquiva, tentando vier ainda, elle para quem a vida fora sempre avara de alegria e de paz.

Ficaram-nos, porém, os seus livros e alguns amigos piedosos. Desapparecido o negro, sobrevivia-lhe a obra radiosa e intemerata; e foi nella que a sua própria geração, detractora por preconceito e por inveja, teve de reconhecer o poeta excelso que por tanto tempo maisinára. Tardou o arrependimento, mas veio.

A herma inaugurada no sabbado na praça Benjamin Constant não é só a prova da admiração dos seus conterraneos, mas a confissão tacita de que, si os coevos do poeta não souberam amá-lo em vida, aos menos depois da morte d'elle se penitenciam – glorificando-o.

Por qualquer aspecto que encaremos essa obra magnifica, ella se nos depara como a comunhão solenne de duas gerações da mesma ideia: o culto à memoria de um poeta que

teve na morte a sagração do seu talento. Santa Catharina resgatou uma injustiça do passado. Por isso, a tarde de sabbado ficou sendo uma tarde historica.

Pouco depois das cinco horas, quando ao redor do monumento se achavam o sr. coronel Pereira e Oliveira, vice-governador em exercício, acompanhado da sua casa civil e militar, os srs. Drs. Joe Collaço, secretario do Inteorior e Victor Konder, secreatario da Fazenda, o sr. dr Abelard. Luz, superintendente municipal e outras autoridades federais, estaduais e municipais, bem como as representações de diversas sociedades, o sr. dr. José Boiteux, presidente de honra annunciou que se ia proceder a inauguração da herma.

Para isso convidou o sr. coronel Pereira e Oliveira a desatar a fita auri-verde que cingia a bandeira nacional laçada em véo sobre o busto do poeta. Isso feito e retirada a bandeira pelos srs. drs. Joe Collaço e Victor Konder, desnudou-se completamente o artístico trabalho de Antonino de Matos.

A multidão, que era grande, rompeu em palmas, enquanto tres bandas de musica, postadas no local, soltavam aos ares festivas marchas.

Em seguida, o sr. dr. José Boiteux presidente de honra da commissão promotora do monumento, deu a palavra ao sr. Ildefonso Juvenal, presidente da referida commissão, o qual leu um longo discurso que foi muito applaudido.

Após, em termos concisos, como é de praxe, sem, todavia, terem deixado de ser fu'gurantes, o sr. dr. José Boiteux fez entrega do monumento ao sr. superintendente municipal.

Recebendo-o, o dr. Abelardo Luz referiu-se com eloquencia ao grande poeta dos **Broqueis**, terminando por confiar a herma aos carinhos da população da cidade.

Foi então que o delicado poeta que é Araujo Figueiredo leu o seu poemeto maravilhoso, intitullado **Palavras amigas** e escripto especialmente para aquelle acto. Com uma simplicidade que era prova mais espon'anea e bela da sua sinceridade, aquelles versos adoraveis calaram fundo no espirito da assistencia.

A seguir, foi dada a palavra ao sr. prof. Altino Flôres, secretario da Sociedade Catharinense de Letras, que, em nome da referida aggremação, depositou uma linda palma a base do monumento.

Foram estas as suas palavras

“Senhores.

“O homem, que teve a desgraça dupla de haver nascido negro e poeta, recebe, hoje, a consagração dos seus conterrâneos.

“Tendo vivido uma época em que o preconceito racial cavava fôssos intransponíveis entre as diferenças do pigmento, a sua alma delicada e sensível dilacerou-se na agonia profunda de se ver rebaixada e desprezada. Entretanto, era-lhe a alma da mesma essência luminosa e celeste, de que são feitas as almas dos santos e dos cleitos – porque era poeta

“Uma coisa poderia redimir a outra. O poeta poderia ter reabilitado o negro, si a sociedade em que o destino o collocára fôsse diversa quer dizer: si os seus coevos soubessem calcular o valor do homem, não pela situação social, mas, sim, conforme a tábua dos valores morais e intelectuais.

“Desgraçadamente, a sua época primou pela inteligência e pelo egoísmo, e o seu talento desabrochou no meio della como uma grande flôr estranha e perfumosa na solidão de um descampado. Não houve quem lhe visse o esplendor nem lhe sentisse o perfume, a não ser alguns raros cavaneiros do Ideal.

“No fim de um imperio que se esbarrondava e no dealbar de uma republica positivista, nesse período de soffrega transição e entrechoque de interesses, a sua poesia sublimada, transcendente quase, e de uma espiritual pureza, não conseguiu influir no meio ambiente.

“Não quero crer que esse periodo se houvesse prolongado, e faço a justiça de ver nas manifestações tributadas á memória do poeta, a prova de que já hoje se lhe reconhece o merito e que a geração presente sabe resgatar o erro da geração passada, num grande gesto altamente significativo.

“Si é verdade que ha talentos desestimados, negados e combatidos, ha, em compensação, uma consoladora tendencia para reabilitar a memória espiritualizada de mortos esquecidos. E como nesta acção se reflecte uma grande solidariedade humana, é com vigorosa confiança que a praticamos, crentes de que, reconstituindo os valores passados, construiremos a fraternidade e a justiça presentes.

“A inauguração deste singelo monumento vem demonstrar o que assevero. Por isso, a Sociedade Catharinense de Letras se sente feliz em vir, também, por nosso intermedio, cultivar a effigie do amargurado poeta.

“Ao pedestal do seu monumento depositamos estas flores, que ele tanto amou, como uma fragil mas sincera prova da nossa admiração”.

-

Faltaram ainda os srs. dr. Oliveira e Silva, pelo Centro Civico Cruz e Souza, Arthur Galetti e Amphiloquio C. Gonçalves, cujos discursos foram calorosamente aplaudidos.

-

Falta-nos espaço para registrar os nomes dos presentes à solennidade, o que, aliás, já foi feito pela imprensa local.

Devemos, entretanto, assinalar que O ESTADO foi nella representado pelo jovem Altamiro de Bitencourt Lopes.

ANEXO IV – Poema Na Batalha da Vida - Jornal *XXIX de Maio*, Florianópolis, 29 de maio de 1920, número único. Em benefício da escola noturna Cruz e Souza. Organizada por ILDEFONSO JUVENAL.

Na batalha da vida (Para a alma de Cruz e Souza)

*Recitada pelo autor na festa cívica
de 13 de Maio, diante o retrato do
saudosos poeta Cruz e Souza.*

Diante do teu retrato, eu me ponho a scismar
Na luz meiga que tinha o teu piedoso olhar.

E que olhar, o teu! Era um clarão divino
Para encher de contraste o teu próprio destino.

E que destino, o teu! Nascestes na pobreza
E ainda mais pobre deste o corpo á natureza...

A única mãe que um dia abriu-te os floeos braços,
Porque vinhas soffrendo os últimos cansaços...

Porque sentias fome, e os teus filhos, e a tua
Adoravel mulher, que encontraste na rua...

Na própria *via-sacra* em que de joelho andavas,
E de onde para o Alto os teus olhos voltavas.

De joelhos em terra, os teus joelhos tinham
Dores as mais cruéis, que dos pontaços vinham.

Teus pés, na *via-sacra*, eram tão torturados
Como os pés dos que vêm dos campos inflammados...

Onde a guerra aparecer e desdobra bandeiras,
Tintas de sangue, sobre as altas cordilheiras...

Porque na guerra o ódio é como o próprio oceano:
Freme, e faz recordar o coração humano!...

E tu foste guerreado, ó meu saudosos amigo!
E eu sei, porque vivi, n'essa guerra, contigo.

Mas de encontro ao teu peito é que as balas batiam,
E as espadas de ferro e aço retiniam...

Contra o teu coração que formidáveis lanças
Para lhe adormecer as forças, as punjaças!

Contra os teus fracos rins que explosão de metralha;
E do pó do campo os teus rins de pó amortalha.

És feito prisioneiro; e então prendem-te os pulsos,
Que de tanto soffrer são dois rimes convulsos...

Preso, dão-te, no mundo, uma triste masmorra...
E querem que tu'alma, ahi, de tédio morra...

Dão-te apenas um pão minguido, e apenas agua;
E não se lembram que tu'alma soffre magua.

Dão-te um pão para que aos poucos enfraqueça
O teu peito tão moço, e a tua ideal cabeça.

Não é, portanto, um pão que dê vida a mais forte;
Antes um negro pão, para enganar a morte!

Fallas, porém os teus inimigos te fazem
Calar... (Os phariseus esse dilema trazem)

Não te querem ouvir, porque a tua palavra
É uma chamma de sol que pelas trevas lava...

Não desejo também que as tuas mãos se atrevam
A accenar para o Azul, e nem versos escrevam...

Não devias florir as phrases com magnoleas,
Nem lhes dar todo o som das cytharas eoleas.

Não devias encher de arabescos a língua
Que Camões escreveu, e após morreu á mingua.

Não devias pedir ao luar as doçuras,
Nem aos campos o aroma, e os rios as frescuras.

Não devias tirar, da luz das madrugadas,
Os encantos que são a vida nas estradas...

Porque as estradas por essa hora querida
Abrem-se aos corações, a lhes dão toda vida.

Não devias buscar os fúlgidos damascos
Dos ocasos, o brilho; e a imponência aos penhascos...

Não devias ouvir as musicas das aves
Almas que á luz do sol se fizeram suaves.

Não devias, por firme, amar, fosse a quem fosse,

Tu, meu saudoso amigo, ò alma meiga e doce!

Prisioneiro o teu corpo; entretanto tu'alma
Era livre e lembrava a águia que o vôo espalma

Déssa triste prisão, que era a côr do teu peito,
Voavas; e por isso, o eterno preconceito,

Que nessa guerra atrás amarrara-te os pulsos,
Hoje, é um condenado, e rasteja debruços.

E como davas tu, a todos os captivos,
Desse teu coração os dotes emotivos,

Na tua grande fé, na tua abnegação,
Nos primeiros clarões da excelsa Abolição.

É que te vinha á mente o teu querido pae
Para o qual não havia uma lagrima, um ai!

P'ra elle, esse velhinho, humilde octogenário,
Que era, como José, um simples operário.

E te vinha ainda á mente a tua mãe querida,
Aquella que te déra a rubra flor da vida,

Porque, quando ajoelhada, ás pedras de uma fonte,
Ella estava a lavar, n'essas aguas do monte...

Na branca limpidez dessas múrmuras aguas,
Tu lavavas também, mas lavavas as maguas...

Tua palavra escripta era a força na lucta;
E a palavra falada, o amor d'alma impoluta.

Nunca ninguém amou esta terra com tanto
Illuminado amor, nem lhe deu todo o encanto

D'uma alma que era sol e ao mesmo tempo luar...
- Um o teu coração; outro o teu lindo olhar!

.....

Aqui me tens, o teu companheiro na guerra,
Que contigo luctou, de braços estendidos.
Amigo, òra a Jesus, por esta linda terra,
Na duradoura paz dos altos céos floridos!

ARAUJO FIGUEIREDO

Florianópolis, 13-5-1920.